

**FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – CERTIDÃO DE REGISTRO OU AVERBAÇÃO**

**REGISTRO n° 690.269 – Livro 1.332 – Folha 314**

## **CAMINHOS DA RESISTÊNCIA**

**80 ANOS DO SINDICATO DOS MARCENEIROS DE SÃO PAULO**

**1934 a 2014**

**80 ANOS DE LUTA PELOS TRABALHADORES**

**E POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA**

**Prefácio de Jamil Murad**

## TEXTO PARA ORELHA DO LIVRO

O autor é um estudioso do movimento sindical nos planos local, nacional e mundial. Além de suas atividades cotidianas, e de várias publicações sobre o tema, ele desenvolveu uma pesquisa relevante no mestrado, relacionada e completada por seu doutoramento. No plano internacional, ele defende duas propostas significativas: práticas contra-hegemônicas e as iniciativas da constituição de redes. No plano nacional, e exemplarmente no caso do estado de São Paulo, ele aponta as dificuldades de fundo e algumas conquistas substantivas dos sindicatos no contexto histórico. O Sindicato dos Marceneiros foi fundado numa época marcada entre outros elementos pela liberdade sindical e pelo sindicalismo corporativo (controlado pelo Estado). E objetivava a solidariedade de classe. Uma análise de alguns aspectos importantes do Sindicato pode ser encontrada na sua obra geral e principalmente no presente livro.

Professor Doutor Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley

Reitor da PUC de São Paulo (1984 a 1988), Livre Docente em Sociologia da Educação pela USP e Pós-Doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.

Eduardo Magalhães Rodrigues

Memória dos 80 anos  
Sindicatos dos Oficiais Marceneiros de São Paulo

1ª edição

São Paulo

2015

## 80 ANOS FORTALECENDO A LUTA DOS TRABALHADORES

A HISTÓRIA DOS MARCENEIROS

UNIÃO E CONQUISTAS

1934 – 2014

80 ANOS

DE LUTAS E VITÓRIAS

SINDICATO DOS OFICIAIS MARCENEIROS DE SÃO PAULO

## OS MARCENEIROS TÊM MEMÓRIA

É com plena satisfação que apresentamos a toda a comunidade sindical e à sociedade em geral as lutas e conquistas de nossos 80 anos de história.

Um dos elementos fundamentais para a realização das disputas diárias é o aprendizado com os acertos e os erros. E como fazer isso se não recuperamos e guardamos a memória? Por isso, essa iniciativa em produzirmos um livro sobre o que enfrentou nossa entidade é de capital relevância. Todo material agora resgatado, com certeza, servirá não somente à nossa qualificação política, dirigentes e trabalhadores marceneiros, mas também aos sindicalistas e trabalhadores de todas as categorias. Nossa história é caracterizada por algo que há em comum entre todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil e do mundo: produzimos a riqueza, mas dela pouco aproveitamos, somos, por conseguinte, igualmente explorados.

É esse o sentimento vital para a união da classe trabalhadora, contudo, sem o conhecimento da própria história, se torna muito difícil ou até mesmo impossível a organização. Nada mais verdadeiro do que o velho ditado: conhecer o passado para atuarmos no presente e mudarmos o futuro!

Nesse longo período de 80 anos, nossa casa foi defendida por bravos companheiros, muitos dos quais comprometeram a própria carreira, a família ou ainda até a vida pela causa da categoria. São eles nossas referências, a quem consagramos o presente trabalho e aos quais devemos nos espelhar para orientarmos nossa militância.

É em virtude da dedicação dos que nos antecederam que na atualidade possuímos não só uma estrutura sólida e adequada às nossas necessidades, mas também, e principalmente, temos conseguido, mesmo em momentos de crise, vitórias difíceis até para sindicatos mais poderosos. É igualmente devido aos que nos precederam que nosso Sindicato desfruta de grande maturidade política, sendo reconhecido em nível nacional e internacional.

Saber da luta e da extrema dedicação dos companheiros de décadas passadas nos propicia, do mesmo modo, força para os desafios que nos aguardam e esperança nos êxitos que seguramente lograremos.

Estamos, em suma, preparados e entusiasmados para os próximos 80 anos! À luta!

Uma excelente leitura a todos e a todas!

Direção Executiva do Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo  
Antônio Lopes de Carvalho  
Presidente

**FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – CERTIDÃO DE REGISTRO OU AVERBAÇÃO**

**REGISTRO n° 690.269 – Livro 1.332 – Folha 314**

*Da nossa vida em meio da jornada  
Achei-me numa selva tenebrosa  
Tendo perdido a verdadeira estrada*

“A Divina Comédia” de Dante Alighieri, Canto I

## Índice

Prefácio

Introdução: e lá se foram 80 anos...

Capítulo 1 – 1934 ao final dos anos 1940: os primeiros anos de chumbo!

Capítulo 2 - Década de 1950 : anos nada dourados...

Capítulo 3 – 1964 ao final dos anos 1970: roubaram-nos tudo, inclusive o direito de termos direito

Capítulo 4 – Os anos 1980: novos ares, novo sindicalismo, um novo país

Capítulo 5: – Os anos 1990: privatização, endividamento, desemprego e reestruturação produtiva

Capítulo 6 – A virada dos anos 2000 até hoje: pela primeira vez, um operário presidente

Galeria de fotos e imagens

Quadro histórico da direção executiva

Endereços históricos do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo

Principais acontecimentos históricos do Brasil e do mundo

Lista de abreviaturas e siglas

Índice remissivo

Fontes e referências bibliográficas

Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo: Gestão 2014 – 2018

## PREFÁCIO

A obra aborda os 80 anos do Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo, desde sua fundação em 1934 em assembleia massiva de trabalhadores no centro da cidade, até os dias atuais em pleno século XXI. O autor fez ampla pesquisa em jornais do Sindicato, resoluções de congresso da entidade, imprensa comercial e alternativa, livros de história, além de entrevistas com sindicalistas destacados da categoria.

De maneira simples e com emoção, o leitor acompanha a epopeia vivida pelos líderes e sua categoria na tentativa de superar os obstáculos postos pela burguesia e seus agentes (governos, polícia política, justiça, mídia etc) ao sagrado direito dos trabalhadores colocarem suas reivindicações em organizações sindicais e partidos políticos.

O autor, ao mesmo tempo em que relata o desenvolvimento das demandas da categoria, descreve e interpreta cada período histórico que se vivia dentro do Brasil e também internacionalmente. Por exemplo, quando se instalou a ditadura de Getúlio Vargas houve intervenção no Sindicato dos Marceneiros que passou a ser dirigido por representantes nomeados pelo governo. O mesmo ocorreu 7 dias após o golpe militar de 1964 que instalou uma ditadura criminosa contra toda a sociedade, particularmente contra os trabalhadores, a juventude, os patriotas e democratas.

O Ministro do Trabalho de Vargas na década de 1940 dizia que “todo pensamento dedicado à discórdia é um pensamento roubado da nação”, em outras palavras, o trabalhador deveria trabalhar muito, enriquecer o patrão, aplaudir o governo e não reclamar.

Com habilidade e arte, o leitor é levado a tomar conhecimento do ambiente extremamente difícil aos que representavam as legítimas aspirações de democracia e progresso social para o povo e os trabalhadores. Nesse sentido, evidenciam-se as lutas dos sindicalistas marceneiros com o objetivo de superar as dificuldades impostas pela classe patronal – sempre ávida de lucros - e apoiada por governos ditadores ou conservadores.

Ao longo da leitura dos acontecimentos vividos pelos trabalhadores marceneiros, reflete-se também sobre momentos vitais da História do Brasil e igualmente a respeito de fatos políticos mundiais que influenciaram o sindicalismo. No caso dos marceneiros de São Paulo, destaca-se a resistência para organizar o sindicato e garantir a sobrevivência defendendo a emancipação dos trabalhadores.

Desde sua origem, o Sindicato dos Marceneiros se alinhou à tendência socialista por um novo mundo, com liberdade e sem explorados nem exploradores.

O Sindicato, fora dos quatro períodos de intervenção, sempre procurou estar na linha de frente das lutas do povo brasileiro pela democracia, pelos direitos dos trabalhadores, pela solidariedade aos povos, pela Paz, cooperação, soberania e justiça social.

Defendia o envolvimento dos trabalhadores a partir de seu local de trabalho, preparava cursos sobre os mais variados temas trabalhistas e classistas, bem como estimulava a participação nas atividades específicas e gerais de todos os trabalhadores. Ressalta-se, do mesmo modo, a liderança dos marceneiros contra o nefasto corporativismo getulista, pela fundação de uma central única e ainda pela filiação internacional junto à Federação Sindical Mundial, nunca se esquecendo do velho e atual pensamento marxista: “Trabalhadores de todo o Mundo, uni-vos!”. As diretorias do Sindicato dos Marceneiros, no decorrer de seus 80 anos, de acordo com o período histórico em que viviam, mantiveram-se fiéis às convicções de um sindicalismo classista. Com essa referência, sempre buscaram as conquistas econômicas aliadas à luta pelo “poder político” para a construção de uma sociedade socialista. Foi assim em 1945 quando o Sindicato convocou os marceneiros e o povo para o comício no estádio do Pacaembu onde a figura mais esperada era o grande líder e senador pelo Partido Comunista do Brasil<sup>1</sup>, Luis Carlos Prestes.

Outra contribuição fundamental dos marceneiros ao sindicalismo brasileiro foi a geração de uma das mais respeitadas lideranças sindicais do país: Joel Alves de Oliveira, presidente da entidade durante vários anos.

Joel contribuiu com destaque na luta por um movimento sindical classista, sempre tentando unir todas as categorias e o povo pela democracia, contra a ditadura, pelos direitos, participação e progresso dos trabalhadores.

De leitura clara e envolvente, a presente obra escrita por Eduardo Magalhães é mais uma notável contribuição do Sindicato dos Marceneiros para conhecermos a história e a superação não só da categoria, mas também de todo o sindicalismo brasileiro à luz da evolução política mundial e do Brasil.

Jamil Murad

Médico, sindicalista e ex-deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil

---

<sup>1</sup> Fundado em 25 de março de 1922, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) passa por uma cisão em 18 de fevereiro de 1962 que o reorganiza, surgindo também o Partido Comunista Brasileiro, PCB.

*Aos trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo*

*A todos e todas que construíram e constroem os 80 anos  
de história do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo*

*À memória de Salvador Rodrigues,  
cuja vida foi dedicada aos trabalhadores*

*Ao meu querido avô, o velho comunista espanhol  
que me apresentou ao mundo da política*

## INTRODUÇÃO: E LÁ SE FORAM 80 ANOS...

*De forma que, certo dia  
À mesa, ao cortar o pão  
O operário foi tomado  
De uma súbita emoção  
Ao constatar assombrado  
Que tudo naquela mesa  
- Garrafa, prato, facção –  
Era ele quem os fazia  
Ele, um humilde operário,  
Um operário em construção.  
Olhou em torno: gamela  
Banco, enxerga, caldeirão  
Vidro, parede, janela  
Casa, cidade, nação!  
Tudo, tudo o que existia  
Era ele quem o fazia  
Ele, um humilde operário  
Um operário que sabia  
Exercer a profissão.  
Ah, homens de pensamento  
Não sabereis nunca o quanto  
Aquele humilde operário  
Soube naquele momento!*

Vinicius de Moraes, “O Operário em construção”

Após a leitura e o estudo de milhares de documentos impressos, entre atas, jornais da categoria e fontes secundárias, além de entrevistas com alguns de seus principais líderes e a consulta de vasta quantidade de fotos, entrego o livro que agora está em suas mãos: os 80 anos dos marceneiros de São Paulo.

Não é uma obra que pretende analisar cientificamente esse longo período, mas simplesmente dar voz a quem realmente constrói a sociedade: os trabalhadores. Tentei igualmente fugir da nostalgia e do resgate puro e simples para entender o sentido, o movimento e a complexidade dos acontecimentos.

De maneira geral, a maioria das publicações de história somente destaca como produtores da sociedade nomes de personalidades tornadas famosas: “heróis”, reis, rainhas, empresários, políticos etc. É claro que lideranças tidas como importantes influenciam consideravelmente na vida social. No entanto, o povo e o trabalhador são

também, e muito mais efetivamente, construtores do mundo e da história, mesmo que disso não tenham consciência e, normalmente, não o têm.

Tal inconsciência não é ocasional: o que seria dos que mandam se os mandados soubessem de sua condição?

Nesse sentido, é “perigoso” mostrar a história como fruto de uma atuação coletiva de centenas de milhões de homens e mulheres ao longo de milênios. Os líderes, sejam quais forem seus respectivos campos de atuação (economia, política, cultura, ciência etc), são pessoas com grande sensibilidade (é inegável) que sabem entender o momento em que vivem. Que coordenam e podem orientar para um futuro, pior, ou melhor. Essa capacidade, resultado de qualidades pessoais, inseridas em um momento propício, criam o líder que, apesar disso, não tem a permissão moral de utilizar sua liderança para fins que não beneficiem, fundamentalmente, a humanidade.

Portanto, as venturas e desventuras dos oficiais marceneiros de São Paulo aqui impressas, não obstante as lacunas involuntariamente por mim cometidas, são uma alternativa na direção de mostrar que a sociedade é erguida pelo povo, pelos trabalhadores.

A história aqui narrada, dos marceneiros de São Paulo, nada deixa a desejar às grandes proezas ou feitos da história do Brasil ou Universal. São vários os heróis, alguns evidentes, muitos outros anônimos, que construíram e constroem, nos últimos 80 anos, a história de resistência dos trabalhadores em uma sociedade capitalista extremamente opressora, injusta e subdesenvolvida.

Da mesma maneira que a “historia oficial” do Brasil ignorou e ignora o papel dos índios e dos negros, ambos alvo do genocídio e da escravidão, fez e faz o mesmo com os trabalhadores assalariados. A missão das páginas que se seguem é exatamente contribuir para recuperar a biografia da classe trabalhadora na história do país.

Quanto mais se observa e estuda a vida dos operários, mais se tem certeza de que nenhum direito, por menor que seja, foi conquistado sem muita luta, inclusive com o preço da vida de muitos trabalhadores.

Logo, que não se enganem as novas gerações: se hoje há benefícios e proteções, foram consequências de décadas de persistência coletiva de trabalhadores em suas entidades de classe: os sindicatos. Garantias estas que permanentemente devem ser conservadas primordialmente pela organização de base.

Enfim, agradeço ao atual presidente do Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo, Antônio Lopes, por meio do qual estendo a gratidão aos demais diretores e trabalhadores da entidade, bem como aos companheiros Joel Alves de Oliveira, Luiz Eduardo Wanderley, Célia Cappucci e Jamil Murad por suas respectivas contribuições. Igualmente, reconheço carinhosamente a paciência de minha família durante minhas ausências para a execução do presente trabalho.

Sem todos eles não teria sido possível livrar do anonimato a história de tão bravos guerreiros.

Eduardo Magalhães

São Bernardo do Campo, 14 de janeiro de 2015.

## **CAPÍTULO 1 – 1934 AO FINAL DOS ANOS 1940**

### **OS PRIMEIROS ANOS DE CHUMBO!**

*Se a colaboração entre capital e trabalho já era grande,  
deve tornar-se intensa.  
Se o espírito conciliativo era uma intenção,  
precisa transformar-se em hábito.  
Já afirmei (...) que todo pensamento dedicado à discórdia  
é um pensamento roubado à nação*

Marcondes Filho, Ministro do Trabalho no governo Vargas, de 1941 a 1945 defendendo  
a castração do movimento sindical

## O nascimento do Sindicato dos Marceneiros

Em encontro realizado no dia 10 de julho de 1934, na Praça da Sé, 53 (2ª sobreloja, sala 50), cidade de São Paulo, foi criado o então chamado *Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas*. Atravessava-se um período bastante conturbado na vida sindical brasileira devido ao pesado controle de Getúlio Vargas a partir 1930. Na mencionada reunião de fundação estavam presentes 120 trabalhadores que aclamaram sua primeira diretoria provisória até a aprovação dos estatutos e reconhecimento oficial do Sindicato<sup>2</sup>. Compôs então, sua primeira diretoria: Miguel Notari, Monval Bonazzi, Sylvio Zanferrari, Paschoal Grandi, José Giuliano, Attie Belloni, Luis Ricci, Octavio Sentini e Pedro de Brito.

Em 28 de julho de 1935 o Sindicato foi reconhecido pelo recém-constituído Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de acordo com o decreto 24.694 de 12 de julho de 1934 que normatizava a existência dos sindicatos na Era Vargas.

Em votação secreta realizada no dia 05 de outubro de 1935 é eleita a primeira direção do “*Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas de São Paulo*”<sup>3</sup>. A primeira diretoria eleita toma posse no dia 18 do mesmo mês e assim, tinha seu mandato até 18 de outubro de 1938.

## Os sindicatos antes e depois de Vargas dos anos 1930

No Brasil, desde aproximadamente os anos 1850, já se tem notícia de ações reivindicatórias dos trabalhadores assalariados, sendo uma das primeiras greves a dos operários gráficos do Rio de Janeiro iniciada na manhã de 09 de janeiro de 1858, trinta anos antes do final da escravidão. Desde então, e principalmente com a intensa imigração europeia, organizou-se e fortaleceu-se amplamente o movimento sindical

---

<sup>2</sup> Todas as vezes em que a palavra “sindicato” for grafada com o “s” maiúsculo significa que estou me referindo ao Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo.

<sup>3</sup> Este foi o primeiro nome do Sindicato dos Marceneiros, escrito, inclusive com sua grafia original.

brasileiro ao ponto de em 1917 realizarem a primeira Greve Geral com mais de 45 mil trabalhadores.

Relembrando: ao tomar o poder em 03 de novembro 1930 por meio de um golpe, Getúlio Vargas cria no dia 26 do mesmo mês, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, hoje simplesmente Ministério do Trabalho e Emprego. Seu primeiro ministro tem sobrenome conhecido, tratava-se de Lindolfo Collor, avô de Fernando Collor de Melo.

Inicia-se nessa época um forte período de repressão, perseguição e controle dos sindicatos. Entre as medidas adotadas pelo governo Vargas para tais fins, estavam o surgimento da figura do sindicato oficial e do imposto sindical, os sindicatos por categoria com suas diferentes datas de negociação entre outras. Somente essas duas primeiras ações provocaram, e ainda provocam, enorme impacto negativo para os trabalhadores, ou seja, dificultam ao máximo o livre desenvolvimento e fortalecimento do sindicalismo.

Até 1930 não era necessária a aprovação do governo federal para a criação de um sindicato (a famosa Carta Sindical) desse modo, as entidades sindicais eram livres. A Lei de Sindicalização (Decreto 19.770) de 1931 exigia que para a formação dos sindicatos fosse cumprida uma série de critérios excessivamente exigentes, o que era proposital. Antes, bastava a apresentação dos estatutos, nome dos membros, forma, finalidades; além de ser composto por brasileiros natos ou naturalizados. A reunião de sete sócios era suficiente para o registro dos sindicatos. No entanto, conforme dito, as regras passaram a ser muito mais rigorosas e restritivas a partir de Vargas:

- Enviar ao Ministério ata dos trabalhos e instalação, relação de sócios, cópias de estatutos etc,
- Limite mínimo de 30 associados, sendo ao menos 2/3 natos ou naturalizados – estrangeiros não poderiam exercer função de direção;
- Unicidade sindical;
- Possibilidade de formação de sindicatos por empresa, indústria e profissão;

Além disso, o instrumento do imposto sindical contribuiu para o surgimento de sindicatos “pelegos”, quer dizer, todo sindicato oficial teria recursos garantidos do

conjunto dos trabalhadores de sua base, mesmo que não mantivesse sequer um único trabalhador associado. Ao mesmo tempo em que Vargas começa a dificultar ao máximo o livre desenvolvimento dos sindicatos, começa a conceder aos trabalhadores uma série de reivindicações de direitos, como forma de desestimular a ação por meio das entidades sindicais. Por exemplo, entre 1930 e 1934 são estabelecidos decretos para jornada de 8 horas, previdência social, normatização do trabalho da mulher e do menor<sup>4</sup> etc. É claro que os representantes patronais faziam todo o possível ou para impedir a efetiva aplicação da lei ou para minimizar suas garantias.

Aos poucos, o governo Vargas leva o Estado a ser o juiz e intermediário entre patrão e trabalhador, retirando cada vez mais a possibilidade de relação livre e direta na estratégia capital-trabalho.

Antes das reformas sindicais restritivas de Vargas, a ação autônoma estava levando, já no início do século passado, a um aumento da disputa entre patrões e trabalhadores. Com a crescente conscientização dos operários, estes, por serem a imensa maioria, acabariam obtendo maiores e constantes vitórias. Preocupado, o Estado passa a ser o juiz entre os dois campos opostos, forçando uma política de conciliação.

De qualquer forma, no período entre 1930 a 1937, apesar da perseguição e início do forte controle sobre o movimento sindical, havia ainda certa autonomia reivindicatória e de liberdade de negociação. O domínio mais intenso passa a existir a partir de 1937 com a decretação do *Estado Novo* quando sindicatos e associações, tanto dos trabalhadores como patronais, passam a serem controlados pelo Governo Federal.

### **O contexto de criação do Sindicato dos Marceneiros**

É nesse ambiente extremamente hostil à organização dos trabalhadores que é fundado o Sindicato dos Marceneiros de São Paulo. Quer dizer, o Sindicato dos Marceneiros de São Paulo nasce justamente em uma época de transição: entre a liberdade sindical e o sindicalismo corporativo (controlado pelo Estado).

---

<sup>4</sup> Desde 1990 o conceito expresso pela palavra “menor” não é mais usado. Foi substituído pelas palavras “criança” e “adolescente”. O primeiro é aquele(a) que tem até 12 anos incompletos e o segundo os que estão entre 12 e 18 anos de idade.

Portanto, no Brasil, os anos 1930 significaram uma radical mudança para o movimento sindical. Passava-se de um período onde não existia interferência governamental para uma fase, que em muitos aspectos existem até a atualidade, de fortíssima regulação e normatização dos direitos dos trabalhadores e de toda a estrutura sindical no país. É fundamental lembrar que a violência em relação aos sindicatos dos trabalhadores, sempre existiu, tanto no Brasil como em qualquer outro país, inclusive antes do controle varguista. Durante a chamada *Primeira República* (1889-1930) a repressão contra os sindicatos no Brasil era violenta, por exemplo, era comum a destruição de sedes sindicais. A diferença, destaco mais uma vez, está na criação de controle quase absoluto sobre a livre organização sindical. Ainda nos anos 1930, especificamente, durante o Estado Novo (1937 a 1945), os sindicatos quase se tornaram um órgão oficial do governo – situação cujo suporte foi a instituição do Imposto Sindical, conforme já dito.

### **A história do Sindicato dos Marceneiros segundo José Giovanini**

Reproduzimos abaixo depoimento de José Giovanini dado ao jornal do Sindicato “O Trabalhador em Madeira” na edição de junho de 1975. Diretor do Sindicato nos anos 1930, dedicou toda a sua vida em defesa dos direitos dos trabalhadores marceneiros. Sua memória contribui, assim, muito para a recuperação da história do Sindicato dos Marceneiros.

*“Em 1934, quando nosso Sindicato foi criado, funcionava lá no edifício do cine Santa Helena, na Praça da Sé, numa salinha de quatro metros quadrados, que a gente dividia com mais outros três sindicatos: o dos sapateiros, dos metalúrgicos e dos trabalhadores em fiação e tecelagem. O lugar ficou conhecido por todos os trabalhadores como ‘Fortaleza da Sé’.*

*Naquele tempo as coisas eram muito diferentes. Não havia dissídios (sic), não tinha apoio do governo, e o pouco que havia de leis os patrões não respeitavam. Era difícil arranjar dinheiro para pagar o aluguel, mas a classe era mais unida, corajosa e o nosso Sindicato era um dos mais fortes de São Paulo. Nós não defendíamos só os nossos*

*interesses não. Em todos os lugares onde se estivesse defendendo os direitos dos trabalhadores, nós estávamos lá presentes, dando apoio. O nosso Sindicato e o dos Gráficos eram os mais respeitados e atuantes.*

*O primeiro nome do Sindicato foi ‘Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas’. E eu me filiei a ele assim que cheguei a São Paulo, com 28 anos de idade, no ano da fundação do Sindicato. E passei a ir lá todas as noites, assistir as assembleias ou ouvir as discussões.*

*Nessa época o Sindicato não tinha hora, ficava a disposição do trabalhador. E a gente tinha que resolver tudo no peito e na raça. Quando os operários vinham reclamar das firmas a gente ia lá e primeiro tentava convencer o patrão, ‘punha ele na parede’, mostrando que estava errado. E na maioria das vezes eles pagavam lá mesmo na nossa frente. Por isso os operários tinham confiança no Sindicato.*

*Por muito tempo continuamos no Santa Helena. Quase todas as assembleias de trabalhadores de São Paulo eram realizadas lá na **Fortaleza da Sé**. Como a polícia sabia disso, muitas vezes tivemos problemas. Sofremos três intervenções<sup>5</sup>, mas, no fim, o Sindicato sempre ficava nas nossas mãos.*

*Eu me orgulho de ter pertencido ao Sindicato dos Marceneiros, porque para o trabalhador a coisa mais importante que existe é a união, a solidariedade. A gente via que o problema dos marceneiros era o mesmo de todas as outras categorias e conseguimos fundar a União dos Sindicatos de Trabalhadores de São Paulo<sup>6</sup>.*

*Em 1943 veio a CLT, que beneficiou um pouco o trabalhador. Mas pra gente conseguir essas coisas padecia um bocado. Por isso sempre quis conhecer os meus direitos. Era um apaixonado pelas leis trabalhistas, comprava livros, levava pra oficina, lia em casa, de madrugada, e fui aprendendo. Até que me indicaram para o 1º Secretário do Sindicato. Foi aí que passei a ver mais de perto injustiças que os patrões faziam com os trabalhadores. Muitas vezes a gente ia esperar os empregados antes de entrar nas fábricas e na hora da saída para conversar com eles, mostrar a importância da união*

---

<sup>5</sup> Na verdade, conforme relatado ao longo do presente livro, o Sindicato sofreu quatro intervenções: 1939 a 1945, 1947 a 1950, 1955 e 1964.

<sup>6</sup> Ver item “União dos Sindicatos de Trabalhadores de São Paulo” na presente obra.

*dos trabalhadores, pois a exploração naquele tempo era uma coisa horrorosa. E a gente queria consertar isso.*

*Hoje estamos velhos, alguns morreram, mas é preciso que outros venham ocupar este lugar. Os novos devem frequentar mais o Sindicato para ele ser cada vez mais forte. Eu acho que este jornal é importante<sup>7</sup>, porque ele ensina o trabalhador que só sabe produzir, enriquecer o patrão, mas não conhece os seus direitos perante a lei.*

*Os outros jornais não ensinam nada ao trabalhador. Eles é que deviam pagar pra gente ler, porque mais da metade é só propaganda”.*

### **Os marceneiros e sua filiação socialista**

Em uma de suas primeiras ações mais significativas, o Sindicato dos Marceneiros filiou-se à Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo, entidade igualmente criada em 1934 e que aglutinava os sindicatos de tendência socialista. A filiação foi decidida em reunião do dia 06 de agosto de 1934 e foram indicados representantes Miguel Notari (primeiro presidente do Sindicato) e José Guilhelmetti. No entanto, na reunião seguinte, ocorrida em 13 de agosto, a mesma direção do Sindicato dos Marceneiros decide afastar-se da Coligação dos Sindicatos Proletários por esta não ser considerada legal, quer dizer, oficial. Muito possivelmente essa decisão foi fruto da pressão governamental de controle sobre os sindicatos.

### **Solidariedade e a primeira campanha de sindicalização**

Desde o começo da história dos marceneiros de São Paulo, uma de suas características é a solidariedade de classe. Entre os exemplos, citamos o apoio político e financeiro ao Sindicato dos Garçons de Santos, em greve; ao Sindicato da Construção Civil de São Bernardo do Campo e ao Sindicato dos Marceneiros do Rio de Janeiro (recurso que não pode ser entregue, pois esse sindicato foi fechado pela polícia política de Vargas),

---

<sup>7</sup> Refere-se ao jornal do Sindicato dos Marceneiros: “*O Trabalhador em Madeira*”.

conforme registros em atas de reunião da diretoria, dos marceneiros de São Paulo, nos dias 20, 27 de agosto e 10 e 17 de setembro de 1934. Na reunião do dia 10, foi ainda aprovado o que se pode considerar como a primeira campanha de sindicalização dos marceneiros de São Paulo. No encontro, aprovou-se a produção de cinco mil “circulares” com o objetivo de divulgar e convidar os trabalhadores da categoria a se filiarem ao Sindicato.

Para atrair os trabalhadores aos sindicatos, colocou-se a possibilidade de o associado poder apresentar reclamações para as *Juntas de Conciliação e Julgamento (Decreto 25 de novembro de 1932)*, além de poder gozar de férias (Decreto de janeiro de 1934 concedia 15 dias de férias somente para os trabalhadores sindicalizados). No entanto, ambos direitos foram revogados na Constituição de 1934 e mantidos na de 1937.

### **O início impõe limitações...**

Em 10 de dezembro de 1934, o Sindicato resolve não aderir à Frente Única Antifascista (FUA) de São Paulo por esta ser ilegal. Percebe-se que, conforme já comentado, talvez devido à busca pelo reconhecimento oficial, a direção do Sindicato dos Marceneiros tenha recusado a filiação, nesse momento, às entidades sindicais não formalizadas.

Nos anos 1930 e 1940 as ideologias fascista e nazista possuíam grande força no mundo em geral, principalmente na Europa. No Brasil havia um eco razoavelmente forte dos seus princípios. Além de Vargas ter se inspirado, para a elaboração da legislação trabalhista, nas ideias do fascismo italiano de Mussolini, vários grupos independentes foram criados no Brasil para apoio às ideias de extrema direita.

Ainda nessa mesma data, a direção dos marceneiros deliberou, o que ficou registrado em ata, “gratificar” funcionário do Ministério do Trabalho para que o Sindicato fosse o quanto antes reconhecido, quer dizer, recebesse a tão esperada Carta Sindical...

## **O Sindicato dos Marceneiros até 1936**

A seguir uma breve prestação de contas do Sindicato, conforme documento produzido pela própria entidade em 1937. Os dados são referentes até 31 de dezembro de 1936.

- 2.793 sócios;
- 963 sócios em dia com as mensalidades;
- 262 cartas e ofícios recebidos;
- 536 cartas e ofícios enviados e respondidos;
- 324 ações trabalhistas encaminhadas. Liquidadas e pagas 165 e a ser liquidado 159 e
- Criação da Fundação da Cooperativa dos Trabalhadores em Madeiras do Estado de São Paulo.

## **Cooperativa dos Trabalhadores em Madeiras de São Paulo**

Em 24 de setembro de 1936 a diretoria do Sindicato dos Marceneiros cria a Cooperativa dos Trabalhadores em Madeiras do Estado de São Paulo. Esta foi a primeira da América do Sul organizada por trabalhadores. Tratava-se de uma organização independente do Sindicato, apesar de a iniciativa ter sido deste, possuía, inclusive, uma personalidade jurídica própria. Foi inicialmente composta pelos seguintes setores:

- Departamento Técnico e escola profissional;
- Departamento de Abastecimento;
- Departamento de Assistência Médica e Hospitalar;
- Departamento de Refeições e
- Departamento de Recreação e Esportes

Sua sede, após a criação no endereço do Sindicato dos Marceneiros, passou a ser na Rua da Liberdade, 170. Teve como primeiro presidente Francisco Bianchini.

### **Andando pelo ar, cadeiras e mesas**

O jornal “*O Dia*” relata, em 05 de agosto de 1937, a existência de conflitos ocorridos em assembleia do dia anterior. Segundo informe do trabalhador Humberto Tagni, ele, após pronunciar-se contrariamente aos presentes, especialmente à diretoria do Sindicato, teria sido fisicamente agredido e retido em suas dependências por várias horas. Complementando, “*O Dia*” descreve parte do sucedido: “(...) *Travou-se luta, andando pelo ar cadeiras e mesas, no meio de grande tumulto (...)*”.

Por outro lado, a opinião da direção do Sindicato era divergente. De acordo com Francisco Bianchini, vice-presidente dos marceneiros, o trabalhador Humberto Tagni, mestre na empresa Luiz Pelloso, nem ao menos era sócio da entidade. Teria ainda, durante a assembleia, ofendido os colegas presentes e desacatado a diretoria. Alguns dos trabalhadores naquele momento haviam tentado agredi-lo, no que foram impedidos pela própria diretoria. Com o mesmo objetivo de ter sua integridade física preservada, foi mantido durante algumas horas nas instalações do Sindicato até que o grupo que o aguardava na rua se dispersasse. Desse ponto de vista teriam sido testemunhas mais de 300 operários.

### **Sindacato Degli Ebanisti, Falegnami e Classi Annesse**

A frase acima é a versão para o italiano do nome Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas. Jornais da época (1937), como o *Fanfulla*<sup>8</sup>, publicavam

---

<sup>8</sup> O jornal *Fanfulla*, um dos mais antigos do país, foi fundado no Brasil em 1893 e existe até os dias de hoje. *Fanfulla* é uma palavra proveniente de uma personagem histórica e herói nacional da Itália. Maiores informações podem ser obtidas por meio do [site www.jornalfanfulla.com](http://www.jornalfanfulla.com).

mensagens, convites, editais de assembleias etc em italiano para que os trabalhadores imigrados, por óbvio, da Itália, pudessem também ser informados.

O idioma italiano foi também utilizado pelo *Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Annexas* de São Paulo para a publicação de suas primeiras mensagens escritas, seja em boletins específicos ou em jornais de circulação geral, como o mencionado *Fanfulla*. Por exemplo, em material divulgado em 02 de setembro de 1937, o *Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Annexas* de São Paulo convocava, em italiano, os trabalhadores da categoria para assembleia a ser realizada no dia 14 de setembro de 1937 às 20h na sede da Praça da Sé. A pauta era a discussão sobre o salário mínimo.

### **Contra os integralistas**

O Sindicato dos Marceneiros, junto aos operários em Fiação e Tecelagem; Metalúrgicos; Vassoureiros; Trabalhadores de Fumos e Cigarros; Costureiras e Bordadeiras, Construção Civil e o deputado classista<sup>9</sup> Eduardo Gomes, protestaram contra a violência das manifestações integralistas.

Por meio de um telegrama enviado ao governo do Estado, os referidos sindicatos alertavam sobre os atos violentos dos partidários do Integralismo. Estes, por exemplo, haviam invadido o “Departamento Estadual do Trabalho” aos gritos de “Viva a revolução integralista e morra a democracia!”.

### **Contra gregos e troianos**

Getúlio Vargas além de desejar eliminar os comunistas, portanto o grupo à esquerda no espectro político, igualmente ou mais ainda pretendia varrer do mapa os que estavam na extrema direita, isto é, os integralistas.

---

<sup>9</sup> Para a explicação sobre o significado de *deputado classista*, ver o item “*Deputado trai a classe trabalhadora*”.

Em rápidas palavras, o integralismo no Brasil foi uma doutrina política e filosófica existente especialmente nos anos 1930. Seu principal líder foi Plínio Salgado que além de político era escritor, jornalista e teólogo. Fundou em 07 de outubro de 1932 a AIB (Ação Integralista Brasileira) cuja ideologia era radicalmente conservadora e nacionalista, bem como bastante influenciada pelo catolicismo e o fascismo italiano. Parte de seus adeptos eram republicanos, mas também havia os monarquistas.

Desde o início de sua atuação no Brasil, representados pela AIB, apoiaram Getúlio Vargas que, em troca prometia espaço aos integralistas em seu governo, possivelmente o Ministério da Educação. Com o Estado Novo, ou seja, a ditadura instalada por Vargas no Brasil, todas as agremiações políticas são proibidas, inclusive a AIB. Sentindo-se traídos os integralistas tentam dois golpes de Estado, um em 10 de março de 1938 e outro 60 dias depois. Ambos fracassaram, porém nesse segundo, 80 integralistas, no dia 11 de maio, tentaram invadir a sede do governo federal no Rio de Janeiro, o Palácio da Guanabara, para matar Getúlio. Quase conseguiram. Entretanto, como não obtiveram o sucesso pretendido, foram duramente punidos. Muitos foram fuzilados, aproximadamente 1.500 presos e o seu chefe maior, Plínio Salgado, exilado em Portugal.

Enfim, Vargas combateu os comunistas e integralistas, usando-os quando achava necessário, para alcançar seus objetivos. Por exemplo, conforme já afirmamos, recebeu apoio dos integralistas e os descartou quando não o serviam mais e chegou a pedir o apoio de Luis Carlos Prestes para sua eleição em 1950, mesmo tendo enviado sua mulher, Olga Benário, para morrer em um campo de concentração nazista e também tê-lo prendido e cancelado sua agremiação política, o Partido Comunista.

### **Vargas recebe apoio dos sindicatos contra o golpe integralista**

Os sindicatos em geral, durante o Estado Novo (a ditadura de Vargas) foram obrigados a um recuo estratégico, conforme referido anteriormente. Inclusive os sindicatos de vanguarda, como o Sindicato dos Marceneiros.

Foi também por isso que os marceneiros, juntos a outros 24 sindicatos de trabalhadores urbanos do Estado de São Paulo, foram veementemente contrários à

tentativa de depor Vargas feita pelos integralistas. Além de terem publicado um manifesto, foram recebidos pelo interventor<sup>10</sup> do Estado, Ademar de Barros no dia 12 de maio de 1938, somente dois dias após a mencionada tentativa de golpe. Outro motivo que contribuiu para a posição sindical assumida foi o fato de os integralistas serem anticomunistas e até mesmo avessos a perspectivas minimamente progressistas.

Tanto na visita ao governador de São Paulo, como no manifesto, o qual reproduzimos abaixo, participou o Sindicato dos Marceneiros.

#### *“CONTRA O GOLPE INTEGRALISTA*

*Vinte e cinco sindicatos, representando a totalidade dos trabalhadores paulistas, manifestam a sua solidariedade às autoridades constituídas*

*Vinte e cinco sindicatos operários de São Paulo expediram ontem os seguintes telegramas:*

*‘Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas – Palácio Catete – Rio de Janeiro’*

*‘Os sindicatos trabalhistas de São Paulo, abaixo representados, profundamente revoltados ante mais um violento e mazorqueiro golpe vibrado pelos inimigos das liberdades públicas, contra a democracia no Brasil, hoje fortalecida por vossa excelência, vem manifestar-vos sua admiração e apoio ante o denodo e energia por vossa excelência manifestados, jugulando mais este atentado para a felicidade do povo brasileiro.’.*

---

<sup>10</sup> Durante o primeiro governo Vargas (1930 a 1945) da mesma forma que não havia eleições diretas para presidente, o mesmo ocorria nos Estados da Federação. Para administrá-los Getúlio nomeava interventores. No caso do Estado de São Paulo um deles foi Ademar Pereira de Barros (1938 a 1941).

## **União dos Sindicatos de Trabalhadores de São Paulo**

Em 02 de fevereiro de 1937 é criada a União dos Sindicatos de Trabalhadores de São Paulo. A nova entidade era uma associação onde se reuniam os sindicatos de trabalhadores do Estado de São Paulo, especificamente os sindicatos ditos de tradição trabalhista. Importante frisar que o país estava às portas de uma nova realidade política: o surgimento da ditadura varguista, Estado Novo. Iniciado em 10 de novembro de 1937 durou até 29 de outubro de 1945 e, como outras ditaduras, caracterizou-se pelo autoritarismo, proibições e perseguição a quem ousasse questionar o poder em vigor.

Os sindicatos eram obrigados, ao menos aqueles que efetivamente estavam comprometidos com os trabalhadores, a realizarem, de certa forma, um jogo duplo. Isto é, não podiam romper diretamente ou enfrentar e questionar explicitamente o governo ditatorial de Vargas. Havia a necessidade de se manter uma convivência em relação ao regime de exceção para garantir a luta pelos direitos dos trabalhadores, especialmente no médio prazo.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que buscava conquistas no curto, médio e longo prazos, o Sindicato dos Marceneiros aparentava ser palatável ao Estado Novo. Dessa forma, junto a outros sindicatos, como o dos contadores; empregados em hotéis e restaurantes; gráficos; entre outros; compuseram a direção da União dos Sindicatos de Trabalhadores de São Paulo. Coube ao Sindicato dos Marceneiros a secretaria de patrimônio.

### **Por um lado reconhece, por outro desqualifica**

Ao mesmo tempo em que no dia 14 de fevereiro de 1937 o governo de Vargas concedia a carta de reconhecimento à União dos Sindicatos de Trabalhadores de São Paulo, quase 11 meses depois, em 05 de janeiro de 1938, segundo relataremos na sequência, é publicada no Diário Oficial da União a proposta de cancelamento do reconhecimento oficial do Sindicato dos Marceneiros. A contradição é reforçada na

medida em que o evento de entrega da carta à União dos Sindicatos de Trabalhadores de São Paulo, bem como da posse de sua diretoria executiva, ocorre exatamente nas dependências do Sindicato dos Marceneiros. Além disso, José Giovanini, Secretário Geral do Sindicato dos Marceneiros, passou também a exercer a mesma função no referida União.

### 1321 sindicatos no Brasil

Em 15 de maio de 1937 o jornal “A Gazeta” divulga pesquisa a respeito da quantidade de sindicatos existem no Brasil. O resultado é resumido na tabela abaixo. O estudo foi elaborado com dados referentes às entidades sindicais registradas no Brasil (Ministério do Trabalho) até o mês de dezembro de 1936.

| Estado                | Tipo de Sindicato |              |                        |           | Total por Estado |
|-----------------------|-------------------|--------------|------------------------|-----------|------------------|
|                       | Empregados        | Empregadores | Profissionais Liberais | Autônomos |                  |
| Rio de Janeiro        | 91                | 67           | 16                     | 5         | 179              |
| São Paulo             | 99                | 154          | 11                     | 2         | 266              |
| Rio Grande do Sul     | 83                | 38           | 5                      | 1         | 127              |
| Minas Gerais          | 56                | 103          | 19                     | 0         | 178              |
| Bahia                 | 44                | 9            | 2                      | 1         | 56               |
| Pernambuco            | 30                | 31           | 8                      | 1         | 70               |
| Espírito Santo        | 23                | 18           | 4                      | 0         | 45               |
| Santa Catarina        | 34                | 4            | 0                      | 0         | 38               |
| Pará                  | 25                | 4            | 0                      | 0         | 29               |
| Ceará                 | 25                | 64           | 5                      | 0         | 94               |
| Paraná                | 21                | 2            | 2                      | 0         | 25               |
| Sergipe               | 14                | 2            | 0                      | 0         | 16               |
| Amazonas              | 13                | 1            | 2                      | 0         | 16               |
| Maranhão              | 10                | 1            | 1                      | 0         | 12               |
| Rio Grande do Norte   | 7                 | 2            | 0                      | 0         | 9                |
| Alagoas               | 6                 | 6            | 3                      | 0         | 15               |
| Paraíba               | 5                 | 1            | 0                      | 0         | 6                |
| Mato Grosso           | 6                 | 3            | 1                      | 0         | 10               |
| Piauí                 | 3                 | 0            | 0                      | 0         | 3                |
| Goíás                 | 0                 | 0            | 1                      | 0         | 1                |
| Totais tipo sindicato | 595               | 510          | 80                     | 10        | 1195             |
| Outros sindicatos     | 126               |              |                        |           |                  |
| <b>Total geral</b>    |                   |              |                        |           | <b>1321</b>      |

### **Metade dos marceneiros são sindicalizados em 1937**

Na cidade de São Paulo havia uma base de aproximadamente 7 mil trabalhadores da categoria dos marceneiros, um pouco mais da metade dela (3.567) eram sócios do sindicato.

### **Viver apenas para não morrer**

Em 28 de setembro de 1937, o Sindicato dos Marceneiros realiza assembleia geral extraordinária, em sua sede na Praça da Sé, 53 – às 20h, para demonstrar aos trabalhadores quanto deveria na época ser o ganho mínimo de um trabalhador para sustentar a si mesmo e à sua família.

Conforme as informações dadas pelo Sindicato, para se pagar o aluguel de um pequeno quarto; despesas com armazém; padeiro (1 quilo de pão por dia); açougue (3 quilos de toucinho por mês e meio quilo de carne por dia); meio litro de leite por dia; verduras; 3 sacos de carvão (tipo de combustível muito usado na época para cozimento dos alimentos); luz elétrica (uma lâmpada); água e condução de bonde seriam necessários 415 mil réis. Esse valor, muito aproximadamente, hoje equivaleria a 500 reais.

### **Assembleia do dia 28 de setembro de 1937**

Reunidos no sindicato na data acima e tendo a assembleia sido coordenada pelo vice-presidente do Sindicato os Marceneiros, Sr. Segundo Sonato, os trabalhadores deliberaram as seguintes exigências aos patrões: nenhum marceneiro, a partir do dia 01º de outubro de 1937, trabalharia mais do que 8 horas diárias, não sendo ainda obrigado a realização de horas-extras sem a devida compensação. Vemos que a luta pelas 40 horas semanais é bastante antiga, inclusive na categoria dos marceneiros...

Também deveriam ser todos os salários reajustados em ao menos 25% e, por fim, uma nova assembleia foi convocada para o dia 08 de outubro. Entretanto, antes mesmo dessa nova assembleia, os patrões recusaram o atendimento às reivindicações dos trabalhadores.

Em entrevista concedida ao jornal “*Diário da Noite*”, o secretário do Sindicato dos Marceneiros declarou:

*“(...) Nós queremos fazer uma greve branca, isto é, os trabalhadores vão às oficinas, mas produzirão o menos possível. Ainda não foi resolvido declararmos a parede (na época era sinônimo de paralisação ou mesmo greve); isso será feito na assembleia geral que aqui se reunirá no próximo dia 08 de outubro, caso os patrões não concordem em conceder o aumento que pleiteamos, e o horário de 8 horas (...).”*

Continua afirmando o sindicalista dos marceneiros:

*“(...) Há oficinas em que se trabalha 9 horas, às vezes dez diárias. É por isso que exigimos observância do horário legal. Há patrões que obrigam os operários a trabalharem nos domingos; faltando os mesmos ao serviço, segunda-feira eles são suspensos. Resolvemos na assembleia do dia 28 de setembro de 1937 que, a partir do dia 01 de outubro próximo, em todas as oficinas e indústrias de São Paulo, do ramo de madeiras, só se trabalhar 08 horas diárias, como determina a lei.(...)”*

Ainda:

*“(...) A Federação das Indústrias nem se dignou responder ao nosso ofício em que enumerávamos as reivindicações pleiteadas. As outras duas entidades responderam em termos lacônicos declarando ser impossível, no momento, concedê-las. Enviaremos um ofício a todos os patrões e a todos os industriais em madeira, informando-os do que foi resolvido (...) e que, caso não concordem com a concessão do aumento, declararemos a ‘greve branca’”.*

## A resposta patronal à greve branca

O Sindicato Patronal dos Industriais em Madeira de São Paulo dirigiu ao sindicato operário a seguinte resposta:

*“(...) Em nosso poder o ofício 314, datado de 20 do corrente (setembro de 1937), que respondemos. Em reunião realizada em 22 do corrente, foi deliberado por unanimidade que no momento atual não é possível o aumento dos salários. Assinam Miguel Forte e Octávio Modolin”.*

O Centro dos Industriais em Madeira respondeu nos seguintes termos:

*“(...) Temos em nosso poder seu ofício de 20 do corrente, que passamos a responder. **O assunto foge às suas atribuições, visto que diz respeito à organização interna dos seus associados.** Cordiais saudações. Assina Manoel Soares Sobrinho, presidente. (...)”.*

Em outras palavras, os sindicatos patronais ou simplesmente negavam até mesmo qualquer negociação ou, absurdamente, afirmavam que o assunto não cabia ao sindicato dos trabalhadores, pois conceder ou não, por exemplo, aumentos era um assunto interno (!) da empresa, não cabendo “interferências” externas.

## A situação de penúria do trabalhador nos anos 1930

O diretor executivo do Sindicato dos Marceneiros, Francisco Bianchini, resume muito bem a situação pela qual passava a categoria:

*“(...) Os salários percebidos pelos marceneiros e carpinteiros são simplesmente irrisórios. Ganhamos 1\$500 (réis) a 1\$800 por hora, quando devíamos ganhar 2\$000, porque um ordenado de 415\$000 não permite fazer frente às despesas para a manutenção de uma família. Além disso, somos obrigados a trabalhar 14 a 16 horas por dia e estamos sujeitos a uma convenção de trabalho, que é uma burla da legislação*

*trabalhista, pois é assinada de baixo de coação, sem a menor interferência do nosso sindicato que, segundo a lei, deve representar os operários nos contratos coletivos.*

*Existem firmas na capital como os srs. Forte & Balbi e Paschoal Bianco, que obrigam os operários a pagar as máquinas das oficinas, descontando 10% do seu salário (e quando a máquina é quitada, pertence ao patrão...), assim como o seguro de vida que é descontado da folha de pagamento. Uma firma mantém um médico, obrigando os operários a pagá-lo, apesar de não fazerem consultas. Outra firma, que se diz a maior da América do Sul, paga os salários mais ínfimos, apesar do seu prodigioso desenvolvimento. (...)*”.

### **Francisco Bianchini não estava brincando...**

O líder sindical dos marceneiros finaliza:

*“(...) Daremos um prazo de uma semana para os patrões resolverem sobre as reivindicações operárias, a começar do dia 01º de outubro (de 1937). No dia 08, realiza-se a assembleia geral do sindicato e, se a proposta dos patrões não for favorável ao aumento dos salários, declararemos a greve branca, isto é, a diminuição da produção nas fábricas até a vitória das nossas reivindicações. Para isso contamos com a solidariedade de 7 mil marceneiros e carpinteiros da capital.”*

### **Greve Branca**

Com a recusa patronal sobre as reivindicações dos marceneiros, no dia 09 de outubro de 1937 os trabalhadores da categoria iniciaram a *greve branca*. Entre as várias formas desse tipo de greve, estão a suspensão das atividades sem outro tipo de ação paralela como, por exemplo, os piquetes. A produção é reduzida ao mínimo possível.

A *greve branca* é comparada com o que se chama de *gandhismo*. Como o próprio nome indica, provém do líder político indiano *Mahatma Gandhi*. Suas estratégias estavam fundamentadas na ideia de não-violência. No caso, a greve branca era o

trabalho improdutivo, ou seja, os operários não abandonam o trabalho, mas enquanto durar o movimento “fingirão” que trabalham. Aumentam o máximo possível o tempo de trabalho para se realizar determinada atividade, diminuindo assim, ao máximo a eficiência e, portanto, mais cara se torna a mão de obra. Mais contemporaneamente pode ser considerada sinônimo da *operação tartaruga*.

Entre as fábricas que começaram a greve estavam a *Paschoal Bianco e Cia* e *Passere Valerio Ltda*.

Outra reivindicação dos marceneiros era a validação jurídica de qualquer acordo entre patrões e trabalhadores passar a valer somente se os operários forem consultados em assembleia organizada pelo sindicato e com a assistência de um representante do Departamento Estadual do Trabalho.

### **Grandes Indústrias Menetti Ltda e a superexploração**

No dia 02 de outubro de 1937, entre as assembleias dos dias 28 de setembro e 08 de outubro, ocorre uma grande reunião na sede do Sindicato dos Marceneiros junto aos trabalhadores das *Grandes Indústrias Menetti Ltda*, já durante o período da *greve branca*.

A empresa praticava constantemente várias irregularidades, entre elas a obrigação dos operários trabalharem horas a mais, além do legalmente obrigatório. Estiveram presentes na atividade 43 trabalhadores, sendo que ao final do encontro foi assinada uma declaração de protesto contra a empresa e contra o deputado classista Bernardino de Oliveira, que visivelmente apoiava a empresa.

### **Deputado trai a classe trabalhadora**

Na Constituição Federal de 1934, quando Vargas já era presidente há quatro anos, foi criada a figura do *deputado federal classista* ou simplesmente *deputado classista*. Uma parte dos deputados para a Câmara Federal não seriam eleitos diretamente pelo voto popular, mas sim escolhidos pelos sindicatos, tanto patronais como de trabalhadores.

20 deputados classistas seriam escolhidos pelas entidades dos empregados e 20 pelas dos empregadores. O sistema funcionou para as 36ª e 37ª legislaturas, tendo deixado de existir com a instalação da ditadura do *Estado Novo*.

Essa informação, além de ser importante por si só, também é necessária para entendermos o contexto da greve branca de 1937. O motivo do movimento dos marceneiros era principalmente pelas condições de trabalho, mas também para protestar contra o deputado classista Bernardino de Oliveira. Na reunião referida acima, o Sindicato dos Marceneiros decidiu pleitear a cassação do mandato do parlamentar.

### **Controle sindical e uma nova assembleia**

O *Estado de Guerra*, decretado em março de 1936, teve como justificativa o combate à ideologia comunista e a preservação da segurança nacional. No entanto, serviu, na verdade, para que o presidente Vargas fosse eliminando, tanto no campo civil como militar, as resistências para o que viria a fazer em 10 de novembro de 1937 e duraria até 29 de outubro de 1945: o golpe dado por ele mesmo e que ficou conhecido como *Estado Novo*.

É nesse clima que, como uma primeira tentativa de solução às reivindicações dos trabalhadores, inclusive marceneiros, vários sindicatos remeteram, conjuntamente, um telegrama ao ministro do trabalho, ao ministro da justiça e também ao presidente Getúlio Vargas. No entanto, mesmo assim, o *Estado Novo* vigorou por 8 anos, reprimindo violentamente a ação do movimento sindical.

Ainda, para a realização da assembleia marcada para 08 de outubro de 1937 no período da greve branca, era necessária uma autorização governamental: Departamento Estadual do Trabalho e da Delegacia de Ordem Política e Social. Durante o Estado Novo sempre havia um policial presente nas assembleias.

### **A assembleia do dia 08 de outubro de 1937**

Algumas empresas, não filiadas ao sindicato patronal, estavam dispostas a conceder o reajuste solicitado de 25%, mas a associação dos empregadores insistia em não ceder absolutamente nada. Outro alerta aos trabalhadores foi a denúncia de que as empresas se organizaram para identificar os grevistas e não empregá-los mais. Em vista da intransigência patronal, a assembleia decidiu enviar um ofício ao general Pargas Rodrigues, comandante da 2ª Região Militar e responsável pelo Estado de Guerra em São Paulo para que tentasse interferir no impasse criado pelos empregadores.

### **A grande imprensa sempre ao lado dos patrões**

Ainda nos dias de hoje, é visível o lado assumido pela imprensa tradicional no Brasil. Os principais jornais, revistas e emissoras de televisão (inclusive a mais poderosa delas) defendem abertamente o sistema controlado pelas grandes empresas, principalmente as multinacionais. Complementarmente, apoiam os políticos que também se prestam a amparar os interesses internacionais das classes patronais.

O mesmo já ocorria no Brasil dos anos 1930. O então governo federal, conforme já debatemos, tinha como meta sufocar o movimento sindical, impedindo assim que os trabalhadores se organizassem e questionassem sistematicamente a ordem capitalista. Com esse objetivo, segundo vimos acima, cassou a autorização do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo. Os jornais impressos da época, no dia 05 de dezembro de 1937 não esconderam sua posição ideológica favorável à violenta arbitrariedade. Nos textos a seguir é possível verificar que os jornais simplesmente adotaram como verdade a versão do próprio governo. O conceito mais fundamental do jornalismo ético é recolher as opiniões de todas as partes que envolvem um assunto, o que não foi feito. Mais do que isso, ao não investigar as opiniões do Sindicato dos Marceneiros e de seu vice-presidente, assumem igualmente para si o ponto de vista governamental. A seguir reproduzimos alguns trechos ilustrativos da postura antissindical, conservadora e preconceituosa da mídia impressa paulista:

*“À frente desse Sindicato (dos marceneiros de São Paulo) encontra-se Francisco Bianchini, fichado no Partido Comunista Brasileiro. Ficou provado no inquérito que Bianchini não somente fazia propaganda do seu credo entre os elementos da classe a que pertence, como também na própria organização reconhecida pelo governo federal. (...) o delegado Venâncio Ayres acaba de enviar à autoridade competente um minucioso relatório com o pedido de fechamento do referido Sindicato, a bem da ordem pública”.*

*Folha da Manhã<sup>11</sup>, 05 de dezembro de 1937*

*“O Sr. Venâncio Ayres, delegado de Ordem Social, tendo em vista os superiores interesses da ordem pública em São Paulo, instaurou inquérito a fim de provar que atividades subversivas vinham sendo exercidas pelo Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Anexos de São Paulo.*

*Uma das principais provas (...) foi o fato de se encontrar à testa do referido sindicato, na qualidade de seu vice-presidente, o comunista Francisco Bianchini, fichado no Partido Comunista Brasileiro, conforme se verificou pela apreensão de respectiva cédula de inscrição.*

*Os antecedentes de Francisco Bianchini, deram-no como agitador perigoso. A inteira propaganda extremista desenvolvida por Bianchini não só dentro do sindicato que dirigia como também entre os operários das classes dos marceneiros e carpinteiros, prova que ele se achava disposto a levar esses trabalhadores até o ponto de colocá-los fora da lei.”.*

*Diário de São Paulo, 05 de dezembro de 1937*

*“(...) O chefe da revolução seria o próprio ex-guarda civil (Francisco Bianchini), já que os demais (os outros membros da direção do Sindicato dos Marceneiros) reconheciam as suas capacidades de agitador.*

---

<sup>11</sup> Jornal fundado em 1925 e que em 1960 muda o nome para “Folha de São Paulo”, denominação mantida até a atualidade.

*(...) consta desse inquérito (...) revelação absoluta da trama comunista que agitaria a nação (...) o que se passava nas reuniões (do Sindicato dos Marceneiros)” era um “(...) golpe arditosamente traçado por Bianchini”.*

Correio Paulistano, 05 de dezembro de 1937

Para as medidas sociais de Getúlio em favor dos trabalhadores, essa mesma imprensa era radicalmente contra. Os donos de tais meios de comunicação trabalharam incansavelmente até expulsarem Getúlio Vargas do poder em 1945. Contribuíram da mesma forma para sua morte em 1954. Estando cercado pela mídia, Vargas resolveu enfrentá-la. Estatizou em 1940 a *Rádio Nacional*, criada em 1936. Tornou-a a primeira rádio de alcance realmente nacional, cuja programação foi inovadora e referência em qualidade. Também ajudou Samuel Wainer a criar o jornal impresso “*A Última Hora*”<sup>12</sup>. Ambos meios de comunicação, durante os dois mandatos de Vargas (1930 a 1945 e 1950 a 1954), foram os únicos a apoiar o governo.

A história verdadeira é aquela que é justa, ou seja, reconhece a realidade como ela realmente foi, independente de agradar ou desagradar quem quer que seja. Getúlio Vargas, sem dúvida, causou um enorme dano ao movimento sindical brasileiro, presente até hoje. O fato, por exemplo, de os sindicatos necessitarem de autorização governamental para serem criados e terem a garantia do imposto sindical impede significativamente o avanço das organizações dos trabalhadores.

Por outro lado, Vargas tornou lei uma série de direitos e garantias trabalhistas. Ao mesmo tempo, buscava para o Brasil o desenvolvimento de um capitalismo autônomo e nacional, ou seja, que não fosse subordinado aos interesses do capital externo. Foi principalmente essa sua insistência que levou ao seu fim político e de sua própria vida em 1954. Aliás, essa estratégia de governo foi igualmente incorporada por seu principal afilhado político, João Goulart e também levou ao fim de seu governo na presidência da República, aos 21 anos de ditadura militar no Brasil e ao fim de sua vida em 1976.

---

<sup>12</sup> Foi criado em 1951 e comprado pela empresa que atualmente controla o jornal *Folha de São Paulo* em 1971.

## **Cassação do Sindicato**

Após a greve branca e o pedido de cassação do mandato de Bernardino de Oliveira, tudo isso em pleno vigor do *Estado de Guerra* e do *Estado Novo*, quando os direitos mais básicos estavam suspensos, prisões ocorriam arbitrariamente, além das torturas e da aberta perseguição aos comunistas; o Sindicato dos Marceneiros tem o seu pedido de fechamento encaminhado pela Delegacia de Ordem Social. Esta já havia instaurado um inquérito para “provar as atividades subversivas” exercidas pela entidade, especialmente na pessoa de seu vice-presidente e um dos fundadores: Francisco Bianchini. Filiado ao Partido Comunista, foi condenado por defender os seus ideais e os trabalhadores da categoria a qual pertencia. O delegado Venâncio Ayres pediu, no início de dezembro de 1937, o fechamento do Sindicato dos Marceneiros “a bem da ordem pública”. Além disso, Francisco Bianchini é retirado da diretoria.

## **Cancelamento da carta sindical dos marceneiros**

Em 05 de janeiro de 1938 é publicada no Diário Oficial da União a proposta de cancelamento da carta de reconhecimento do então chamado Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas de São Paulo. O motivo estava baseado em um relatório do delegado de Ordem Social do Estado de São Paulo.

O pedido foi aceito e assim o Sindicato perdeu o reconhecimento oficial. É importante ressaltar que, antes de Getúlio Vargas ter assumido a presidência da República, 1930, não existia Ministério do Trabalho. Quer dizer, para se criar um sindicato no Brasil não havia a necessidade de autorização governamental. Com a criação do Ministério, no mesmo ano da posse de Vargas, a exigência da concordância estatal passa a ser realidade. Além disso, desde 1937, o país vivia em uma ditadura instalada por Getúlio, o chamado *Estado Novo*, o que tornava a luta dos movimentos sociais e sindicais ainda mais difícil. Os marceneiros foram alvo direto das proibições.

### Um novo não aos marceneiros

A partir do cancelamento da carta de reconhecimento, o Sindicato dos Marceneiros inicia uma luta pela mais do que justa legalização. No entanto, o pedido é novamente indeferido, tendo sido o motivo alegado o não cumprimento do “*terço legal*”. Tal exigência provavelmente refere-se à comprovação da vinculação dos trabalhadores da categoria ao sindicato, seguindo, por óbvio, critérios determinados unilateralmente pelo governo ditatorial de Vargas. A negação foi comunicada pelo Diário Oficial da União em 09 de maio de 1938.

### Mensagem a Vargas

O jornal *A Folha da Manhã* divulgou, em sua edição de 01<sup>o</sup> de julho de 1938, o conteúdo de uma mensagem, enviada por meio de telegrama, pelo Secretário do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, José Giovanini, ao próprio Getúlio Vargas. O motivo se justificava pelo fato de o Departamento Estadual do Trabalho<sup>13</sup>, na pessoa do Ministro do Trabalho<sup>14</sup>, ter suspenso o recebimento de guias do Sindicato, assim como também os processos de férias, as indenizações e os salários.

*“Não tendo Ministro Trabalho solucionado questão cassação carta Sindicato Marceneiros São Paulo pedimos vossa urgente interferência caso. Departamento Estadual do Trabalho recusa guias e processos. Operários sindicalizados protestam”.*

---

<sup>13</sup> Órgão subordinado ao então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

<sup>14</sup> Waldemar Falcão, exerceu a função de 25 de novembro de 1937 a 13 de junho de 1941.

## **Os interventores no Sindicato dos Marceneiros**

Em reunião no dia 05 de abril de 1939 reuniu-se na sede do Sindicato dos Marceneiros, Praça da Sé, 53, 2ª sobreloja, sala 50, representantes sindicais para a realização da cerimônia de posse da diretoria interventora. Os trabalhos foram abertos por Lafaiete da Nóbrega e no evento estiveram presentes funcionários e responsáveis do Departamento Estadual do Trabalho, entre eles Villaça. Em seu discurso foi claro ao dizer que o Sindicato deveria seguir as orientações de Getúlio Vargas, o qual apresentou os membros da Junta Governativa: Manoel de Miranda, Emílio de Araújo e Carlos Morillia.

Outro fiscal do trabalho, que também fez uso da palavra, Saraiva, acentuou que a única política que deveria interessar aos sindicatos era a política do trabalho.

Entre meados de 1938, com a saída de Francisco Bianchini da direção do Sindicato e a posse dos interventores em 1939 uma nova tática foi assumida pelas lideranças dos marceneiros.

## **Fusão sindical**

O jornal Folha da Manhã em sua edição de 17 de agosto de 1940 publicou texto a respeito da então possível fusão entre o Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas e o Sindicato de Artífices em Madeira. Baseados no decreto-lei 1.402 de 05 de julho de 1939, as duas entidades sindicais estudavam a possibilidade de se tornarem um só sindicato.

## **Você é de esquerda ou de direita?**

Essas duas palavras, “esquerda” e “direita”, dentro do campo político, possuem significados de grande importância, pois são básicas para que possamos entender muita coisa.

Antes disso, porém, é necessária que outra questão seja explicada, trata-se do termo “política”. Quando a ouvimos, normalmente a associamos à política *partidária*. No entanto, política *partidária* é apenas uma das formas da *política*. Ela, a política, está presente o tempo todo em nossas vidas. No relacionamento de nosso trabalho, com nossa vizinhança e até mesmo com nossa família. Por exemplo, temos uma maneira em lidar com nossos filhos e vice-versa. Isso também é política.

Há também as políticas públicas, quer dizer, as políticas públicas na área da educação, saúde, moradia, transporte etc. Ainda, dentro das organizações privadas lucrativas e não-lucrativas, como empresas, entidades religiosas, esportivas e ligadas aos movimentos sociais (e sindicais) igualmente desenvolvem estratégias e visões da realidade que são, na verdade, também formas de *política*.

Portanto, a política, não é somente a *partidária*, mas envolve todas as ações sociais de maneira geral. Logo, quando você ouvir essa palavra, não a associe, exclusivamente, aos partidos políticos e eleições.

Voltemos à compreensão do que é “ser de esquerda” e “ser de direita”.

Os termos surgiram durante a Revolução Francesa entre 1789 e 1799. Nas Assembleias Nacionais, os partidários da nobreza se sentavam à direita do presidente e os que queriam a revolução, ou seja, a derrubada do Rei, se posicionavam à esquerda. No século 19, seguindo essa lógica, “ser de direita” passou a significar os que defendiam o sistema, quer dizer, o capitalismo e “os de esquerda” os contrários ao capitalismo, isto é, os que defendem o socialismo e o comunismo.

Agora, o que é capitalismo, socialismo e comunismo? Vejamos a seguir.

### **Capitalismo, Socialismo ou Comunismo?**

Capitalismo é a forma de organizar a sociedade onde o lucro passa a ser a sua base. Em outras palavras, uma empresa ou uma fazenda, por exemplo, não produzem seus bens e serviços para atenderem a necessidades humanas, mas sim para obterem, em primeiro lugar, o lucro. Essa lógica criou, atualmente, uma situação absurda onde apesar de se produzir riqueza mais do que suficiente para que todos os 7 bilhões de

habitantes do planeta vivam decentemente, ao menos 1 bilhão de seres humanos são pobres ou miseráveis. Se o sistema capitalista tivesse como prioridade as pessoas, isso não ocorreria. Há mais de 1 bilhão de homens, mulheres e crianças passando fome em um mundo com abundância de alimentos, pois essas pessoas não possuem dinheiro para poderem se alimentar, para poderem comprar. E comprar é primordial para que o lucro possa existir. Nesse sistema, toneladas de alimentos apodrecem ao lado de famintos. Trata-se de uma enorme contradição social.

A proposta socialista e comunista é radicalmente oposta. O objetivo da riqueza produzida é satisfazer necessidades humanas e não, fundamentalmente, produzir lucros para um grupo muito pequeno, isto é, os donos das empresas e fazendas. Isso somente é possível se tais empresas e fazendas não forem propriedades privadas, mas sim pertencerem a todos, forem propriedades coletivas.

Os patrões são os donos das empresas, logo, são capitalistas e de direita por defenderem o que está estabelecido. Sentimos essa realidade todos os dias em nosso trabalho e em nossas vidas. Se temos dinheiro, compramos e vivemos, se não temos, morremos.

Os trabalhadores, no capitalismo, não são donos das empresas onde trabalham. Do que os trabalhadores são donos? Somente de sua força de trabalho que provém de seu próprio corpo, nada mais. É, por isso, obrigado a vender a sua força de trabalho, o seu corpo, a um capitalista que, em troca, o “retribuirá” com um salário. Salário esse que, na maior parte das vezes, será somente o necessário para que o trabalhador possa continuar trabalhando e produzindo a riqueza que será apropriada por seu patrão. Como dissemos, se a empresa fosse propriedade dos trabalhadores, não haveria um patrão que se apropriaria, individualmente, do que foi produzido por todos. E, conseqüentemente, não haveria miséria na medida em que a riqueza seria apropriada coletivamente, dividida a todos e não só para o patrão... Ser a favor dessa mudança, é ser contrário ao capitalismo, ou seja, significa ser socialista ou comunista, logo, se você concorda com isso, você é de esquerda, contrário ao sistema estabelecido, mesmo que não saiba...

Na sociedade capitalista, os trabalhadores necessitam dos sindicatos para que, em conjunto, possam lutar contra a exploração capitalista e conquistar uma vida, ao menos, minimamente decente. Essa é a importância do sindicato no capitalismo.

### **Dois passos para frente, um para trás**

A saída de Francisco Bianchini da direção do Sindicato dos Marceneiros, a repressão governamental e policial, os ataques da imprensa, a reação à greve branca e o cancelamento da carta de reconhecimento do Sindicato dos Marceneiros levou a direção da entidade, a partir do final dos anos 1930 até a primeira metade dos anos 1940, a adotar uma posição cuidadosa em sua maneira de atuar.

Ao mesmo tempo em que trabalhava pela volta do reconhecimento oficial do Sindicato, passou a pensar no longo prazo, ou seja, fortalecer a entidade estrutural e financeiramente. Assim, poderia, no futuro, mudar sua estratégia a depender do contexto político do país. Um recuo estratégico. Não é demais recordar que entre 1937 e 1945 o Brasil viveu a ditadura varguista do Estado Novo.

Ideologias políticas de esquerda, adotadas pelo Sindicato dos Marceneiros desde a sua fundação até a perda da carta em 1937/1938, eram fortemente perseguidas por Getúlio. Aliás, foi justamente essa posição empregada pelos marceneiros que levou à perda do reconhecimento oficial.

### **Novamente o recuo estratégico**

Dentro da política de fazer o que é possível, para sobreviver e poder pensar o futuro, o Sindicato dos Marceneiros, junto a vários outros, entenderam que no momento – Ditadura de Vargas e controle sobre o movimento sindical – era preciso apoiar o governo, aproveitando o que fosse possível para poder se fortalecer e aguardar momentos mais propícios a novas formas de ação.

Em 25 de maio de 1938, portanto, o Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas de São Paulo junto a outros 28 sindicatos publicam folheto com a mensagem reproduzida literalmente abaixo:

**“BRASILEIROS!  
PROLETÁRIOS E POVO DE SÃO PAULO!**

*A hora presente reclama do proletariado e do povo de São Paulo sua solidariedade real na defesa da integridade nacional, em manifestação pública de suas convicções democráticas. A escolha do Brasil como campo de experiência das fórmulas políticas importadas culminou com a intentona integralista e o assassinato organizado pelos inimigos da Pátria contra a soberania nacional.*

*Impõem-se a unidade permanente do proletariado e do povo de São Paulo em torno do eminente chefe da nação, Sr. Dr. Getúlio Vargas, como afirmação de confiança nos princípios democráticos do Estado Novo.*

*Demonstrai, pois, a vossa solidariedade aos supremos interesses da nacionalidade, comparecendo à grande concentração trabalhista perante o digno Interventor Federal Dr. Adhemar de Barros<sup>15</sup>, no Largo da Sé, dia 29 de maio, às 3 horas da tarde.*

**PELO BRASIL UNIDO, FORTE E INDEPENDENTE!  
PELAS TRADIÇÕES DEMOCRÁTICAS DO POVO BRASILEIRO!”.**

Fica assim, evidente o apoio ao governo de Getúlio Vargas. Sublinhamos que se trata de uma forma de resistência e sobrevivência. A história imediatamente anterior do Sindicato dos Marceneiros era de contestação direta e radical do regime capitalista e do próprio Getúlio Vargas, conforme vimos a partir da atuação de Francisco Bianchini e o cancelamento da Carta Sindical dos marceneiros.

Ao final da ditadura varguista em 1945 (Estado Novo), o Sindicato dos Marceneiros voltou a se manifestar. Logo, se reconhece que os sindicatos, mesmo reprimidos, buscaram fazer valer, ao máximo possível, os direitos destinados aos trabalhadores por meio da legislação varguista.

---

<sup>15</sup> Não confundir com o Ademar de Barros Filho, também político, nascido em 18 de junho de 1929 e falecido em 09 de fevereiro de 2014.

## **Prestes e os marceneiros**

Em 10 de julho de 1945 o Sindicato dos Marceneiros publicou folheto convidando os trabalhadores da categoria para participarem de evento onde falaria Luis Carlos Prestes. A seguir reproduzimos na íntegra o texto:

*“Aos marceneiros, carpinteiros e demais trabalhadores em madeira*

*Convidamos os nossos companheiros de profissão a comparecerem, em massa, no dia 15, às 13 horas, no estádio do Pacaembu, para ouvirem a palavra do grande patriota e líder do povo Luiz Carlos Prestes, que mais uma vez indicará o caminho justo que todos os brasileiros deverão seguir para, pacificamente e dentro da ordem, resolverem os grandes problemas do povo e da nação.*

*Pela Unidade Nacional! Pela Democracia!*

*Pela solução pacífica da crise política brasileira!*

*Todos ao Pacaembu”*

## **A grande virada**

Segundo vimos anteriormente, em 1937 é feito o pedido de fechamento do Sindicato dos Marceneiros, em 1938 a carta sindical é cancelada e em 1939 toma posse a diretoria interventora. Foram impactos duríssimos sobre o livre e autônomo desenvolvimento sindical dos trabalhadores marceneiros. A solução encontrada foi o recuo estratégico, já referido, para simplesmente manter a própria existência até que o cenário nacional fosse alterado. E essa nova realidade ocorreu. Já no início de 1945 o governo Vargas estava bastante enfraquecido. A ditadura do Estado Novo já não se sustentava e em 29 de outubro de 1945 é obrigado a abandonar a presidência. Durante esse período, especialmente entre 1939 e 1945 o Sindicato é obrigado, para continuar sua sobrevivência, a assumir a defesa do governo Vargas e de muitas de suas ideias, principalmente, como não poderia deixar de ser, no campo sindical.

No entanto, um novo momento surge. Ainda em 1945, conforme vimos anteriormente, o Sindicato apoia explicitamente Luiz Carlos Prestes, um líder comunista já na época de projeção internacional.

### Organização no Local de Trabalho em 1945

Outra iniciativa de vanguarda do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo está em sua estratégia de, além da preocupação com as negociações coletivas e com os temas gerais relevantes para a sociedade, também, ao menos desde 1945, via como vital a Organização no Local de Trabalho (OLT). A organização do trabalhador no chão de fábrica ainda hoje é raridade na grande maioria das milhares de entidades sindicais brasileiras.

Na edição de 19 de dezembro de 1945 do jornal “Hoje<sup>16</sup>” foi publicada interessante matéria a respeito do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo onde se destacava, entre outros assuntos, a política de organização pela base. Vale a pena reproduzir um significativo trecho do texto:

*“Agora, o Sindicato dos Marceneiros (...) resolveu instituir comissões de associados do sindicato nas empresas (...). Visa a entidade, por esse meio, aumentar o contato entre o sindicato e os trabalhadores, pois os membros das Comissões de Empresas levarão ao conhecimento dos companheiros a notícia dos trabalhos a serem realizados pelo organismo de classe, dirimirão<sup>17</sup> questões entre colegas e patrões, promoverão a cobrança das mensalidades, aconselharão a conduta a ser seguida em circunstâncias difíceis que se apresentem, enfim, interessarão os trabalhadores, seus colegas, pelo sindicato e suas atividades. Por outro lado, essas comissões fiscalizarão as condições de trabalho nas empresas, solicitando medidas julgadas úteis ou necessárias, para melhoria das condições de seus companheiros.*

---

<sup>16</sup> Logo que o PCB voltou à legalidade em 1945 articulou publicações, algumas diárias, em cidades brasileiras, entre elas o jornal “Hoje” em São Paulo.

<sup>17</sup> Do verbo “dirimir”: tirar dúvidas, esclarecer.

*Submetidas a um regulamento, a ser ainda elaborado, as comissões de empresa representam iniciativa de grande alcance, que muito bons resultados têm obtido em países onde têm sido instituídas – como no Uruguai – pois interessam os trabalhadores pelas coisas do sindicato de classe, dirimem pequenas questões nos locais de trabalho e dão oportunidade a que muitos e muitos trabalhadores contraíam responsabilidades de direção, politizando-se, entusiasmando-se e ampliando os quadros de líderes trabalhistas, geralmente pouco numerosos entre nós.*

*Para entrosamento dos trabalhos, as Comissões de Empresa se reunirão semanalmente às quintas-feiras, na sede do sindicato, juntamente com a diretoria e os membros da ‘Comissão de Divulgação e Arregimentação’, para estudo de questões e prestação de informações. Por sua vez a ‘Comissão de Divulgação e Arregimentação’ se reunirá, em caráter ordinário também, todas as terças-feiras, para estudo e resolução de questões a serem adotadas.”.*

### **Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo**

Imediatamente após o final do Estado Novo em 1945, os sindicatos mais combativos do país passam a se articular para a realização do *Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo*. O evento marcaria, de certa forma, um ressurgimento do movimento sindical após o período de ditadura getulista. O Sindicato dos Marceneiros de São Paulo foi a organização que mais se empenhou para sua efetivação: não só integrava ativamente a Comissão Organizadora do Congresso, como também a sede da mesma era a sede do Sindicato dos Marceneiros na Praça da Sé. Em documento publicado em 20 de setembro de 1945 eram colocados como objetivos fundamentais do congresso os seguintes temas:

- Liberdade e autonomia sindical;
- Aperfeiçoamento da legislação trabalhista;
- Previdência Social;
- Padrão de vida;
- Fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil e

- Declaração de princípios da classe trabalhadora

Várias reuniões e grandes assembleias preparatórias ocorreram antes do congresso justamente para o aumento das possibilidades de seu sucesso. Esses momentos iniciais eram convocados e organizados pela própria Comissão Central do Congresso, mas também por Associações, Cooperativas de Consumo e pelo MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores). Cabe aqui uma breve referência a essa entidade sindical. Criado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1945, o MUT teve seu registro legal negado pelo Ministério do Trabalho sob o argumento de que não fazia parte da estrutura sindical oficial. Mesmo tendo tido seu manifesto assinado por 300 líderes sindicais representantes em 13 Estados no Brasil. Significou, de qualquer forma, a primeira organização sindical a enfrentar o oficialismo corporativo, rompendo com a estrutura vigente. Foi então fechado, no dia 03 de maio de 1946, pelo Departamento de Ordem Política e Social em nome dos delegados Venâncio Aires e Assunção Filho, tendo ainda sido a placa de sua própria fachada retirada de onde até então funcionava sua sede na Rua Liberdade. A União Sindical, da mesma forma que o MUT, igualmente foi fechada.

Em boletim distribuído no dia 20 de setembro de 1945 colocava-se ainda como necessidade para os trabalhadores e o povo em geral as seguintes reivindicações, reproduzidas literalmente a seguir:

*“(...) moradia higiênica e barata, maior assistência à invalidez e à velhice, (...) rapidez na Justiça do Trabalho; salário mínimo para os trabalhadores do campo; solução do transporte para o trabalhador; assistência à infância e à maternidade e educação gratuita e obrigatória à infância e à adolescência”.*

Percebe-se alguns sinais essenciais. Um deles está no fato de que, também desde esse período o movimento sindical de vanguarda tinha consciência de que a própria luta sindical extrapolava os limites da fábrica, sendo necessário buscar atuar por causas mais amplas na sociedade em geral. Essa estratégia ainda continua atual. Outra

conclusão do trecho acima se refere às reivindicações demandadas. São praticamente todas ainda fruto de pressão e luta dos movimentos sociais e sindicais.

O documento em questão comunica que adesões dos trabalhadores ao congresso serão recebidas nas dependências do Sindicato dos Marceneiros na Praça da Sé, 53 – 2ª sobreloja, sala 50. Outra observação ou comparação possível está em relação à semelhança entre o referido congresso e o MUT com a CONCLAT e a CUT no início dos anos 1980. Ambos foram, respectivamente, uma tentativa nacional e unificada de reflexão e ação dos trabalhadores.

A Comissão Central Executiva desse primeiro Congresso era assim composta:

- João Alexandre Manente: presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo entre 1944 e 1947
- Abelcio Bittencourt Dias: bancário
- Benedicto Neves Góes: portuário
- Roque Trevisan: tecelão
- Victor Savieto: metalúrgico
- Humberto de Fazzio: gráfico
- Cantidio Martins: comerciário
- Pedro Nascimento: pedreiro

### **Anistia aos trabalhadores marceneiros**

Fruto dos novos tempos, o Sindicato dos Marceneiros realizou assembleia no dia 29 de outubro de 1945 para anistiar os trabalhadores até então excluídos de seus quadros durante o Estado Novo, ou seja, a ditadura de Getúlio Vargas. Além do desligamento do sócio por motivos de pagamento das mensalidades, a causa essencial era política: aqueles que se manifestavam contrariamente a qualquer aspecto do governo

tornavam-se párias do movimento sindical. Nessa assembleia, por conta do fim do regime varguista, os trabalhadores seriam reintegrados.

### **A Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil**

Conforme vimos acima, entre os objetivos do primeiro Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo instalado no dia 09 de janeiro de 1945 e encerrado no dia 16, uma de suas metas era a fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil. Para isso, além das várias outras resoluções e teses aprovadas, decidiu o primeiro Congresso conceber uma Comissão Permanente para organizar um congresso nacional dos trabalhadores com a função de criar a CGT. Outro destaque foi a aprovação em se criar organizações que centralizassem nos níveis municipal e estadual o movimento sindical. Nesse sentido foi criada em 26 de fevereiro de 1946 a União Sindical dos Trabalhadores da cidade de São Paulo, onde um de seus mais ardorosos defensores era o Sindicato dos Marceneiros. Aliás, seu primeiro presidente, provisório, foi João Alexandre Manente, também presidente da entidade sindical dos marceneiros.

### **Os marceneiros e o grande comício de 1946**

A recém-criada União Sindical dos Trabalhadores da cidade de São Paulo e a Comissão Permanente do primeiro Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo realizaram em 27 de fevereiro de 1946 um grande comício no Largo da Concórdia, centro da cidade de São Paulo, para manifestarem, entre outras reivindicações, “repúdio total à Carta Fascista de 1937”<sup>18</sup>, segundo publicou o jornal “Hoje” em sua

---

<sup>18</sup> A “Carta Fascista de 1937” é a Constituição Federal Brasileira decretada em 10 de Novembro de 1937, por Getúlio Vargas, e que na prática significou o início da ditadura do Estado Novo. Concentrava enormes poderes nas mãos do Presidente da República, entre eles, a possibilidade do chefe do executivo nacional nomear os interventores estaduais e municipais, quer dizer, os governadores de Estado e Prefeitos – poder esse que foi exercido com afincos por Getúlio.

edição de 28 de fevereiro de 1946. No ato estavam presentes 30 mil trabalhadores, entre eles os marceneiros.

### **Liberdade sindical não alcançada**

O desejo de liberdade com o fim da ditadura do Estado Novo de Vargas (1937 a 1945) era profundo. Entre os principais obstáculos criados por Getúlio para o movimento sindical a partir de 1930 estão o próprio surgimento do Ministério do Trabalho, no caso seu poder em autorizar ou não a criação de uma entidade sindical e ainda o imposto sindical. Este último permite a manutenção de um sindicato mesmo que este não tenha sequer um único trabalhador filiado. Infelizmente, os dois instrumentos continuam até os dias de hoje, apesar do entusiasmo pós-ditadura varguista em se defender a extinção dos controles governamentais. Por exemplo, o jornal “Folha da Noite”, em São Paulo, chegou a publicar em manchete de sua edição de 14 de janeiro de 1946: *“A liberdade será decretada no país”*. Dutra foi eleito presidente do país, mas não aliviou e muito menos eliminou a repressão sindical. O pouco que se conseguiu foi resultado direto da luta e resistência dos sindicalistas e trabalhadores. Havia certo sopro de liberdade na vida social e política do país, mas não passou de uma pequena brisa.

O Departamento de Ordem Política e Social continuou funcionando, bem como a legislação corporativa e repressora de Vargas. Getúlio, tendo sido obrigado a deixar o poder, não perdeu seus direitos políticos. Por isso, o que era permitido na época, candidatou-se a Deputado Federal e a Senador. Ganhou com folga as duas vagas. E, para a presidência da República, apoiou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, nada mais do que seu ex-ministro da Guerra (hoje Comando do Exército).

Nenhuma federação ou confederação sindical podia ser criada, além das oficialmente reconhecidas pelo governo federal. O MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores) e a União Sindical ousaram enfrentar a Constituição fascista de 1937 e por isso, conforme já mencionado anteriormente, foram fechadas pela polícia.

Quase 30 anos depois, em 1983, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) repetiu tal feito e, por conta de vivermos o final da outra ditadura, a iniciada em 1964 e

terminada em 1985, não foi também fechada como suas antecessoras. Houve ainda uma nova tentativa de criação de uma central sindical não oficial. Tratou-se da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Fundada em 1962 e nunca reconhecida pelo Ministério do Trabalho foi, por óbvio, sumariamente fechado pelos militares golpistas de 1964.

Outro exemplo da intolerância sindical, que continuou durante o governo Dutra, foi o fechamento, em 11 de maio de 1946, do combativo Sindicato dos Estivadores de Santos. O delegado do Departamento de Ordem Social e Política de Santos, Elpídio Read, alegou que o fechamento foi, segundo suas próprias palavras, *“reflexo das perturbações ocasionadas por elementos de ideologias extremistas infiltrados na classe dos estivadores”*. Quer dizer: *elementos de ideologias extremistas* eram simplesmente pessoas que pensavam diferentemente e por isso questionavam o governo e o sistema capitalista.

Dentro desse mesmo contexto, em 06 de julho de 1946, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André foi preso.

### **O nascimento da CNTI, parte I**

O presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, já referido, além das graves restrições ao movimento sindical, patrocinou um golpe sobre a organização dos trabalhadores sentido até hoje.

Impulsionado pelo entusiasmo do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo ocorrido em 1945, foi realizado em setembro de 1946, o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil. Com mais de dois mil delegados sindicais de todo o país, entre as mais importantes resoluções finais estava a fundação da Confederação dos Trabalhadores Brasileiros (CTB). Entretanto, um grupo de até 200 delegados sindicais, junto com o Ministro do Trabalho, Octacílio Negrão de Lima, e a revelia do mencionado congresso sindical nacional, propuseram a criação de outra central sindical, a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT – hoje CNTI: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), concretizada por decreto em 25 de outubro de 1946.

## **O nascimento da CNTI, parte II**

A CTB, fundada em congresso nacional por quase dois mil representantes sindicais, inicia uma luta judicial contra a então CNT, a qual saiu vitoriosa. A CTB, por sua vez, foi dissolvida, também por decisão judicial, em 15 de julho de 1948. O Sindicato dos Marceneiros havia sido filiado a ela, a CTB. Esse foi um dos motivos para a intervenção que sofreu entre 1947 a 1950.

## **CNTI, os marceneiros e o 13º salário**

O 1º Congresso da CNTI, realizado no ano de 1949 no Rio de Janeiro, aprova a proposta de se defender a criação do 13º salário aos trabalhadores de todo o Brasil. Essa ideia teve origem de uma bandeira defendida pelo Sindicato dos Marceneiros de São Paulo que, inicialmente, demandava a participação nos lucros das empresas, mas, enquanto isso não ocorresse, que fosse, ao menos, instituído o 13º salário. Era realmente uma posição de extrema vanguarda e ousadia defender, em 1949, a participação dos trabalhadores nos lucros capitalistas!

## **Algumas curiosidades do dia a dia da direção do Sindicato dos Marceneiros**

- 23 de julho de 1934: início difícil, poucos recursos, sem condições de pagar sequer um funcionário, por isso contaria com o trabalho voluntário de diretores, pagando-lhes somente um custo mínimo de 16\$00 por dia.
- 06 de agosto de 1934: aprovada associação à Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo, tendo Miguel Notari e José Guilhelmetti como delegado e substituto respectivamente.

- 13 de agosto de 1934: a decisão anterior é cancelada, pois a Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo não era oficial!
- 15 de agosto de 1934: trabalhadores sócios de outros sindicatos, com sede em outras cidades, são transferidos para o Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, mudança que gera descontentamento...
- 20 de agosto de 1934: marceneiros tentam arrecadar recursos financeiros para o Sindicato dos Garçons que em Santos estavam em greve. A campanha foi realizada por meio de listas entre os próprios trabalhadores marceneiros.
- 27 de agosto de 1934: são arrecadados, com o fim acima, 50\$000 (réis) para o Sindicato dos Trabalhadores em Marcenarias e Classes Anexas do Rio de Janeiro. Seu representante, Brasilino Brezzante, solicita também “apoio moral”, além do financeiro.

Os marceneiros de São Paulo marcam sua primeira Assembleia Geral para o dia 30, que é Extraordinária.

- 03 de setembro de 1934: aprova-se que nas Assembleias Gerais seria permitido participar somente trabalhadores sócios! (resultado do controle sindical exercido por Vargas). É também aprovado que os trabalhadores marceneiros que estavam associados ao Sindicato dos Operários em Fiação e Tecelagem deveriam ser transferidos para os marceneiros.
- 10 de setembro de 1934: início da primeira campanha salarial: aprovada impressão de cinco mil circulares. Entregue 72\$500 réis em doação ao Sindicato dos Garçons de Santos, por meio de seu presidente Sr. Torres. Durante a semana diretores passam a ter direito ao *Passe de Bonde*.

- 17 de setembro de 1934: em greve, o Sindicato dos Marceneiros do Rio de Janeiro e de São Bernardo do Campo recebem, cada um, 200\$000 réis do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo.
- 15 de outubro de 1934: Sindicato dos Marceneiros do Rio de Janeiro, por estar fechado pela polícia, ainda não havia recebido a doação.
- 05 de novembro de 1934: doado 10\$000 réis para o Sindicato dos Metalúrgicos e dos Chapeleiros e Tecelões.
- 19 de novembro de 1934: comprado livro para se anotar nomes de colegas que fazem propaganda contra o sindicato e “maus elementos”.
- 10 de dezembro de 1934: decide-se, de maneira definitiva, pela não filiação à Frente Única, não considerada oficial pelo então Ministério do Trabalho. É deliberado pagar-se 500\$000 réis ao Sr. Victor Braece que oferece serviços para ajudar no reconhecimento do Sindicato dos Marceneiros.
- 21 de janeiro de 1935: entre a direção do Sindicato, discute-se a “lei de 8 horas”, ou seja, a redução da jornada diária. Vemos que tal luta, ainda não conquistada por muitas categorias de trabalhadores, é uma antiga bandeira da classe operária.
- 28 de janeiro de 1935: a empresa *Liceu de Artes e Ofícios* se nega a pagar férias referentes ao ano de 1933. Afirmam que se fosse necessário iria recorrer até o Supremo Tribunal.
- 25 de fevereiro de 1935: a empresa *Casa Galli* diz que com dinheiro compra qualquer pessoa...
- 11 de março de 1935: trabalhadores na *Serraria Aliança* têm de recorrer ao Sindicato para que a empresa pague as férias! Recordamos que o pagamento

de férias já estava reconhecido aos trabalhadores filiados aos seus respectivos sindicatos.

- 20 de março de 1935: primeira manifestação de criação da biblioteca do próprio sindicato.
- 03 de junho de 1935: sindicato oferece médico e já discutia dentista. Além de o governo incentivar a oferta de serviços médicos e odontológicos pelo sindicato, este via a prestação de tal tipo de serviço também como uma forma de atrair militantes e sócios para o sindicato. Empresas não respeitam ou não reconhecem o Sindicato dos Marceneiros.
- 24 de junho de 1935: marceneiros de São Paulo apoiam trabalhadores em greve na tecelagem *Ítalo-Brasileira*, bem como, novamente, os marceneiros do Rio de Janeiro.
- 01 de julho de 1935: trabalhadores na *Serraria Maluf* e também na *Serraria Paula Souza* vão ao Sindicato dos Marceneiros reclamar o não pagamento das férias de 1933. As respectivas empresas anunciam que fossem os operários até o Ministério do Trabalho (Departamento de Trabalho) reivindicar o que julgassem direito. Pior ainda, trabalhadores na *Casa Alemã* reclamam ao sindicato que a empresa somente os paga quando bem entendem.

É passada doação ao sindicato dos tecelões por conta da greve na tecelagem ítalo brasileira.

- 11 de julho de 1935: é doado mais 113\$ réis ao Sindicato dos Tecelões, ainda por conta da greve na *Ítalo-Brasileira*.

É feita queixa no Departamento do Trabalho (órgão vinculado ao Ministério do Trabalho) contra a empresa *Salim Maluf*.

- 15 de julho de 1935: continua o trabalho para obtenção da *Carta Sindical*. O Sr. Castilho (provavelmente advogado contratado para tal fim) retorna ao Rio de Janeiro (até então capital do país) para continuar seu trabalho.
- 22 de julho de 1935: a direção decide enviar ofício de queixa à *Serraria Maluf*. Operários alegam que “o dito industrial” quer que trabalhem 11 horas por dia. Para as horas extras a empresa paga acréscimo de somente 5%.
- 29 de julho de 1935: o Sindicato envia 46\$000 réis ao Sindicato dos Tecelões.
- 05 de agosto de 1935: é deliberada a impressão de 1000 circulares para divulgar assembleia a ser realizada no dia 15 seguinte, 5ª feira, 20h. Trata-se dos primeiros, senão o primeiro, impresso do sindicato. O Departamento do Trabalho pede que seja eleito um *delegado eleitor*, tendo sido indicado Domingos Greco. Este representaria o Sindicato dos Marceneiros junto ao órgão do Ministério do Trabalho.
- 12 de agosto de 1935: discussão sobre o salário mínimo (o salário mínimo foi instituído por Vargas em 1930, mas somente passou a vigorar efetivamente em 1º de maio de 1940 por meio do Decreto-Lei 2162, quando seus valores foram fixados).
- 22 de agosto de 1935: continua a discussão sobre o salário mínimo, cujo debate também está sendo feito por outros sindicatos. O dirigente Silvio Zamferrari afirma que o Sindicato dos Pintores elaborou uma tabela começando “pelos gêneros de primeira necessidade” para, a partir de tais dados, propor um valor para o salário mínimo. São impressas mais 200 circulares para divulgação da assembleia do próximo dia 30.
- 05 de setembro de 1935: o Congresso Sindical envia convite para que o Sindicato dos Marceneiros destinem representante para a assembleia da

entidade. Foram indicados Silvio Zamferrari e Domingos Greco. O Sindicato também aprova doação de 30\$000 réis para o Congresso Sindical.

- 26 de setembro de 1935: decide-se imprimir 1000 cédulas para eleição da diretoria do Congresso Sindicalista Municipal, além de o envio de representantes do Sindicato dos Marceneiros para a assembleia da referida entidade. Foram escolhidos José Giovanini e Lafayette Nobrega.
- 10 de outubro de 1935: é autorizada a impressão de 500 “circulares” para divulgação da assembleia do dia 18 seguinte. O Sindicato dos Marceneiros fica com 10 cartões de rifa para auxiliar o Sindicato dos Condutores de Veículos. Nesse dia 18 ocorrerá também a posse da nova diretoria dos marceneiros. Todos os sindicatos de São Paulo são convidados.
- 17 de outubro de 1935: o Sindicato dos Marceneiros decide filiar-se ao Congresso Sindicalista Municipal. Para isso passa a contribuir financeiramente, todo mês, com o valor de 10\$000 réis.
- 24 de outubro de 1935: o Sindicato dos Marceneiros apoia o Sindicato dos Operários em Tração, Força e Luz de São Paulo que luta pelos trabalhadores na Cia. Light. Um dos exemplos tratava-se de um caldeireiro, com quase 10 anos de serviço, que foi demitido após ter, em acidente de trabalho, perdido três dedos!
- 14 de novembro de 1935: a direção do Sindicato dos Marceneiros preocupa-se com a grande quantidade de sócios com suas mensalidades em atraso, decidem que a melhor ação seria o estabelecimento de acordos. Também decide mudar de sala, pelo espaço atual ser muito pequeno.
- 21 e 28 de novembro de 1935: devido ao *Estado de Sítio*, que seria aprovado em 25 de novembro, a direção do Sindicato dos Marceneiros resolve “não mandar imprimir os manifestos elaborados pelo presidente (...)”. Há a mudança

de sede conforme decisão da reunião anterior. Muda-se para a sala 14, também alugada.

- 12 de dezembro de 1935: a diretoria do Sindicato dos Operários em Tração, Luz e Força de São Paulo é interdita pela polícia política de Getúlio Vargas. O Sindicato dos Marceneiros lê manifesto da União dos Trabalhadores em apoio aos trabalhadores e organiza arrecadação de dinheiro aos seus companheiros sindicalistas da referida categoria.
- 06 de fevereiro de 1936: continua o processo de tentativa do reconhecimento (Carta Sindical) e o sindicato começa a estudar a possibilidade de fundar uma “*cooperativa syndical*”.
- 05 de março de 1936: mais mil circulares para sócios. São os embriões da imprensa sindical do Sindicato dos Marceneiros. As reuniões dos marceneiros são paralisadas até 07 de outubro de 1936 por conta do *Estado de Guerra*.
- 07 de outubro de 1936: Junto a outros sindicatos instalados no mesmo prédio, alugou-se um salão, também no mesmo edifício, que seria usado por todas as referidas entidades para realização de assembleias. Os marceneiros ficariam com uma parte maior para instalar sua cooperativa. Bianchini começa a trabalhar como funcionário do Sindicato e também para a cooperativa (até então as funções eram exercidas por um diretor do Sindicato dos Marceneiros, Mario Bruschi). Isso parece refletir a consciência da direção do Sindicato em começar a profissionalizar a gestão e a garantir que lideranças, de grande capacidade e perseguidas pelo governo, continuassem atuando para a categoria.
- 21 de outubro de 1936 e 04 de novembro de 1936: No espaço alugado pelo sindicato passariam a trabalhar dois advogados particulares que não pagariam sua parte correspondente do aluguel, mas atenderiam gratuitamente aos trabalhadores da categoria.

É também enviado pedido ao Departamento do Trabalho (órgão do Ministério do Trabalho) para reconhecimento da Federação dos Trabalhadores no setor industrial. O pedido foi feito e assinado pelos marceneiros e gráficos. Vemos que o controle estatal sobre a autorização ou não de fundação de uma entidade sindical estava em plano vapor. Até 1930 isso não existia... os trabalhadores é quem decidiam...

Um manifesto foi distribuído aos trabalhadores marceneiros, mas antes foi revisado pela polícia política. Recordamos que a ditadura de Getúlio, o *Estado Novo*, começou somente no ano seguinte, tendo sido finalizada em 1945. Isso significa que a fiscalização, proibição e perseguição aumentariam ainda mais.

- 07 de novembro de 1936: o sindicato vai se estruturando (móveis, espaço, materiais diversos, de escritório etc), inclusive “aceitando” profissionais médicos e dentistas “para atender aos associados”.
- 18 de novembro de 1936: o sindicato não envia representantes à conferência realizada pela Organização Sindical Paulista nas dependências do Departamento do Trabalho. É uma clara manifestação de descontentamento em relação ao controle varguista sobre o movimento.
- 09 de dezembro de 1936: constantemente membros da diretoria do sindicato abandonavam suas funções executivas, pressionados principalmente pela perseguição dos patrões, controle estatal e baixos salários. Os diretores sindicais não tinham suporte para se manterem enquanto tal, ou seja, tinham de exercer normalmente suas atividades profissionais e ao mesmo tempo construir o sindicato da categoria em que estavam.
- 16 de dezembro de 1936: sindicato empresta recursos financeiros para trabalhadores da categoria em dificuldades.
- 30 de dezembro de 1936: a cooperativa do sindicato “teve ‘permissão` da delegacia de Ordem Política e Social para se reunir todas as sextas-feiras”!

Vejamos que, mesmo antes da ditadura de 1937, o clima de proibição já era acentuado.

- 23 de outubro de 1943: marceneiros participam de festa de dois anos de reconhecimento do Sindicato dos Mestres e Contramestres na Indústria de Fiação e Tecelagem no Estado de São Paulo.

Interessante: existia na época um *Conselho de Racionamento de Gasolina*, os marceneiros enviam ofício ao mesmo solicitando quota para poderem realizar atendimento médico aos seus associados. Apresentam ainda memorial solicitando, na reunião dos Presidentes de Sindicatos, construção de casas para os operários em geral. Isso demonstra que no Brasil, e os marceneiros contribuíram bastante para isso, os sindicatos foram os primeiros grandes defensores dos direitos sociais do povo, além é claro, dos direitos trabalhistas propriamente ditos. Antes deles, de maneira abrangente, não havia nenhum tipo de entidade social, inclusive os governos, que se preocupavam pelos direitos sociais.

Os sindicatos eram obrigados a manter representação na Delegacia de Ordem Política e Social, o que também era o caso dos marceneiros e no *Gabinete de Investigações*. Os trabalhadores viviam um dos piores momentos da ditadura do *Estado Novo*.

Ao menos desde 1941 já havia disputa, entre as entidades sindicais, pelo imposto sindical. Exemplo é o caso do imposto que era destinado ao Sindicato dos Carpinteiros e Serrarias e, segundo os Marceneiros, lhes pertencia. Os carpinteiros acabaram ganhando por decisão do Ministério do Trabalho.

- 29 de janeiro de 1944: continua debate sobre prestação de serviços (agora se discute convênio com farmácia), decide-se imprimir três mil “circulares” para divulgar aos associados e não-associados os serviços médicos e odontológicos prestados pelo sindicato.

- 19 de fevereiro de 1944: sindicato já conta com consultório médico, laboratório de análises, gabinete dentário, biblioteca etc. Fala-se em imprimir duas mil cópias do estatuto do sindicato, com ilustrações, para distribuição aos trabalhadores. Nota-se que o estatuto havia sido feito de acordo com o *modelo Padrão dos Estatutos dos Sindicatos de Trabalhadores*, “oferecido” pelo Ministério do Trabalho.

## **CAPÍTULO 2 - DÉCADA DE 1950**

### **ANOS NADA DOURADOS...**

*Se os demais sindicatos acatarem a nossa iniciativa e estiverem dispostos a lutar conosco, temos absoluta certeza de que sairemos vitoriosos nesta verdadeira cruzada contra os exploradores.*

*Celgio Valvassore, vice-presidente do Sindicato dos Marceneiros – declaração dada em 1952*

## Interventores e Junta Governativa nos Marceneiros

Vimos ao analisar a história do Sindicato dos Marceneiros nas décadas de 1930 e 1940 que durante 15 anos, até 1945, Vargas criou vários instrumentos para monitorar e reprimir o movimento sindical. Erroneamente, muitas vezes se atribui exclusivamente ao governo de Getúlio, principalmente no primeiro período (1930-1945), seu perfil ditatorial. O novo governante (janeiro de 1946 a janeiro de 1951 – Eurico Gaspar Dutra) não abriu mão da opressão aos movimentos sociais, partidos de esquerda e movimento sindical. Mesmo porque, devemos lembrar, Dutra foi Ministro da Guerra (nome anterior do atual Ministério da Defesa) de Getúlio de 1936 a 1945.

Por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947 foi cassado; relações diplomáticas com a ex-União Soviética foram rompidas; em 1948 todos os parlamentares do PCB foram cassados, incluindo-se o então senador Luis Carlos Prestes e os deputados federais Jorge Amado, Carlos Marighella, Maurício Grabois, João Amazonas, Gregório Bezerra entre outros nove; além disso, em 1947 Armando Mazzo, que seria o primeiro comunista prefeito no Brasil, também não pode assumir o mandato na cidade de Santo André; a antiga CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil) foi fechada e o Ministério do Trabalho decreta, em 07 de maio de 1947, intervenção em vários sindicatos, inclusive no Sindicato dos Marceneiros.

De 19 de maio de 1947 a 08 de dezembro de 1950 o Sindicato dos Marceneiros esteve sob intervenção (fato que, como veremos, foi repetido após o Golpe Militar de 1964) durante o governo de Eurico Gaspar Dutra.

Os interventores Manoel Miranda, Abílio Nunes e Antônio Bruno de Oliveira – no dia em que deixaram a direção executiva do Sindicato (08 de dezembro de 1950), fizeram um breve balanço dos três anos de intervenção, devidamente registrados em ata. Nela, salientaram realizações que julgavam positivas: aumento em 1.500 do número de trabalhadores associados (entre esses 40 foram anistiados em relação ao pagamento das mensalidades atrasadas), reforma da sede entre outros benefícios. Ao mesmo tempo, reafirmaram sua posição de serem contrários ao que chamavam de “partidarismo”. Provavelmente o que classificavam como “partidarismo” era uma

crítica aos membros comunistas do Sindicato. Nesse sentido, se diziam “incompreendidos” e “combatidos”.

Ficou também registrado que a direção interventora pagava bonificações natalinas para colaboradores e prestadores de serviços ao Sindicato, entre eles estavam membros da Justiça do Trabalho e da Polícia.

### **Volta às bases**

Ao longo do Estado Novo (1937-1945) até os primeiros dois ou três anos da década de 1950, a orientação do PCB era de que os seus militantes sindicalistas deveriam abandonar as direções dos sindicatos e voltar a organizar a base. Segundo o PCB, os sindicatos tomados, dominados e limitados pelo corporativismo oficialista de Getúlio não eram campos férteis para a ação política. Com o fim do autoritarismo varguista e mesmo de seu sucessor, Eurico Gaspar Dutra, a estratégia partidária dos comunistas foi mudada e então os militantes voltaram a disputar as direções dos sindicatos.

O Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo, no começo dos anos 1950, nesse sentido, teve eleito para a sua presidência Salvador Rodrigues, um membro ativo do PCB<sup>19</sup>. Veremos logo a seguir que, nos anos 1950, o Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo se transformou em vanguarda nacional do movimento sindical brasileiro.

### **Os marceneiros renascem e ousam com o *Sindicato Cidadão***

Desde sua fundação em 1934 até o final dos anos 1940, o Sindicato dos Marceneiros foi marcado por, principalmente, um período de consolidação. Isto é, essa primeira fase foi muito importante para que fosse possível garantir sua existência enquanto entidade sindical, mesmo em um ambiente bastante adverso.

---

<sup>19</sup> Essas informações foram fornecidas por Joel Alves de Oliveira em depoimento no ano de 2014. As mesmas lhe teriam sido diretamente passadas por Américo Stefani, diretor do Sindicato na segunda metade dos anos 1940.

Muitas vezes foi obrigado a recuar ou manter posições mais modestas para que simplesmente não fosse fechado pelo governo Vargas.

No entanto, a década seguinte, os anos 1950, representou uma grande mudança na política dos marceneiros. Ao mesmo tempo em que já se encontravam consideravelmente fortalecidos, o governo de Vargas sofria grande desgaste e por isso encontrava-se enfraquecido. Essa situação era, ao mesmo tempo, boa e ruim aos trabalhadores. Ruim, pois os ataques que abalavam o governo vinham dos capitalistas nativos e especialmente internacionais, descontentes com a orientação nacionalista de Getúlio Vargas, notadamente na política industrial. Ou seja, era priorizada a manufatura de origem brasileira, o que causava muitos incômodos à burguesia multinacional.

Por outro lado, com a debilidade do governo federal, os trabalhadores puderam começar a questionar o rígido controle estatal de suas atividades políticas. Sem correr o risco de se cometer exageros, os marceneiros, nesse contexto, representaram, juntamente com alguns outros sindicatos, a vanguarda do movimento sindical brasileiro.

Ou seja, os anos 1950 constituíram, para o Sindicato dos Marceneiros, o seu segundo nascimento. Foi nessa época em que se mostraram extremamente combativos, ousados e criativos. Uma marca muito forte era a consciência de que o sindicato deveria obviamente lutar por salários e condições de trabalho, mas que essa luta, de forma alguma, estava descolada da luta geral por direitos relacionados à sociedade em geral: carestia, liberdades etc.

Assim é possível afirmar que a hoje reconhecida política do *Sindicato Cidadão* teve os seus primeiros embriões, de forma bastante significativa, no Sindicato dos Marceneiros durante os anos 1950.

Na sequência, mostramos alguns dos principais movimentos e realizações que colocaram o Sindicato dos Marceneiros na história do sindicalismo brasileiro.

## **Rolha na Polícia**

Nos anos 1950, até início da década seguinte, a repressão nas ruas contra o movimento sindical era normalmente praticada pela cavalaria. No hoje centro velho da cidade de São Paulo, os trabalhadores que se manifestavam eram perseguidos pelos policiais montados em cavalos. Por exemplo, ao tentarem se dispersar na descida da Rua Florêncio de Abreu, eram cercados e assim atacados de maneira violenta e covarde. Não demorou muito para que criassem alternativas, uma delas foi o uso de rolhas de cortiça, principalmente por parte dos trabalhadores marceneiros. Quando os policiais a cavalo se aproximavam na descida da Rua Florêncio de Abreu, os trabalhadores despejavam na rua sacos com rolhas de cortiça. Os cavalos, dessa maneira, acabavam perdendo o equilíbrio e caindo, o que livrava os trabalhadores de muitas pancadas.

## **Janela dos marceneiros**

Outra opção dos trabalhadores para escapar quando perseguidos pela polícia em manifestações na Praça da Sé e arredores era a sede dos marceneiros no Palacete Santa Helena, a “Fortaleza da Sé”. No Sindicato havia uma janela que servia como fuga aos que tentavam se esquivar da perseguição da polícia.

## **A “Marcha do Protesto”**

Em 18 de janeiro de 1952, 2 mil trabalhadores marceneiros, em sua maioria de terno e gravata – vestuário masculino comum para a época – realizaram manifestação e passeata pelas ruas do centro de São Paulo para fazer garantir os seus direitos básicos há muito negados. Protestaram não só contra os patrões, mas também contra o governo federal, até então presidido por Getúlio Vargas. Lutavam pelas necessidades mais fundamentais.

Às 15h, partindo da sede do Sindicato na Praça da Sé, 53 (2ª sobreloja), vão pela Barão de Paranapiacaba, Quintino Bocaiúva até o número 117 da José Bonifácio. Lá a direção sindical, e os trabalhadores, pedem para serem recebidos por representantes do sindicato patronal: o Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias e Tornoarias de São Paulo. Com a recusa, os trabalhadores-manifestantes começam a gritar palavras de ordem (*30% de aumento já! Abaixo a miséria!*) e a agitar os cartazes que levavam consigo. Sob pressão, o sindicato patronal acabou cedendo e o seu secretário, Orlando Tonini, recebeu a diretoria e a *comissão de reivindicações* dos marceneiros para a entrega do *memorial de reivindicações*. Enquanto isso, outro grupo de trabalhadores marceneiros se concentrava nas escadarias do Teatro Municipal expondo à população os motivos de sua luta.

O dia de cobranças ainda não estava terminado. Em seguida, passaram pela Rua Libero Badaró, Viaduto do Chá e no número 88 da Barão de Itapetininga se agruparam em frente ao Sindicato Patronal da Indústria de Marcenaria. Aos gritos de “*Liberdade Sindical!*” e “*Vivas aos aumentos e morras (sic) aos patrões*” também entregaram o *memorial de reivindicações* onde detalhavam as dificuldades da categoria e a justificativa para o reajuste salarial. Naquele momento, policiais do *Deops*<sup>20</sup> tentaram mudar o itinerário da passeata, mas não obtiveram sucesso.

Após a entrega dessa segunda pauta de reivindicações, ainda em frente ao sindicato patronal, algumas lideranças se pronunciaram à multidão de trabalhadores com o objetivo de orientar e organizar os próximos passos. Falou primeiro o secretário geral do sindicato dos marceneiros que destacou a difícil situação dos trabalhadores, exigindo uma resposta satisfatória. Na sequência falou o deputado estadual José Porfírio da Paz<sup>21</sup>. Este, apesar de ter tido o uso da palavra respeitado, não era exatamente reconhecido pelos trabalhadores. Em seguida, o que pode comprovar o

---

<sup>20</sup> O DEOPS foi uma espécie de polícia política brasileira criada em 1924 e extinta em 1983. Tratava-se de um órgão governamental cuja missão, especialmente ao longo das ditaduras do Estado Novo e a iniciada em 1964, era impedir questionamentos sobre a ordem estabelecida. Para isso, reprimiu violentamente os movimentos sociais ou quem quer que lhes parece-se uma ameaça. Da mesma forma que a Inquisição da Igreja Católica Romana (séculos XII a XIX) utilizava técnicas de tortura e censura para combater os que pensassem diferentemente.

<sup>21</sup> Seria vice-prefeito e prefeito da cidade de São Paulo entre 1954 e 1955 e vice-governador de São Paulo entre 1959 e 1963, falecendo em 1983. É um dos fundadores do São Paulo Futebol Clube e autor de seu hino

comportamento democrático da assembleia dos trabalhadores, falaram os representantes patronais. E, por óbvio, tentaram justificar os atrasos entre outras dificuldades relacionadas aos trabalhadores. Tarefa difícil, pois desde 1946 a categoria dos marceneiros não tinha nenhum reajuste, sendo que a luta contra tal exploração vinha desde junho de 1951.

Enfim, os patrões, na assembleia, pediram aos trabalhadores três dias para uma resposta. Ainda durante a fala dos patrões, um trabalhador marceneiro, integrante da *comissão de reivindicações* se levanta e diz: “*É bom que os patrões respondam o quanto antes, pois a classe já não suporta tanta miséria!*”.

Terminados os pronunciamentos, por volta das 16h30, todos se dirigem às escadarias do Teatro Municipal para se juntarem aos demais trabalhadores que lá estavam. Mais alguns discursos foram feitos, entre eles, o do operário Aldo Lombardi, secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que demonstrou solidariedade à luta dos marceneiros. Após isso, os manifestantes iniciaram o trajeto de retorno descendo pela Praça Ramos de Azevedo, Avenida São João, Praça Antônio Prado, Rua 15 de Novembro até a sede do sindicato na Praça da Sé.

A “*Marcha do Protesto*” passou para a história como um dos principais movimentos não só de organização e reivindicação dos trabalhadores marceneiros, mas também, e talvez principalmente, de contestação contra o forte esquema de repressão e cooptação, ainda em vigor, exercido desde 1930 com o governo Vargas. Nos dias que antecederam e sucederam o dia 18 de janeiro, o delegado representante do Ministério do Trabalho em São Paulo, Ênio Lepage, tentou intimidar o Sindicato dos Marceneiros com ação policial e intervenção, mas não obteve êxito.

### **Num só corpo**

O principal resultado da *Marcha do Protesto* foi a proposta de um plano de ação com o objetivo de diminuir o custo de vida dos trabalhadores de todo o país. O *Sindicato dos Marceneiros e Oficiais das Indústrias de Serrarias de São Paulo* tomou a iniciativa de desencadear tal ofensiva, juntamente com outros sindicatos. O projeto, após ser discutido entre diversas categorias e liderado pelos marceneiros, seria em seguida

negociado com o governo federal, representado pelo presidente da delegacia regional do trabalho, Ênio Lepage.

Em entrevista publicada na edição do dia 19 de janeiro de 1952 do jornal *A Hora*, dirigentes do sindicato dos marceneiros esclarecem a proposta:

*“O custo de vida subiu, atualmente, de maneira assustadora. Como orientadores do sindicato, achamo-nos na obrigação de defender os nossos sindicalizados contra a sanha voraz dos exploradores do povo e responsáveis pela atual alta de preços, que não tem justificativa alguma. Os sindicatos reunidos, num só corpo, podem criar uma situação favorável às autoridades para coibir esses abusos. Se os demais sindicatos acatarem a nossa iniciativa e estiverem dispostos a lutar conosco, temos absoluta certeza de que sairemos vitoriosos nesta verdadeira cruzada contra os exploradores. Aguardamos, apenas, que o Sr. Ênio Lepage marque o dia da reunião, para começarmos a agir imediatamente”.*

*Celgio Valvassore, presidente*

*“Já temos esboçado uma medida de combate ao atual custo de vida, e que somente será trazida ao conhecimento público, depois de devidamente atualizada e discutida na reunião com o delegado regional do trabalho. Desejamos aproveitar esta oportunidade de que o jornal *A Hora* nos proporciona, para, por seu intermédio, lançar um veemente apelo a todos os demais sindicatos de São Paulo, no sentido de se unirem conosco nesta campanha, pois, como defensores dos mais altos interesses dos trabalhadores, estão no dever de cooperar conosco, aderindo a este movimento que visa o bem de toda a coletividade. Neste particular, já enviamos ao Sr. Luiz Cardia, representante da delegacia regional da Confederação dos Trabalhadores na Indústria, um convite especial, para que concite todos os Sindicatos a colaborar conosco aderindo à nossa iniciativa”.*

*Salvador Rodrigues, secretário*

Entre os sindicatos que imediatamente aderiram à proposta, está o da categoria dos trabalhadores em panificação e confeitaria. Seu presidente parabeniza os marceneiros

“por serem os primeiros a cogitar publicamente em defender a classe operária de São Paulo de uma forma diferente”.

A “forma diferente”, utilizada pelo dirigente sindical em relação aos marceneiros, provavelmente refere-se ao fato de que, estritamente, o sindicato deve lutar por melhorias das condições de trabalho e salários. Ao superar tal missão, estaria intensificando a luta pelos trabalhadores e a população em geral.

### **Invasão e prisão**

Um grande conjunto de manifestações de trabalhadores de várias categorias realizaram greves e protestos no dia 01 de abril de 1952 no centro de São Paulo. Aliás, o período já contava com a paralisação de trabalhadores em vários setores. Entre os que lideraram o movimento estavam os marceneiros.

Trabalhadores foram duramente reprimidos pela polícia com grande número de prisões e dezenas de feridos pela polícia por meio de golpes de cassetete, jatos d’água e bombas de gás lacrimogêneo. O palco dos confrontos foram as praças da Sé, João Mendes, Clóvis Bevilacqua e arredores.

Chamado na época de *movimento paredista*, quer dizer, um movimento de paralisação de trabalhadores, as greves atingiram, além dos marceneiros, os trabalhadores têxteis, metalúrgicos, vidreiros, do setor de bebidas entre outros.

No setor dos marceneiros, contabilizava-se até o dia 02 de abril de 1952, um total de 117 oficinas em greve.

Ainda no dia 01 de abril de 1952, líderes do *movimento paredista*, entre eles o presidente do Sindicato dos Marceneiros, Celgio Valvassore, se reuniram com o representante patronal das indústrias, Antônio Devisate e o governador do Estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez (governador entre 1951 a 1955) para negociar uma solução das greves e protestos. Valvassore disse que, caso as reivindicações fossem atendidas, isto é, o reajuste salarial de acordo com o aumento do custo de vida, as paralisações e manifestações seriam finalizadas.

No mesmo dia em que pareceu haver uma busca de entendimento, as dependências do Sindicato dos Marceneiros na Praça da Sé foram invadidas pela polícia, onde

também funcionava o comitê de greve da categoria. Houve não só violência física contra os trabalhadores e líderes sindicais marceneiros, mas inclusive prisões, tendo sido os trabalhadores obrigados a abandonar a sede por conta do uso de bombas de gás lacrimogêneo.

A hipocrisia patronal e de seus asseclas, a maior parte dos governos, não tem limites.

### **O Trabalhador em Madeira**

Em 1953 o Sindicato dos Marceneiros começou a profissionalizar o registro dos principais fatos relacionados à categoria e, principalmente, a divulgação de tais informações a todos os marceneiros e também à população em geral. Iniciou a publicação de seu boletim oficial, *O Trabalhador em Madeira*. Em média produziu-se, a partir de 1953, três por ano.

Por meio desse material constata-se que o Sindicato dos Marceneiros adota uma posição notadamente de esquerda ao menos desde os anos 1950.

### **A Greve dos 300 mil**

Iniciada em 26 de março de 1953, durou 23 dias e entre os principais sindicatos que a lideraram, estavam os marceneiros de São Paulo juntamente com os metalúrgicos, vidreiros, têxteis e gráficos<sup>22</sup>.

A *Greve dos 300 mil* foi a segunda maior dos anos 1950, sendo superada somente pela *Greve dos 400 mil* ocorrida entre 15 e 24 de outubro de 1957.

276 empresas da capital foram paralisadas e também em algumas cidades do interior, como Taubaté. Foi conquistado 32% de reajuste, libertação dos grevistas presos e o compromisso de não se descontar os dias em greve.

Uma grande novidade do movimento, o que o faz ser um modelo a ser seguido ainda nos dias de hoje, foi a sua estrutura organizativa. Nessa greve as lideranças e

---

<sup>22</sup> Os gráficos pararam durante 27 dias.

participantes não estavam somente no campo sindical, mas também comunitário, social e popular em geral.

Outro avanço foi o fato de a greve não ter um comando único e, portanto, as lideranças estavam organizadas de maneira mais horizontal, ganhando, por isso, mais força e poder. A representatividade era ainda maior porque o movimento contava com a participação tanto das comissões de fábrica como das *comissões de solidariedade* onde estavam os grupos de não-sindicalistas.

A estrutura organizativa do movimento era composta pelo *Comitê Intersindical de Greve* apoiado, por sua vez, pela *comissão central de greve* de cada categoria, eleita em assembleia. Nestas participavam não só os trabalhadores filiados aos seus respectivos sindicatos, mas também trabalhadores não associados, desde que comprovassem pertencer à categoria portando a carteira profissional. Além da estrutura mencionada, havia ainda os departamentos de assistência médica, social e de piquetes. Foi uma paralisação, na verdade, constituída por um sistema de autogestão e com vários elementos de organização em rede e intensa atuação da base. Por isso, foi constituída não só pelas paralisações das empresas, mas igualmente por passeatas, manifestações e piquetes. Entre as passeatas, foram realizadas ao menos seis, com dezenas de milhares de pessoas em cada uma delas.

Os aprendizados e lembranças dessa greve permaneceram na memória dos trabalhadores por muito tempo. Sindicatos promoviam nos anos seguintes eventos como torneios e exposições para homenagear o grande e aguerrido feito dos trabalhadores, entre eles, os marceneiros de São Paulo.

### **Panela Vazia**

Ao menos metade das seis passeatas mencionadas contribuiu diretamente para a deflagração da *Greve dos 300 mil*. Uma delas foi a chamada *Passeata da Panela Vazia*, aliás, a maior de todas, pois reuniu aproximadamente 60 mil pessoas. O protesto partiu do Sindicato dos Marceneiros, localizado à Praça da Sé, 53 (2ª sobreloja) no dia

18 de março de 1953. Prosseguiu até o Palácio dos Campos Elísios<sup>23</sup> para a entrega de um memorial ao governador Lucas Nogueira Garcez. O movimento daquele dia reivindicava não só reajustes salariais, mas realçava os problemas da alta dos preços de produtos essenciais. Por isso, acabou ganhando a simpatia popular, mas até de parte da imprensa. Há vários pontos interessantes a respeito das passeatas desse período. Um delas é o fato de serem encabeçadas por mulheres de branco portando bandeiras para sensibilizar o povo, o que realmente conseguiram. Há depoimentos que registram o ato de a população lançar dinheiro, em sinal de solidariedade ao movimento, aos que faziam parte da passeata.

### **Os marceneiros enfrentam cassetetes e bombas**

Poucos dias depois da *Panela Vazia*, 31 de março de 1953, o Sindicato dos Marceneiros ousa mais uma vez e participa da organização de outra passeata. A intenção era sair novamente de sua sede, na Praça da Sé, juntamente com os têxteis, carpinteiros e parlamentares do PTB, PSD e PSP. No entanto, foram impedidos por forte grupo do DEOPS, da cavalaria da Força Pública, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Civil a realizarem a marcha. Os argumentos não poderiam ter sido mais “convincentes”: cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo.

### **Os marceneiros apoiam a Greve Geral de 1954**

Em boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo do mês de agosto de 1954, ainda anterior à morte de Getúlio no dia 24, torna-se público manifesto do *Pacto de*

---

<sup>23</sup> O Palácio dos Campos Elísios, antigo *Palacete Elias Chaves* está situado na Avenida Rio Branco, 1269, no centro velho da cidade de São Paulo. Sua construção foi concluída em 1899 e até 1915 serviu como residência para a família do cafeicultor e político Elias Antônio Pacheco e Chaves. A partir dessa última data foi a sede do governo do Estado de São Paulo e residência do governador até 1965 quando foi transferida para o Palácio dos Bandeirantes, Morumbi, onde está até a atualidade.

*Unidade Intersindical*<sup>24</sup>. Nesse memorial os trabalhadores reivindicam o congelamento de preço dos gêneros alimentícios básicos, além de pleitearem reajustes salariais e, principalmente, convocam greve geral de 24 horas para 02 de setembro. Outro motivo essencial que levou ao agendamento da *Greve Geral de 02 de setembro de 1954* foi a exigência de unificação das campanhas salariais de todas as categorias, conquista essa até hoje por ser feita...

Dos principais sindicatos que assinaram o memorial, estão os marceneiros representados por seu presidente Celgio Valvassore. A greve geral foi vitoriosa e, tornou-se a maior até então. Dela participaram aproximadamente 1 milhão de trabalhadores.

### **Reajuste de 1955**

Os marceneiros conquistaram, o que para o período foi uma grande vitória, que os patrões reajustassem os salários ao menos com os mesmos índices do aumento do custo de vida.

No caso de 1955, o reajuste foi de 20% referente à inflação dos últimos 12 meses anteriores à data-base. O problema, segundo a diretoria, era que o índice cheio somente valia para admitidos até 31 de outubro de 1954. Os que entraram na categoria após essa data, teriam reajustes proporcionais diferentes para cada mês, até agosto de 1955, quando o reajuste seria o menor: 0,9%. A diretoria afirmou que, caso tivesse havido maior unidade, o reajuste poderia ser cheio independente da data de admissão. Os operários também são alertados para acompanharem com atenção se na fábrica em que trabalham o acordo está sendo cumprido, pois, apesar de ter sido regulamentado pela justiça do trabalho, frequentemente são desrespeitados. Um exemplo foi a fábrica de Móveis Concórdia. Ela somente o cumpriu após a realização de um abaixo-assinado e ameaça de greve. Não acatar um acordo legalizado oficialmente pela justiça é, exatamente, desrespeitar uma lei. Nesse sentido, sabemos o que acontece ao trabalhador quando faz o mesmo...

---

<sup>24</sup> Ver item “PUI – Pacto de Unidade Intersindical” no presente texto.

### **Congelamento de preços**

Nos anos 1950 uma reivindicação muito presente não só dos trabalhadores, mas também de toda a população, era a luta contra o aumento dos preços dos *gêneros de primeira necessidade*, expressão bastante utilizada naqueles tempos. Era uma bandeira defendida pelos mais variados movimentos sociais e também pelo movimento sindical. O Sindicato dos Marceneiros igualmente assumiu essa luta. Convocou para o dia 20 de dezembro de 1955, no Teatro Colombo<sup>25</sup>, manifestação para exigir o congelamento de preços.

### **Estudantes e operários unidos**

A partir do evento referido acima, ocorrem reuniões entre líderes sindicais e estudantis para elaborarem uma plataforma comum de lutas e assim aumentarem as possibilidades de vitória. Os pontos específicos a serem defendidos, após os encontros, e que deveriam ser colocados em prática, foram: o congelamento das taxas escolares, o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e a defesa das liberdades (principalmente a de manifestação e organização dos movimentos sociais).

### **Trabalhadores pagam enterro luxuoso de avô do patrão...**

Na empresa Móveis Pastore S.A., os operários tiveram o seu dia de trabalho simplesmente descontado quando foram liberados de suas atividades na fábrica, pelo próprio patrão, por motivo de luto com o falecimento de seu avô, em 24 de setembro de 1955! Conclui-se que o luxuoso enterro foi pago pelo suor dos trabalhadores... O

---

<sup>25</sup> Localizado no Largo da Concórdia, Brás, foi inaugurado em 1908, interditado em julho de 1957 por não oferecer condições de segurança e destruído por um incêndio em julho de 1966.

patrão, Sr. Osvaldo Pastore, ao ser questionado, respondeu, agressivamente, que os trabalhadores não tinham o que reclamar...

Entre as precárias condições de trabalho estavam o rebaixamento de salários com a mudança do pagamento dos *tarefaíros* para salário-hora, perseguição de trabalhadores por parte da chefia etc.

### **Atraso de pagamento...**

Na Marcenaria Paulista, localizada na Rua Bom Pastor, 2.448, havia se tornado comum o atraso no pagamento aos operários. Em novembro de 1955, por exemplo, os trabalhadores receberam após 15 dias da data correta. Os trabalhadores foram procurar o sindicato que acabou enviando uma nota à empresa comunicando que se o problema fosse repetido, os trabalhadores rescindiriam o contrato, conforme o artigo 483 da CLT. Além disso, a Delegacia Regional do Trabalho também foi informada do ocorrido.

### **Operário esmagado**

Em 1955 o registro de acidentes de trabalho chegava a 450 mil por ano. Atualmente (2010) são 701,4 mil. Considerando que a população brasileira em 1955 era de aproximadamente 60 milhões e hoje mais de 200 milhões, ao menos proporcionalmente a quantidade de acidentes do trabalho diminuiu.

Um exemplo de acidente de trabalho na categoria dos oficiais marceneiros, e fatal, ocorreu em 29 de setembro de 1955 na Serraria Matarazzo em Jaguaré. O operário Moisés Sousa Cace, enquanto trabalhava no pátio da empresa, foi esmagado por um fardo de madeira que se soltou do guindaste, ocasionando morte instantânea. O diretor geral da empresa nem ao menos quis permitir, no dia do falecimento do trabalhador, suspender as atividades por questão de luto.

### **Agressão por atraso**

Na fábrica Móveis Riccó, localizada na Rua do Gasômetro, São Paulo, os trabalhadores eram impedidos de entrar mesmo que chegassem atrasados apenas um minuto. Sendo assim, tinham não só o dia descontado, mas também o descanso remunerado. Mesmo alegando problemas por conta do precário transporte coletivo, o mestre da empresa – Sr. Nicola Grecco – não admitia qualquer atraso. Em determinada oportunidade, chegou ao cúmulo de agredir verbal e fisicamente um servente.

Após uma greve, a situação piorou ainda mais. No primeiro atraso, o trabalhador era suspenso por três dias, no segundo por seis, no terceiro por 10 e no quarto era sumariamente demitido. Na oportunidade o Sindicato dos Marceneiros denunciou a injustiça publicamente e oficiou reclamação junto à Delegacia do Trabalho.

### **Mais violência**

Na fábrica Móveis São Paulo, localizada na Rua Tapiraçaba, 221 no Brás, São Paulo, alguns operários que haviam participado de uma greve foram simplesmente demitidos, o que já naquela época contrariava o artigo 158 da Constituição Federal (de 1946) que garantia o direito de greve.

Como se não fosse suficiente o comportamento tirano, os demitidos tiveram seus salários e ferramentas de sua propriedade retidos pela empresa! Mesmo com a presença de um diretor do sindicato, João Passareti, e o inspetor do trabalho nas dependências da fábrica, o patrão Aldo Genari desacatou a todos, inclusive os operários. Para completar, o empregador chamou à empresa a temida polícia política, o DEOPS.

### **Super exploração**

Logo após o salário mínimo entrar em vigor no dia 1º de maio de 1940, a empresa Luso-Brasileira demitiu os ajudantes das máquinas, obrigando os maquinistas a

trabalharem sozinhos. Essa situação ainda existia em 1955, portanto, quinze anos depois! O fato aumentou o risco de acidentes graves na medida em que um só trabalhador passou a ter de operar uma plaina de quatro faces. Não parecendo haver limites para a exploração, a direção da fábrica descontava o descanso remunerado quando o trabalhador chegava atrasado, mesmo que justificadamente devido aos péssimos serviços de transporte público oferecidos. Também não se pagava hora extra e muitos trabalhavam 12 horas diárias. Havia ainda vários casos em que trabalhadores em férias acabavam sendo obrigados a trabalhar! Outros começavam a trabalhar às 6h da manhã e saíam às 18h e eram obrigados a registrar o ponto uma hora depois de iniciada a jornada e uma hora antes de saírem.

### **Trabalhadores de todo o mundo: uni-vos!**

O Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, desde os anos 1950, mostrou grande interesse no movimento sindical internacional e na década de 1980 iniciou sua intensa experiência internacional, mantida até a atualidade. Por isso é importante uma exposição, mesmo que breve, sobre a história e estrutura do sindicalismo em nível mundial.

#### 1) Surgimento (século XIX até 1945)

O movimento sindical internacional nasceu durante a segunda fase da Revolução Industrial, século XIX (por volta dos anos 1860), com a fundação dos primeiros sindicatos globais.

Exatamente em 1864, na cidade de Londres, e tendo como figura dominante Karl Marx<sup>26</sup>, foi criada a AIT. A AIT até pode ser considerada a primeira entidade sindical

---

<sup>26</sup> Filósofo, economista e historiador alemão (1818-1883). Criou a teoria moderna do comunismo revolucionário. Fez a crítica econômica e ideológica contra o capitalismo, demonstrando que esse sistema, ao mesmo tempo em que produz imensas quantidades de riqueza, as concentra nas mãos de poucos. A solução, segundo o pensador, está na substituição da sociedade capitalista pela socialista e comunista, onde as riquezas serviriam a toda coletividade e não somente a uma pequena elite.

internacional, entretanto, há que se considerar que nela coexistiam não só sindicatos, mas também partidos e outros grupos políticos. Sendo assim, a rigor, a entidade sindical internacional inaugural é a Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, a FITIM, fundada em 1893<sup>27</sup>.

Logo a seguir, pouco depois da Revolução Russa<sup>28</sup>, foi criada em 1919 a *Internacional Sindical Vermelha*. Também no mesmo ano é fundada a *Internacional de Amsterdã* por sindicatos da Alemanha, Bélgica, Holanda, Suíça, Inglaterra e Estados Unidos, tendo como base a social democracia<sup>29</sup>. Em 1920, foi fundada uma central sindical mundial de orientação cristã, a CISC<sup>30</sup>, por iniciativa da juventude operária belga. Com exceção dessa última, as outras duas (*Internacional Sindical Vermelha* e *Internacional de Amsterdã*), não tiveram vida longa.

## 2) Sindicalismo internacional e a Guerra Fria (1945 a 1991)

A partir de 1945, término da Segunda Guerra Mundial, até o final da Guerra Fria<sup>31</sup>, temos a segunda fase do movimento sindical internacional, caracterizada pela criação de duas centrais sindicais mundiais (CSMs) fortemente marcadas pelo confronto político entre os Estados Unidos e a ex-URSS: a CIOSL<sup>32</sup> vinculada ao país capitalista e a Federação Sindical Mundial (FSM<sup>33</sup>) associada aos soviéticos. Ao longo de toda a Guerra Fria, as duas CSMs serviram mais como um instrumento de política

---

<sup>27</sup> Em 19 de junho de 2012 o sindicato global dos químicos, *ICEM*; os têxteis, *ITGLWF* e os metalúrgicos, *IMF* ou FITIM se uniram criando a *Industrial Global Union*.

<sup>28</sup> Em 1917, Lênin, líder do Partido Bolchevique, na Rússia, derrubou o governo absolutista do Czar Nicolau II e fundou o primeiro país socialista: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS.

<sup>29</sup> A social democracia, grosso modo, significa uma forma de governar onde é permitida a existência de empresas particulares, como no capitalismo, mas o enfoque social é primordial, não podendo ser menos importante do que o lucro, como defende o socialismo.

<sup>30</sup> A CISC (Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos) foi fundada em 1920 sob a filosofia cristã enquanto uma alternativa ao movimento sindical secular na Europa. Teve sua denominação alterada para CMT em 1968 (Confederação Mundial do Trabalho).

<sup>31</sup> Finalizada em 1991 com a extinção da então URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

<sup>32</sup> CIOSL: Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres. Em 07 de dezembro de 1949, duas centrais sindicais dos Estados Unidos, a *AFL* (*American Federation of Labor*) e *CIO* (*Congresso f Industrial Organization*) e o *TUC* (*Trades Union Congress*) da Inglaterra fundam, em Genebra, a CIOSL, juntamente com entidades sindicais de outros 53 países.

<sup>33</sup> Em reunião realizada na cidade de Paris, entre 03 a 08 de outubro de 1945, é criada a Federação Sindical Mundial, FSM. Inicialmente seu domínio político é ocidental (Inglaterra e França). No entanto, as centrais sindicais mundiais, *AFL* e *CIO* se negam a fazer parte da FSM. A partir de 1947, o Plano Marshall dos Estados Unidos para “recuperação” da Europa acaba aprofundando a disputa ideológica e os soviéticos conseguem hegemonia na FSM, o que cria um racha e leva à formação de outra central sindical mundial, a já referida CIOSL.

internacional das duas superpotências do que como uma ferramenta para a união mundial dos trabalhadores. Ambas (*CIOSL* e *FSM*) tentaram influenciar, em todo o mundo, o maior número possível de sindicatos espalhados em vários países.

### 3) Fim da Guerra Fria (1991) até os dias atuais:

A partir de 1991, temos o início da terceira fase do movimento sindical internacional que vem até os dias atuais. Dissolvida a URSS, a Federação Sindical Mundial (*FSM*) e as federações sindicais internacionais<sup>34</sup> a ela vinculadas, sofreram grande impacto negativo, pois perderam um importantíssimo aliado político e econômico.

Dessa forma, a disputa política e ideológica entre Estados Unidos e URSS, que transbordava para o sindicalismo internacional, perde força. Em 2006 a *CIOSL* se funde com a *CMT*, compondo a, até hoje, a *CSI* (*Confederação Sindical Internacional*).

Atualmente, o movimento sindical internacional é formado essencialmente por três diferentes estruturas: Centrais Sindicais Mundiais (*CSMs*), Federações Sindicais Internacionais (*FSIs*) e Comitês Mundiais de Trabalhadores (*CMTs*) ou Redes.

Os *CMTs* (Comitês Mundiais de Trabalhadores) ou *Redes Sindicais* são organizações sindicais globais de trabalhadores e que existem e atuam no nível de uma mesma empresa multinacional. Por exemplo, há o comitê mundial dos trabalhadores na *Daimler* (*Mercedes-Benz*), na *Volkswagen*, na *Basf*, na *Ford* etc. Os primeiros surgiram por iniciativa de algumas Federações Sindicais Internacionais, como a dos metalúrgicos (ex-*FITIM*) e a dos químicos (ex-*ICEM*), com o objetivo de ampliar a solidariedade entre

---

<sup>34</sup> As Federações Sindicais Internacionais (*FSIs*) são sindicatos globais de trabalhadores representantes de cada um dos ramos produtivos. Por exemplo, há o sindicato global de trabalhadores na área de educação, outro para os químicos, outro para os funcionários públicos etc. Eles, por sua vez, são vinculados as já mencionadas atuais centrais sindicais mundiais: Confederação Sindical Internacional (*CSI*) ou *FSM*. Essas, portanto, reúnem os sindicatos mundiais de cada uma das categorias de trabalhadores. Antonio Lopes, presidente do Sindicato dos Marceneiros, é também presidente da *UITBB*, o sindicato mundial dos trabalhadores da construção civil e madeira, vinculado à Federação Sindical Mundial (*FSM*). Ao mesmo tempo, há outro sindicato mundial dos trabalhadores da Construção Civil (*ICM: Internacional dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeira*) este possui orientação social democrata e é filiado à outra central sindical mundial, a mencionada *CSI: Central Sindical Internacional*).

os sindicatos mais frágeis em várias partes do mundo<sup>35</sup> e fechar acordos globais, os Acordos Marco Internacionais (AMIs).

Nesse caso, dos AMIs, um sindicato global (FSI) de trabalhadores ou mesmo um CMT ou Rede, referido acima, fecha acordo coletivo com uma corporação multinacional. Esse acordo, por sua vez, deve ser respeitado pela empresa em todo o país onde ela possua fábrica ou escritório, mesmo que as leis trabalhistas locais não garantam os benefícios e direitos previstos no AMI.

### **Filiação internacional e uma clara opinião ideológica**

Conforme já comentado anteriormente, na edição de dezembro de 1955 do jornal sindical *O Trabalhador em Madeira*, fica clara a posição ideológica assumida pelo Sindicato. Ao contrário das duas décadas anteriores, quando a entidade sindical dos marceneiros evitava defender diretamente uma postura ideológica, nos anos 1950 houve uma ousadia no sentido de se identificar politicamente com a visão socialista.

Desde sua fundação em 1934 até o início dos anos 1950 é muito provável que o fato de o Sindicato não incorporar em sua estratégia uma opção ideológica explícita, ocorreu por conta da grande pressão e mesmo perseguição exercida pelo governo Vargas sobre o movimento sindical. Normalmente as poucas lideranças que se aventuraram a enfrentar o corporativismo de Getúlio, naquela época, não sobreviveram. Portanto, o posicionamento comedido do Sindicato nos seus primeiros 15 a 20 anos de vida foi fruto de uma escolha vital: ou se agia com muito cuidado ou estaria comprometida a própria existência do Sindicato.

Uma das evidências de o Sindicato ter assumido uma atitude ideológica declarada está na edição já referida de seu jornal, quando nessa oportunidade publica um texto de autoria do Secretário-Geral da FSM, Louis Saillant<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Um dos primeiros comitês mundiais foi criado em 1980 por trabalhadores da *Danone*.

<sup>36</sup> No presente livro, destacamos que o ideal comunista havia sido assumido ao menos desde 1945 quando o Sindicato explicitamente apoia a eleição de Luis Carlos Prestes para o Senado.

### **A morte de um operário**

No dia 04 de novembro de 1955 às 19h faleceu, em sua casa, o operário João Damasceno Filho. Recém-migrado da Bahia, foi vítima de doença contraída no período da última greve (provavelmente em 1952), mesmo assim, teve destacada atuação ao longo do movimento, inclusive com a participação em piquetes.

### **Mudanças fundamentais**

Também em seu boletim de dezembro de 1955, a direção se coloca a favor da liberdade e autonomia sindicais. Tais bandeiras, mesmo atualmente, constituem objetivos não alcançados e, portanto, ainda mais naquela época formavam metas bastante avançadas na medida em que predominava, com muita força, o espírito corporativista na relação Estado e movimento sindical. Nesse sentido, a diretoria também se posicionou, literalmente, contrária ao Ministério do Trabalho, quer dizer, contrária à tutela governamental sobre os sindicatos.

### **Nova greve**

Os 20% de reajuste no ano de 1955 somente foram conseguidos após 16 dias de greve da categoria. Esse instrumento foi o último recurso encontrado diante a intransigência dos patrões com a conivência ativa do órgão estadual do Ministério do Trabalho em São Paulo. No dia 18 de outubro de 1955 depois de várias negociações, mesas-redondas e audiências na Delegacia Regional do Trabalho, a única alternativa encontrada foi o início da paralisação dos trabalhadores marceneiros.

### **Direção cassada**

Na eleição de 1955 para escolha da direção do Sindicato dos Marceneiros, o Ministério do Trabalho, principalmente na pessoa de seu titular, Alencastro Guimarães, cassou alguns dos eleitos, o que não impediu a continuidade da luta, inclusive a própria posse da nova direção e a vitoriosa greve de 16 dias para o reajuste de 20% em 1955.

Joel Alves de Oliveira, ex-presidente do Sindicato, confirma essa informação, detalhando que Salvador Rodrigues havia sido um dos impedidos a tomar posse, mas depois de alguns meses, após interpelação judicial por parte do Sindicato, conseguiu assumir a presidência da entidade.

### **Depois de Getúlio, apoio a Juscelino e Goulart**

Em 24 de agosto de 1954 Getúlio Vargas, segundo a história oficial, cometeu suicídio. Termina assim, a vida de um presidente da república que, até hoje, foi o que mais esteve no poder: 18 anos – 1930 a 1945 e 1951 a 1954.

Instala-se uma crise para sua sucessão e, após assumirem e serem ambos impedidos: Café Filho (vice de Getúlio) e Carlos Luz (presidente da Câmara Federal), Nereu Ramos torna-se presidente entre 11 de novembro de 1955 e 31 de janeiro de 1956.

O novo presidente recebeu o apoio explícito de vários sindicatos e personalidades, como o dos marceneiros e do escritor e jornalista Nelson Omegna, que depois se tornou seu Ministro do Trabalho. A interinidade de Nereu Ramos significou a vitória do grupo que defendia a legalidade, isto é, a posse dos eleitos em 03 de outubro de 1955: Juscelino Kubitschek (presidente) e João Goulart (vice).

O Sindicato dos Marceneiros, nesse mesmo sentido, apoia o chamado Movimento 11 de Novembro. Liderado pelo Ministro da Guerra desde o governo de Getúlio Vargas, um grupo de militares, dirigentes de movimentos sociais e sindicais, partidos progressistas e parlamentares exigiam que a escolha do voto popular fosse respeitada.

## Apoio ao novo Ministro do Trabalho

O Sindicato dos Marceneiros considerava o Ministro do Trabalho Alencastro Guimarães como o seu principal inimigo, cuja gestão ocorreu desde a morte de Getúlio Vargas até 11 de novembro de 1955, quando Nereu Ramos assumiu. O motivo de tal avaliação era a perseguição e autoritarismo com que o movimento sindical era tratado. O Ministro que assumiu com a interinidade de Nereu Ramos na presidência da república, Nelson Omega, mostrava agir de maneira mais democrática em relação aos sindicatos. Dessa forma, como já foi dito, recebeu apoio inicial do movimento sindical, inclusive do Sindicato dos Marceneiros. Em 22 de novembro de 1955 liderou junto com outros 87 líderes sindicais de várias categorias, um *Memorial de Apoio e de Reivindicações ao Ministro Nelson Omega*. Nesse documento, solicitava-se a atenção para o atendimento de oito pontos básicos. Resumidamente: livre organização e reunião dos sindicatos; aumento do salário mínimo e diminuição do custo de vida; respeito às leis sociais e trabalhistas; definição da aplicação dos recursos sindicais pelas assembleias de trabalhadores; garantia do direito de greve; extinção do Serviço de Assistência Médica de Previdência Social; orientação às Delegacias Regionais do Trabalho para o cumprimento de todas as demandas do presente *Memorial* e liberdade do movimento sindical em promover suas reivindicações, bem como o direito de sindicalização dos funcionários públicos. O texto foi acordado na cidade do Rio de Janeiro com sindicalistas de 44 organizações de vários Estados, entre eles o de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Espírito Santo. Ainda no encontro, foi criada uma *Comissão de Estudos e Defesa das Leis Sociais* para construir propostas nas áreas de previdência social, salários e salário mínimo; imposto sindical; saúde e segurança entre outros temas de importância essencial aos trabalhadores. São Paulo, além de ter contribuído com 15 líderes sindicais, iniciou a organização da comissão em nível estadual.

### **Assembleia de anistia em 18 de dezembro de 1955**

Compreendendo a situação socioeconômica do país e, dessa forma, dos trabalhadores, o Sindicato dos Marceneiros realizou assembleia no dia 18 de dezembro de 1955 para discutir a aprovação de anistia aos sócios com suas mensalidades em atraso. Aparentemente, pode-se dizer que uma atividade como essa não possui relevância histórica para um estudo sobre a memória do movimento. No entanto, essa ideia significou um indicador de alteração da estratégia política do Sindicato. Isto é, o novo raciocínio era de que os que estavam em débito, mesmo que não podendo acessar os benefícios oferecidos, não quitavam suas dívidas com o sindicato e, assim, mantinham-se afastados – o que é prejudicial à organização da categoria e de sua própria entidade de classe. Quer dizer: era melhor reconhecer a perda de recursos para, principalmente, poder trazer de volta o sócio, fortalecendo o Sindicato. O pensamento tornou-se mais de longo prazo e não somente na tentativa de recebimento imediato de recursos financeiros, o que, na verdade, não ocorria. É claro que devemos considerar o fato de que nos anos 1930 e 1940 o Sindicato, ainda embrionário, necessitava do máximo de recursos para poder de consolidar minimamente. Enfim, a referida assembleia igualmente propôs o desconto em folha da mensalidade para evitar que um grupo grande de sócios volta-se a se tornar inadimplente.

### **Concurso da Rainha dos Trabalhadores**

Os eventos culturais e de lazer acompanham o movimento sindical praticamente desde o seu surgimento. Os objetivos principais, além de ser uma forma de descanso e diversão, também consistem em práticas para despertar o interesse dos trabalhadores junto à sua entidade de classe e até mesmo contribuir para a preservação da cultura popular. Nos anos 1950 no Brasil, esse tipo de atividade sindical já estava consolidado. Eram comuns as festas em datas comemorativas (Páscoa, Dia das Mães etc) sendo a principal delas, obviamente, o 01º de Maio. Campeonatos esportivos, lutas de ringue, bailes de carnaval, datas referentes à categoria (no caso dos marceneiros é o Dia de São José, 19 de março, padroeiro dos marceneiros – reconhecido pelos patrões

somente em 1993), shows de música popular e humorismo, festivais, desfiles, churrascos, peças de teatro, enfim, um extenso e diversificado conjunto de festas, comemorações e espetáculos.

Entre os marceneiros, no dia 21 de janeiro de 1955 realizou-se o concurso da *Rainha dos Trabalhadores e de suas princesas* no salão do Clube Esportivo da Penha onde as vencedoras recebiam prêmios e reconhecimento. Fazia igualmente parte do evento, como não poderia deixar de ser, a realização de uma grande festa com baile. A banda responsável foi a *Orquestra de Simionato e seus rapazes*. A rainha eleita foi Conceição Alves Chequetto.

### **Os serviços oferecidos pelo Sindicato dos Marceneiros**

No jornal do Sindicato dos Marceneiros de dezembro de 1955 era divulgado os benefícios e tipos de plantões: da diretoria e funcionários para atendimento aos trabalhadores, inclusive aos sábados; dos advogados; dos dentistas e dos médicos. Havia também o serviço de uma clínica médica parceira, a *Clínica Santa Luiza*, onde todo associado tinha o direito de utilizar para o atendimento de problemas relacionados aos *olhos, ouvidos, garganta e nariz*; cursos, como o oferecido pela *Duratex* para se aprender a trabalhar com o material que leva o mesmo nome e a consulta e empréstimos de livros da biblioteca. Todas essas atividades, além das comemorações do carnaval e do 01º de Maio, eram organizadas pelo *Departamento Recreativo, Esportivo e Cultural* do Sindicato. Já em 1955 planejava-se a criação de atividades recreativas para as mulheres.

### **Limpeza dos pelegos**

O Sindicato dos Marceneiros colocou-se frontalmente contrário ao sindicalismo tutelado pelo Estado, ou seja, o sindicalismo corporativo, ao criticar duramente a direção executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI – criada em 1946). A crítica era contundente, ao ponto de alguns de seus representantes

serem chamados de *ratos* e *ratazanas*. O Sindicato dos Marceneiros realizou, inclusive, uma denúncia, alegando que os diretores da CNTI: Deocleciano de Holanda Cavalcante e Ari Campista teriam desviado dinheiro do imposto sindical – o que teria sido comprovado por investigação de Comissão Parlamentar de Inquérito, uma CPI.

Juntamente com a Federação Sindical de Minas Gerais, entre outras, o Sindicato dos Marceneiros solicitaram ao Ministro do Trabalho Nelson Omega suspensão da eleição da CNTI, no que foram atendidos.

### **Filie-se!**

Em sua edição de dezembro de 1955, *O Trabalhador em Madeira* convocava os trabalhadores a se filiarem ao Sindicato. Comunicava que para isso era necessária a Carteira Profissional, o número da carteira do IAPI e duas fotografias. No caso do trabalhador ser estrangeiro deveria ser apresentado a Carteira Modelo 19<sup>37</sup>. Podemos deduzir que o Sindicato ao se referir ao estrangeiro indica que esse tipo de trabalhador era bastante presente na categoria. Apesar de a imigração para o Brasil nos anos 1950 ser bem menor do que a existente no início do século XX, ainda era bastante significativa. Entre 1904 e 1913 vieram para o Brasil mais de um milhão de estrangeiros, sendo que entre 1955 e 1959 aportaram quase 250 mil no estado de São Paulo. Os sobrenomes dos integrantes da direção do Sindicato também demonstram a presença de origem estrangeira no movimento sindical brasileiro: Bonazzi, Zanferrari, Giuliano, Bianchini, Giovanini, Stefani, Ranelli, Di Chiachio etc.

### **Marceneiros no protesto de 30 de outubro de 1958**

Mesmo tendo apoiado a eleição de Juscelino Kubitschek para Presidente da República e João Goulart para vice, o Sindicato dos Marceneiros não se subordinou ao governo.

---

<sup>37</sup> Documento de identificação pessoal, utilizado no Brasil, para estrangeiros residentes em território nacional.

Ciente das péssimas condições dos trabalhadores e do povo, apoia e participa de todas as formas de luta por direitos. Entre elas, os protestos que ocorreram na cidade de São Paulo em 30 de outubro de 1958, os quais ficaram para a história. Esse é mais um caso onde podemos ver o presente imitando o passado, por exemplo, no caso dos protestos contra o reajuste de tarifa do transporte público ocorridos em junho e julho de 2013. Com o aumento da noite para o dia, e sem aviso prévio, das passagens de ônibus e bondes, a insatisfação popular nas ruas foi grande e a repressão policial, maior ainda. Cinco manifestantes foram assassinados e mais de 30 feridos. O Sindicato dos Marceneiros na edição de novembro de 1958 de *O Trabalhador em Madeira* exige investigação sobre a polícia e mandantes no que chamou de *chacina* contra a população. Ainda na mesma edição, publica foto de enterro de um dos manifestantes, no caso, um jovem operário.

Os protestos dos quais o Sindicato participou e apoiou são uma evidência histórica de que, é possível, e até mesmo um dever, as entidades sindicais dos trabalhadores apoiarem a eleição de governos progressistas. Igualmente, o suporte não significa subordinação ou “cheque em branco” a todas as políticas estatais. Isto é, cabe ao movimento sindical manter-se independente.

### **Marceneiros convocam nova passeata contra carestia**

Vivíamos o governo de Juscelino e seu *Plano de Metas*, cujo mote era “crescer 50 anos em 5”. Este foi uma política pública para a continuidade da industrialização do Brasil, efetivamente iniciada durante os governos de Getúlio Vargas. Um dos problemas do *Plano de Metas* de Juscelino foi a inflação. O governo acabou financiando boa parte dos investimentos produtivos da indústria, inclusive beneficiando empresas multinacionais. Consequentemente, aumentou muito a dívida do país e para isso, acabou expandindo a emissão de moeda, o que elevou a inflação. Em 1955 o custo de vida foi de 23% ao ano e em 1959 atingiu 39,2%. Ao mesmo tempo, o salário mínimo real caiu 9,5% em 1955 e 12,7% em 1959. O Brasil realmente se industrializou. O PIB aumentou em níveis nunca antes vistos. Por exemplo, em 1955 elevou-se em 8,8% e em 1958, 10,8%. No período de 1955 a 1962, a indústria de materiais de transporte

aumentou 711%; materiais elétricos e de comunicações 411%; indústrias mecânicas 125%; aço 100%; no entanto, o povo e os trabalhadores não se beneficiaram de seu próprio trabalho! O poder de compra e os salários perdiam valor continuamente. Em vista disso, os marceneiros continuaram liderando ações sindicais e populares. Em assembleia intersindical ocorrida em 09 de novembro de 1958 elaboraram um conjunto de exigências e marcaram passeata em São Paulo para o dia 28 de novembro às 14h.

### **Passeata liderada também pelos marceneiros**

Junto com vários outros sindicatos e dessa vez, com o movimento estudantil, associações de amigos de bairro, Federação das Mulheres, parlamentares municipais, estaduais e federais, bem como outras entidades de movimentos sociais, os marceneiros se uniram em defesa não só contra a carestia, mas por uma série de medidas urgentes. Resumidamente eram: imediata elevação do salário mínimo e aprovação para seu reajuste anual; aprovação da lei orgânica da previdência social e da regulamentação do direito de greve; controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade; limitação da remessa de lucros para o exterior por parte das empresas multinacionais<sup>38</sup>; substituição do então Ministro da Fazenda Lucas Lopes; não ao aumento de impostos que incidiam sobre o custo de vida; limitação da exportação de carne para melhor abastecimento interno; não ao aumento dos transportes públicos e revogação dos últimos aumentos de tarifas em São Paulo e atendimento às reivindicações dos servidores públicos. Exigiam ainda, extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores agrícolas e a promoção de estudos para a criação de Cooperativas de Consumo e Produção controladas por entidades sindicais, estudantis e populares<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> Alguns anos depois, essa foi uma das principais medidas incorporadas nas *Reformas de Base* de Jango.

<sup>39</sup> Comparando-se as exigências populares e sindicais de 1958 vemos que muitas delas ainda não são realidade, constituindo-se, por isso mesmo, extremamente atuais.

A lista continha não só exigências, mas também apoio explícito ao então Ministro da Guerra (anos depois mudou de nome para Ministério da Defesa) General Henrique Teixeira Lott por suas posições nacionalistas e de defesa das liberdades democráticas. Realmente, com a morte de Getúlio Vargas em 1954, grupos reacionários, entre eles, políticos, militares e multinacionais não desejavam ver Juscelino e Goulart comandando o país, mesmo que fossem eleitos de maneira legítima, o General Lott liderou organização nacional para garantir a legalidade.

Desde a República Nova observamos que as elites nacional e internacional sempre se articularam para combaterem os governos trabalhistas: Getúlio Vargas (principalmente em seu segundo período), Juscelino Kubitschek e João Goulart. Atualmente fazem o mesmo com Lula e Dilma.

A passeata do dia 28, portanto, teve uma grande importância para o país e, os marceneiros, papel fundamental em sua realização. A chamada *Passeata contra a Carestia*, apesar de lutar por vários outros tipos de direitos, teve concentração inicial no Sindicato dos Gráficos na Rua da Figueira, 233, partiu depois para a Avenida Rangel Pestana, seguindo pela Praça da Sé, Rua 15 de Novembro, Avenida São João e Libero Badaró, quando se realizou uma manifestação em frente à Câmara dos Vereadores. Em seguida dirigiram-se pela Praça Patriarca, Rua da Quitanda, Rua General Carneiro até a Assembleia Legislativa para finalmente terminar com nova manifestação.

### **Sindicato dos Marceneiros enfrenta os grandes grupos**

A posição política adotada pela direção da entidade de classe dos marceneiros foi muito corajosa ao defender o que achava correto para a categoria e o país. Em seu boletim de novembro de 1958, afirmou a importância essencial do congelamento de preços, mas ressaltou que nada adiantaria se a fiscalização caísse somente sobre os pequenos comerciantes: feirantes, quitandeiros, pequenos armazéns, açougues etc. Sublinhava que os responsáveis pelos preços dos produtos, inclusive os de primeira necessidade, como a carne, o trigo, o óleo e o algodão estavam nas mãos dos monopólios de multinacionais, principalmente.

## **PUI – Pacto de Unidade Intersindical**

O *Comando Intersindical da Greve dos 300 mil* (1953) foi o embrião da *Comissão Intersindical do Estado de São Paulo (Cisesp)*. Este, por sua vez, em 1954, passou a denominar-se *Pacto de Unidade Intersindical – PUI*. Os marceneiros de São Paulo, que estavam entre os principais ativistas dessa greve, também constituíram um dos principais sindicatos presentes na *Cisesp* e em seguida na *PUI*. Celgio Valvassore, presidente dos marceneiros de São Paulo, passou a exercer a 3ª Secretaria do *PUI* que no final de 1954 chegou a ser integrado por 83 sindicatos. Tratava-se de uma entidade sindical horizontal, o que fugia aos padrões verticalizados do corporativismo varguista. O *PUI* reunia, além de entidades sindicais, associações de bairro, estudantis, de mulheres e parlamentares. Foi, enfim, “um plenário operário e popular que articulou as lutas fabris, sindicais, de bairro e políticas dos trabalhadores, configurando embrião de um poder alternativo”<sup>40</sup>.

Entre as primeiras reuniões para sua fundação está a que ocorreu em 21 de setembro de 1953 no Sindicato dos Têxteis com a presença, além dos têxteis, dos metalúrgicos, gráficos e marceneiros de São Paulo. Nessa reunião foi elaborado um manifesto e marcou-se o próximo encontro. Este ocorreu no dia 26 seguinte, no Sindicato dos Hoteleiros, na Rua da Glória. Nessa reunião foi criado o *Cisesp*, agendada a manifestação contrária à continuidade do imposto sindical e pela unificação da campanha salarial de todas as categorias, entre outras deliberações.

Apesar de já desarticulado provavelmente desde 1956, do extinto *PUI* formou-se, em 1961, o *Pacto de Unidade e Ação (PUA)* que, por sua vez, acabou levando à criação do *Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)* em 1962 durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, abolido em 1964 pelo Golpe Militar.

---

<sup>40</sup> “A Reinvenção da Classe Trabalhadora (1953 a 1964)” Murilo Leal, Editora Unicamp.

## Sobre o sindicalismo nos Estados Unidos

Em seu boletim oficial de novembro de 1958, a direção do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo mostrava conhecer com profundidade também a realidade do movimento sindical internacional.

No artigo intitulado “*Do carnet de um dirigente sindical*” denunciavam a tentativa de o governo federal dos Estados Unidos em fiscalizar a ação sindical por meio de uma legislação nacional. A partir de sua mensagem anual dirigida ao Congresso federal, o Presidente dos Estados Unidos na época, *Dwight Eisenhower*, revelou o novo plano relacionado aos sindicatos: as entidades seriam obrigadas a se registrarem no Ministério do Trabalho e a submeterem, todo ano, por meio de relatório, a situação financeira, ações desenvolvidas, eventuais reformulações estatutárias, gestão dos fundos de aposentadoria, estratégias de organização etc. Enfim, não poderiam dar sequer um passo sem o conhecimento do Estado. A desculpa era o combate à corrupção e ao banditismo no movimento sindical daquele país. Essa ação do governo servia ao grande capital transnacional, interessado em manter o movimento sindical enfraquecido. A *AFL-CIO* (central sindical dos Estados Unidos formada em 1955 pela fusão da *AFL* com a *CIO*) não só não reagiu diante tal investida como utilizou os palanques de seu congresso realizado em dezembro de 1957 para o anúncio mais detalhado, pelo Ministro do Trabalho nos Estados Unidos, das medidas restritivas. Assim é possível ver que o sindicalismo subordinado ao Estado não foi somente uma invenção de Vargas...

## Mais uma vez os Estados Unidos e também a Europa

Em novo artigo no mesmo boletim (novembro de 1958), a direção do Sindicato dos Marceneiros continua analisando tanto o sindicalismo internacional e a geopolítica internacional. Criticam matéria do jornal *Wall Street Journal* que lamenta o “grande” aumento de salário dos trabalhadores europeus, o que estaria prejudicando os capitalistas instalados nos mais diversos países daquele continente. Os marceneiros colocam uma questão fundamental: por que os sindicatos europeus conseguem

melhores negociações das empresas estadunidenses instaladas na Europa do que os sindicatos nos Estados Unidos das empresas de seu próprio país?

### **Péssimas condições de trabalho**

Na empresa *Dama Nacional Radio Arte*, localizada na Rua Francisco Borges, 75, no bairro Ponte Pequena em São Paulo, apesar da CLT assegurar que a cada grupo de 20 trabalhadores deva haver um banheiro, muitas não cumprem com o mínimo de condições de higiene. É o caso da referida empresa que, para todos os seus 100 trabalhadores, oferece somente um banheiro que ainda é utilizado como local para os trabalhadores fumantes.

### **A grande ligação entre o Sindicato e o Dieese**

O Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicos (Dieese) fundado em 22 de dezembro de 1955 possui uma longa e bela história em comum com o Sindicato dos Marceneiros que, junto com os metalúrgicos, bancários, têxteis e gráficos criaram a entidade fruto de debates iniciados em 1954. Tais debates, por sua vez, foram resultados das greves de 1953 já relatadas.

Em seu boletim, *O Trabalhador em Madeira* de novembro de 1958, os marceneiros publicaram longo artigo onde defenderam a importância do Dieese tanto para o movimento sindical como para a sociedade em geral. Afirmava-se no texto que a classe dominante procurava não esclarecer e até mesmo impedir estudos a respeito da situação econômica e social do povo e dos trabalhadores. Sendo assim, era urgente a consolidação do Dieese, cuja missão constituía no fornecimento de pesquisas e estudos, principalmente aos sindicatos, com qualidade científica para subsidiar o ponto de vista da classe trabalhadora em suas negociações salariais.

O Sindicato dos Marceneiros foi, na verdade, fundamental não só para a sobrevivência do Dieese, mas também vital em sua consolidação e ampliação, conforme veremos na parte referente aos anos 1990.

Provavelmente a primeira demonstração de apoio dos marceneiros à consolidação do Dieese foi o artigo em questão, quando o instituto de pesquisa ainda não havia completado três anos.

### **Campo de concentração na Machado de Abreu**

“Campo de concentração” foi um dos termos, corretamente empregados, para o Sindicato se referir à empresa Machado de Abreu localizada na Vila Buenos Aires, Rua Diário Popular, 1, Zona Leste de São Paulo. Outras expressões bem escolhidas foram “patrão desumano”, “sede de lucros”, “tara patronal”, “carrasco”, “reacionário” e “policiais gestapianos<sup>41</sup> iguais ou piores aos de Hitler”. Sem escrúpulo algum, a empresa explorava o trabalho de 18 adolescentes obrigando-os ao trabalho semi escravo. Dezesseis deles simplesmente não tinham registro. Eram obrigados a trabalhar em máquinas proibidas, pela CLT, às suas idades; frequentemente eram alvos de agressão verbal por parte da chefia, eram também obrigados a trabalhar horas extras com um pagamento miserável. Além disso, frequentemente tinham os seus pagamentos atrasados. Um dos meninos-trabalhadores, por conta da total falta de segurança, teve parte de seu dedo cortado, tornando todo o restante do dedo defeituoso permanentemente. Os trabalhadores, mesmo sendo ainda garotos, resolveram paralisar o trabalho em sinal de protesto e procurar o sindicato. A reação da empresa foi a demissão de alguns dos adolescentes grevistas. O Sindicato resistiu veementemente contra a brutal investida da empresa, inclusive denunciando-a junto à Delegacia do Trabalho que tomou as devidas providências.

---

<sup>41</sup> Polícia secreta de Hitler, quer dizer, a polícia política da Alemanha nazista. Seus métodos de interrogatório eram os mais selvagens possíveis.

## Ataque à estabilidade do trabalhador

Com a Lei 5.107 de 1966, o presidente Marechal Castelo Branco, primeiro militar a assumir o governo federal na ditadura de 1964 a 1985, substituiu a estabilidade no emprego. Até então, quem trabalhasse 10 anos para o mesmo empregador, não poderia, salvo exceções como a *justa causa*, ser demitido. Esse direito é eliminado e em seu lugar criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS.

No entanto, mesmo antes de seu fim, a estabilidade recebia ataques constantes com muitos empregadores tentando burlá-la e fraudá-la. Entre estes estavam também as marcenarias e demais empresas da base.

Salvador Rodrigues, então presidente do Sindicato, assinou artigo no “O Trabalhador em Madeira” em novembro de 1958 denunciando a postura patronal. A maior parte dos proprietários defendia a ideia de que a estabilidade causava grandes prejuízos às empresas, inclusive levando-as à falência. Por isso, os trabalhadores deveriam desistir de seu direito.

De maneira muito semelhante, atualmente os empresários continuam defendendo essa velha e falsa noção quando lastimam o chamado “Custo Brasil”. Isto é, os direitos (que no ponto de vista dos capitalistas são encargos ou gastos) trabalhistas causariam prejuízos às empresas, além de provocarem uma queda na produtividade. Em grandes multinacionais, por exemplo, o custo total da folha de pagamento gira em torno de 5% a 10%, incluindo-se benefícios e encargos trabalhistas.

Nos anos 1950, conforme Salvador Rodrigues, outros empresários, aproveitando-se do desconhecimento e até ingenuidade dos trabalhadores, os “convenciam” (assédio moral) a assinarem documentos para desistirem de sua estabilidade.

Enfim, os donos das empresas não hesitavam, já nessa época, em retirar, recusar ou desrespeitar direitos da classe trabalhadora.

### CAPÍTULO 3 – 1964 AO FINAL DOS ANOS 1970

#### **“ROUBARAM-NOS TUDO, INCLUSIVE O DIREITO DE TERMOS DIREITO”**

*Jofre Correia Neto, líder camponês de Santa Fé, foi preso pela ditadura, após ter sido vítima de atentado por meio de um tiro na boca, cujo mandante foi o latifundiário Zico Junqueira*

*“(...) levar ao conhecimento do Delegado Regional do Trabalho a destituição do quadro social do Sindicato dos ex-diretores e suplentes da diretoria, pelo fato de terem participado de movimentos subversivos, incompatíveis com o regime democrático da nossa nação”*

*“Cassar os mandatos dos delegados de fábricas e substituí-los por verdadeiros representantes da categoria”*

Decisões contidas na Ata da 1ª reunião da Junta Governativa, ocorrida no dia 08 de abril de 1964 – apenas 7 dias após o Golpe Militar, iniciando o terceiro período de intervenção no Sindicato dos Marceneiros de São Paulo

*“(...) o patronato passou, agora junto ao governo, a intensificar a escalada contra os trabalhadores (...)”*

O trecho acima faz parte do editorial do jornal “O Trabalhador em Madeira” de abril de 1970

## **Plataforma radical**

Salvador Rodrigues, presidente do Sindicato em 1960, na edição 21 do *“O Trabalhador em Madeira”* expressa com clareza a visão da entidade que representa, bem como do movimento sindical. No texto, defende posições nacionalistas e contrárias ao imperialismo estadunidense. Entre elas, a Petrobrás e as riquezas minerais do solo brasileiro; o estabelecimento de relações culturais, comerciais e diplomáticas com todos os países (no caso as nações do então bloco socialista); a nacionalização dos bancos – e de outros empreendimentos estrangeiros, o como o dos frigoríficos (o desabastecimento na época era significativo, inclusive o de carnes) e a realização da reforma agrária. Até hoje tais ideias são de vanguarda e ainda mais nos anos 1960 representavam um grande avanço. Significariam, se concretizadas, uma perda de privilégios das elites econômicas nacionais e internacionais acostumadas a sugar o povo e os trabalhadores durante séculos no Brasil. Ameaçada e amedrontada, as classes dominantes se uniram e quatro anos depois mergulharam o país em 21 anos de ditadura militar.

## **Todo pobre consciente de seus direitos torna-se criminoso**

A frase acima foi dita pelo líder camponês Jofre Correa Neto que em 05 de agosto de 1959 sofreu atentado a mando do latifundiário Zico Junqueira. Nesse crime recebeu um tiro no rosto, mas apesar da gravidade do ataque não faleceu. Foi levado ao Hospital das Clínicas em São Paulo e recuperou-se rapidamente.

A tentativa de assassinato foi uma reação ao trabalho de organização dos camponeses em Santa Fé do Sul (640 km de São Paulo) que após terem trabalhado por anos plantando, construindo casas, ranchos, enfim, tornado o local, produtivo e lucrativo, mesmo sem incentivo algum, tiveram as terras reclamadas por quem se dizia seu proprietário.

A preocupação demonstrada pelo Sindicato dos Marceneiros na edição 21 de *“O Trabalhador em Madeira”* evidencia a visão larga da entidade em relação a todos os trabalhadores, inclusive rurais. Quer dizer, a libertação e a conquista de direitos,

somente pode se dar com a união de toda a classe trabalhadora, sejam eles do campo ou da cidade.

### **Revolução Cubana**

Menos de dois anos depois de o movimento guerrilheiro “26 de julho” – liderado por Fidel Castro, seu irmão Raul, Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos – derrubarem o ditador cubano Fulgencio Batista (1º de janeiro de 1959), o Sindicato dos Marceneiros discute em seu jornal o significado dessa revolução e o papel de seus líderes. Além disso, o Sindicato também toma uma posição de apoio ao novo sistema cubano, destacando o fim do domínio dos Estados Unidos sobre a ilha e as radicais mudanças sociais, políticas e econômicas em benefício do povo, entre elas a reforma agrária decretada seis meses após a tomada do poder por Fidel, redução em 50% do preço dos alugueis, congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e elevação substancial dos salários reais. Mais uma vez o Sindicato ousa e afirma sua posição ideológica de esquerda, mesmo sabendo e até já tendo sofrido com a perseguição violenta de grupos de extrema direita.

### **A conquista do terreno**

Na comemoração dos 26 anos de existência do Sindicato, em 1960 , foi entregue o terreno comprado para a construção da sede na Rua dos Carmelitas, 149 no centro da cidade de São Paulo. A nova sede foi inaugurada em 07 de setembro de 1973.

### **A construção da sede na Rua dos Carmelitas**

O acordo fechado entre os trabalhadores e patrões, por meio de seus respectivos sindicatos previa os seguintes pontos:

- Aumento de 33% para o mês de dezembro de 1960 e de 37% entre 1º de janeiro e novembro de 1961, calculados sobre os salários vigentes em 1º de dezembro de 1959.
- Reajuste previsto para o teto de Cr\$ 7.000,00 mensais.
- Aumentos dados anteriormente poderão ser compensados, desde que não sejam fruto de promoção, transferência ou maioridade.
- 4% seriam descontados dos trabalhadores para a construção da sede na Rua dos Carmelitas.

### Carestia

Escrito por Lázaro Paulino Maia (no momento em questão exercendo a vice-presidência), a edição de novembro de 1960 do “O Trabalhador em Madeira” publica artigo em que se trata sobre os altos aumentos de preços do que hoje chamamos de cesta básica. No caso, o item abordado diretamente foi principalmente a carne. Mais uma vez se reflete a preocupação dos marceneiros com temas que extrapolam as questões específicas do mundo do trabalho.

A matéria mostrava ao leitor que não era correto, por exemplo, culpar o dono do pequeno açougue de vila pelos semanais aumentos do preço da carne. Naquele período os próprios haviam entrado em greve justamente devido aos abusivos preços que eram obrigados a praticar. A causa, na verdade, estava no monopólio sobre o produto exercido por quatro empresas multinacionais, sendo três delas estadunidenses e uma inglesa: *Wilson, Swift, Armour* e *Anglo*. Como dominavam o mercado da carne no Brasil não havia concorrência e muito menos controle governamental. A solução, segundo “O Trabalhador em Madeira” seria nacionalizar os frigoríficos estrangeiros, cuja principal preocupação não era alimentar o povo brasileiro, mas sim obter lucros cada vez maiores ao exportar a carne, mesmo que poucos tivessem dinheiro para consumi-la. Nesse caso, para se obter lucros cada vez maiores, bastava aumentar o preço da carne...

## Greves e Estado de Sítio

No Brasil, o número de greves vinha crescendo desde os anos 1950. Entre 1954 e 1959 houve um aumento de quase 130%: de 14 greves para 32. Em 1960 se passou para 35 greves chegando ao auge de 77 greves em 1963. A partir do ano seguinte, obviamente devido ao golpe militar, as greves diminuíram rapidamente.

No ano de 1960, entre as principais categorias grevistas, estavam os ferroviários, os marítimos e os portuários, movimentos apoiados explicitamente pelos marceneiros de São Paulo por meio de seu boletim de novembro de 1960. Na época grupos de direita chegaram a pedir a decretação do Estado de Sítio no Brasil, justificando que o país estava se transformando em uma “*República Sindicalista*”, isto é, o governo dominado pelos “radicais sindicalistas, grevistas e arruaceiros...”. No Estado de Sítio os Poderes Legislativo e Judiciário ficam subordinados ao Executivo; os cidadãos perdem direitos e garantias constitucionais; abre-se a possibilidade de busca e apreensão em domicílio; há a suspensão de liberdade de reunião e associação; censura de correspondência etc. Enfim, uma ausência total de liberdade que acabou ocorrendo em 1964 e principalmente em 1968.

## 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Brasileiros

Em agosto de 1960 realizou-se em São Paulo o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Brasileiros, também chamado III Congresso Sindical Nacional. Fruto principalmente da onda de greves do início da década de 1960 e dos anos anteriores, o evento sindical significou o ponto mais alto do movimento operário no governo de Jango, tendo sido uma das resoluções mais importantes a luta pelo 13º salário.

Em 1960 é criado o *Comando Nacional de Greve (CNG)*, logo transformado em *Comando Geral de Greve (CGG)*. Em 1962, no IV Congresso Sindical Nacional, a partir do CGG, funda-se o *Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)*. Seguindo a tendência de esquerda, apesar de ter tido vida curta, ao ser proibido pelo Golpe de 1964, o CGT pode ser considerado como uma das mais importantes entidades sindicais na história do Brasil. Foi fundamental no apoio ao governo de Jango, tendo inclusive exercido

papel muito importante na antecipação do plebiscito que devolveu à Goulart o *status* de chefe de governo, quando se voltou para o sistema presidencialista.

Mais uma vez o Sindicato dos Marceneiros apoiaram e participaram ativamente das lutas da classe operária nessa época, especialmente do referido III Congresso. Um dos exemplos desse envolvimento está na divulgação das deliberações do encontro sindical em questão. Difundido pelo jornal dos marceneiros “O Trabalhador em Madeira”, a seguir os pontos destacados pela publicação, sendo grande parte deles ainda bastante atuais:

- *Unidade do povo brasileiro contra os trustes internacionais;*
- *Pelo monopólio estatal do petróleo;*
- *Criação da Dispetrol (empresa estatal e nacional de distribuição dos derivados do petróleo);*
- *Pela criação da Eletrobrás;*
- *Pela nacionalização dos frigoríficos estrangeiros;*
- *Estabelecimento de relações comerciais e democráticas com todos os países;*
- *Pela liberdade sindical e direito de greve;*
- *Pela liberdade de relações com as entidades sindicais internacionais;*
- *Pela Reforma Agrária;*
- *Pela extensão da CLT aos trabalhadores do campo;*
- *Pela defesa da escola pública;*
- *Regulamentação, disciplinando e limitando a remessa de lucros para o exterior, das companhias estrangeiras;*
- *Solidariedade ao governo revolucionário de Fidel Castro;*
- *Extensão de direito de voto, livre e universal, aos analfabetos;*

Como se pode constatar, era ampla a plataforma defendida pelos sindicalistas, inclusive os marceneiros, reunidos no III Congresso Sindical Nacional. Talvez uma das mais importantes considerações a serem feitas está no fato de que a preocupação era não só com a Organização no Local de Trabalho (OLT) propriamente dita, mas também com a sociedade em geral. Essa ideia já era fortemente praticada pelas entidades

sindicais mais avançadas do país, os marceneiros estavam inclusos, ao menos desde os anos 1950 e continuaram até o golpe de 1964.

Muitas das greves no período do governo de João Goulart foram organizadas pelas Comissões Sindicais: em 1961, 56 greves; 1962, 61; 1963, 77 e em 1964, 38; cujas reivindicações eram não só motivadas por questões salariais ou outras pertinentes diretamente ao mundo do trabalho, mas que também pressionavam por mudanças políticas e econômicas em geral na sociedade. Por exemplo, a greve geral decretada em 1961 para garantir a posse de Jango impedida pelos militares, greves de apoio a Jango em relação às Reformas de Base etc. Dessa mesma forma, muitas greves igualmente ocorreram por solidariedade a outras categorias.

Outra observação bastante importante que pode ser feita a partir da *“Declaração de Princípios”* do *III Congresso Nacional dos Trabalhadores Brasileiros* era de que suas propostas se assemelhavam muito às chamadas Reformas de Base lançadas por João Goulart em 1961. Isto é, evidentemente o movimento sindical contribuiu de maneira significativa para a formatação das bandeiras das mencionadas Reformas de Base. Estas foram, portanto, não só uma elaboração do governo e dos partidos progressistas e de esquerda, mas também do movimento sindical, entre eles os marceneiros de São Paulo.

### **Taxa de sindicalização**

Em abril de 1960 realizou-se o II Congresso Sindical da cidade de São Paulo, do qual participou o Sindicato dos Marceneiros. Entre as principais resoluções do evento estava a recomendação aos sindicatos em realizarem uma intensa campanha de sindicalização. Tal encaminhamento foi fruto de pesquisa onde se constatou que a sindicalização média estava em 30% e a participação em atividades do sindicato, como reuniões e assembleias, em torno de 10%. Atualmente a média de sindicalização está

entre 15% a 20%<sup>42</sup>. Ou seja, o declínio na taxa de sindicalização no Brasil tem aumentado desde então.

### Um Rei em Nova Iorque

Inovando a imprensa sindical, o jornal *“O Trabalhador em Madeira”* passa também a publicar crítica de cinema ampliando seu campo para a área cultural.

Tratava-se do filme *“Um Rei em Nova Iorque”*, de 1958, comédia protagonizada, dirigida, escrita e produzida por Charles Chaplin (seu penúltimo filme) e que, apesar do título, é realizada na cidade de Londres. Considerado comunista, após o final da Segunda Guerra Mundial, Chaplin passa a sofrer perseguição política com o *macarthismo*<sup>43</sup> nos Estados Unidos, país que acaba abandonando em 1952.

*“O Rei em Nova Iorque”* conta a estória de um rei que, tendo de fugir de seu país, instala-se em Nova Iorque. Lá conhece um garoto de 10 anos em um orfanato, (protagonizado por seu filho Michael Chaplin), que lê Karl Marx e se diz contrário ao lucro, à exploração do povo, aos monopólios e à bomba atômica. O rei cria uma forte amizade pelo garoto, motivo que o leva a ser perseguido. Enfim, acaba voltando para seu país, descrente da falsa liberdade que encontra em Nova Iorque.

O filme é uma crítica à liberdade tão defendida pelos Estados Unidos, restrita ao consumismo e apenas ao espírito e ideias do capitalismo, bem como ao imperialismo e comportamento belicista daquele país. Por isso mesmo, durante décadas foi proibido nos Estados Unidos, sendo lá exibido somente em 1973.

---

<sup>42</sup> Segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo.

<sup>43</sup> Entre o fim dos anos 1940 e começo da década seguinte milhares de cidadãos nos Estados Unidos, entre eles artistas, funcionários públicos, sindicalistas, cientistas e até mesmo militares de alta patente foram investigados e perseguidos por serem considerados comunistas. A nação que tanto defende a liberdade de expressão não tolera ideias contrárias ao pensamento dominante. A “caça às bruxas” foi inaugurada pelo senador Joseph McCarthy (daí o nome *macarthismo*) e na sequência assumida por órgãos governamentais federais como a *CIA* e o *FBI*. Muitos perderam seus empregos, tiveram suas carreiras profissionais destruídas, presos e alguns foram até levados ao suicídio. Além de Chaplin, outros famosos sofreram com a política de intolerância como Albert Einstein, Humphrey Bogard etc.

### **Ocupação na fábrica de móveis**

Em janeiro de 1961, os trabalhadores na fábrica de móveis “L. Martins” realizaram dois dias de greve. A importância desse movimento esteve no fato de que, apesar de terem se deslocado até os pés das máquinas, simplesmente não as ligaram. Além disso, durante os dois dias de greve ocuparam a fábrica, tendo sido vários trabalhadores presos. À frente dessa ação, estava o Conselho Sindical de Fábrica. Essa é mais uma evidência de que já funcionava no Sindicato dos Marceneiros a Organização no Local de Trabalho (OLT) por meio de uma ação de base direta. Após essa greve foi conquistado na empresa o 13º salário<sup>44</sup>. Mais um exemplo de que sem luta, sem dedicação e compromisso os trabalhadores nunca conquistarão direito algum. Os patrões somente cedem ao sentirem os seus lucros sendo ameaçados.

### **A campanha salarial de 1963 – parte I**

Entre dezembro de 1962 até agosto de 1963, segundo informa o Dieese por meio de “O Trabalhador em Madeira” em sua edição de outubro de 1963, o aumento dos preços dos gêneros básicos de alimentação atingiu 60,8%. Quer dizer, a antecipação de reajuste dos marceneiros de 17% já havia desaparecido totalmente. O presidente do Sindicato, Salvador Rodrigues, em editorial, denunciava essa realidade e ao mesmo tempo convocava os trabalhadores para se sindicalizarem e lutarem. Caso contrário, afirmava, não haveria mudanças. Dizia que apesar de algumas conquistas obtidas no plano geral (abono de Natal, Salário-Família, Estatuto do Trabalhador Rural etc), somente com muita organização, especialmente no local de trabalho (conselhos sindicais nas fábricas), se obteria novos direitos. E a campanha salarial que se iniciava era a oportunidade do momento. Salvador Rodrigues destacava alguns pontos urgentes: os aumentos salariais deveriam ter um prazo de vigência menor ou serem

---

<sup>44</sup> Ver item “Jango ousa novamente” no presente texto.

antecipados em ao menos quatro meses, devido aos altos índices inflacionários; abolição das cláusulas que impunham o teto e unificação de todas as datas-base de todas as categorias. Essa última reivindicação continua atualíssima e significa um grande empecilho para a união da classe trabalhadora.

### **A campanha salarial de 1963 – parte II – unificando as lutas**

O Sindicato dos Marceneiros, juntos com mais outros 80 sindicatos e 4 Federações, todos representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI), resolveram unificar a campanha salarial para mais de 700 mil operários, tinham consciência de que separados estariam enfraquecidos perante os patrões.

### **A campanha salarial de 1963 – parte III – reivindicações**

Em assembleia realizada no dia 18 de outubro de 1963, os marceneiros fizeram as seguintes reivindicações para a campanha salarial de 1963/1964 (junto a mais de 700 mil operários):

- Aumento salarial de 100% (sobre o salário de janeiro) a partir de 01 de novembro de 1963;
- Férias em dobro;
- Revisão salarial a cada quatro meses;
- Garantia do livre exercício dos delegados sindicais nas empresas;
- Desconto de um dia do salário para o Sindicato e
- Adicional de 5% a cada cinco anos trabalhados

Os patrões, até então, sequer concordavam em dialogar e por isso a possibilidade de greve era grande, o que paralisaria atividades industriais tanto na cidade de São Paulo como na região metropolitana e interior. De sua parte, os trabalhadores estavam fortalecidos e unidos pelo que chamaram de Pacto de Ação Conjunta (PAC). No dia 27

de outubro de 1963, domingo, às 9h, no Cine São José do Belém, houve assembleia intersindical para a decisão dos rumos a serem tomados.

Em todo o país o movimento sindical e demais movimentos sociais estavam fortalecidos e em ascensão.

### **As Reformas de Base**

De maneira clara, aberta e pública o Sindicato dos Marceneiros apoiava a realização das Reformas de Base, defendidas pelo então presidente da República, João Goulart (Jango). O Brasil, em outubro de 1963, vivia um período de grande agitação política. Por um lado, boa parte da elite econômica nacional, militares de alta patente, latifundiários e elevado número de políticos, apoiados por empresários e órgãos governamentais estadunidenses, agiam para impedir que Jango continuasse a administrar a nação. Em um campo oposto encontrava-se a maioria: parte do empresariado nacional, militares e políticos nacionalistas, intelectuais, sindicalistas, estudantes, militantes, operários e camponeses. O grupo minoritário tentava impedir que as Reformas de Base fossem implantadas. Entre as principais medidas nesse conjunto estavam a Reforma Agrária, até os dias de hoje ainda não plenamente realizada, e a lei que limitava a remessa de lucros para o exterior. Essa última ação atingia frontalmente os interesses das inúmeras e poderosas multinacionais já instaladas no Brasil. O resultado dessa disputa todos nós sabemos: 21 anos de ditadura militar.

### **Jango ousa novamente**

A direção do Sindicato dos Marceneiros alertava sobre a necessidade de os trabalhadores estarem vigilantes em relação à aplicação da Lei 4.090 de 13 de julho de 1962 que instituiu a chamada *Gratificação de Natal*, ou seja, o 13º salário.

Apesar de ser obrigatório por lei, afirmava o Sindicato, muitos patrões tentavam burlar a norma ou simplesmente esquecer-la, utilizando justificativas jurídicas para não realizarem o justo pagamento aos trabalhadores.

Outro direito criado durante o governo de Jango foi o salário-família. Em 03 de outubro de 1963 João Goulart sanciona a lei que obriga as empresas a um pagamento específico a todo trabalhador com filhos até a idade de 14 anos.

Leis que beneficiavam o trabalhador não poderiam agradar aos empresários que somente pensam no máximo lucro imediato. Cada ação desse tipo aumentava ainda mais as articulações e desejos para a deposição do Presidente da República.

### **Um pouco mais do contexto da época**

O período de grande efervescência merece ter a sua conjuntura social e política revelada com um pouco mais de destaque, sendo assim, reproduzimos a seguir os comentários de Mônica Almeida Kornis e Débora Paiva Monteiro, pesquisadoras do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas:

*“(...) O movimento sindical urbano foi extremamente atuante durante todo o período do governo João Goulart (1961-1964). Essa atuação se inicia antes mesmo de Jango tomar posse, com a greve geral decretada pelos líderes sindicais em reação ao impasse criado pelos ministros militares à posse do vice-presidente eleito, por ocasião da renúncia do então presidente Jânio Quadros (1960-1961), em 25 de agosto de 1961.*

*Goulart enfrentou, em seus três anos de governo, inúmeras greves, motivadas não apenas por reivindicações salariais, mas também para pressionar o governo a realizar as reformas de base. Nesse sentido, pode-se dizer que o governo Goulart foi um dos marcos na história do movimento sindicalista brasileiro, na medida em que nesses anos as ações sindicais, inclusive as greves, ampliaram e explicitaram a participação dos sindicatos nas grandes questões da política nacional. Isso fica evidente em alguns episódios, como o que envolveu a indicação do nome de Brochado da Rocha, no lugar de Auro de Moura Andrade, para chefiar o segundo gabinete parlamentar (1962), por*

*pressão do Comando Nacional de Greve (CNG), logo transformado em Comando Geral de Greve (CGG).*

*Durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, também realizado em 1962, em São Paulo, o CGG transformou-se em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), congregando organizações oficiais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA), além de organizações paralelas, como a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Fórum Social de Debates (FSD).*

*Reunindo em suas fileiras as lideranças mais expressivas do movimento sindical brasileiro no início da década de 1960, como Clodesmidt Riani, Roberto Morena e Dante Pellacani, o CGT teve um papel relevante em vários momentos do governo Goulart. Um dos mais importantes deu-se durante a luta pela antecipação do plebiscito que decidiria pelo retorno ou não ao regime presidencialista. Em setembro de 1962, contando com o apoio de alguns militares nacionalistas, foi decretada greve geral que só foi suspensa após a aprovação da antecipação do plebiscito, pelo Congresso. Nesse mesmo mês, os principais líderes sindicais reuniram-se com o presidente para discutir a organização do novo gabinete provisório, que governaria até a realização do plebiscito em janeiro de 1963, mostrando a grande influência que o movimento exercia sobre o governo.*

*Goulart não conseguiu efetivar as almejadas reformas de base. O governo não contava com apoio do Congresso para realizar a reforma constitucional necessária à implementação do seu programa de reformas. Além disso, a radicalização do movimento, sobretudo durante o período presidencialista, criou tensões com o próprio governo que busca um novo equilíbrio de forças, patrocinando a formação de uma organização rival ao CGT, a União Sindical dos Trabalhadores. A demissão do ministro do Trabalho Almino Afonso, próximo dos líderes sindicais, também vai nessa mesma direção e desagrada o CGT.*

*Já em 1964, com os rumores de um possível golpe para depor o presidente, o CGT ameaçou decretar uma greve geral com o objetivo de defender as liberdades democráticas. O movimento sindical organizado foi um dos responsáveis pelo grande*

*comício popular (o Comício das Reformas) realizado no dia 13 de março na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, reunindo cerca de 150 mil pessoas. Apesar das tentativas de conter o movimento golpista, em 31 de março os militares afastaram Jango da presidência. O governo militar interveio nas organizações vinculadas ao CGT, sendo ele próprio desarticulado e seus principais líderes presos.”.*

### **O Golpe de 1964 e a cassação da diretoria**

Apesar de a versão oficial da história afirmar que o Golpe Militar da última ditadura foi dado no dia 31 de março de 1964, a data é controversa. Outros especialistas defendem a ideia do dia 01º de abril, alegando também que, se essa data fosse admitida pelos militares, por conta de ser “o dia da mentira”, o Golpe Militar poderia virar piada junto ao povo.

As tropas teriam iniciado suas movimentações contrárias a João Goulart no dia 31 de março, mas a deposição foi concretizada somente no dia seguinte.

Para maior clareza sobre a veracidade da data de 01 de abril e não de 31 de março vale a pena a leitura das explicações de Mário Magalhães<sup>45</sup>:

*“(…) As tropas começaram a se mover de Minas só com o dia claro, em 31 de março. O general Olímpio Mourão Filho narrou que se recolheu aos seus aposentos, em Juiz de Fora, na noite de 30 de março, enquanto Jango discursava no Automóvel Clube do Brasil, no Rio.*

*Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria, Mourão desencadeou o movimento, junto com o general Carlos Luís Guedes. Seu plano era dar a largada na marcha entre 4 horas e 5 horas do dia 31.*

*De manhã, as tropas ainda estavam em Juiz de Fora. Lá, às 7 horas de 31 de março, o tenente Reynaldo de Biasi Silva Rocha ministrou instrução de combate à baioneta.*

*“Quem quer passar fogo nos comunistas levante o fuzil!”, gritou.*

*Às 11h30, o chefe do Estado-Maior do Exército, Humberto de Alencar Castello Branco, disse por telefone ao general Guedes, que permanecia em Minas: “A solução é vocês*

---

<sup>45</sup> Conteúdo acessado por meio do link <http://goo.gl/wWr5Fw> em 13 de setembro de 2014.

*voltarem, porque senão vão ser massacrados”. O general Castello em breve se tornaria marechal e presidente da República.*

*Ao meio-dia de 31 de março, Jango estava no Rio. No Palácio Laranjeiras, disse que havia “muito boato”, mas nada de concreto, sobre rebelião militar.*

*Só por volta das 16h15 12 carros do Departamento de Ordem Política e Social pararam em frente ao edifício da Federação Nacional dos Estivadores. Tentaram prender os dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores, mas estes foram socorridos por soldados da Aeronáutica fiéis a Jango.*

*Até pouco depois do meio-dia de 1º de abril, João Goulart não arredava pé do Palácio Laranjeiras, local dos despachos presidenciais no Rio (a capital já se transferira para Brasília). Como poderia ter sido derrubado na véspera, 31 de março? Por volta das 13 horas, na 3ª Zona Aérea, Jango embarcou para Brasília.*

*Só na madrugada de 1º de abril as tropas que decidiriam a parada, as do 2º Exército, de São Paulo, começaram a se preparar para marchar sobre o Rio. Mas ainda esperavam, como escreveu Elio Gaspari em A ditadura envergonhada: ‘Ao amanhecer do dia 1º de abril Krueel persistia na posição de emparedar Jango sem depô-lo’. O general Amaury Krueel comandava o 2º Exército. Sem a adesão de Krueel a deposição do presidente não prosperaria.*

*Em 1º de abril, prosseguiram em seus postos no Rio oficiais legalistas, submetidos ao comandante-supremo das Forças Armadas, o presidente Jango. Era o caso do general Oromar Osório, comandante da 1ª Região Militar (logo ele voaria para Porto Alegre) e do brigadeiro Francisco Teixeira, comandante da 3ª Zona Aérea.*

*Só em 1º de abril o Forte de Copacabana passou às mãos dos golpistas. Ao seu lado, o QG da Artilharia de Costa foi tomado às 11h30.*

*Preocupados com o fato de que golpearam no 1º de abril, oficiais mentiram sobre a data da virada de mesa no Forte de Copacabana, datando 31 num relatório. Assinalou Gaspari: ‘Na realidade, os acontecimentos se passaram exatamente um dia depois, 27 horas depois de Mourão e sete depois de Krueel’.*

*Em Minas, muitos golpistas cascadeavam ter marchado no dia 31, observou Gaspari: ‘Com o tempo tanto a adesão do coronel Raymundo [Ferreira de Souza] como a dos oficiais do 1º BC passaram a ser assinaladas como estandartes de uma marcha triunfal e a ser antecipada para a noite do dia 31 pela historiografia do êxito. Apesar das conversas na noite anterior, [o general Antônio Carlos] Muricy só recebeu os pelotões*

*do 1º BC por volta de meia-noite, e a adesão do comandante do 1º RI só se consumou às sete horas da manhã seguinte [1º de abril]’.*

*Na Cinelândia, à qual uma multidão acorreu para protestar a favor de Jango e da Constituição, a batalha ocorreu na tarde de 1º de abril, e não na véspera. Do prédio do Clube Militar, golpistas abriram fogo, ferindo e matando manifestantes.*

*O marco da queda de João Goulart é sua partida de Brasília, na noite de 1º de abril de 1964. Ele aterrissou em Porto Alegre de madrugada do dia 2 e resolveu não resistir. Na mesma madrugada, era empossado presidente o deputado golpista Ranieri Mazzilli, que presidia a Câmara.*

*Fonte insuspeita, o velho general Cordeiro de Farias anotou: ‘A verdade – é triste dizer – é que o Exército dormiu janguista no dia 31. E acordou revolucionário no dia 1º’.*

*Os movimentos em Minas iniciaram mesmo no dia 31 de março. E só. Como o Exército que dormira janguista poderia ter golpeado antes de o sono chegar?*

*No Rio, onde se concentravam os contingentes das três Forças Armadas, pode-se considerar que o golpe se consumou pelas 16h de 1º de abril. Mais ou menos naquele horário, os tanques do Exército que protegiam o Palácio Laranjeiras o abandonaram e estacionaram centenas de metros além. Passaram a defender o Palácio Guanabara, onde estava o governador golpista Carlos Lacerda. A data do golpe é 1º de abril de 1964. (...)”.*

Aliás, os militares também não entendem o Golpe como tal, mas sim o chamam de Revolução...

Até a data anterior ao Golpe, eram diretores efetivos do Sindicato dos Marceneiros os companheiros Salvador Rodrigues, José Flores Navarro, Agenor Soares de Lima, Lázaro de Oliveira, Lázaro Paulino Maia, Nelson Dias e Mariano Vitoriano Lopes. Os mesmos foram legitimamente eleitos pelos trabalhadores e, portanto, gozavam de representatividade junto à categoria. Foram, sem direito algum à defesa, sumariamente cassados. Em seu lugar foram nomeados os interventores, ou seja, a Junta Governativa que administrou o Sindicato até 28 de Junho de 1965. Eram eles: Presidente, Francisco Alves Ferreira Júnior (o Chico Preto); Secretário, Herbert Inácio da Silva e Tesoureiro: José Begiato.

Conforme já referido anteriormente, a direção e até mesmo os seus suplentes foram acusados de terem participado de *movimentos subversivos* “incompatíveis com o regime democrático”. Alegações totalmente injustas, além de absurdas, na verdade, ridículas e

sem fundamento. Quais os significados para *movimentos subversivos*? A defesa dos direitos dos trabalhadores? Pensar de maneira diferente dos patrões? Pensar de maneira diferente dos militares? Pensar de maneira contrária aos interesses das empresas multinacionais? Reunir-se e organizar-se? Sabemos que sim, sabemos que esses foram os verdadeiros motivos do Golpe de 1964 e não a defesa da democracia. Como é possível dizer-se defensor da democracia se justamente se implanta uma ditadura de 21 anos com todo o tipo de proibição?

Não só a direção executiva foi cassada, mas também os integrantes dos demais fóruns deliberativos, consultivos e aqueles que se encarregavam de organizar os operários no próprio local de trabalho.

O Sindicato dos Marceneiros de São Paulo fez parte da primeira lista, publicada pelo governo, para intervenção, juntamente com os metalúrgicos de São Paulo, têxteis, gráficos, entre outros. Iniciou-se no Brasil um verdadeiro período de trevas tanto para o movimento sindical, mas para todos os outros movimentos sociais que defendiam as causas populares.

### **Os golpistas levam um golpe**

Foram convocadas eleições sindicais para os dias 26, 27 e 28 de julho de 1965 no Sindicato dos Marceneiros. O interventor-presidente, Francisco Alves Ferreira Júnior (o Chico Preto) e o interventor-secretário, Herbert Inácio da Silva, desejando serem candidatos, desligaram-se da interventoria, tendo assumido a presidência, o interventor-tesoureiro José Begiato.

O que tanto os interventores, como os militares golpistas instalados no governo e no Ministério do Trabalho não contavam, era que perderiam as eleições! Sim! Foram surpreendidos pela base que elegeu para a direção seus verdadeiros e legítimos representantes e não tiranos nomeados por outros tiranos!

Na ata de reunião da direção executiva de 06 de setembro de 1965 assume como presidente Alberto de Oliveira Campos (o Zico); vice-presidente, Antônio Di Chiachio; além de os diretores Nelson Gonçalves, Arlindo Isidoro de Couto e Mário Gomes de Moraes.

Pouco mais de um ano depois, o presidente Alberto de Oliveira Campos, na reunião de 21 de setembro de 1966, apresenta sua renúncia transmitindo o cargo ao vice: Antônio Di Chiachio. Apesar de os motivos não terem sido claramente explicitados, o dirigente comunica que voltaria a exercer suas funções de marceneiro e igualmente continuaria apoiando a categoria e suas reivindicações. Há especulações, não confirmadas, de que teria tentado uma ação semelhante à de Jânio Quadros na presidência da República: renunciar e ser aclamado pelo povo, no caso os trabalhadores marceneiros, a retomar o cargo. Sendo essa ou não a explicação, o fato é que nunca mais regressou à direção do Sindicato. Feliciano de Moraes acaba assumindo a vice-presidência.

### **Chico Preto**

O presidente-interventor, Francisco Alves Ferreira Júnior, Chico Preto, apesar de ter exercido o papel de pessoa de confiança da ditadura militar em muitos momentos livrou integrantes da diretoria anterior de injustas acusações que poderiam levá-los à prisão, à tortura ou até mesmo à morte.

Segundo relato de Américo Stefani, ex-diretor e ex-funcionário do Sindicato dos Marceneiros, dado a Joel Alves de Oliveira, igualmente ex-presidente, Chico Preto em várias reuniões com a direção interventora não permitiu que incriminações ilegítimas fossem, sobre os ex-diretores antes do Golpe, inseridas em relatórios enviados ao DEOPS.

Por esse motivo, quando a oposição sindical de esquerda, representada por Joel Alves de Oliveira, ganhou as eleições em 1981, buscaram o Chico Preto, já abandonado pela ditadura, para contribuir com o Sindicato.

### **Os marceneiros ameaçam com greve em plena ditadura**

Em 07 de novembro de 1967 o Sindicato dos Marceneiros, por meio de seu então presidente, Antônio Di Chiachio, publica edital no jornal “Última Hora” convocando os trabalhadores para assembleia a ser realizada no dia 14 seguinte. O local marcado foi

aquele que já era o segundo endereço da entidade: Rua Florêncio de Abreu, 305 – 4º andar. Mesmo estando limitada pela lei de greve (4.330 de 01º de junho de 1964) a direção dos marceneiros chamava a categoria a opinar e decidir sobre reajuste salarial, pagamento de adicional quinquênio, reconhecimento do Conselho Sindical, férias de trinta dias, extensão do salário-família, reajuste salarial semestral (por conta da inflação progressiva), instituição do salário mínimo da categoria e, por incrível que possa parecer, norma que obrigasse os empregadores a fornecerem aos empregados as ferramentas de trabalho!

O clima político no Brasil piorava diariamente, a linha dura do governo militar, que desejava aprofundar ainda mais o regime de exceção, ganhava força. Tanto que em 13 de dezembro de 1968 é decretado pelo ditador-presidente Costa e Silva, o Ato Institucional número 5, o famoso, AI-5. Com ele, praticamente todas as liberdades são suprimidas. Por exemplo, poderia ser fechado o Congresso Nacional, bem como os legislativos estaduais e municipais; qualquer mandato poderia ser cassado; qualquer cidadão poderia ter seus direitos políticos suspensos por 10 anos entre outras arbitrariedades.

Apesar das proibições, os marceneiros arriscam ainda mais incorporando um detalhe na convocatória para a assembleia de 14 de novembro de 1967. No edital publicado pelo jornal “Última Hora” não havia dois itens presentes no edital divulgado por meio de folheto avulso impresso pelo próprio Sindicato dos Marceneiros. Eram itens que deixavam claro o motivo da assembleia: decidir pela aprovação de uma greve geral da categoria a ser iniciada em 16 de dezembro de 1967. Além disso, a assembleia também poderia conceder plenos poderes à direção do Sindicato para encaminhar decisões sobre a possível paralisação.

### **Editorial radical...radical e perigoso**

Dizer publicamente que o patronato, junto ao governo, em pleno auge da ditadura militar, intensificava a luta contra os trabalhadores parece ser algo impensável. Na época, o ditador-presidente era nada menos do que Emílio Garrastazu Médici. Reconhecidamente o mais violento de todos os ditadores-presidentes no Brasil. Foi

durante o seu governo (1969 a 1974) em que foram registrados os maiores índices de violações dos direitos humanos: perseguições, prisões, censuras, torturas e assassinatos de quem ousasse, por menor que fosse a intensidade, questionar as atitudes governamentais.

O editorial de “O Trabalhador em Madeira”, em abril de 1970, não economizou adjetivos para criticar a ditadura e alguns de seus operadores: a maior parte das federações e confederações sindicais de trabalhadores (dominadas pelos pelegos interventores) e os patrões. No caso das referidas entidades sindicais, o artigo literalmente sustentava que “salvo algumas exceções, nada fazem (...) ao contrário, procuram impedir que os sindicatos se mobilizem”.

Por exemplo, o editorial dizia que “nestes últimos anos”, ou seja, nos últimos anos de ditadura militar não houve avanço na área econômica e social, pelo contrário, vários direitos foram suprimidos, entre eles, o direito de greve, a estabilidade no emprego, a política de arrocho salarial, além de investidas contra a indenização, o aviso prévio, a aposentadoria, o auxílio doença etc.

Somente as declarações sublinhadas anteriormente, já seriam mais do que suficientes para levar, no mínimo, à cassação de toda a diretoria do Sindicato dos Marceneiros. No entanto, o edital continua desafiando a ditadura ao deixar claro que sem mobilização dos trabalhadores, sem um sindicato forte, sem atuação nos locais de trabalho, enfim, sem organização não seria possível que os sindicatos “se mobilizassem na luta contra seus exploradores”, segundo as palavras do próprio edital, isto é, da própria direção do Sindicato dos Marceneiros.

Outro ponto muito importante do texto é a consciência do equilíbrio entre assistência social e a principal missão de uma entidade de classe: ser um órgão de luta. A promoção de festas e eventos, a oferta de serviços médicos e dentários, a construção de uma sede própria, bolsas de estudo, por fim, o desenvolvimento de atividades sociais e recreativas não impede a manutenção do principal objetivo, ou seja, de o sindicato constituir-se de maneira realmente combativa, com consciência de classe.

O edital também firma posição contrária às horas extras para evitar o adoecimento ainda mais rápido dos trabalhadores.

Recorda igualmente a matéria sobre a importância fundamental de sempre se lembrar dos trabalhadores e líderes sindicais que até perderam suas vidas por buscarem um

mundo melhor. Termina conclamando os trabalhadores a se unirem em seu dia internacional, o 1º de Maio de 1970.

Em outras palavras, o Sindicato dos Marceneiros critica a ordem social vigente sem amedrontar-se diante a forte possibilidade de graves represálias.

### **A ditadura assassina mais um líder sindical**

Os marceneiros continuam ousando ao denunciarem em seu jornal o bárbaro assassinato de um sindicalista justamente no período mais autoritário da ditadura. Salvador Tolezano, líder dos bancários, foi assassinado pela então *Força Pública*<sup>46</sup>. Três soldados na madrugada do dia 24 de janeiro de 1970, quando Tolezano voltava de uma atividade sindical dos bancários ocorrida na cidade de Sorocaba, tiraram sua vida.

### **A volta do jornal**

A censura militar, provavelmente desde outubro de 1963, interrompeu a publicação do jornal da categoria, "*O Trabalhador em Madeira*". O impresso dos trabalhadores volta em abril de 1970 quando o sindicato pede à categoria que façam sugestões de um novo nome para o boletim.

### **Mais um passo para a construção da nova sede**

Em assembleia do dia 13 de março de 1970 aprova-se o anteprojeto, elaborado pela diretoria e comissão, sobre o novo prédio. Nessa data também foi confirmada que a Rua dos Carmelitas, 149, centro de São Paulo, seria o novo endereço do Sindicato dos Marceneiros. Até então o Sindicato estava na Rua Florêncio de Abreu, 305, 4º andar.

---

<sup>46</sup> As chamadas *Forças Públicas* chegaram a compor o que hoje conhecemos, separadamente, por *Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Guarda Nacional, Marinha e Exército*.

Esse era o segundo endereço, pois o primeiro estava na Praça da Sé, 53 (2ª sobreloja), conforme já relatamos.

### **Reajuste salarial**

Para o período 1969/1970 o reajuste salarial conquistado atingiu 25% sobre o salário vigente em 15 de dezembro de 1968.

### **Departamento Social Recreativo**

O movimento sindical brasileiro, desde sua origem no final do século 19 e principalmente a partir do início do século 20, herdou da tradição europeia a estratégia de, por meio de atividades esportivas, sociais e recreativas para os trabalhadores e respectivas famílias, incentivar a participação sindical.

O Sindicato dos Marceneiros estava consciente de tal importância e por isso criou em sua estrutura o *Departamento Social Recreativo* onde, ao menos desde 1970, realizava reuniões regulares sempre às sextas-feiras, 19h. O objetivo era organizar as atividades, tornando algumas delas permanentes, como o campeonato de futebol.

Em outubro de 1969, o Sindicato dos Marceneiros havia participado, com um time, do *1º Torneio de Futebol Intersindical* organizado pela Secretaria do Trabalho de São Paulo.

### **Bater e assoprar (um pouco...)**

O Sindicato empreendia uma inteligente estratégia política em seu dia a dia. Isto é, por um lado, mesmo nos períodos mais opressivos da ditadura, ameaçava com greve, criticava o governo, a concentração de renda pelos patrões e até mesmo denunciava as arbitrariedades da ditadura, inclusive assassinatos de lideranças sindicais segundo

vimos anteriormente. Igualmente arrojava-se ao, em plena ditadura, organizar comissões de fábrica em sua base.

Em paralelo patrocinava eventos e atividades oficiais para mostrar ao governo ditatorial uma falsa tranquilidade em relação ao regime de exceção. Por exemplo, o citado 1º Torneio de Futebol Intersindical havia sido organizado pela Secretaria do Trabalho de São Paulo, um órgão governamental também controlado pelos militares. Na época, o governado era Roberto de Abreu Sodré, do partido da ditadura, a ARENA.

### O 1º de maio de 1970

Na medida do possível, ao longo da ditadura, o Sindicato resistia sempre avançando conforme a conjuntura possibilitava. No período mais tenso dessa fase, o responsável pela estratégia dos marceneiros, entre 1966 e 1978, foi seu presidente, Antônio Di Chiachio, um homem de esquerda e muito comprometido com a causa dos trabalhadores. Entre os episódios mais interessantes e significativos dessa resistência foi o 1º de Maio de 1970. Vale lembrar que nessa data, o presidente do Brasil era o general Emílio Garrastazu Médici, o mais violento da ditadura. A seguir, reproduzo relato do ex-presidente do Sindicato, Joel Alves de Oliveira, a respeito do referido acontecimento.

*“Em 1970, tivemos na cidade de São Paulo, duas comemorações do 1º de Maio. Como em anos anteriores, uma delas ocorreu na região de Ermelino Matarazzo e foi organizada pelo Sesi, Sesc, Fundacentro e alguns sindicatos, entre eles o dos metalúrgicos de São Paulo que já estava sob intervenção da ditadura e tinha como presidente Joaquim dos Santos Andrade<sup>47</sup>, o Joaquinzão. Lá os generais fizeram a sua festa.*

*Por outro lado, em um evento paralelo programado pelo Sindicato dos Marceneiros e dos Têxteis, juntamente com os bancários, gráficos e outros dois sindicatos, os*

---

<sup>47</sup> Presidiu o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo de 1965 até 1987, ou seja, durante toda a ditadura.

*trabalhadores ousaram e comemoraram o seu dia, inclusive com a participação de muitos militantes metalúrgicos de São Paulo. Com direito a manifesto escrito, esse foi o primeiro 1º de Maio “não-oficial”, desde 1964, realizado publicamente e em local aberto na cidade de São Paulo, a praça de esportes da Vila Maria Zélia. O manifesto não era agressivo, mas denunciava as perdas salariais, inclusive do salário mínimo, conclamava os trabalhadores a se sindicalizarem, a comemorarem o 1º de Maio, além de pleitearem a liberdade e autonomia sindicais.*

*Nesse dia, para a comemoração do dia dos trabalhadores, organizamos partidas de futebol e apresentações de luta livre (fantomas, tremendão). Eu, na época, era diretor do departamento recreativo. Às 9 horas da manhã começamos com a luta livre, cuja apresentação ocorreu no meio do campo com os trabalhadores em volta. Mas antes disso, na abertura, falaram os dirigentes sindicais. Fizeram uso da palavra o presidente dos marceneiros, Antônio Di Chiachio; Frederico Brandão, do Sindicato dos Bancários e dos Têxteis (que ainda está vivo). No palanque, foi feita a leitura do manifesto que coube ao presidente do Sindicato dos Têxteis. Com as mãos trêmulas, leu o texto e, em seguida, por razões óbvias, os três dirigentes rapidamente se retiraram do evento, muito temerosos de possíveis reações. Após as demonstrações de luta livre iniciaram-se as partidas de futebol interfábricas. Eu, na verdade, nem tinha medo, pois não tinha nenhuma noção política da ditadura. Somente tinha raiva dos militares pelo que faziam contra o povo.*

*O campo de futebol onde estávamos era cercado por arquibancadas de madeira e muros com o mesmo material. Quando jogavam os marceneiros eu, na qualidade de diretor desportivo, mesmo não entendendo nada de futebol, era o responsável pela escalação do time e as orientações aos jogadores. De repente, comecei a observar que pessoas que estavam ao meu lado misteriosamente estavam desaparecendo... Uma das que sumiu era a jovem esposa de Antônio Carlos Negreiro, trabalhador na Mobilínea, sócio do sindicato, militante do movimento estudantil universitário e com uma formação política de esquerda. Muito envolvido com o jogo, não via o que se passava, estava entretido tentando orientar o time. No entanto, fui ficando cada vez mais intrigado, pois as pessoas continuavam a desaparecer. Iniciei uma busca e ao ir para a parte de trás da arquibancada vi dois homens, a paisana, com metralhadoras, apontando para todos aqueles que “misteriosamente” haviam sumido. Estavam todos*

*e todas com as mãos na cabeça...Imediatamente voltei para o campo gritando: 'Para o jogo! Para o jogo! Negreiro, sua mulher foi presa!' Paramos o jogo e os que ainda estavam na arquibancada se misturaram com os jogadores no campo, formando-se um grande tumulto. Nesse momento a Tropa de Choque, a Polícia Federal e o Deops invadiram o local que já estava todo cercado. Aproximadamente 20 militantes e trabalhadores foram presos<sup>48</sup>. Alguns pularam os muros do local antes da invasão, mas acabaram sendo presos também. Entre eles, estava Olavo Hansen, 33 anos, operário metalúrgico, militante do PORT e universitário da USP, assassinado apenas sete dias depois sob brutal tortura. Os presos foram transportados por caminhonetes C14, além de caminhões brucutu que foram utilizados para a intervenção militar. Desesperadamente Antônio Carlos Negreiro se agarrou atrás de uma caminhonete C14 implorando para que soltassem a sua mulher, grávida, que também estava sendo levada presa. Ele foi sendo arrastado pelo automóvel nos pedregulhos e não conseguiu resgatar sua esposa. Desgraçadamente ela foi torturada durante oito dias no Deops e acabou perdendo o bebê. Depois disso, Antônio Carlos e sua mulher foram embora da cidade de São Paulo e eu nunca mais os vi. Gostaria muito de encontrá-los e saber como estão.*

*Logo depois que a repressão foi embora, alguns dirigentes sindicais voltaram, entre eles Antônio Di Chiachio dos marceneiros e, ao serem informados do ocorrido, rapidamente buscaram saber para onde os presos haviam sido levados.*

Eu, individualmente e em minha ingenuidade, naquele tempo ainda não possuía uma formulação para poder entender o que exatamente estava acontecendo, fui à Delegacia da Vila Maria. Lá chegando, sozinho, simplesmente perguntei se meus companheiros estavam lá presos. Por óbvio responderam que lá não havia ninguém, que ninguém passou por lá. Não contente com a resposta e muito preocupado, fui ao próprio Deops. Lá também me informaram que ninguém havia sido preso...O 1º de Maio havia sido em uma sexta-feira e nós já estávamos no sábado. Na segunda-feira, como a empresa em que eu trabalhava ficava próxima ao Deops, eu voltei novamente lá. Pela segunda vez me disseram que ninguém havia sido preso. Eu insisti dizendo que

---

<sup>48</sup> Segundo artigo de Pádua Fernandes e Diego Marques Galindo, publicado no *site* do Arquivo Público do Estado de São Paulo foram presas 18 pessoas pelo 1º Batalhão de Polícia da Força Pública. Acessar informação pelo link <http://goo.gl/OYPZJI>.

foram sim presos, pois eu estava lá...Perguntaram meu nome e acabaram dizendo que haviam sim passado por lá (o Deops) somente para prestarem depoimento e que em seguida haviam sido liberados...E eu acreditei, voltei para meu trabalho tranquilo... O fato é que ainda ninguém sabia para onde haviam sido levados, estavam todos desaparecidos!

### **A brutalidade contra Olavo Hansen**

Dada a importância e notoriedade do assassinato do militante Olavo Hansen, reproduzimos a seguir trecho do texto referido na nota de rodapé acima. O material relata os acontecimentos que se seguiram ao 1º de Maio de 1970, após a prisão na praça de esportes da Vila Maria Zélia.

*“(...) No dia 1º de maio de 1970, na praça de esportes da Vila Maria Zélia, foram presas 18 pessoas durante a comemoração operária do Dia do Trabalho, pelo 1º Batalhão de Polícia da Força Pública, devido à posse de panfletos subversivos. Enviados para o Quartel General da Polícia Militar, os prisioneiros foram postos nus no chão, sofreram agressões e ficaram sob a ameaça de metralhadora. Em seguida, foram levados para a OBAN (Operação Bandeirantes), [...] onde estava todo o pessoal que tinha sido preso no Vale do Ribeira, da VPR, da guerrilha, e por isso, estava muito cheio. E o pau comendo”, segundo Geraldo Siqueira, que era da célula do PORT que Hansen chefiava, e também foi preso com panfletos.*

*No dia 4 de maio, Hansen e os outros presos foram enviados ao DEOPS, onde a tortura começou. De acordo com Geraldo Siqueira, “Nós éramos carne nova para eles. E aí a coisa ficou ruim. Eles pegaram o Olavo e disseram: ‘Esse aqui já conhece o caminho’. Já o separaram e mandaram para o pau. Ele começou a apanhar logo na entrada”.*

*Conduzido à sala de torturas, Olavo Hansen foi obrigado a se despir e sofreu queimaduras com cigarros e charutos, choques elétricos oriundos do tubo de imagem de um televisor, palmatória nos pés e nas mãos, espancamentos, pau de arara e afogamentos. No dia 5, os outros presos políticos passaram a exigir que lhe fosse dada assistência médica, o que só foi realizado no dia 6. Além dos ferimentos visíveis por*

*todo o corpo, apresentava sinais evidentes de complicações renais, anúria e edema das pernas, próprios de combatentes de guerra.*

*O médico Geraldo Ciscato, lotado no DEOPS/SP, prestou apenas cuidados superficiais. Os outros presos voltaram a exigir uma assistência efetiva, mas somente no dia 8, quando Hansen tinha entrado em coma, Ciscato retornou e determinou que ele fosse levado para um hospital. Foi levado para o Hospital do Exército, em Cambuci, onde faleceu no dia 9.*

*A polícia alegou que seu corpo teria sido encontrado em 9 de maio num terreno baldio no Ipiranga. Em 13 de maio, a família foi informada de que ele teria se suicidado no dia 9 de maio de 1970.*

*Os presos políticos Vitório Chinaglia, Raphael Martinelli, Patrocínio Henrique dos Santos, Maurice Politi, Dulce Moniz, Gilberto Beloque, Sonia Hipólito, Tarcísio Sigristi, Marco Antônio Moro, Bety Chachamovith, Carlos Russo Jr., Waldemar Tebaldi Filho, José Claudio Barighelli, Norma Freire, Humberto Veliame, Fernando Casadei Salles, João Manoel de Souza, Maria do Carmo e outros, que testemunharam a prisão e o martírio de Hansen, apontaram como responsáveis pelo assassinato o delegado Ernesto Milton Dias e [o] delegado Josecyr Cuoco, com suas respectivas equipes, sob o comando do investigador Sálvio Fernandes do Monte e, ainda, a colaboração do médico Geraldo Ciscato (...)'".*

Infelizmente, esse e milhares de outros casos no Brasil, executados diretamente pelo poder público, continuam impunes. Essa é uma mancha na história do país, como tantas outras, ainda por serem passadas a limpo. A tragédia é ainda pior quando se observa que a prática da tortura persiste como cultura nas polícias atuais.

### **Prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém**

Conforme já referido, os anos do governo Médici (1969 a 1974) representaram o ponto mais implacável da ditadura. Por isso, a edição de agosto de 1970 de *“O Trabalhador em Madeira”*, apesar de ter questionado com intensidade a fase de exceção vivida, o fez por meio das entrelinhas, isto é, as reivindicações mais consistentes ou pesadas

foram publicadas nas partes internas do jornal. Além disso, mais do que uma página inteira – e o jornal possuía quatro – era dedicada aos esportes, palavras cruzadas, charadas e o convite e anúncio de eventos culturais. É claro que, segundo refletimos, atividades sociais como piqueniques, campeonatos, excursões entre outras tornam o sindicato simpático ao trabalhador e, com isso, se avança na difícil tarefa de convencimento e organização da categoria.

Em sua primeira página o edital faz um rápido balanço do Primeiro de Maio daquele ano. Essa avaliação, que especialmente serviu como comunicação aos trabalhadores, foi assinada tanto pelos marceneiros como bancários, metalúrgicos, têxteis, químicos, gráficos, alfaiates, laticínios, padeiros e condutores de veículos. Por óbvio não se pode acusar a ditadura de sua ação militar violenta naquele Primeiro de Maio<sup>49</sup>...

### **O que queriam os trabalhadores em geral e o marceneiros?**

Naquele agosto de 1970, os trabalhadores demandavam por mais empregos e dispunham-se contra “as restrições às liberdades”. Assumir publicamente tal contestação era, na época, um grande risco. Vale a pena a reprodução literal de alguns trechos impressos no jornal dos marceneiros:

*“(...) queremos reafirmar que não concordamos com a política salarial que nos é imposta e reafirmamos nossa determinação de lutar contra (...) o fundo de garantia que na prática, liquida a estabilidade no emprego; contra a lei que regulamenta o direito do exercício de greve. (...)”.*

Defendem ainda, “o livre exercício das liberdades democráticas e sindicais” (...) “o direito de ter garantia de reunião, de organização, de discutir e escrever, formando nossas reivindicações, de votar e ser votado em eleições livres, de denunciar os exploradores do povo (...)”.

---

<sup>49</sup> Ver item “O 1º de Maio de 1970” no presente texto.

## **IAPI e INPS: a longa e trágica história da saúde no Brasil**

Uma característica da estratégia do Sindicato dos Marceneiros, ao longo de sua história, tem sido não só a defesa direta pelo emprego e salário, mas a luta por direitos gerais fundamentais ao bem estar do trabalhador e de sua família. Essa preocupação se torna evidente ao observarmos o boletim “*O Trabalhador em Madeira*”. Uma das reflexões era a questão da saúde e o atendimento ao trabalhador pelos órgãos governamentais. Esse tema foi debatido na edição de agosto de 1970.

O SUS (Sistema Único de Saúde) no Brasil é, possivelmente, em sua proposta, o melhor sistema público de saúde do mundo. É, no país, o grande responsável pelo tratamento dos casos crônicos de doenças como transplantes, AIDS, saúde da família, políticas de prevenção, vacinação (é a maior campanha mundial) etc, casos que os planos privados de saúde simplesmente se recusam a atender. Há certamente ainda muito que se aperfeiçoar, mas tem havido melhorias qualitativas e quantitativas desde que foi implantado em 1990. Uma de suas falhas está no atendimento aos casos de pequena complexidade, como as consultas médicas.

Antes de sua criação o povo e os trabalhadores dependiam muito dos planos privados de saúde e hospitais de caridade, não havia a saúde como dever do Estado. Os trabalhadores marceneiros também sofriam com essa situação, especialmente antes do SUS, quando dependiam dos serviços oferecidos pelo antigo INPS e ainda antes, dos IAPs.

## **A fraude do “Um doze avos” e a super exploração**

Tratava-se de uma cláusula extremamente prejudicial aos trabalhadores de várias categorias, inclusive a dos oficiais marceneiros. O trabalhador, no período de sua data-base, somente receberia integralmente o reajuste acordado se tivesse ao menos um ano na empresa, tendo menos, receberia um percentual equivalente aos meses já trabalhados. Isto é, tendo somente um mês, seu reajuste seria de 1/12 avos; 2 meses, 2/12 avos e assim sucessivamente.

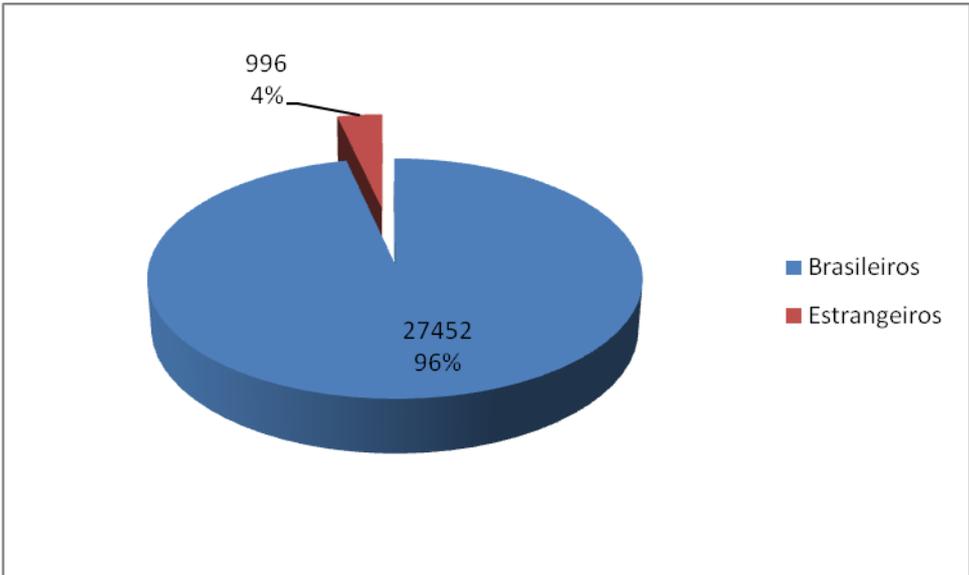
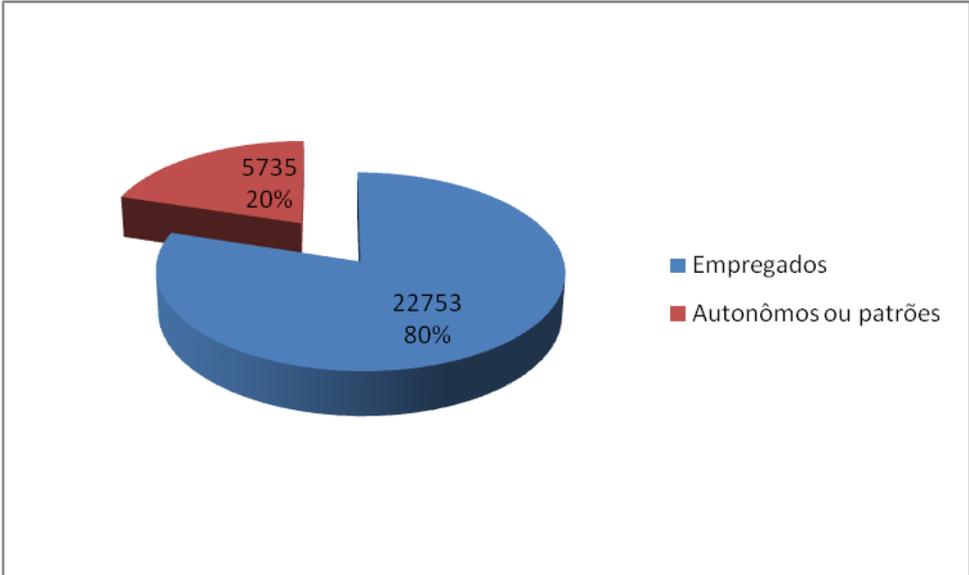
Esse instrumento constituía uma armadilha imoral e cínica. Com isso, o patrão conseguia baratear ainda mais a produção na medida em que a mercadoria vendida não teria seu preço diminuído por conta do custo menor com a mão de obra. Assim, o trabalhador perdia e os compradores dos produtos não teriam o custo menor repassado ao preço. Ganha, como sempre, o patrão com o aumento dos lucros.

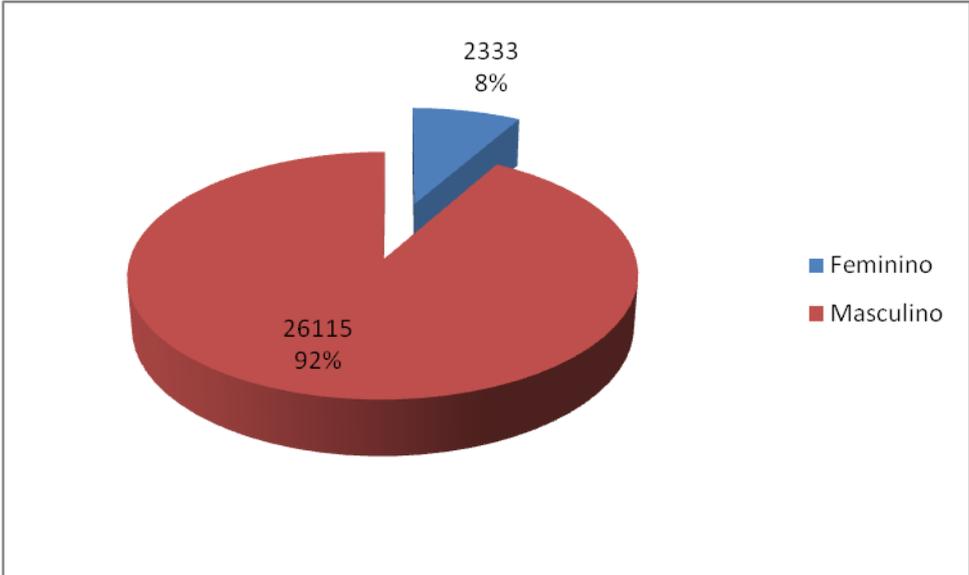
Era nada mais do que um flagrante e explícito desrespeito ao salário igual para trabalho igual. Ainda, tal expediente gatuno fazia com que os patrões, às vésperas da negociação do reajuste anual, demitissem o máximo possível de trabalhadores para contratar novos e, conseqüentemente, economizarem muito com trabalhadores que receberiam apenas 1/12 avos do reajuste conquistado. Por conseqüência, os que foram demitidos também receberiam somente 1/12 avos do reajuste em qualquer empresa em que eventualmente fossem contratados. Mais um exemplo de articulação e união dos patrões.

O Sindicato dos Marceneiros protestava veementemente contra essa situação, agravada pelo fato de não existir o livre direito do exercício de greve. A Justiça do Trabalho, por sua vez, simplesmente ratificava esse absurdo contra os trabalhadores e vantajoso à classe capitalista.

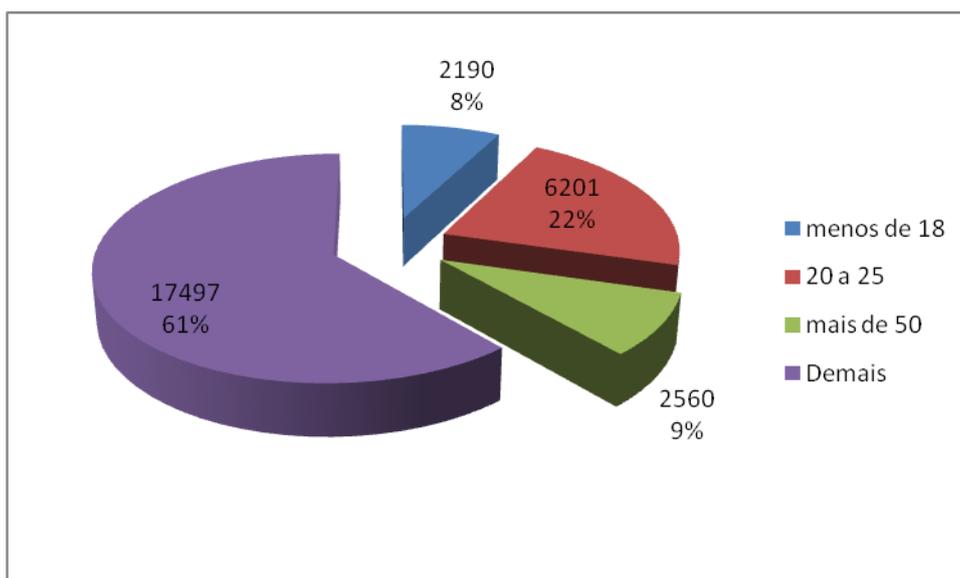
### **Perfil do trabalhador marceneiro em 1968**

A partir do total de pessoas ocupadas no setor mobiliário do Estado de São Paulo, 28.448, o Dieese elaborou estudo para verificar o perfil socioeconômico do trabalhador, categoria a qual também pertencem os oficiais marceneiros da cidade de São Paulo e regiões próximas. Os dados estão abaixo:

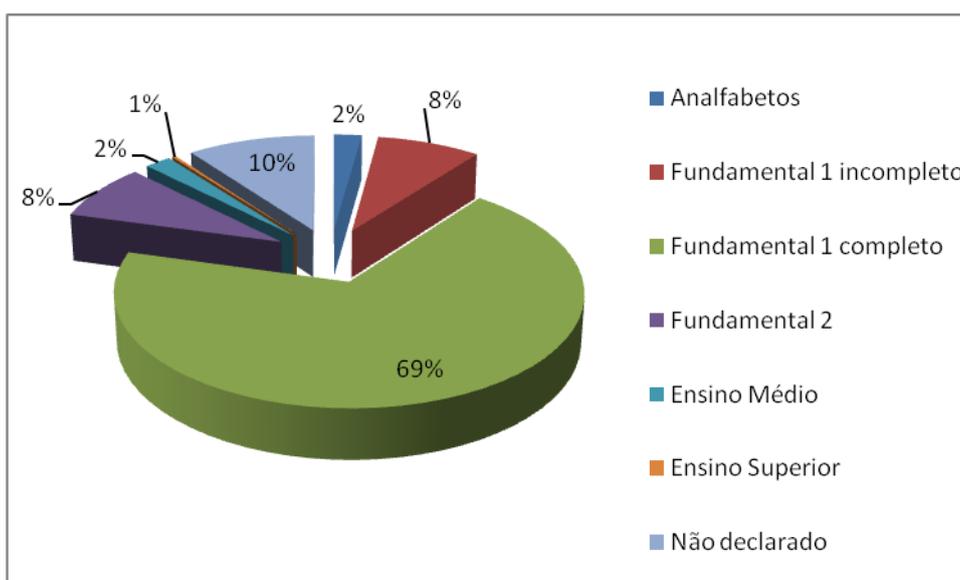




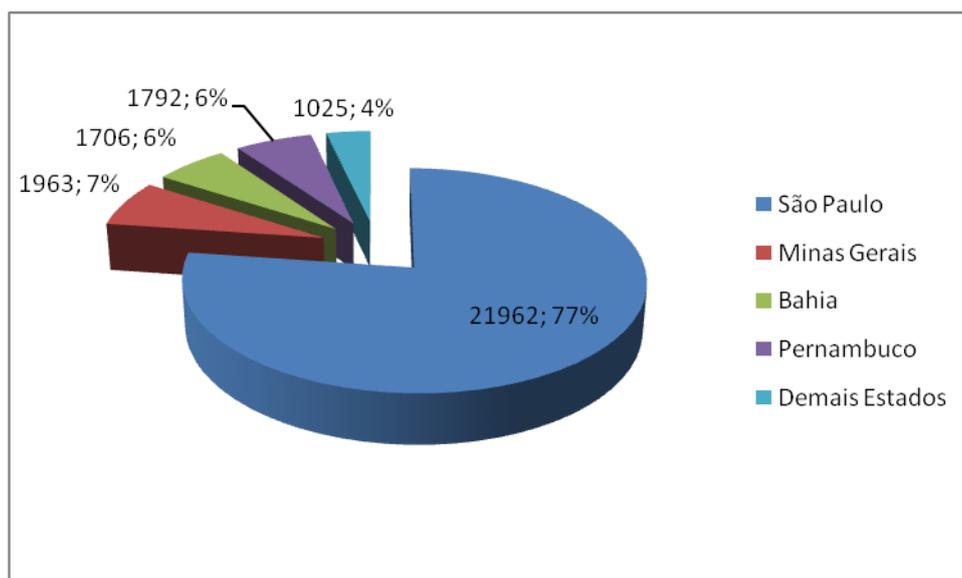
### Faixa etária



### Escolaridade



### Local de nascimento



### 10 de julho de 1971: a pedra fundamental da nova sede

No dia em que completava 37 anos de existência, o Sindicato dos Marceneiros realizaram grande encontro, com direito a churrasco e discursos, para celebrar o lançamento da pedra fundamental da nova sede. Em terreno adquirido durante a gestão de Salvador Rodrigues, a construção seria comandada pelo então presidente Antônio Di Chiachio.

Desde a retomada democrática do Sindicato dos Marceneiros nas eleições de julho de 1965, o que surpreendeu muito negativamente os interventores do golpe de 1964, a estratégia da entidade passou a ser o combate enérgico e contundente pelos direitos dos trabalhadores e contra a ditadura militar, ousando mais diretamente em alguns momentos e em outros aparentando uma convivência “civilizada” no novo contexto ditatorial. Ou seja, realizar um jogo para confundir o governo militar, mantendo a ideologia anticapitalista, bem como as práticas de organização da classe. Em outras palavras: “comer pelas beiradas”. Isso garantiu não só a sobrevivência da entidade, mas também seu fortalecimento e crescimento. Foi certamente uma política muito inteligente da direção dos marceneiros.

Por exemplo, no dia de lançamento da pedra fundamental da nova sede na Rua dos Carmelitas, 149 – estavam presentes, além da direção do sindicato, trabalhadores e

familiares – o delegado regional do trabalho Aluysio Simões de Campos; o representante do Secretário do Trabalho, Rafael Cortazo e o bispo Dom Ernesto de Paula. O que isto quer dizer? Quer dizer exatamente que, ao convidar tais pessoas, muito provavelmente entusiastas da ditadura militar e de suas masmorras, o Sindicato dos Oficiais Marceneiros garantia que seu plano pudesse ser realizado. Isto é, não corria o risco de, em plena festa de lançamento da construção da nova sede, ter seu evento invadido pela polícia com trabalhadores e líderes sindicais presos, como fizeram no Primeiro de Maio de 1970<sup>50</sup>. Convidar serviços da ditadura não significou estar conivente com ela, pelo contrário. Além da evidência lógica e histórica dessa afirmação, uma entre as várias provas do não compartilhamento com o governo autoritário está, mais uma vez, nos textos de *“O Trabalhador em Madeira”*.

Uma de suas matérias falava sobre a peça teatral *“Quando as Máquinas Param”* de Plínio Marcos, um dos maiores dramaturgos do Brasil. Falecido em 1999, era considerado literalmente “maldito” pela ditadura militar, pois em suas peças de teatro retratavam o povo pobre, trabalhadores, marginalizados, prostitutas, ladrões e várias outras personagens sociais pertencentes a guetos específicos. Somente um título desse tipo *“Quando as Máquinas Param”* era, no auge da censura militar, mais do que suficiente para ser usado contra o sindicato. Mesmo sabendo disso, a direção dos marceneiros publica em seu jornal um texto, com foto, falando da peça e convidando todos os trabalhadores a assistirem no teatro do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem.

### **Fim da estabilidade e o FGTS**

Instituído em 1966 pelo ditador presidente, Marechal Castelo Branco, o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) substituiu a estabilidade até então garantida por lei para os trabalhadores que permanecessem ao menos 10 anos na mesma empresa. A medida foi uma das primeiras agressões aos direitos dos trabalhadores perpetradas pelo militarismo, além de várias outras como praticamente a proibição das greves.

---

<sup>50</sup> Ver item “O 1º de Maio de 1970” no presente texto.

Com o FGTS, o trabalhador perde a estabilidade, podendo, portanto, ser demitido a qualquer tempo pelo empregador, tenha dois meses ou 20 anos na mesma empresa. Em artigo na edição de setembro de 1971, a direção dos marceneiros critica duramente a mudança denunciando os prejuízos aos trabalhadores. Os recursos depositados em nome dos trabalhadores eram descontados do próprio salário recebido com nenhuma parte paga pelo empregador; não sendo suficiente, muitos patrões não recolhiam os valores e outros ainda, apesar de recolher, não o depositavam! Soma-se a isso a grande dificuldade dos donos desse recurso, os trabalhadores, somente poderem dispor do mesmo após enfrentar muita burocracia. Enfim, os marceneiros lamentavam a perda da estabilidade, tendo a consciência de que não poderia ser substituída por nada melhor.

### **Extensão da base**

Em 1971 o Ministério do Trabalho analisava o pedido de extensão da base territorial do Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo para os municípios de Taboão da Serra, Itapeverica da Serra e Osasco, regiões nas quais muitas das empresas antes localizadas na capital paulista se instalaram. O pedido foi deferido e, portanto, incorporado aos marceneiros de São Paulo.

### **Congresso**

De 17 a 19 de setembro de 1971 realizou-se na cidade de Santos o congresso nacional dos trabalhadores nas indústrias da construção civil e mobiliário, setor ao qual pertencem os marceneiros.

## **Estados Unidos: arrocho salarial e financiamento da guerra**

O Sindicato dos Marceneiros não está preocupado com o sindicalismo internacional somente na atualidade. Em boa parte de sua existência, sempre estiveram atentos ao sindicalismo em outras partes do planeta.

Por exemplo, em setembro de 1971, manifesta apoio aos sindicalistas e trabalhadores nos Estados Unidos que sofriam as medidas restritivas decretadas pelo Presidente Richard Nixon. Entre elas o congelamento de salários por 90 dias, mesmo para aquelas categorias que já haviam negociado acordo de reajuste com seus respectivos representantes patronais. Além disso, Nixon “pedia” aos sindicatos que suspendessem todas as greves em curso no país, as quais não eram poucas: 500 mil ferroviários; todos os estivadores da costa leste, o que englobava trabalhadores em 162 empresas de navegação; 35 mil trabalhadores representados por 23 sindicatos do setor telefônico etc.

Curiosamente, o congelamento de salários não atingiu as Forças Armadas: em 1971 os Estados Unidos estavam em plena guerra no Vietnã. Como sabemos, dois anos depois, foram obrigados a se retirar da região tendo sofrido humilhante derrota. 58 mil soldados estadunidenses foram mortos; acima de 300 mil feridos e mais 1,5 milhão de combatentes e cidadãos vietnamitas igualmente tombaram. Somados ao irreparável custo humano, o conflito consumiu 200 bilhões de dólares do povo, isto é, dos trabalhadores estadunidenses, obrigados a sustentar a máquina de guerra que incluía 540 mil soldados.

## **Jornada acima de 17 horas apenas para comer...**

O Sindicato dos Marceneiros, novamente em pleno auge da ditadura, agia corajosamente ao denunciar o nível de super exploração do trabalhador durante os governos militares.

Segundo o Dieese, para a compra dos itens da cesta básica em 1965, incluindo-se o pagamento de aluguel da moradia, tinha-se de trabalhar, no mês, 39 dias. Ou seja, o trabalhador já não conseguia manter-se com a qualidade de vida minimamente

necessária. Em 1969 a situação piorou quando a quantidade de dias necessários saltou para 57 dias.

Transferindo-se o raciocínio para o número de horas, em 1965 deveria se trabalhar 313 horas e 26 minutos por mês, na região metropolitana de São Paulo, para a aquisição dos requisitos básicos de vida. Em 1969 o número aumentou para 458 horas e 44 minutos. Em outras palavras: para o trabalhador manter a si e a sua família com o mínimo de decência, deveria trabalhar mais de 15 horas por dia, todos os dias do mês. Ou, se desejasse garantir ao menos um dia de “folga” por semana, a jornada diária passaria para mais de 17 horas!

### **Os “geniais” militares e o problema da média do frango**

Os números do item acima se comparam à extrema opressão sofrida pelos trabalhadores no início da Revolução Industrial na Inglaterra no século 18 ou com o regime de escravidão no Brasil.

O “presente” aos trabalhadores na ditadura brasileira foi mais exploração, fome, miséria, opressão, proibição e perseguição.

A justificativa do arrocho sobre a remuneração dos trabalhadores era a de que reajustes salariais que recuperassem integralmente as perdas provocariam um aumento maior da própria inflação. Sendo assim, os “gênios” militares e seus “brilhantes” assessores econômicos decidiram, a partir de 1965, que os salários seriam ajustados sobre uma média da inflação passada. Média quer dizer o seguinte: há um frango para duas pessoas. Só uma delas come o frango, assim, na média cada uma comeu meio frango!

Entretanto, os “sábios” da economia não obtiveram exatamente o que podemos chamar de sucesso. Em 1963, ano anterior ao golpe “salvador”, a inflação anual atingiu 78,4%. Em 1984, o último ano governado pelos militares, no caso o General Figueiredo (aquele que preferia o cheiro dos cavalos ao cheiro do povo...) o aumento dos preços pulou para 223,9%. Parabéns aos grandes economistas da ditadura!

## Iniciada a construção da nova sede em 1972

Nesse ano foi assinado pela diretoria do Sindicato dos Marceneiros (presidida por Antônio Di Chiachio), com a empresa vencedora da concorrência, contrato de construção para a nova sede na Rua dos Carmelitas, 149.

## “Milagre” nos salários dos outros é refresco

Para vigorar entre 15 de dezembro de 1971 até a mesma data do ano de 1972, o reajuste salarial seria de 22%, o mesmo concedido a outras categorias e aplicado sobre o salário vigente em 15 de dezembro de 1970. O reajuste seria para todas as categorias, inclusive a dos marceneiros.

Fundamentado especialmente na média da inflação passada, os reajustes não acompanhavam a evolução da inflação real e, muito menos, os aumentos dos itens da cesta básica.

Além disso, utilizamos a expressão “concedido”, pois os percentuais são aprovados pelo Tribunal Regional do Trabalho que sempre sanciona aquilo que o governo determina. Os patrões chegaram até a afirmar que “poderiam pagar mais”, mas não o fazem porque a lei não permite...Se é assim, por que não o faziam antes da ditadura? Por que aumentam tanto as mercadorias que vendem? Inclusive as de primeira necessidade...Vivia-se no chamado “Milagre Econômico” (1968 a 1973). Esse período ficou marcado pelas altíssimas taxas de crescimento do PIB, maiores até do que os atuais índices de crescimento da China, conforme tabela abaixo:

| Ano         | Percentual de crescimento do PIB |
|-------------|----------------------------------|
| 1968        | 9,8%                             |
| <b>1969</b> | 9,5%                             |
| <b>1970</b> | 10,4%                            |
| <b>1971</b> | 11,3%                            |
| <b>1972</b> | 12,1%                            |
| <b>1973</b> | 14%                              |

Recordamos que em 2013, o crescimento do PIB do Brasil foi o terceiro maior do mundo: 2,3%. A Coréia do Sul ficou em segundo com 2,8% e a China em primeiro com 5,7%.

Ao mesmo tempo, a miséria aumentava. Somente 5% dos brasileiros detinham metade dos bens nacionais, denunciava o Sindicato dos Marceneiros. Ainda, dos 30 milhões de trabalhadores no ano de 1970, somente 4,5 milhões ganhavam o salário mínimo ou um pouco mais. Mais da metade ganha menos de um mínimo. Onde estava o “milagre”, perguntava o texto de *“O Trabalhador em Madeira”*.

### **Óleo de Peroba e vergonha na cara**

Segundo o boletim *“O Trabalhador em Madeira”* a então já tradicional fábrica de móveis **Anselmo Cerello**, há vários anos, costumava pagar seus trabalhadores com vários meses de atraso. Ainda, os vales recebidos eram irrisórios e com valores determinados aleatoriamente.

Por esse motivo, a empresa havia sido, inclusive, denunciada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Por exemplo, em fevereiro de 1972, a fábrica ainda não havia pagado os salários de dezembro e nem o 13º! O que existia era somente a promessa de mudanças...

Outra tradicional empresa de móveis, a **Paschoal Bianco**, após ter o seu controle acionário transferido para o poderoso Grupo Matarazzo, mudou significativamente sua relação com os trabalhadores. Sempre tendo se pautado por um comportamento respeitoso, com a alteração na gestão, deixou de cumprir os direitos trabalhistas mais básicos. Entre eles, o pagamento dos reajustes salariais acordados, a alteração unilateral da jornada de trabalho e o rigor excessivo junto aos trabalhadores.

Sobre a questão salarial, a empresa alegava dificuldades financeiras. No entanto, a mesma não se preocupava em economizar com itens como propaganda em televisão e em outros meios de comunicação de massa; além de as polpudas retiradas (*pro labore*)

dos diretores da empresa e os investimentos realizados em suas instalações fabris. Ou seja, dinheiro para o pagamento dos trabalhadores não parecia faltar.

Eram apenas dois os problemas: excesso de Óleo de Peroba e falta de vergonha na cara!

### **A situação dos trabalhadores em 1972**

A fábrica de tapetes **Morbin Dibrase S.A.** simplesmente passou a utilizar mercadorias como moeda de pagamento aos trabalhadores...

A tapeçaria **Valpim S.A.** entra em concordata e a serraria **A. Queiroz Lugó** abre falência. Seriam essas situações fruto do fim do “Milagre econômico” da ditadura?

### **Marceneiros denunciam: riqueza para quem?**

Em 1970, 50% dos trabalhadores ganhavam menos do que o salário mínimo. Piorando o cenário, entre 1965 e 1974, o salário mínimo manteve a média anual de apenas 69% do poder aquisitivo de 1940, quando foi fixado o seu valor. Ou seja, além do enorme contingente de trabalhadores que não recebiam ao menos o mínimo estabelecido em lei, os que contavam com tal “privilégio”, tinham seus ganhos constantemente corroídos.

Ao mesmo tempo apenas 5% dos brasileiros detinham metade da riqueza nacional. Os marceneiros perguntavam: que adiantava o Brasil ser a 8ª economia do planeta se isso favorecia somente uma pequena elite?

Durante os 21 anos de ditadura militar, os que menos tinham ficaram com menos e os que mais possuíam aumentaram suas posses. Segundo dados do IBGE, em 1960, 20% dos mais pobres possuíam 3,9% do total da riqueza do país. Em 1980, vinte anos depois, 20% da população mais pobre detinha somente 2,8%. Por outro lado, a taxa de crescimento econômico foi bastante alta durante a ditadura, principalmente no período chamado “milagre econômico” – 1968 a 1973: os percentuais anuais eram, em

média, de 10% com picos de até 14%. Se não foi o mais pobre que se beneficiou do aumento dessa riqueza, resta o mais rico. Os números confirmam o triste legado social dos anos de chumbo.

### **Salário Mínimo X Custo de vida**

Em junho de 1972, o Sindicato dos Marceneiros publica um suplemento especial sobre o salário mínimo no Brasil. Com ele, pretende refletir e mostrar a perda de poder aquisitivo da renda da maior parte dos trabalhadores.

Decretado em 1º de Maio de 1972, o novo salário mínimo passaria de (Cr\$ 225,60 – cruzeiros) para Cr\$ 268,80 – quer dizer – reajuste de 19%. Para se ter ideia de sua defasagem, os marceneiros informavam, por meio de estudos do Dieese, que somente para dar conta da alimentação (em dezembro de 1971) de uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças) o valor do salário mínimo deveria ser de Cr\$ 344,49. Somando-se as necessidades de habitação, vestuário, higiene e transporte, o valor saltaria para Cr\$ 759,70. Ou seja, a defasagem estava acima de 120%!

No entanto, a situação era ainda mais grave. Caso fosse respeitada a convenção 117 da OIT, quer dizer, incluídos itens fundamentais para a vida como a saúde e educação, o salário mínimo, em 1972, deveria ser de Cr\$ 801,13. Portanto, a defasagem subiria para quase 140%. Sublinhamos que não se fala de itens como, por exemplo, o lazer...

### **Eleições dos marceneiros I**

Nos dias 3, 4 e 5 de julho de 1972 foram realizadas eleições para a direção do Sindicato dos Marceneiros. Com chapa única, boa parte da então atual direção pretendia ser reconduzida a mais um mandato para o triênio 1972-1975. Recorda-se que as lideranças vigentes na época realizavam um trabalho combativo, pois mesmo vivendo sob a ditadura, continuavam questionando as injustiças. Entre um dos objetivos mais destacados para o mandato que se iniciaria, estava o término da construção da nova sede na Rua dos Carmelitas, 149.

## **Eleições dos marceneiros e plataforma programática**

Seguindo as resoluções do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário, a chapa composta pela direção que pretendia ser reconduzida à liderança do Sindicato dos Marceneiros, basicamente defendia o seguinte plano de governo para o mandato de 1972 a 1975:

- Lutar pela conquista das liberdades e autonomia sindical;
- Reajustes salariais de acordo com a elevação do custo de vida;
- Conquistar o salário mínimo profissional;
- Tornar obrigatório ao empregador responsabilizar-se pelo custeio das ferramentas de trabalho;
- Suspensão da opção do FGTS e estabilidade no emprego após 12 meses de trabalho;
- Intensificar a sindicalização e a Organização nos Locais de Trabalho;
- Oferecer cursos aos trabalhadores da categoria;
- Tornar o jornal “*O Trabalhador em Madeira*” com publicação regular e
- Intensificar a construção da sede.

## **Ano I, número zero**

Em fevereiro de 1975, após dois anos sem a publicação de uma edição, o jornal da categoria, “*O Trabalhador em Madeira*” volta a circular. A direção do Sindicato, em editorial, justifica que a lacuna desse período foi motivada pela concentração de recursos na construção da então nova sede, inaugurada em 07 de setembro de 1973. Além disso, o boletim continuaria com o mesmo nome, entretanto, sua numeração seria iniciada novamente, isto é, ano 1 e edição número zero.

## Curiosidades sobre a nova sede e sua inauguração

- A última reunião da diretoria executiva ocorrida na sede da Rua Florêncio de Abreu, 305 – 4º andar se deu no dia 30 de agosto de 1973.
- Na reunião referida acima estiveram presentes, além do Presidente Antônio Di Chiachio, todos os diretores executivos: Américo Favato, Vice-Presidente; Nelson Gonçalves, Secretário-Geral; Francisco Moreno, Primeiro-Secretário; Marcionílio de P. Teixeira, Segundo-Secretário; Antenor Feliciano de Moraes, Primeiro-Tesoureiro e Renato Alves de Moura, Segundo-Tesoureiro.
- Ainda na reunião em questão, foram tomadas as decisões finais sobre os encaminhamentos para o evento de inauguração da nova sede.
  - A placa do salão nobre teria o nome da diretoria responsável pela compra do terreno da nova sede, sendo ainda a homenagem extensiva aos sócios-fundadores;
  - Foi comprada da empresa *Antártica*, 1.200 litros de chopps, 100 dúzias de refrigerantes, além três mil pãezinhos, mil empadas, 20 quilos de azeitonas descaroadas, 20 quilos de picles e mil pasteizinhos;
  - Também para a festa de inauguração foram contratados serviços de filmagem e fotografia e
  - Somente para autoridades, além dos trabalhadores sócios e familiares, foram enviados mais de 250 convites.
- Na reunião anterior, ocorrida no dia 05 de julho de 1973 e dedicada integralmente aos preparativos da inauguração da sede, foi decidido:

- O Delegado Regional do Trabalho, Aluizio Simões de Campos, foi convidado para o evento de inauguração que ocorreria no dia 07 de setembro de 1973;
  - A inauguração começaria às 17h com um ato solene até às 19h. Em seguida, seria oferecido um coquetel aos convidados e a partir das 22h um baile;
  - No ato solene seria prestada homenagem ao sócio vivo mais antigo, o qual seria presenteado com um *cartão de prata*;
  - Da mesma forma seria homenageada a diretoria responsável pela compra do terreno da nova sede, na pessoa de seu então presidente, Salvador Rodrigues;
  - Aos presentes seria distribuído um brinde.
- A primeira reunião da diretoria executiva ocorrida na nova sede aconteceu em 15 de setembro de 1973, portanto, 8 dias após a inauguração. Entre outros encaminhamentos, foi decidida a contratação de novos funcionários para o sindicato, tendo em vista a ampliação dos serviços à categoria;
  - Em 12 de janeiro de 1973 foi realizada assembleia geral extraordinária aprovando a venda da sede do Sindicato dos Marceneiros da Rua Florêncio de Abreu, 305 – 4º andar pelo valor de Cr\$ 350 mil cruzeiros. O ato foi publicado no Diário Oficial da União dois dias depois;
  - O patrimônio, com a nova sede, valia, em números e moeda da época, 4 bilhões de cruzeiros antigos (Cr\$ 4.536.423,88), segundo informação publicada no boletim “O Trabalhador em Madeira” de fevereiro de 1975. Em 1970, o

patrimônio era de 330 milhões de cruzeiros velhos (Cr\$ 332.954,00). Portanto, em um prazo de 5 anos o Sindicato elevou seu patrimônio em quase 14 vezes!

### **Muitos acidentes de trabalho para os marceneiros**

Nos seis primeiros meses de 1974, entre os municípios brasileiros, a cidade de São Paulo estava em primeiro lugar em relação às mortes ocorridas durante o exercício do trabalho. No estado de São Paulo, nesse mesmo período, mais de 2.500 trabalhadores em média se feriram por dia.

O campeão de acidentes, desde então e até os dias atuais, já era a construção civil. Em terceiro lugar estão as indústrias da madeira e cortiça, sendo os operários das serrarias os que mais sofrem. Segundo o então INPS<sup>51</sup>, 35% dos operários que trabalhavam em madeira afastavam-se definitivamente do serviço por causa de acidentes.

Criada para solucionar ou diminuir os problemas com segurança, as CIPAs muitas vezes acabam não funcionando como deveriam. Entre os motivos, segundo o Sindicato dos Marceneiros, estão o fato de metade da representação e a presidência das CIPAs serem patronais e, na parte dos empregadores, a estabilidade após o mandato ser temporária, o que inibiria uma atuação mais contundente.

### **Base e associados**

Em 1975 a base do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo contava com aproximadamente 15 mil trabalhadores, sendo 5.021 mil filiados. Isto é, mais de 30%

---

<sup>51</sup> O INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) foi criado em 1966 fruto da fusão entre todos os IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões – havia o dos marítimos, comerciários, bancários, industriários etc). Em 1990 o INPS se funde com o IAPAS (Instituto de Administração Financeira e Assistência Social) constituindo o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). O INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), que funcionava junto ao INPS, foi substituído pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

da categoria era associada ao sindicato. Esse percentual é alto, inclusive nos dias atuais, onde a média máxima no Brasil é de aproximadamente 19%.

### **Carestia, desde sempre**

Já em 1975, um tema recorrente aos trabalhadores em geral e igualmente aos marceneiros era a carestia ou inflação dos gêneros de primeira necessidade, como se dizia, isto é, o aumento de preços da cesta básica. A bem da verdade, o desafio era enfrentado e sofrido pelos trabalhadores mesmo antes da própria fundação sindicato. Em 1974, segundo o Dieese, o aumento do custo de vida foi de 35,16% com destaque para a alta dos seguintes itens:

| <b>Item</b>        | <b>Percentual</b> |
|--------------------|-------------------|
| Transporte         | 47%               |
| Educação e cultura | 44,66%            |
| Higiene pessoal    | 38,68             |
| Saúde              | 33,70             |

Em alimentação o item que subiu mais foram gorduras, condimentos, hortaliças, leite e derivados, cereais, massas e farinhas. No caso das gorduras a elevação foi de 66% e os cereais quase dobraram de preço. Os dados do Dieese comprovaram que quase metade da alta do custo de vida das famílias assalariadas foi causada pelo custo da alimentação: 17,42%. As informações também indicavam que os trabalhadores com baixos salários gastavam boa parte de sua remuneração na compra de alimentos.

### **A história de um operário, o velho Ramirez**

Com pouquíssimas adaptações, abaixo reproduzimos texto publicado em fevereiro de 1975 no jornal sindical, “O trabalhador em madeira”, relatando brevemente a vida de

um operário marceneiro. É uma história muito interessante na medida em que ao contar a vida de um homem simples, demonstra a importância do imigrante na categoria.

***“Sindicato é solidariedade, mas a imensa maioria não está preparada para isto. Quase todos buscam um benefício imediato, e se conseguem se retiram. Não procuram mais o sindicato até a próxima vez em que precisam novamente”.***

Essa é a opinião do maquinista José Manuel Ramirez, 64 anos, que em 1975 já havia trabalhado quase 18 anos na indústria de móveis *Ricco*. Desde que entrou para a marcenaria Ramirez é maquinista e conseguiu a proeza de passar por todas as máquinas sem sofrer nenhum acidente grave.

***“Tive dois ou três acidentes, mas foram coisas sem importância. Mas isto não é comum, pois este setor é muito perigoso. E a maioria das firmas não têm seguro especial para maquinistas”.***

Aliás, Ramirez também conseguiu outras coisas que poucos conseguem: estar há 18 anos em uma mesma empresa. Esse é um fato pouco comum no setor.

***“Há um movimento fora do normal, chamado rotatividade de mão de obra. O sujeito nem bem aprendeu o serviço e já é mandado embora”.***

José Manuel Ramirez é espanhol e veio para o Brasil em 1957, depois de viver na Argélia, trabalhando em ferrovias, e em Marrocos, onde começou a trabalhar em indústria de madeira.

***“Quando cheguei ao Brasil, era fácil conseguir emprego. Hoje é mais difícil. Juntei o dinheiro da passagem e vim. Realmente, logo consegui emprego, mas os salários nunca foram muito altos”.***

Como Ramirez era solteiro, não tinha família aqui e nem precisava mandar dinheiro para a Espanha, sempre ia dando um jeito... Conseguiu até guardar um dinheiro para voltar para a Espanha quando se aposentasse em 1976. Ele só não sabia como os trabalhadores que tinham família e filhos na escola faziam para se sustentar.

***“Os aumentos são poucos, só no fim do ano. Isso é uma coisa muito errada na política sindical. E todos deveriam receber o mesmo aumento. Se nós pedimos reajuste por causa da carestia e a carestia é igual para todos, por que um recebe 100 cruzeiros e o outro só 50 centavos? Não é justo”.***

Ramirez ganha 6 cruzeiros e 21 centavos por hora. Na empresa onde trabalhava, 60% dos trabalhadores eram sindicalizados.

***“Muita coisa poderia ser concertada se os sindicatos fossem mais fortes, se todos compreendessem o valor do sindicato, da solidariedade. Seria mais fácil resolver problemas de acidente de trabalho, insalubridade, ambiente de trabalho, que são dificuldades de quase todos os trabalhadores”.***

Ramirez contava que já estava velho e que ao se aposentar voltaria para a Espanha, sua terra, de onde partiu em 1939 quando tinha 29 anos de idade. Quando começou a guerra civil espanhola em 1937, ele se alistou ao lado dos republicanos. A guerra terminou em 1939, os republicanos perderam e ele teve que sair do país.

Em 1975 Ramirez morava em uma pensão no Brás, sozinho, para onde voltava todas as tardes depois do trabalho. Tomava banho, jantava, saía para encontrar os amigos e voltava para dormir. No dia seguinte acordava cedo para a nova jornada. No final de semana ia ao cinema, descansava e assim terminou seu último ano de trabalho para então se aposentar e retornar à Espanha.

## O Machão

Em 1975, o já famoso ator Antônio Fagundes, representava o papel de Petruquio na telenovela “O Machão” da TV Tupi. Para a sorte de toda a categoria, o artista concedeu, na edição de fevereiro de 1975, uma entrevista ao jornal do Sindicato dos Marceneiros, “O Trabalhador em Madeira”. A seguir, destacam-se os principais trechos:

***“O homem do povo, dentro de sua pureza, tem uma visão muito mais correta do mundo e dos seus problemas. Ele sabe diferenciar o certo do errado, inclusive nele mesmo. E é capaz de entender qualquer tipo de peça. Ele apenas não vai ao teatro porque não pode pagar 40 cruzeiros pela entrada, que muitas vezes representa 10% de seu salário.”***

***“Não existe teatro popular. Os moradores da periferia e das cidades do interior só poderão ver teatro se houver um grande apoio do governo. No ano passado o Serviço Nacional de Teatro fez uma tentativa de popularizar o teatro, vendendo ingressos para vários espetáculos em bairros da cidade, a cinco cruzeiros.”***

O homem do povo, o trabalhador simples, a dona de casa, enfim, os humildes, compunham o público mais apreciado por Antônio Fagundes:

***“Eles gritavam, torciam e participavam do espetáculo. O homem do povo não tem o preconceito da classe média. E têm muitas coisas para ensinar para o ator e a todo mundo”.***

Fagundes ainda diz que a maior parte dos programas de televisão é de baixo nível. Procuram apenas divertir sem tentar dar informação e cultura. Também segundo o ator, utiliza-se como desculpa sobre a má qualidade o fato de que o homem simples não conseguiria entender conteúdos de alto nível. Para ele isso não é verdade. O público tem sim a capacidade de entender e gostar de espetáculos bem feitos.

Finalizando, afirma:

***“A televisão depende muito da propaganda, e no fim o que acaba mandando na programação é o dinheiro do anunciante. Embora como diversão ela funcione bem”.***

Atualmente sabemos que a qualidade da televisão brasileira, piorou muito mais, especialmente no caso dos canais abertos e comerciais. Estes, assistidos diariamente por dezenas de milhões de famílias, oferecem uma programação de péssima qualidade, carregada de intensa violência, preconceito, discriminação e pornografia. Além disso, o pequeno punhado de famílias que domina a grande mídia brasileira (revistas, jornais, televisão e rádio) age como se fosse um partido político, defendendo os representantes das elites nacionais e estrangeiras instaladas do Brasil.

### **Balanco do mandato que se finalizaria em 1975**

Com a ditadura ainda em todo o seu vigor, a atuação dos sindicatos continuava brutalmente reprimida e controlada. Mesmo assim, a direção dos marceneiros insistia na liberdade sindical e na “solidariedade proletária”, conforme balanço do mandato divulgado na edição de “O Trabalhador em Madeira” em fevereiro de 1975. Também havia o destaque do reajuste de 35% em 1974 (o maior conseguido pelos trabalhadores da cidade de São Paulo); além das seguintes conquistas:

- Construção da nova sede e contratação de novos funcionários e equipamentos (sistema de telefonia, gabinete dentário, máquinas de calcular, máquinas de escrever e fotocopiadora);
- Atendimento diário realizado por três dentistas, médicos e advogados e
- A obrigação, por parte das empresas, em fornecer ao trabalhador as ferramentas utilizadas pelos empregados, bem como a responsabilidade pela manutenção das mesmas. Até então, o trabalhador era obrigado a ter a sua própria caixa de ferramentas. Quem não as tinha simplesmente ficava sem

emprego. Essa foi uma grande conquista que pôs fim a uma antiga situação de exploração do operário do setor da marcenaria e afins.

### **Greve em 31 de março?! Só pode ser “provocação”!**

O jornal da categoria “*O Trabalhador em Madeira*” publica notícia, por conta de seu espírito de solidariedade de classe, sobre os metalúrgicos da empresa AMC. Localizada na cidade de São Paulo, a *Artefatos de Metais para Construção* ao menos desde 1973 sempre atrasava o pagamento de salários dos trabalhadores. Coincidentemente ou não, no dia 31 de março de 1975 (como sabemos, dia do golpe militar de 1964 e quando a “revolução” era comemorada pelos ditadores), após um mês de atraso, os trabalhadores resolveram cruzar os braços. O próprio Tribunal Regional do Trabalho considerou a greve legal, depois de 10 dias de ter sido iniciada.

### **Ano I, número um, 15 de abril de 1975**

O editorial do jornal “*O Trabalhador em Madeira*”, assinado pelo então presidente do Sindicato, Antônio Di Chiachio, refletia sobre a importância fundamental de os trabalhadores se associarem à sua entidade de classe. Informava também que a base territorial do Sindicato foi ampliada para incluir as cidades de Taboão da Serra e Osasco. Ainda, sublinhava que o sindicato pretendia construir uma subsede para atender aos trabalhadores da nova região.

### **Eleições dos marceneiros**

Nos dias 21, 22 e 23 de julho de 1975 os marceneiros realizaram eleições para constituir sua nova diretoria executiva, conselho fiscal e delegação para o conselho da Federação. Mesmo o país vivendo naquele momento, o que brevemente seria o início

do abrandamento da ditadura; as torturas, perseguições, prisões, proibições e assassinatos cometidos pelo governo autoritário ainda eram frequentes e comuns. Ou seja, estar a frente de um sindicato, convocar eleições democráticas, chamar os trabalhadores a se filiarem, publicar textos sobre a importância da organização coletiva, realizar greves entre outros tipos de atos contestatórios era, no mínimo, uma estratégia muito ousada, corajosa e até perigosa. Tal prática é mais um importante indicador de que o movimento sindical não só não desapareceu no período mais negro da ditadura (1969 a 1979: entre o Ato Institucional número 5 em 13 de dezembro de 1968 e a Lei da Anistia em 28 de agosto de 1979<sup>52</sup>) como resistiu de forma resoluta e sistemática.

O Sindicato dos Marceneiros de São Paulo foi um dos que contribuiu efetivamente para que isso ocorresse, essa é a conclusão que se pôde chegar após pesquisa junto a uma enorme quantidade de fontes primárias, secundárias (jornais da categoria, jornais em geral, documentos sindicais de divulgação, atas de reuniões etc) e entrevistas de trabalhadores e lideranças.

Repetindo para fortalecer a ideia: parte do movimento sindical brasileiro permaneceu ativo e combativo mesmo durante a fase mais violenta da ditadura militar. Esse ciclo começou com o AI-5 e a Anistia. O Sindicato dos Marceneiros de São Paulo é um dos exemplos. Outros sindicatos exerceram papel semelhante. Sendo assim, não é correto afirmar que o movimento sindical desapareceu nesses 10 anos. Por óbvio os sindicatos, que permaneceram lutando pelos trabalhadores e contra a ditadura, não puderam fazê-lo como se estivessem em um ambiente democrático, mas o fizeram. Novamente o Sindicato dos Marceneiros de São Paulo é um exemplo do que ora afirmamos: avançar no essencial, acumulando forças e “cedendo” em questões secundárias e superficiais. Queremos dizer: é muito mais importante criar comissões de fábrica, publicar material impresso questionando o arrocho salarial e a falta de liberdades democráticas, bem como a proibição das greves e, ao mesmo tempo, convidar autoridades governamentais para cerimônias formais de inauguração.

---

<sup>52</sup> A Lei nº 6.683 foi promulgada pelo então Presidente da República João Baptista Figueiredo, após uma ampla mobilização social, anistiando todos que cometeram crimes políticos entre 1961 e 1979. Atualmente a lei é muito questionada, pois acabou perdendo graves crimes de assassinato e tortura, cometidos por militares brasileiros, contra opositores da ditadura.

## Indústria Cerello

A indústria de móveis de junco e vime “Anselmo Cerello” no ano de 1975 foi obrigada, após a organização e reivindicação dos trabalhadores, a aceitar as demandas básicas que foram feitas. Representados por Joel Alves de Oliveira, Carlos Della Libera, Ulisses de Oliveira, Belmiro Ferreira da Cunha, Nelson Pires de Moraes e Benedito Pinto de Oliveira, em mesa redonda na Delegacia Regional do Trabalho, a empresa acordou em resolver os seguintes pontos:

- Ao invés de descontar mensalmente os vales feitos pelos trabalhadores, a empresa o fazia somente ao final do ano, descontando-os, em uma única vez, do 13º salário. A prática era prejudicial aos trabalhadores, pois ao final do ano acabavam não podendo contar com a renda extra;
- 30 jovens menores de 18 anos trabalhavam na *Anselmo Cerello* e não recebiam o piso da categoria, Cr\$ 445,00 (quatrocentos e quarenta e cinco cruzeiros), mas sim o salário mínimo mais 10% - apesar de desenvolverem trabalho igual ao dos adultos;
- Mesmo sendo obrigatório por lei, a *Anselmo Cerello* não tinha CIPA.

O resultado satisfatório aos trabalhadores animou o dirigente Joel Alves de Oliveira a escrever um artigo (Reivindicar não é crime), para a edição de 15 de abril de 1975, no jornal da categoria “O Trabalhador em Madeira”. Nele ressalta que as justas reivindicações não constituem infrações e assim não pode haver punição para quem simplesmente exerce os seus direitos fundamentais. Para ele, o exemplo da empresa *Anselmo Cerello* é significativo na medida em que o resultado final da mesa redonda na Delegacia Regional do Trabalho foi consequência de uma luta iniciada vários meses antes.

## **Patrão não engana quem conhece os seus direitos**

Em 1975, Pedro Falco era um operário de 46 anos de idade e 20 na fábrica de móveis *Luiz Bosio*, no bairro da Liberdade em São Paulo. Pai de três filhos, morava em uma casa de três cômodos, no bairro do Sacomã, lutando muito para sustentar sua família com o magro salário de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros).

Sindicalizado há 20 anos, foi um dos primeiros colaboradores do “O Trabalhador em Madeira”, onde escreveu sobre a importância primordial em se conhecer os próprios direitos para evitar que os trabalhadores sejam enganados pelos patrões:

“Nós podemos defender melhor nossos interesses conhecendo bem nossos direitos, as obrigações dos patrões, a legislação trabalhista, a política salarial. Os trabalhadores bem informados não são enganados facilmente. Por isso, temos que procurar nos livros, nas revistas e nos jornais, os assuntos ligados à nossa própria vida. Assim, ninguém vai se aproveitar da nossa ignorância para fazer mais injustiças”.

## **Conheça a biblioteca do Sindicato**

Na edição de 15 de abril de 1975 de “O Trabalhador em Madeira”, o marceneiro Pedro Falco escreve:

“O homem vive aprendendo e se desenvolvendo. Enquanto alguns trabalham mais com o cérebro, outros produzem com as mãos. Os engenheiros criam obras gigantescas com seus compassos e réguas. Os trabalhadores braçais executam tudo que está nos riscos. O objetivo de todos deve ser um só: dar melhores condições de trabalho e de vida para o povo.

Hoje em dia o saber está à disposição. Alguns têm mais possibilidades, outros têm menos. Mas nas organizações classistas, culturais, de bairro, há bibliotecas à disposição de todos. O Mobral<sup>53</sup> está nos bairros.

O saber abre novos horizontes para o homem. Ele passa a conhecer o passado e a viver melhor o presente. O saber não é apenas ter conhecimento e ensinar os outros. Tudo se concretiza com o trabalho. E o resultado do trabalho deve ser o bem comum do povo. Não haverá felicidade sem o trabalho.

O homem vive educando os outros e transformando o mundo. Ele nunca se satisfaz: tudo o que sabe e faz é um estímulo para saber e fazer mais. Esse dom da sabedoria deve ser explorado até o fim dos nossos dias, pois caso contrário, viveremos e morreremos embrutecidos.

Esse pequeno artigo tem uma finalidade: abrir as portas da nossa biblioteca aos companheiros. Há um tesouro a sua espera”.

### **O trabalho, a liberdade e a felicidade: um pouco de filosofia**

A afirmação *“Não haverá felicidade sem trabalho”*, citada anteriormente pelo marceneiro Pedro Falco, possui um sentido bastante profundo e que por isso nos possibilita considerações relevantes. Em sua simplicidade, o operário revela intensa abstração filosófica em torno dos conceitos de Trabalho e Homem.

A desigualdade tem prevalecido durante boa parte da história da humanidade, bem como na atual sociedade capitalista, onde o Trabalho exerce um papel repressor e concentrador das riquezas produzidas pelo povo, e não libertador, sobre o Homem.

---

<sup>53</sup> O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi implantado pelo governo militar em 1967 tendo existido até 1985 com o fim da ditadura. Seu início foi motivado para substituir o Método Paulo Freire de Alfabetização que alfabetizava ao mesmo tempo em que possibilitava uma conscientização política e social. A partir de suas experiências de sucesso em Recife e no Rio Grande do Norte em 1963, quando alfabetizou 300 adultos em 45 dias, foi convidado pelo presidente João Goulart a coordenar o Plano Nacional de Alfabetização. Infelizmente, o Golpe de 1964 também cancelou uma oportunidade, até então única, de educação do povo brasileiro.

Trabalhar 10, 12, 16 horas por dia ou mais; em condições insalubres, tanto para idosos, mulheres ou até mesmo crianças; com salários insuficientes para mera a sobrevivência; faz do Trabalho algo desumano.

Nesse sentido, o significado da palavra *trabalho* se ajusta ao seu impacto social também nos dias de hoje. O termo, em português, deriva do latim *tripaliare*, cuja tradução seria “torturar alguém no *tripalium*”. *Tripalium*, por sua vez, é um instrumento de tortura com o qual os escravos eram martirizados. Constituíam-se basicamente por três (*tri*) paus (*paliu*) em uma espécie de tripé onde três estacas eram cravadas no chão na forma de uma pirâmide. Nela, por exemplo, o escravo poderia ser amarrado e queimado vivo.

Apesar do significado negativo da palavra *Trabalho*, segundo alguns dos maiores pensadores da humanidade, como Aristóteles que viveu há mais de 300 anos antes de Cristo e Karl Marx, dos anos 1800, o Trabalho também pode ser um instrumento de libertação do Homem.

O Homem se diferencia dos animais justamente pela capacidade de pensar e, portanto, Trabalhar. Ou seja, somente pode Trabalhar porque tem a capacidade de pensar. A abelha ao construir as engenhosas colmeias, a aranha ao tecer suas intrincadas teias e as formigas ao arquitetarem suas complexas colônias subterrâneas não estavam Trabalhando. Entre as características fundamentais do Trabalho estão a criatividade, a evolução e o progresso tecnológico. Por exemplo, não se faz somente um tipo de cadeira, mas sim milhões de versões diferentes. Além disso, uma cadeira pode ser também melhorada infinitamente, e o é. A teia de aranha, a colmeia ou o formigueiro são feitos sempre, exatamente da mesma maneira, sem alteração, sem modificação, sem evolução alguma, por menor que seja, ao longo de milhares ou milhões de anos, ou durante todo o tempo de existência daquela determinada espécie. Logo, a ação dos animais são atividades pré-programadas. O Trabalho, particularidade humana, oferece possibilidades infinitas. É por meio dele que o Homem se torna infinito. Infinito em sua obra, infinito nas possibilidades daquilo que pode construir, infinito nas suas inovações e criações que deixa para o futuro, seja para o bem ou para o mal. Logo, o Homem somente pode manifestar o que o diferencia do animal por

meio do Trabalho. Com o Trabalho expressa o seu pensamento e, aquilo que ele pensa, é o que ele é.

Dessa maneira, o Trabalho permite que o Homem seja Homem, permite que expresse o que pensa, e ao fazê-lo, permite o próprio Ser do Homem, isto é, o Homem enquanto Homem, o Ser-Homem enquanto Ser-Homem.

Em filosofia esse tipo de raciocínio, essa fundamentação a respeito do Ser é chamada de *ontologia*. Essa é a ciência que estuda o Ser, o Ser enquanto Ser. A palavra *ontologia* vem do grego *logos* (razão, estudo) e *on* (ser). Desse modo, ontologicamente, a base do Homem é o Trabalho, pois é o Trabalho que faz com que o Homem, conforme afirmamos, seja Homem.

Se o Homem não pensasse, não Trabalharia e assim se igualaria aos animais. Enfim, repetindo, o Homem somente pode Ser Homem porque coloca em prática toda a sua inteligência com o Trabalho. Isto posto, ao viabilizar que o Homem se construa enquanto Homem, ao possibilitar o Ser do Homem; o liberta, pois transforma todas as suas potencialidades em ato, em realidade.

A liberdade, em outras palavras, somente existe quando o Homem pode manifestar suas capacidades, quando ele pode expressar em realidade as suas potencialidades, pois se não o fizer, irá igualar-se aos animais, segundo já dissemos. No sentido que adotamos, liberdade não é simplesmente fazer qualquer coisa ou aquilo que se queira. Esse é um conceito superficial de liberdade. Entendemos aqui como liberdade a condição de determinado Ser poder ser aquilo que é potencialmente. Ou seja, um cão é livre quando pode latir e caçar os gatos e, nesse estado de liberdade, de poder fazer aquilo que faz parte de sua natureza, torna-se feliz.

Conseqüentemente, o Trabalho é o que pode tornar o homem efetivamente feliz na medida em que se é feliz somente quando se é livre e, se o Trabalho é a única alternativa que o possibilita o Homem de ser livre, logo, o Trabalho é o que pode tornar o Homem feliz.

O pensamento e o Trabalho fazem parte da natureza do Ser-Homem e, sublinhando, ao manifestar sua natureza torna-se livre e feliz. Por óbvio não nos referimos ao trabalho repetitivo, perigoso, cansativo, insalubre, angustiante e opressivo. Apertar milhares de parafusos por dia, ao menos cinco dias por semana, 11 meses ano,

durante 30 anos não libertará e nem tornará ninguém livre e feliz, pelo contrário, será uma prisão e fonte de extrema infelicidade.

### **Plínio Marcos: o povo berra da geral, mas...**

“O povo sempre berra da geral sem nunca influir no resultado, porque o coro da voz do povo está desafinado. A decisão do jogo só virá quando a voz do povo for bem afinada. O sindicato pode ser o instrumento da afinação da voz do povo”.

Foram essas algumas das afirmações feitas por Plínio Marcos especialmente ao jornal dos marceneiros de São Paulo, “O Trabalhador em Madeira” na edição de 15 de abril de 1975. Vale a pena aqui falarmos um pouco sobre essa interessantíssima personalidade.

Considerado escritor maldito, devido aos temas que abordava (homossexualismo, marginalidade, violência, drogas, prostituição, exploração dos trabalhadores etc) foi um dos maiores autores de teatro do país. Alguns o identificam como herdeiro do também grande Nelson Rodrigues. Plínio igualmente exerceu as atividades de jornalista, ator e diretor de teatro. Entre suas peças mais famosas, estão: *Barrela*; *Jornada de um imbecil até o entendimento*; *Quando as máquinas param*; *Dois perdidos numa noite suja*; *Navalha na carne*; *Homens de papel*; *Querô* etc. Escreveu também livros e teatro infantil.

Começou a trabalhar aos 15 anos como aprendiz de encanador, depois foi vendedor de livros, estivador, jogador de futebol, funileiro, palhaço de circo e operário em fábrica de fogões.

Foi censurado pela ditadura e acabou abandonando a televisão, pois dizia que ela “vai esmagando as formas de expressão mais autênticas do povo”.

Aos marceneiros enviou alguns recados: “Quanto maior o número de trabalhadores que pertencer ao sindicato, melhor para todos, porque aí a categoria ficará mais forte, poderá reivindicar com mais energia e impedir as injustiças patronais”. Apreciou muito o jornal “O Trabalhador em Madeira”, fazendo ainda uma observação ao verificar que os associados não escreviam nele: “Para escrever em jornal não é preciso cuidar muito

do português não. Pode escrever errado, do jeito que se fala. O importante é o que se diga. Temos que defender os direitos do povo se expressar sem muita remandiola”.

### **Eleições do Sindicato para o triênio 1975-1978**

Nos dias 21, 22 e 23 de julho de 1975, foram realizadas eleições para a renovação da diretoria do Sindicato. Apenas uma chapa se inscreveu: a Chapa Azul, encabeçada pelo então presidente Antônio Di Chiachio. Para votar, os associados deveriam comparecer na sede do Sindicato entre 8h e 20h. Votaram 1.421 sócios: 1.409 apoiaram a chapa única, 10 votaram em branco e 02 anularam.

### **A direção em detalhes para o triênio 1975 a 1978**

| <b>Nome</b>                             | <b>Profissão</b>       | <b>Cargo no Sindicato</b>        | <b>Empresa</b>                             |
|---|------------------------|----------------------------------|--|
| <b>Antônio Di Chiachio</b>              | Marceneiro             | Presidente                       | Fiorenza Decorações Ltda                   |
| <b>Francisco Moreno</b>                 | Tupista                | Vice-Presidente                  | Móveis e Decorações<br>Campos Elíseos Ltda |
| <b>Nelson Gonçalves</b>                 | Marceneiro             | Secretário Geral                 | Indústria de Móveis<br>Paulista            |
| <b>Américo Favato</b>                   | Marceneiro             | 1º Secretário                    | Móveis Cimo de São<br>Paulo S.A.           |
| <b>Marciolino de Paula<br/>Teixeira</b> | Marceneiro             | 2º Secretário                    | Forma S.A. Móveis e<br>Objetos de Arte     |
| <b>Antenor Feliciano<br/>de Moraes</b>  | Misturador             | 1º Tesoureiro                    | Anselmo Cerello S.A.                       |
| <b>Gumercindo Galvão</b>                | Controle de<br>Estoque | 2º Tesoureiro                    | Indústrias Madeirit S.A.                   |
| <b>Carlos Nhoque</b>                    | Maquinista             | Suplente da direção<br>executiva | Ziglio Decorações S.A.                     |

|                                  |             |                                   |  |
|----------------------------------|-------------|-----------------------------------|--|
| <b>Hildo Soldatti</b>            | Lustrador   | Suplente da direção executiva     | Barcelá – Móveis e Decorações Ltda           |
| <b>Pedro Ruffo</b>               | Marceneiro  | Suplente da direção executiva     | Casa e Jardim Artes e Ofícios S.A.           |
| <b>Onofre Bento Lopes</b>        | Tupista     | Suplente da direção executiva     | Fábrica de Móveis Fanamo                     |
| <b>José Benedito de Freitas</b>  | Lustrador   | Suplente da direção executiva     | Casa Bella Móveis e Decorações Ltda          |
| <b>Nelson Vicente Romão</b>      | Maquinista  | Suplente da direção executiva     | Móveis e Decorações Martinez Ltda            |
| <b>Oswaldino Aranha da Silva</b> | Maquinista  | Suplente da direção executiva     | Indústria de Artefatos de Madeira            |
| <b>Pedro Falco</b>               | Marceneiro  | Conselho Fiscal                   | Luiz Bosio Ltda                              |
| <b>Agustinho Bento Lopes</b>     | Tupista     | Conselho Fiscal                   | Indústria de Móveis Ipiranga Ltda            |
| <b>Joel Alves de Oliveira</b>    | Tapeceiro   | Conselho Fiscal                   | Anselmo Cerello S.A.                         |
| <b>José Bernardino Neto</b>      | Prensista   | Suplente do Conselho Fiscal       | Móveis Teperman S.A.                         |
| <b>João de Arruda Machado</b>    | Folhador    | Suplente do Conselho Fiscal       | Indústria de Móveis João Pelosi              |
| <b>João Martinez de Barros</b>   | Marceneiro  | Suplente do Conselho Fiscal       | <i>Planning</i> – Planejamento de Decorações |
| <b>Antônio Di Chiachio</b>       | Marceneiro  | Conselho da Federação             | Fiorenza Decorações Ltda                     |
| <b>Nelson Gonçalves</b>          | Marceneiro  | Conselho da Federação             | Indústria de Móveis Paulista                 |
| <b>Renato Alves de Moura</b>     | Carpinteiro | Suplente no Conselho da Federação | Collavini e Cia Ltda                         |

## **Plataforma de governo para o triênio 1975 a 1978**

A seguir reproduzimos, literalmente, o programa da Chapa Azul, chapa única, que foi eleita para o triênio 1975 a 1978, conforme publicado em “*O Trabalhador em Madeira*” de junho de 1975.

- Prosseguimento da luta pela conquista da liberdade e autonomia sindical;
- Prosseguimento da luta pela sindicalização de todos os trabalhadores da categoria;
- Organizar e planificar a abertura da subsede de Taboão da Serra, para atendimento dos trabalhadores daquela região;
- Luta pela conquista de melhores salários;
- Publicação, com maior regularidade, de “*O Trabalhador em Madeira*”, nosso órgão de divulgação e orientação;
- Participação de nosso Sindicato, em conjunto com as demais entidades sindicais, de todas as campanhas que forem feitas em benefício de toda classe operária brasileira;
- Aposentadoria aos 25 anos de serviço para a mulher trabalhadora brasileira;
- Luta para que aposentadoria, pensão e auxílio doença não sejam inferiores ao salário mínimo vigente e
- Férias de 30 dias.

## **Fábrica desabou, Joaquim tinha avisado**

Em 06 de fevereiro de 1975 choveu muito e as paredes da fábrica se abriram. Joaquim, mais uma vez, avisa que o prédio iria desabar, o patrão Geraldo Secco, não se importou e, no dia seguinte, de madrugada, o prédio ruiu. Era a fábrica “*Esquadria La Dias*” situada na Rua Oscar Freire, Jardins. Há muito suas paredes estavam rachadas e sempre que chovia caía um pedaço.

O operário Joaquim Gregório das Chagas, que trabalhava lá há 17 anos, sempre alertou o patrão desse perigo. Foi ao Sindicato, deu queixa, o processo foi feito, mas o proprietário não tomou providência alguma.

Aos 53 anos, dois filhos, trabalhava na empresa desde quando veio do Rio Grande do Norte para São Paulo, em 1957. Mas ultimamente estava revoltado com o atraso de salários e o perigo de desabamento. Tinha ainda dois períodos de férias vencidos, recebia o 13º em vales e trabalhava muitas horas extras. Em outubro de 1974 não aguentou mais e levou o caso à justiça, através do Sindicato. Ganhou a questão e obteve o direito de receber indenização no valor de Cr\$ 97.286,00 (cruzeiros).

Espertamente, o dono da fábrica alegou que não possuía dinheiro para a indenização, mas Joaquim Gregório sabia que a lei estava ao seu lado. Dizia: “Eu tenho sido sacrificado porque obedeco a lei. Agora que eu preciso da lei, ela tem que me proteger”. Sabia que o proprietário da fábrica não agiu bem, pois parecia que deixou o prédio desabar só para receber a indenização do vizinho, que construiu um posto de combustível ao lado e fez um aterro. “Nem comunicar a polícia ele queria”, diz Joaquim.

O operário sempre foi combativo. Desde quando morava no Rio Grande do Norte e no Ceará pertencia ao Sindicato de sua região. Logo que chegou a São Paulo, filiou-se aos Marceneiros. Achava que o operário tinha que se unir dentro e fora do sindicato, porque a situação não estava boa. “A situação do trabalhador hoje, e como sempre, é ruim. O salário não dá para viver, porque o governo pode ser muito bem intencionado, mas ele não olha pelo lado que é um ser humano que também tem mulher e filhos, é obrigado a morar em lugar distante, caro e sem conforto. É o ser que mais sofre.”

### **O marceneiro Jaromir Housa, o “Tcheco”**

Em 1975, o aposentado Jaromir Housa, mais conhecido como o “Tcheco”, estava com 63 anos de idade e 38 anos trabalhados na *Indústria Mônaco*, sempre levantando às 5 horas da manhã e trabalhando 9 horas diárias. Sua trajetória, experiência, dificuldades, alegrias e sabedoria são certamente semelhantes tanto entre os marceneiros como entre os trabalhadores em geral, além de servir como exemplo de vida. A seguir,

algumas de suas ideias por meio de suas próprias palavras, publicadas no jornal “O Trabalhador em Madeira”:

*“Meu pai e minha mãe vieram da Tchecoslováquia<sup>54</sup> para tentar a sorte aqui. Sempre tive vontade de viajar para lá, para ver onde eles nasceram. Mas nunca pude: passei o tempo todo trabalhando, sem parar. Agora que estou velho, como é que vou?”.*

*“Cada um vive conforme o salário que ganha. Se recebe o salário mínimo, fica na extrema miséria. Um chefe de família não consegue sustentar a casa com ele. Esse salário corresponde a apenas uma pessoa: deve dar só para um rapaz que aluga uma vaga, com outros cinco ou seis amigos”.*

*“Dizem que 70% (dos marceneiros) recebem salários baixos. Eu que fui mestre de machetaria durante oito anos, o que não é comum, não chego a ganhar quatro mínimos. Com um salário só, o trabalhador não tem poder aquisitivo. Ninguém pode comprar nada”.*

*“O que alguém pode fazer com um salário de pouco mais de 500 cruzeiros? O trabalhador é um sacrificado. Mas não adianta nada só reclamar, ficar revoltado e desiludido. Se o operário não está em boa situação, deve estudar junto com os companheiros uma maneira de resolver sua situação. Ele tem que se congrega, entrar para o sindicato. Para quem já parou de trabalhar, existe a União dos Aposentados do Brasil.”.*

*“Qualquer aposentado que não tratar de se locomover depois que para de trabalhar, arreja logo. É bom praticar esporte, ter alguma atividade física. Eu nado e estou acabando de construir minha casa, com calma.”.*

*“O governo não paga o descanso dos operários depois de uma vida inteira de trabalho. O INPS devolve para o aposentado o que ele pagou como contribuição obrigatória*

---

<sup>54</sup> País que existiu entre 1918 e 1992, quando se dividiu em dois: República Checa e Eslováquia.

*quando estava em serviço. Eu, por exemplo, estou recebendo o que paguei. O patrão só é responsável por uma parte da aposentadoria.”.*

*“Se o patrão tivesse pagado a minha parte, eu estaria bem mais satisfeito. Mas isso tinha que ser muito bem controlado, porque às vezes parece que as firmas estão fazendo benefícios para o trabalhador, mas na verdade não estão fazendo nada. O patrão pode pagar alguma coisa, mas depois desconta no preço do pão, do arroz, do feijão, do café que o trabalhador compra para sobreviver.”.*

*“A minha maior alegria foi quando saiu o abono de Natal, que é chamado agora de 13º salário. Eu passei 12 anos me esforçando nas campanhas para conseguir o abono, e nunca me senti tão feliz em minha vida como quando nós conseguimos conquistar esse direito.”.*

*“Atualmente já não há aquela luta como antigamente. Mas os trabalhadores devem ficar unidos e permanecer nos sindicatos, sempre que houver condições”.*

### **Além dos adultos, patrões também exploram meninos**

Na edição de julho de 1975, o jornal *“O Trabalhador em Madeira”* publica uma primorosa matéria de capa a respeito de meninos que são explorados em fábricas da categoria. O texto é comovente e retrata com realismo a situação de quem mal deixou de ser criança e já sofre com atividades perigosas e insalubres, longas jornadas, péssimas condições de trabalho, salários miseráveis e, como não poderia deixar de ser, sem nenhuma possibilidade de estudo. Apesar de o trecho ser um pouco longo, vale a pena ser reproduzido por sua qualidade e importância de um tema que, infelizmente, é comum ainda nos dias de hoje.

Segundo o censo do IBGE de 2010, 3,4 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade trabalham no Brasil. A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*, também do IBGE, revela que em 2011 trabalhavam 3,6 milhões de crianças e

adolescentes de 5 a 17 anos. Importante recordar que a lei estabelece 16 anos como idade mínima para ingresso no mercado de trabalho e 14 anos como aprendiz.

No mundo, dados da UNICEF, mostram que 150 milhões de crianças de 5 a 14 anos trabalham somente nos chamados países em desenvolvimento.

A seguir o texto na íntegra de *“O Trabalhador em Madeira”*:

*“São 11 e meia da manhã. Um apito toca e, de repente, dezenas de meninos saem correndo de dentro do galpão. Correndo eles vão a uma casinha ao lado e saem com suas marmitas preparadas pelas mães ainda de madrugada, requentadas.*

*Nem todas têm ovo, poucas têm carne, a maioria vem só com arroz, feijão e uma mistura, mas todos estão contentes, porque a fome é muita. Cada um se ajeita como pode: uns sentam no barranco, outros dentro da fábrica.*

*Só depois que eles acabam de comer depressa, é que o repórter do “O Trabalhador em Madeira” pode fazer a entrevista: chegou a vez de falar dos menores<sup>55</sup>, as crianças que desde cedo precisam começar a trabalhar para ajudar no sustento da casa.*

*A televisão e os jornais falam muito dos ‘trombadinhas’, dos menores abandonados, dos assaltantes, mas não contam o outro lado da medalha. Os jornais não falam dos menores trabalhadores que são sacrificados nos estudos e nas brincadeiras por causa dos baixos salários dos pais.*

*Trinta por cento das pessoas que trabalham na América Latina (da qual o Brasil faz parte) são menores de idade. Os patrões gostam de contratar menores para poder pagar menos pelo mesmo serviço que os adultos fazem. Mas nos países mais adiantados, como nos Estados Unidos, é proibido o trabalho infantil.*

*O nosso repórter foi fazer a entrevista deste mês na firma Adra Móveis Estofados, quase na divisa de São Paulo com Osasco, que tem cerca de 120 empregados, quase a metade menores de idade. No barranco em frente à fábrica, Claudemiro João dos Santos, de 15 anos, é o que chega primeiro do almoço.*

*Faz dois anos e dois meses que Claudemiro trabalha na Adra. Já foi tapeceiro, montador, pintor e agora é lixador, mas ganha apenas 540 por mês. Ele entrega 500*

---

<sup>55</sup> Ao menos desde 1990, com o estabelecimento do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, a palavra “menor” deixou de ser utilizada, pois é considerada estigmatizante e discriminatória. Passa então, a ser substituída pelas palavras criança ou adolescente.

*cruzeiros para o pai, e fica só com 40 para os seus gastos pessoais, como comprar uma roupa e um sapato. Na casa de Claudemiro tem 12 pessoas, a mãe, o pai e 10 filhos. Doze bocas para comer é muita coisa e, por isso, todos precisam trabalhar logo que podem.*

*Essa é a situação também da casa de Cláudio Marques, da seção de marcenaria. Com 15 anos, Cláudio mora em Osasco, e sai às 6 horas de casa para entrar no serviço às 7 horas. O pai é pintor, a mãe não trabalha (fora de casa) e dois de seus 10 irmãos também trabalham. Ele nasceu em Recife, vai fazer um ano que chegou de lá, onde lavava copo em um bar.*

*Cláudio não tem muitas reclamações a fazer do serviço, porque acha que aqui ganha mais do que ganhava em Pernambuco. A seu lado, porém, um colega: 'Aqui ninguém luta por seus direitos, porque ninguém sabe que direitos são esses. Eu trabalho na marcenaria. Quando a gente serra a madeira, sai muito pó e todo mundo fica doente. Na lustração, eles dão leite toda hora para o pessoal não ficar doente, mas na marcenaria não dão'.*

*De sandálias de borracha num dia de frio, sem agasalhos como a maioria de seus colegas, o menino para de falar quando o chefe da produção se aproxima do grupo de trabalhadores que se juntou em volta do repórter. Ele sai correndo e diz: 'Eu já falei demais'. Isso mostra o quanto os menores que trabalham estão desamparados, com medo, sem conhecer as leis e sem oportunidade de se esclarecer nos estudos.*

*Quase ninguém sabe o que é sindicato, nem o quanto é importante se sindicalizar. Eles acham que todas as dificuldades são naturais, e que todo mundo tem que aceitar tudo de bico calado, só reclamam um pouco do salário, pois 540 cruzeiros por mês é muito pouco.*

*Eles entram às 7 horas no serviço, têm uma hora de almoço, e ficam trabalhando até às 5 e meia da tarde. É muito difícil pegar ônibus na Avenida Corifeu Azevedo Marques, onde fica a fábrica, porque todos passam lotados que nem sardinha em lata e nem param no ponto. Os garotos ficam na porta da fábrica muitas vezes até às 7 e meia da noite para pegar a condução. E chegam em casa tão cansados que só querem saber de jantar e ir dormir.”.*

Essa é mais uma tragédia do “mundo moderno”, mantida pelo sistema capitalista, pela ganância e pela falta de amor e respeito a quem mais deveria ser amado e respeitado: as crianças e os jovens. O que não esperar de uma sociedade capaz de tamanha violência?! Tudo em nome do acúmulo de riqueza e poder.

Essa realidade também nos brutaliza, a cada um de nós, mesmo que diretamente não tenhamos nenhuma relação com essa exploração. Somos, indiretamente, coniventes com esse massacre, com essa tortura e, por isso, individualmente, cada um de nós, nos desumanizamos, nos aproximamos de um estado de selvageria. E somos cúmplices quando viramos as costas, quando fingimos que o problema não é conosco e, como não atinge nossa família, nossos entes queridos, não nos abalamos...e, principalmente, passamos a vida sem colaborar positivamente em nada.

Quando não refletimos; quando não nos envolvemos com os problemas sociais; quando não debatemos sobre as aflições humanas; quando nos fechamos no mais profundo egoísmo; quando achamos que cuidar somente de nossa família já é fazer a parte que nos cabe (e os milhões que nunca tiveram o mínimo de condições de cuidar de si e da própria família?! Que se virem?!); quando não buscamos novas ideias; quando insistimos no preconceito e nos pensamentos arcaicos; quando resistimos a mudar e preferimos nos acomodar no conservadorismo; quando temos preguiça de sair da crise e buscar o novo; temos também um pouco (ou muito?) de nossa contribuição para a produção do caos social.

Assim, nossa ausência, portanto, colabora para que o mundo seja pior, nossa desumanização é a desumanização do mundo. O mundo é o que nós somos. O individual e o social estão ligados: a sociedade é formada por indivíduos e, estes, por sua vez, somente podem existir em sociedade. Logo, um não existe sem o outro.

Caminhamos, criamos grandes invenções, avanços tecnológicos inimagináveis, escrevemos livros, montamos organizações gigantes, produzimos riquezas imensas, mas não cuidamos do básico, do mais simples.

Às vezes, para termos o verdadeiro sentimento do que significa destruir vidas, pois explorar crianças é exatamente isso, destruir vidas; temos de imaginar que essas crianças, escravizadas nas fábricas, nos campos, dormindo ao relento, violentadas, perambulando nas ruas, usando drogas, poderiam ser nossos filhos. Sim, cada um dos milhões de crianças maltratadas, poderia ser nosso filho ou nossa filha.

Aquele ser maravilhoso que cuidamos diariamente com tanto carinho e amor, que protegemos como realmente devem ser protegidos, que nos dá uma infinita felicidade, enfim, que tratamos com o máximo de atenção e a quem dedicamos nossas vidas. Quem teria a coragem de massacrar o próprio filho?! É claro, ninguém! Mas, por que permitimos, calados, que isso aconteça com outras crianças?! As outras não merecem o mesmo que nossos filhos?!

A conclusão a que podemos chegar é que vivemos em uma sociedade absurdamente doente (talvez em estado terminal) e, se somos nós que a compomos, significa que estamos doentes e desumanizados. Esse somos nós: ausentes e coniventes. É uma dura constatação, mas não pode ser negada.

Portanto, cada um de sua forma e com sua capacidade, pode e deve lutar para uma mudança. Mesmo que a mudança esteja muito longe (e ela ficará mais distante quanto maior for nosso afastamento); mesmo que nos digam que é impossível; mesmo que forças muito mais poderosas do que a nossa nos ameace; mesmo que tenhamos de abrir mão de um conforto ou benefício; mesmo que falsos líderes nos oprimam e vendam aos ingênuos uma liberdade enganosa; mesmo que tudo isso seja muito forte; devemos tentar superar e seguir.

Como lutar? Há várias maneiras para as mais diversas preferências: divulgando ideias; militando em alguma entidade, associação, grupo, partido, sindicato etc; buscando saber mais; buscando saber se aquilo que ouvimos e assistimos é realmente verdade; buscando entender, principalmente os problemas sociais, com profundidade e com cuidado. Enfim, há inúmeras formas, basta querer.

Caso nos acomodemos, caso empurremos esse grave problema social para outros, caso passemos a vida sem fazermos absolutamente nada para mudar, seremos

corresponsáveis. Seremos tão ou mais vis do que aqueles que, intolerantemente, criticamos e acusamos.

Cabe a nós, que somos inteligentes, ousar, enfrentar, termos coragem, não temermos o novo. Esse é nosso dever e está em nossas mãos deixarmos uma marca nobre em nossas vidas.

### **Empresas negam antecipação de 25%**

Após o fim do chamado milagre econômico<sup>56</sup> a inflação retoma uma caminho de alta que praticamente só será controlada com o Plano Real em 1994<sup>57</sup> e mantida até os dias atuais.

Seis meses após os salários serem corrigidos (em dezembro, mês da data-base), devido ao crescente aumento dos preços, rapidamente eram bastante corroídos. Dessa maneira, em assembleia realizada no dia 20 de junho de 1975, na sede do Sindicato, mais de 100 trabalhadores presentes decidiram reivindicar às empresas uma antecipação salarial de 25%. O sindicato patronal nem ao menos deu uma resposta, por isso, a partir de 1º de julho de 1975, os trabalhadores declararam assembleia permanente até que houvesse uma satisfação do sindicato patronal.

Como era previsto, o sindicato patronal negou. Mesmo assim, algumas empresas concederam reajustes de até 15%, foram elas: Vito Leonardo Frugis, Concezul, L'Atelier, Planning, Marcenaria Arte Hispana, Marcenaria Decolor, Móveis Cimo, Mar Bella, Collavine e Campos Elíseos.

---

<sup>56</sup> Entre 1968 e 1973, durante o governo do general ditador Médici, o Brasil cresceu, à custa de um gigante endividamento externo, a taxas de proporções chinesas, isto é, em média 10% ao ano.

<sup>57</sup> Introduzido por Itamar Franco e continuado durante o governo FHC, o Plano Real diminuiu radicalmente a inflação no Brasil, no entanto, outros índices como dívida pública e juros aumentaram substancialmente, além de as perdas salariais, conforme veremos na sequência. Aliás, em 01 de julho de 2014 o Plano Real completou 20 anos. Nos governos seguintes, Lula e Dilma, a inflação continuou baixa e outros indicadores econômicos, como os citados juros e dívida pública, diminuíram largamente, além, por exemplo, do grande aumento de empregos formais e aumento real dos salários, especialmente o salário-mínimo.

### **Riccó despreza estáveis**

Conforme já comentado, o primeiro militar ditador a presidir o Brasil em 1964, Castelo Branco, revogou a Lei 5.107/66, eliminando a estabilidade do trabalhador garantida a todos após 10 anos na mesma empresa. Substituído pelo FGTS, abriu-se espaço para demissões, aumentos da rotatividade e precarização em geral.

A fábrica de Móveis Riccó, situada no alto do Pari e com aproximadamente 100 trabalhadores, resolveu aplicar aumento somente aos que optaram pelo FGTS. Esse ato absurdo fez com que trabalhadores com apenas um ou dois anos de casa passassem a ganhar mais do que trabalhadores, dentro da mesma função, com 10, 20 e até 30 anos trabalhados na Riccó.

Os operários foram obrigados a acessar a Justiça do Trabalho para que houvesse a equiparação salarial. Felizmente, sempre que o fizeram, ganharam a causa.

Entretanto, a situação era ruim em outras questões: baixíssimos salários, o que obrigava a horas-extras; aliás, essas somente podiam ser feitas quando a direção da empresa permitia; o tradicional prêmio por produção, dado aos trabalhadores quando se superava a meta geral da empresa, fora sumariamente cancelado, sem satisfação alguma; enfim, as arbitrariedades e injustiças eram muitas.

Após muita luta, união e organização, o gerente Henrique Mariani foi demitido e os trabalhadores estáveis tiveram seu direito de reajuste igual a todos reconhecido pela empresa, sem que fosse necessário buscá-lo judicialmente. O prêmio pela produção também voltou. Essas conquistas animaram todos trabalhadores a continuar seguindo na busca por seus justos direitos, tendo igualmente se tornado exemplo para a categoria em geral.

### **Corinthiano não deposita FGTS**

A Móveis e Decorações Martinez, propriedade de Miguel Martinez, presidente do Corinthians anterior a Vicente Mateus, não costumava depositar regularmente o FGTS

de seus trabalhadores. Por isso, 15 deles entraram com ação na justiça contra a empresa.

### **Cerello já tem Comissão Interna**

Uma das principais formas de organização dos trabalhadores é a OLT, quer dizer, a Organização no Local de Trabalho. E, nesse caso, a forma de concretizar tal estratégia é a criação de representações políticas no chão de fábrica. Esse instrumento consiste, certamente, em um dos meios mais eficazes para garantir direitos dos trabalhadores. Quando se tem apoio da base, dos próprios trabalhadores, o sindicato se torna forte, aliás, o sindicato são os trabalhadores e não o prédio em si, por exemplo. Um sindicato sem trabalhador que o apoie, é um sindicato fraco.

Por isso, foi muito importante não só para os marceneiros, mas para toda a classe trabalhadora a criação de uma representação local em uma das empresas de sua base territorial, a Anselmo Cerello.

Joel Alves de Oliveira, que depois acabou se tornando presidente do Sindicato dos Marceneiros, relatou em artigo publicado no “O Trabalhador em Madeira” de setembro de 1975 a exitosa experiência, fundamental para a história da classe trabalhadora e exemplo a ser seguido sempre. Pela importância do fato e qualidade do texto, resolvemos reproduzi-lo abaixo:

*“Nós, empregados da firma Anselmo Cerello, sempre que tínhamos algum problema de interesse coletivo a ser discutido com os nossos patrões, encontrávamos um pouco de dificuldade em formar uma comissão e ir lá falar com os patrões. Às vezes não conseguíamos formar uma comissão, outras vezes a gente ia em 3, 4 e até 20 pessoas falar com os patrões e eles ficavam ‘invocados’ quando viam gente demais, mas acabavam cedendo às nossas razões quando ia uma boa comissão.*

*Depois de muitos anos assim, em que às vezes ia muita gente e em outras não ia ninguém, e nós fracassávamos, tivemos uma ideia que pode ser seguida por empregados de outras firmas. A ideia foi de entrar em entendimentos com os diretores*

*da firma para formar uma comissão interna e permanente de empregados com a função de discutir com eles os assuntos de nossos interesses que surgissem na fábrica. Os patrões aceitaram a ideia e autorizaram a formação da comissão. Então nós fizemos uma pesquisa para saber quais seriam os companheiros preferidos para fazer parte da comissão. No dia 08 de julho de 1975 foram apontados oito companheiros de confiança pelos empregados. Depois, através de voto secreto, foram votados dentre esses oito os companheiros que seriam efetivos na comissão e os que seriam suplentes. Os cinco mais votados foram os efetivos.*

*Agora a comissão já está funcionando. Já foram discutidos 13 problemas de interesse dos empregados com a diretoria da firma. Nós fomos atendidos em seis assuntos, e perdemos em sete. Entre os problemas em que não fomos atendidos está o de antecipação salarial. Mas nós não desistimos, e a firma prometeu dar o aumento pelo menos para o pessoal que ganha menos.*

*A nossa comissão está à disposição de todos os companheiros da firma que queiram colaborar, apresentando problemas, dando sugestões ou fazendo críticas. Todas as quartas-feiras nós nos reunimos para discutir os problemas que surgem e para procurar sugestões. Quando não conseguimos resolver dentro da firma, encaminhamos os problemas ao nosso Sindicato.”.*

Complementando o relato dessa experiência de inestimável importância à classe trabalhadora, a constituição de representações no local de trabalho, reproduzimos a seguir uma análise feita, especialmente para a elaboração do presente livro, pelo próprio Joel, quase 40 anos depois de ter escrito o artigo acima apresentado.

*“Importante ressaltar que na época da própria ditadura, a organização operária no local de trabalho e a palavra ‘greve’ eram rigorosamente proibidas. Creio que essa comissão de operários eleita na Anselmo Cerello tenha sido a primeira constituída dentro de uma fábrica no período da ditadura. O artigo publicado no ‘O Trabalhador em Madeira’ não disse e nem poderia dizê-lo na época.*

*A comissão possuía inclusive um regulamento. Entre suas regras estava o mandato de uma ano e mais seis meses de estabilidade no emprego, além das reuniões semanais.*

*A empresa contratou o advogado Brenan Couto que, juntamente com um diretor, reuniam-se conosco às 4ª feiras na parte da manhã para discutirmos reivindicações e problemas. Por exemplo, a empresa tinha mais de 50 processos trabalhistas tramitando na justiça e desses conseguimos fechar acordo em 35.*

*No início de 1977 fizemos uma pauta de reivindicações com pedido de 15% de aumento salarial. Foram várias negociações sem acordo até que um dia os trabalhadores pararam para almoçar, enquanto ainda estávamos reunidos com a empresa, desde as 9 horas da manhã. A proposta da empresa era 5% para quem ganhava até 5 salários mínimos. Fizemos uma assembleia com todos os operários no horário do almoço e resolvemos permanecer parados até o final das negociações. Voltamos às negociações e comunicamos a decisão aos patrões. Eles ficaram furiosos, disseram que aquilo era greve e que iriam chamar o DEOPS e tudo o que fosse possível, ameaçando-nos. Argumentamos que – não era greve (!) e que os trabalhadores queriam apenas uma resposta favorável para retornar ao trabalho.*

*Às 15 horas conseguimos uma nova proposta: 10% de antecipação para quem ganhava até 5 salários mínimos e 6% para quem ganhava acima disso. Levamos a proposta aos companheiros e depois de um bom debate foi aceita e todos voltaram ao trabalho. Foram mais de 3 horas parados! De fato, uma greve, acredito que a primeira da categoria desde 1964.*

*No ano seguinte, após a greve na Scania em São Bernardo do Campo, em nossa categoria pararam a Acil e a Giroflex, tendo se conseguido acordo em ambas. No entanto, a Giroflex demitiu 45 trabalhadores, mesmo com a estabilidade de 60 dias conquistada no acordo.*

*No contexto histórico, a Comissão de Fábrica da Anselmo Cerello se deu antes das comissões formadas nas montadoras do ABC e São Paulo, tendo continuado ativa até 1999. Entre suas características estava a pluralidade ideológica, nela havia até companheiro que defendia a ditadura, como o ‘Zé baiano’, mas que na discussão com os patrões contribuía muito.”.*

## **Escravos não podiam nem respirar**

1975: situada na Avenida Tietê, no bairro da Casa Verde em São Paulo, a empresa “A Funcional Móveis” não oferecia condições nem ao menos para que lá se pudesse respirar. Quer dizer, como em todo o estabelecimento onde se trabalha com madeira, a ventilação é vital. Janelas amplas e ventiladores são o mínimo. Entretanto, o patrão dessa fábrica, com aproximadamente 60 operários, não tinha preocupação alguma com as questões básicas de saúde. Os trabalhadores durante o dia inteiro executavam suas atividades em ambientes fechados, sem ventilação, isto é, em locais sem janelas e ventiladores. A consequência era o grave prejuízo à saúde, é claro, dos que produziam a riqueza para o patrão, este sim, vivia em condições saudáveis e por isso estava muito satisfeito junto a sua família. Mesmo nos meses mais frios em São Paulo, como julho, o calor era tão grande que se era obrigado a trabalhar com a calça arregaçada, de camiseta e sandálias. Caso contrário não havia a menor condição de alguém permanecer em ambiente tão quente. Isso sem contar a poeira constante no ar. Essa era produzida em quantidade tão grande que a espessa nuvem resultante deixava os cabelos e faces dos trabalhadores avermelhados.

A operária que trabalhava no almoxarifado, também um cubículo fechado, afirmava que tinha medo de pedir ao patrão sequer um ventilador, pois dizia que provavelmente seria demitida.

Piorando ainda mais a situação, os trabalhadores, por receberem salários ínfimos e a empresa também não fornecer alimentação, eram obrigados a almoçarem precariamente. A refeição não passava de um pão com mortadela e tubaína.

A solução era uma só: os trabalhadores deveriam se unir, se sindicalizar, se organizar e assim defenderem os seus direitos. O medo não levava a nada.

## **Marceneiros processam 31 empresas**

Em setembro de 1975, começaram, na Justiça do Trabalho, as audiências relacionadas a 31 ações que trabalhadores moveram contra seus maus empregadores. Se é que existem os bons...

A tabela abaixo sintetiza a situação de exploração e injustiça cometidas contra os direitos mais básicos e fundamentais dos operários marceneiros.

| <b>Empresa</b>                                    | <b>Motivo do processo judicial</b>  |
|---|---|
| Móveis e Objetos de Arte                          | Suspensão injusta   |
| Joia Indústria e Comércio de Artefatos de Madeira | Suspensão injusta   |
| Companhia Teperman de Estofamentos                | Suspensão injusta   |
| Artefatos de Madeira São Judas Tadeu              | Desconto indevido no salário dos trabalhadores  |
| Fábrica Vassouras Camponesa                       | Desconto indevido no salário dos trabalhadores  |
| André Abdon Andria                                | Desconto indevido no salário dos trabalhadores  |
| Anselmo Cerello Indústria e Comércio              | Equiparação salarial  |
| Willo Indústria de Artefatos de Madeira           | Equiparação salarial  |
| L'Atelier Móveis                                  | Pagamento de aviso prévio, 13º salário, férias e reajuste salarial                      |
| Móveis Riccó                                      | Reajuste salarial, férias, aviso prévio, indenização por tempo de serviço e 13º salário |

Demais empresas com ações judiciais iniciadas pelo Departamento Jurídico do Sindicato dos Marceneiros:

Eugênio Mezzarano, Fábricas de Móveis Manoel Torres, Indústria Bandeirante de Artefatos de Madeira, *Planning* Planejamento e Decorações, Indústria de Móveis Século XX, Adra Móveis Estofados, Copamericana Indústria e Comércio, Sérgio Fuser, Indústria de Móveis Guaracy, A. Corso E. Filho, Marcenaria Gaivota, Ginomil Indústria e Comércio de Móveis, Reunidas Construção Saneamento, Indústria Raphael Musetti, Marcenaria e Carpintaria de Roberto Marques, Indústrias Flania, Xandre Indústria e

Comércio de Móveis, Novalux Indústria e Comércio, Móveis e Decorações Socomata e Móveis Ica.

### **Patrão compra mão de obra fiado**

Em 1975, a fábrica de Móveis Imbarié, na Vila Prudente, costumava atrasar o pagamento do dia 10 e também o vale do dia 25. Os trabalhadores que se virassem para manter suas dívidas em dia e o arroz com feijão em casa, situação agravada pelos salários extremamente baixos. Quer dizer, os patrões compravam fiado a força de trabalho dos operários, mas estes tinham de pagar a vista o açougueiro, o padeiro, o verdureiro...

### **Comida envenena trabalhador**

Além de pagar, e caro, o próprio almoço ao patrão, 300 trabalhadores na construtora Alfredo Mathias sofreram intoxicação alimentar no refeitório da empresa em que são super explorados, haja vista que trabalhavam das 7 horas da manhã até às 22 horas. Nutrindo-se mal e cumprindo uma extensa jornada diária, o resultado somente pode ser danoso à saúde. Quando no Brasil, até 1888, a mão de obra era dos escravos, os seus “Senhores” ao menos lhes proporcionavam a reposição da energia gasta, justamente para que pudessem continuar trabalhando e enriquecendo a “Casa Grande”. Em 1975 parecia que os patrões na Alfredo Mathias nem mesmo isso desejavam garantir aos “seus escravos”.

### **Ditadores de 64 sufocam os marceneiros**

A política salarial no Brasil vigente até os anos 1980 foi iniciada a partir do Golpe Militar de 1964. Ao menos desde o início dessa década, durante o governo de João

Goulart, os sindicatos atuavam com bastante liberdade, podendo defender intensamente os interesses dos trabalhadores.

O Estado autoritário interrompeu violentamente essa evolução dos movimentos sociais, inclusive os sindicatos.

Em 01 de junho de 1964, o ditador Castelo Branco cria a chamada lei antigreve por meio do decreto 4.330. Proibia-se na prática não só as greves, mas qualquer tipo de reunião pública, nem mesmo uma assembleia poderia ser realizada, sem que fosse feito um comunicado à polícia e à Delegacia do Trabalho.

Havia, igualmente, a Lei de Segurança Nacional. Cerceando ainda mais as liberdades democráticas, em 29 de setembro de 1969, o ditador Costa e Silva decreta a lei 898 de 1969 que definia os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social. Nela, as greves, comícios, passeatas, reuniões públicas (não autorizados pelo governo autoritário) estavam proibidos. Leia-se: proibidas a quem contestasse o regime...Os julgamentos não existiam ou quando feitos não possibilitavam o mínimo direito decente de defesa, mesmo porque eram realizados pelos tribunais militares. As penas legalmente previstas eram duríssimas, podendo chegar à prisão perpétua ou até à pena de morte!

Tudo isso serviu para o aperto salarial empurrado goela abaixo dos trabalhadores. Os “brilhantes” economistas da ditadura (Bulhões, Roberto Campos, Delfim Neto, Mário Henrique Simonsen para citar somente os mais conhecidos) avaliavam que a crescente inflação era de demanda. Em outras palavras: os trabalhadores estavam ganhando muito e por isso também comprando muito. O alto consumo, segundo os iluminados estudiosos, criava inflação. Portanto, para diminuí-la, bastava reduzir os salários! Eureka!

Qualquer semelhança, não é mera coincidência com os dias de hoje. Alguns conhecidos economistas da atualidade, como Eduardo Giannetti e Armínio Fraga, continuam defendendo as mesmas ideias. Giannetti chega ao absurdo de afirmar que os preços do leite e da carne devem aumentar, pois, o “alto” consumo pelo povo, faz com que haja um rebanho muito grande no país, o que provoca efeito estufa. Explicando: com a emissão de gás metano, contido nas flatulências do boi e da vaca

(isso mesmo!), a camada de ozônio é destruída! Seria difícil pensar em algo mais ridículo e risível! Assim, os palhaços (peço perdão aos profissionais pela comparação) sofrem concorrência desleal dos economistas! O “economista vegetariano” também afirma que o povo brasileiro está viajando muito de avião, o que igualmente aumenta o efeito estufa! Puxa! Como ele é preocupado com o meio ambiente! A solução seria aumentar o preço das passagens?! Mas se viajarmos de carro ou ônibus, os gases causadores do efeito estufa, mesmo que em menor quantidade, continuariam sendo emitidos! Proponho, então, uma fabulosa solução: voltemos a andar à cavalo e charretes! Dessa maneira haverá menos efeito estufa, mas não seria “zerado”, considerando que o cavalo também deve flatular!

O economista Armínio Fraga, presidente do Banco Central entre 1999 a 2003, também não “economiza” em seu “saco de bondades”: diminuição dos bancos públicos, elevação das tarifas, além da opinião de que o salário mínimo tem crescido demais (2003-2014). De amigo assim, quem precisa de inimigo?!

Voltando aos primeiros anos da ditadura militar, os reajustes salariais passaram a serem compostos por uma média da inflação passada, a inflação futura e o crescimento da produção (taxa de produtividade e PIB). Resultado: perda de poder de compra dos trabalhadores e aumento do número de pessoas mais pobres.

Em 1975, o salário real dos marceneiros era 67% menor do que em 1964, antes do golpe. Logo, o Golpe de 64 foi político e também econômico. Os marceneiros foram atingidos em cheio!

### **Movimento sindical se mantém vivo**

Com o Golpe de 1964, entre outras leis sobre a política salarial, estava a que limitava reajuste somente uma vez por ano, antes da ditadura militar as revisões podiam ser semestrais.

Ficou também praticamente proibida a negociação direta entre patrões e trabalhadores, levando a decisão sobre os salários para a Justiça do Trabalho, ou seja, para o próprio governo. Com isso o governo aumentou o lucro dos patrões e

enfraqueceu os sindicatos. Os patrões acabavam se livrando da “obrigação” em conceder reajustes salariais decentes, dizendo que “eram obrigados pelo governo” a oferecer somente o que e quando era determinado. Uma bela desculpa esfarrapada! Os conteúdos do texto acima foram publicados no jornal “*O Trabalhador em Madeira*” em setembro de 1975, novamente, em plena ditadura. Mais uma vez esse fato indica que o movimento sindical, apesar da brutalidade da tirania militar, estava ativo e os marceneiros de São Paulo eram um de seus principais defensores.

### **Trabalhadores conquistam antecipação salarial**

O aperto salarial, a falta de comida na mesa, as dívidas em atraso e a insistência dos cobradores impulsionaram o espírito de luta dos marceneiros a obterem, na prática, mais do que um reajuste por ano. Era a antecipação salarial antes da data-base. Em 1975, após negociação direta entre o Sindicato e as empresas, 31 delas, além de outras 10 que já o tinham feito, concordaram em reajustar os salários de seus operários a título de antecipação. Mesmo que paliativo, representava um importantíssimo alívio no dia a dia do trabalhador e sua família, além de significar um estímulo para a continuidade da luta.

Algumas das empresas eram: Marcenaria Spat; Recobell Indústria de Móveis para Escritórios e Residências; Rochas Esquadrias de Madeira; Italma; Escriba; Herrero Gonzalez Gallardo; Fixolax; Vito Leonardo Frugis; Móveis Teperman; entre outras.

### **Enquanto o operário fica desunido, o patrão enriquece**

*“Todos os dias, o nosso companheiro Santim Dal Bello, marceneiro, folheador, levanta às quatro e meia da madrugada. Sai da sua casa na Vila Formosa para ir trabalhar em Taboão da Serra, na fábrica Formosa, onde ganha 7,70 por hora. Larga o trabalho às 5 e meia da tarde, anda duas horas e meia de ônibus e chega em casa por volta das 8 da noite.*”

*Santim passa 15 horas do dia longe de casa para ganhar apenas 1.800 cruzeiros por mês. Quando recebe o salário, faz as contas e vê que o dinheiro não dá pra nada.*

*Ele sempre trabalhou muito, mas antes seu salário dava pra comprar mais coisas.*

*Santimi Dal Bello tem 40 anos, começou a trabalhar aos nove anos de idade, e há 24 anos é marceneiro. Ele explica ao nosso jornal porque antes o trabalhador era mais valorizado: 'Entre 1952 e 1956, a vida do operário era melhor. Ele ganhava mais e o patrão para arrumar empregado precisava pedir pelo amor de Deus. E os operários, quando pediam aumento, se uniam, faziam greves, conseguiam o aumento'.*

*E hoje (1975), como é? Santim explica: 'Tudo aumentou, mas nós continuamos na mesma. A culpa disso é da fraqueza do próprio empregado. Hoje não tem mais união para brigar por salários. Na reunião da antecipação salarial tinha pouca gente. O operário precisa entender que ele tem que perder uma hora e se reunir pra discutir os seus problemas. Também precisa entender que tem que trabalhar menos e ganhar mais'.*

*O marceneiro Santim diz que enquanto o operário fica desunido, o patrão enriquece. A empresa onde ele trabalha, por exemplo, começou pequenina, no Itaim, e hoje já tem filial em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília e duas fábricas aqui em São Paulo.*

*Embora a empresa prospere, não dá aumento aos empregados. Só dá o aumento anual, de lei. Por isso, os trabalhadores são obrigados a fazer hora extra. Mas Santim é contra fazer hora extra, ele acha que está errado. Santim diz – 'Se o patrão pagasse mais, o trabalhador produziria melhor nas nove horas e meia de trabalho diário. Não adianta trabalhar 15 ou 16 horas porque ninguém aguenta. E como hoje o patrão paga pouco a hora extra, o trabalhador acaba dando mais lucro pra fábrica'. Santim explica que só unido o operário pode progredir, pois 'o patrão não vai dar aumento de graça, porque ele se enriquece é com o dinheiro que deixa de pagar pra gente'.*

*Nosso companheiro Santim Dal Bello, pai de três filhos que já estão na escola, faz escrivatinhas na fábrica onde trabalha. Cada uma dessas escrivatinhas custa 12 mil cruzeiros na loja, o que dá sete meses de salário de Santim. Para comprar um móvel dos que ele fabrica, precisa trabalhar sete meses sem gastar um tostão. Fazendo as contas, Santim percebe que o custo da escrivatinha para a fábrica é de apenas 4 mil cruzeiros, incluindo o salário do operário. Ou seja, num só móvel que o operário fez, o*

*patrão ganhou 8 mil cruzeiros líquidos. Santim diz 'o lucro que o patrão tem sai do trabalho dos operários'.*

A matéria acima é a cópia integral do que foi publicado pelo “O Trabalhador em Madeira” em sua edição de setembro de 1975. Novamente em um dos momentos mais pesados da ditadura, o jornal do Sindicato, ao divulgar a história de vida de um trabalhador, manifesta duras críticas ao sistema capitalista. Explica de forma clara e simples o segredo da exploração: o tempo de trabalho, somado a baixos salários, é o mecanismo de enriquecimento do patrão e empobrecimento do trabalhador. O lucro líquido de apenas uma escrivinha pagava o salário de 4 meses e meio desse marceneiro. Somente um patrão muito incompetente não conseguiria enriquecer sob essas condições.

### **Filiados em 1975**

Em setembro de 1975, o Sindicato dos Marceneiros contava com 5.662 associados, sendo que somente até o mês de agosto aumentou em 715 o número de filiados. Durante 1974 somou 803 novos membros. A base contava com aproximadamente 15 mil trabalhadores, logo, mais de 1/3, ou mais de 30% da categoria, de maneira livre e espontânea, aposta em seu sindicato. Uma média muito boa para os padrões nacionais e internacionais e um claro indicador positivo para a direção da entidade.

### **Diretoria toma posse para o triênio 1975 a 1978**

Em 28 de agosto de 1975, o presidente da federação sindical dos trabalhadores na construção e no mobiliário, a qual os marceneiros de São Paulo estavam filiados, Marcelino Marques, que também presidia o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Mármore e Granitos, deu posse à diretoria do Sindicato dos Marceneiros que comandará a entidade até 1978.

Durante o discurso de posse, o presidente reeleito dos marceneiros (Antônio Di Chiachio), comunicou, também, o empenho do Sindicato em construir a subsele em Taboão da Serra, detalhando que as negociações sobre a compra do terreno estavam ocorrendo.

Marcelino Marques, em seu pronunciamento, evidenciou a importância dos trabalhadores estarem bastante próximos ao sindicato, pois as duras condições a que estavam sendo submetidos pela “política ingrata do governo” exigia uma ação coletiva. Afirmou que “a única coisa que pode obrigar o governo a mudar essa política salarial é a união, a colaboração e a manifestação das classes trabalhadoras”.

Novamente, nesse evento de posse, foram feitos discursos públicos contestando o autoritarismo do governo em plena vigência da ditadura militar.

### As empresas do setor em 1976

| Setor produtivo   | Quantidade de empresas |
|---|------------------------|
| Indústria de móveis                                       | 470                    |
| Indústria de artefatos de madeiras e marcenarias          | 568                    |
| Serrarias e carpintarias                                  | 226                    |
| Indústrias de cortinados, estofos, tapeçaria e decorações | 299                    |
| Indústria de vassouras e escovas                          | 43                     |
| Indústrias de vime e juncos                               | 21                     |
| Aglomerados e laminados                                   | 4                      |
| Seções de marcenaria e indústrias diversas                | 28                     |
| Trabalhadores autônomos                                   | 89                     |
| <b>Total</b>  | <b>1748</b>            |

O levantamento acima foi elaborado pelo Dieese que também comparou a situação da indústria com o ano de 1974. Constatou que houve um crescimento de 5% no número de empresas na base territorial do Sindicato dos Marceneiros. A expansão do parque industrial demonstrava não só o crescimento do mercado de trabalho, mas também dos lucros, pois os patrões não vão montar fábricas para não obterem vantagens econômicas e muito menos para terem prejuízos. Portanto, a situação indica que as negativas dos empresários sobre as reivindicações, por exemplo, salariais, não se justificam pela realidade. A choradeira em 1976 era pura fantasia.

### **Inauguração da Subsede do Taboão**

Exatamente três anos após a inauguração da sede na Rua dos Carmelitas, 149 – o Sindicato inaugura em 07 de setembro de 1976 a subsede do Taboão da Serra. Entre os discursos do evento destaca-se a fala do presidente Antônio Di Chiachio afirmando que o objetivo a partir daquele momento seria a construção de um centro de lazer para os trabalhadores e respectivas famílias.

### **Filiados em 1976**

Para 1976 a meta do Sindicato dos Marceneiros era obter mais de mil novos associados. O número era bastante realista, pois até outubro já havia conquistado 944 trabalhadores. No mês de novembro, o número total de filiados era 7.031, quer dizer, quase metade da base, significando um expressivo salto em relação ao ano de 1975.

### **Mudança da data-base em 1978**

A partir da Campanha Salarial de 1978 o dia da data-base, 15 de dezembro, é mudado para o primeiro dia do mês. Todos os anos uma das dificuldades era organizar a

categoria em períodos próximos ao Natal e Ano-Novo, daí o empenho do Sindicato em realizar tal alteração.

### **Todo poder aos trabalhadores!**

A seguir, reproduzimos outro texto fundamental para a compreensão das mudanças sindicais ocorridas a partir do final da década de 1970, escrito também por Joel, especificamente para o presente livro.

*“Em 1978 nova diretoria é eleita no Sindicato, tendo o Nelson Gonçalves como presidente e o Antônio Di Chiachio ido para a secretaria geral da Federação Estadual dos Trabalhadores na Construção e Mobiliário.*

*A partir de setembro de 1978, o Sindicato inicia o caminho de volta às portas das fábricas. Com a minha ida para a subsede de Taboão da Serra, ali é retomado um intenso trabalho de politização com os trabalhadores por meio de palestras e cursos (realizadas às 6<sup>as</sup> feiras), além de cursos técnicos como matemática e telecurso. Esse trabalho, apesar de ter sido restrito ao Taboão da Serra, contou com o apoio fundamental dos advogados Bosco de Menezes e posteriormente de Carlos Sampaio Garcia (hoje juízes do trabalho). Eram homens moderadamente de esquerda que deram grande contribuição em suas palestras semanais. Sempre procurávamos levar pessoas comprometidas com as lutas dos trabalhadores. Enquanto isso, crescia a sindicalização e os questionamentos dos trabalhadores. Devido ao crescimento da politização dos trabalhadores, as críticas começaram a surgir contra a diretoria do Sindicato. O advogado Carlos Sampaio Garcia foi demitido e por isso fizemos um abaixo-assinado na região, além da realização de uma assembleia na sede. Nela, conseguimos a revogação da dispensa. Esse advogado, um jovem idealista, ajudava muito no processo de conscientização dos trabalhadores.”.*

## 1º Seminário de Estudos do Sindicato – 1979

Como apoio específico à Campanha Salarial de 1979, a direção do Sindicato dos Marceneiros resolveu promover, ao longo do mês de setembro, um conjunto de palestras abertas à categoria. A seguir os temas e palestrantes:

- Liberdade Sindical
- Autonomia Sindical
- Dissídio ou Negociação Direta
- Campanha Salarial (as reivindicações vindas das empresas)
- Melhores condições de vida e de trabalho

Entre os palestrantes estavam Pedro Carlos Sampaio, Hélio Emílio Baccarin, Luiz Eduardo Hideo e Walter Barelli<sup>58</sup>. Este último se tornou personalidade pública: Ministro do Trabalho no governo de Itamar Franco (1992-1994), Secretário do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo nos governos de Mário Covas e Geraldo Alckmin (1995-2002) e deputado federal entre 2003 a 2007.

Outro ponto muito interessante em relação às referidas palestras está no fato de que, no mês subsequente, conforme detalhado no item abaixo (*Se há governo, sou contra!*), os trabalhadores se organizaram e protestaram contra a interferência do governo nas negociações com os patrões. Os temas das cinco palestras tratavam justamente do conteúdo do manifesto, detalhado na sequência.

Ou seja, é muito provável que o seminário de setembro de 1979 tenha contribuído substancialmente para a realização do manifesto em questão. Esse foi um importante indicador de que a formação sindical é vital para a organização e a luta dos trabalhadores.

---

<sup>58</sup> Foi Diretor Técnico do Dieese de 1967 a 1990.

## Se há governo, sou contra!

Talvez uma das mais marcantes ações dos marceneiros nos anos 1970 foi o manifesto de 19 de outubro de 1979.

Assinaram o documento 473 trabalhadores e dirigentes vinculados à base territorial da Subsede de Taboão da Serra.

Encaminhado ao Sindicato, os então abaixo-assinados colocaram sua posição de maneira bastante clara: exigiam que as reivindicações fossem negociadas diretamente entre os representantes sindicais dos trabalhadores e representantes patronais, quer dizer, sem a intervenção governamental, inclusive da justiça do trabalho. Certamente o repúdio é fruto do arrocho provocado pela política salarial dos generais golpistas, e seus economistas serviçais do capitalismo, ao longo dos 21 anos de ditadura.

É possível que esse tenha sido, ao longo da ditadura militar brasileira, um dos protestos mais veementes contra o corporativismo sindical criado por Vargas e reforçado a partir do golpe de 1964.

Paralelamente a esse contundente questionamento dos marceneiros sobre a prejudicial infiltração governamental na vida sindical; os metalúrgicos do ABC chacoalhavam a ditadura e o intervencionismo estatal com as gigantes e longas greves dos anos de 1978, 1979, 1980 e 1981.

A seguir reproduzimos, na íntegra, o conteúdo do manifesto dos marceneiros de São Paulo:

*“Taboão da Serra, 19 de outubro de 1979.*

A

*Diretoria do Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo e Taboão da Serra*

*Moção de Solidariedade e Exigências dos trabalhadores das firmas: Forma, Vidy, Lundiawillo, Mobilinêa, Marthe e Mônaco todas localizadas em torno da Subsede de Taboão da Serra.*

*1º) Estamos unidos e dispostos a lutar junto com a diretoria e todos os trabalhadores da nossa categoria profissional para conseguirmos um reajuste salarial e outras reivindicações, que realmente atendam as nossas reivindicações.*

*2º) Estamos dispostos a garantir, com a nossa firme solidariedade, que nenhum companheiro sofra qualquer tipo de represália por parte dos patrões ou de quem quer que seja.*

*3º) Exigimos que as negociações para se conseguir as coisas que queremos nesta Campanha Salarial, sejam feitas diretamente entre os nossos representantes e os representantes dos patrões, sem intromissão do governo ou de julgamento no Tribunal do Trabalho.*

*4º) Rejeitamos qualquer iniciativa de mesa-redonda na Delegacia do Trabalho ou de se fazer dissídio coletivo no Tribunal.*

*Entendemos que só através da negociação direta é que chegaremos ao nosso objetivo, que deve ser o objetivo de toda a nossa categoria profissional.*

*DISPOSTOS À LUTA – Assinamos abaixo”*

### **Mudança na Política Salarial: tarde demais...**

A política salarial da ditadura, que criou enorme arrocho, foi instalada em 13 de julho de 1965 pela lei 4.725. Permaneceu até 30 de outubro de 1979 quando foi alterada, no início da fase decadente da ditadura militar, pela lei 6.708.

## CAPÍTULO 4 – OS ANOS 1980

### NOVOS ARES, NOVO SINDICALISMO, UM NOVO PAÍS

*“Há homens que lutam um dia, e são bons;  
Há outros que lutam um ano, e são melhores;  
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;  
Porém há os que lutam toda a vida  
Estes são os imprescindíveis*

Bertold Brecht, poeta alemão

## **De “O Trabalhador em Madeira” para “O Pica-Pau”**

A partir de outubro de 1980 o jornal dos marceneiros “O Trabalhador em Madeira” foi substituído por “O Pica-Pau”<sup>59</sup>, o qual continua até os dias atuais. Em seu número de estreia, abordou as principais exigências da campanha salarial de 1980, além de uma crítica ao piso salarial da categoria, bem como à perda da estabilidade e arrocho salarial patrocinados pela ditadura militar.

### **Política Salarial nos anos 1980**

Os governos militares avaliaram que o processo inflacionário, acelerado desde 1962, era produto dos aumentos salariais acima do aumento da produtividade. Ou seja, o Brasil passava por uma inflação de demanda. A solução encontrada foi simplesmente reduzir o poder de compra dos trabalhadores (mais uma vez essa é a mesma proposta defendida pelos atuais partidos de direita, entre eles, o PSDB). Isto é, reajustar os salários em níveis inferiores ao do custo de vida. Os reajustes salariais passaram a serem compostos por uma média da inflação passada, a inflação futura e o crescimento da produção (taxa de produtividade e PIB). Todos sempre subestimados e manipulados vide a inflação de 1973 que oficialmente variou 13,7%, mas na verdade chegou a 26,6%.

### **Campanha Salarial de 1980**

Em assembleia realizada no dia 08 de novembro de 1980, 200 trabalhadores marceneiros rejeitam contraproposta dos patrões. Em relação ao pedido de 15% de produtividade, os empresários ofereceram 5,5% para a faixa de 1 a 3 salários mínimos; 3% de 3 a 10 salários mínimos; 1,2% de 10 a 15 e nenhuma taxa de produtividade para

---

<sup>59</sup> Segundo informações fornecidas por Joel Alves de Oliveira, o impresso “O Pica-Pau” foi criado na subsele de Taboão da Serra, enquanto boletim local, e depois foi adotado pela diretoria para toda a categoria.

os que ganhavam acima de 15 salários mínimos. O tesoureiro do Sindicato, Otávio Foltran, ressaltava a intransigência patronal e afirmava ser possível um percentual melhor do que o proposto. Além da produtividade, os marceneiros reivindicavam reajustes trimestrais, horas extras com 100% de acréscimo e mais outros 17 itens.

### **Era somente leite...**

Neste item, e no item abaixo, Joel Alves de Oliveira, então presidente dos marceneiros de São Paulo, relata duas passagens bastante interessantes, e inéditas, como a maior parte dos acontecimentos históricos debatidos no presente livro. Relacionadas ao ressurgimento sindical a partir de 1978, o ator central era o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

*“(...) Com o movimento dos metalúrgicos do ABC a partir de 1978, também estivemos envolvidos com o que aconteceu lá. Na greve de 41 dias em 1980, fizemos uma reunião de diretoria dos marceneiros de São Paulo e propusemos uma estratégia realmente bastante ativa de solidariedade aos metalúrgicos do ABC. Entre as ações de solidariedade, aprovamos a compra de 345 latas de leite em pó para que fossem entregues ao Fundo de Greve. O leite foi comprado e entregue em nossa sede. Surgiu então, a grande dúvida: quem iria levar isso lá?! A cidade de São Bernardo estava cercada pelo exército! Eu resolvi levar em minha Variant branca! Colocamos as 345 latas em meu carro, joguei um pano por cima e lá vou eu para São Bernardo. Chegando à divisa com São Paulo havia uma barreira do exército. Ninguém saía ou entrava da cidade sem passar por uma barreira. Eu fui parado e perguntaram o que era aquilo que eu transportava, respondi e questionaram também para onde eu estava levando. Disse que era para uma casa de caridade, para umas freiras...*

*Um dos soldados, com a baioneta de seu fuzil, espetou uma das 12 caixas que estava em meu carro, rasgando-a e, como era de se esperar, atingiu uma lata de leite em pó...levantou-a e o leite em pó escorreu...Depois abriram mais duas caixas e me liberaram!*

*O restante da diretoria dos Marceneiros, depois que contei o ocorrido na Segunda-Feira, ficou assustada...eles não queriam fazer isso, mas eu não tive medo! (...)*”.

### **Corta o braço dele! Corta!**

Em 11 de maio de 1980, após 41 dias de greve, os metalúrgicos do ABC, em assembleia geral no interior da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, decidiram pela volta ao trabalho. Apesar disso, o líder metalúrgico Osmar Santos de Mendonça, o Osmarzinho, é preso.

Nesse dia, Joel Alves de Oliveira estava presente, tendo sido, por isso, testemunho e participante de um tenso e dramático episódio, o qual me relatou com entusiasmo eletrizante. Vamos lá:

*“(...) Osmarzinho, que era uma das grandes lideranças dos metalúrgicos do ABC, na época fazia parte da Comissão de Mobilização durante as greves dos anos de 1979 e 1980. Ele, eu e aproximadamente mais uns 20 companheiros, estávamos reunidos na sala da sacristia da Igreja Matriz, fechados, discutindo como iríamos sair de lá levando os trabalhadores em passeata pela Rua Marechal Deodoro até o Paço Municipal. A dúvida era como faríamos isso se a praça da igreja estava toda cercada. O Lula e vários outros dirigentes já estavam presos e outros ainda sendo procurados pela polícia ou exército. Osmarzinho era um dos que estava com ordem de prisão.*

*Durante a reunião, Osmarzinho estava ao meu lado, onde também estavam o presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, um dirigente dos metalúrgicos de Santos e tantos outros. Estávamos todos lá debatendo como iríamos fazer, frisávamos a ideia de que não poderia haver provocação, que deveríamos tomar cuidado com isso...Quando, de repente, um dos participantes da reunião, muito rapidamente, algemou-se ao Osmarzinho! Não sabíamos se o fulano era do DEOPS ou da Polícia Federal! Estava infiltrado entre nós naquela sala onde éramos mais ou menos 20! E estava dentro da sacristia conosco sozinho! Bem na minha frente! Ficamos boquiabertos! Um companheiro que também estava próximo a mim, não me recordo o nome dele, imediatamente agarrou e levantou o policial pelos colarinhos, dando uns*

*tapas no rosto dele e xingando: 'Seu filho da puta! Abre essa porra seu filho da puta!'. Eu dizia, aos gritos: 'Calma! Calma! Vamos resolver isso com calma!' Havia, na sala da sacristia, um pequeno vitrô que dava para a rua. Do lado de fora, estava um delegado ouvindo tudo, inclusive ouviu toda a confusão e começou a nos ameaçar, nós simplesmente fechamos o vitrô. Vários companheiros na sacristia começaram a gritar dizendo que se o policial não retirasse as algemas, iriam cortar o braço dele!: "Abre! Abre isso!", protestavam. O policial, no entanto, afirmava que não estava com a chave! Então, gritavam: 'Nós vamos cortar o seu braço seu filho da puta! Solta o Osmarzinho!'. Outros berravam: 'Não corta não! Vamos arrebentar esse filho da puta!'. A situação já estava bastante tensa! Eu sempre fui calmo, pedi tranquilidade várias vezes. Revistamos o policial e ele realmente não estava com as chaves das algemas! Depois de pensar um pouco, decidimos mandar chamar o então deputado Airton Soares<sup>60</sup> para nos ajudar. Um dos companheiros saiu para buscá-lo. Enquanto isso, do lado de fora, o delegado quebrou o vitrô e aos berros dizia que se acontecesse algo, iria invadir a sacristia com gás lacrimogêneo ou atirar de lá de fora mesmo! Ficamos numa enorme pressão lá dentro, presos, não sabendo o que ia acontecer, se o Airton Soares viria, se iriam invadir...aguardando...Começamos até a chorar de medo e de raiva! De raiva porque ficamos inconformados, como em um grupo pequeno, como o que estávamos lá, como poderia ter alguém infiltrado?! Perguntávamos entre nós: 'Quem deixou esse filho da puta entrar?! Como pode acontecer um negócio desse?! O cara aqui dentro! Quem é esse cara?! Como ele pode entrar aqui no nosso meio?! A situação piorava muito a cada minuto!*

*Felizmente o Airton Soares veio e lá fora negociou o que foi possível com o delegado. Osmarzinho saiu preso, mas não saiu algemado e, é claro, foi acompanhado pelo Airton Soares. Para sair da sacristia, era necessário passar por dentro da Igreja, que estava forrada de trabalhadores. O policial que fez toda a besteira saiu na frente, o Osmarzinho atrás e depois nós. Foi, dentro da Igreja, formado um 'corredor polonês'*

---

<sup>60</sup> Airton Soares foi um dos fundadores do PT em 1980, tendo sido eleito Deputado Federal em 1982 com 82 mil votos e, nos dois primeiros anos da legislatura, liderou a bancada. Em 1984, junto com os igualmente deputados federais Bete Mendes e José Eudes, ao terem decidido votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, foram expulsos do PT. Antes de se tornar parlamentar, tornou-se muito conhecido por defender presos políticos em São Paulo. Em 1974 e 1978 havia sido eleito e reeleito Deputado Federal pelo MDB, onde permaneceu até a fundação do PT.

*pelos trabalhadores que encheram de porrada e pontapés o policial. Ao terminar, o trajeto, na porta da Igreja, o policial estava até sem camisa! Rasgaram tudo! Enfim, acabamos fazendo a passeata até o Paço Municipal e lá nos dispersamos. Esse foi um dos momentos mais tensos que vivi em minha trajetória política! (...)”.*

### **Sob suspeita...**

No início de 1981 é afastado o tesoureiro Mário Otávio Foltran devido a uma suspeita de diferença financeira no caixa do Sindicato. Em seu lugar assume Joel Alves de Oliveira.

### **A transição**

Ao assumir a presidência do Sindicato em 1981, eleito pela Chapa 2 de oposição (Unidos para vencer), Joel lidera uma virada e dá início a um novo ciclo histórico do Sindicato que perdura até os dias atuais. Vale a pena a leitura do histórico depoimento, dado pelo próprio Joel, explicando como isso aconteceu.

*“(...) As diretorias dos sindicatos durante a ditadura tinham muito medo, inclusive em nosso caso, apesar de não podermos ser considerados pelegos. Entretanto, o medo era justificável. Eu e outros companheiros que estávamos chegando ao Sindicato queríamos um pouco mais de ação. Eu queria que o Sindicato fosse à porta da fábrica, fosse lá levar o boletim, mesmo que os nossos boletins fossem bastante simples. Nesse período trabalhamos na região do Taboão da Serra para substituir “O Trabalhador em Madeira” pelo “O Pica Pau”. Eu queria mudar a forma de atuação do Sindicato. Quando tivemos a eleição em 1981, eu tinha uma postura diferente de todo o restante da diretoria.*

*Um dos pontos que eu desejava mudar era a criação de comissões de fábrica, um dos exemplos para nós foi o Sindicato dos Coureiros, nós já tínhamos a nossa na fábrica da*

*Anselmo Cerello<sup>61</sup>. Eu queria ampliar isso na categoria, assim criamos a figura da Comissão Paritária. Isso, uma nova postura política, começou a causar conflito interno no Sindicato. Durante a ditadura, a diretoria do Sindicato pegava o livro de atas das assembleias dos trabalhadores, levava para a fábrica e lá o entregava para o Departamento Pessoal que recolhia as assinaturas dos trabalhadores como se o Sindicato houvesse realizado assembleia com os trabalhadores! Na semana seguinte, os diretores passavam nas fábricas recolhendo os livros para o Sindicato...*

*Eu fui licenciado da fábrica para me dedicar exclusivamente ao Sindicato em setembro de 1978. Quando então fui para Taboão da Serra e me incumbiram de também fazer isso, recolher as assinaturas, eu achei estranho...Não podíamos fazer isso! Tínhamos de sindicalizar os trabalhadores! Ir para as empresas era uma oportunidade para fazer isso!*

*Eu fui para uma empresa e disse para o representante patronal dela que iria fazer uma assembleia com os trabalhadores para comunicar o acordo de compensação de horas. A empresa não entendeu...e eu fiz a assembleia e recolhi a assinatura dos trabalhadores!*

*Depois, no Sindicato, disse que seria necessário ter em cada fábrica uma pessoa responsável para verificar se o acordo de compensação de horas estava sendo cumprido e nós do Sindicato incorporarmos essa cláusula. O Nelson Gonçalves, então presidente, concordou...Então intensamente comecei a fazer isso em todas as empresas da região de Taboão da Serra. Ia até a empresa e era escolhido lá um representante dos trabalhadores, em nome do Sindicato, para fiscalizar o acordo de compensação de horas. As empresas foram aceitando, até que chegamos em uma grande empresa que se recusou e ligou para o sindicato patronal que acionou a Delegacia Regional do Trabalho. Essa contatou o nosso presidente, o Nelson Gonçalves, dizendo que nós do Sindicato dos Marceneiros estávamos fazendo uma exigência nas empresas que a lei não previa...O Nelson me chamou e disse que precisávamos tirar isso, pois 'os caras estavam apertando...' Eu disse que não ia tirar isso. Sugeri que nas empresas que aceitassem, nós fazíamos e as que não aceitassem, paciência...Só que na prática, quando eu ia para as empresas, eu exigia e forçava que as empresas aceitassem, ao ponto de dizer que se a empresa não aceitasse, nós, do Sindicato, não*

---

<sup>61</sup> Ler item "Cerello já tem Comissão Interna" no presente texto.

*assinariamos o acordo! Isso acabou dando uma grande confusão! A Delegacia Regional do Trabalho chamou o Nelson Gonçalves e disse que isso não poderia continuar, Nelson justificou que não era ele, que era outro diretor que estava fazendo isso...Tivemos uma reunião da diretoria aqui do Sindicato e todos me enquadraram dizendo que a partir daquele momento eu não iria mais fazer essa exigência. E eu enfrentei, disse que todo acordo que eu fizesse em minha região (cada diretor cuidava de uma região) seria assim. Eu peitei e acabou se criando um grande problema. Eu não abri mão, pois politicamente para o trabalhador aquilo era o correto, estávamos criando embriões de organização no local de trabalho! Estávamos filiando muitos trabalhadores ao Sindicato! Isso ocorreu entre os anos de 1978, 1979 e 1980. Sindicalizamos muitos trabalhadores com isso! Eu havia assumido a tesouraria, mas em 1980 a diretoria me colocou na parede: teríamos eleições e se eu não voltasse atrás eu estaria fora da próxima chapa, ou seja, da próxima diretoria. Respondi que eu preferia ficar fora! Eu não abriria mão. Com esse trabalho de base nós fortalecemos muito a organização na região que eu cuidava, Osasco, Taboão da Serra, Santo Amaro etc. A organização de base estava em plena efervescência! Um exemplo da importância desse trabalho foi o congresso da categoria que fizemos com mais de 400 delegados, todos com estabilidade no emprego e todos os dirigentes do nosso sindicato que se seguiram, foram antes eleitos delegados nas fábricas da categoria para poderem ser delegados nos congressos. O Antônio Lopes, atual presidente, que veio 10 anos depois para o Sindicato, era delegado na fábrica Forma. O Lopes era delegado tirado para a fiscalização do acordo de compensação de horas na fábrica onde trabalhava e depois veio direto para a diretoria executiva.*

*Mas eu fiquei sozinho. A diretoria formou a chapa sem o meu nome para a eleição de 1981. Eu, por minha vez, ainda queria a volta de companheiros que estavam na clandestinidade, que foram cassados pela ditadura, por exemplo, como o Lázaro Paulino Maia, cujo codinome na ditadura era Paulo. Essa minha vontade de também trazer de volta o Lázaro, piorou ainda mais minha imagem perante a diretoria do Sindicato. Eles diziam que assim o governo não permitiria que fosse dado posse à chapa que ganhasse! Que eu estava louco! Então me deixaram de fora da chapa!*

*Eu então formei outra chapa. O interessante é que a nossa chapa foi toda escolhida na porta de fábrica. Nós inauguramos uma prática, ela não foi escolhida a dedo e essa*

*prática continua até hoje. Íamos à fábrica e perguntávamos quem os trabalhadores achavam que deveria fazer parte da diretoria. E entraram em nossa chapa justamente os companheiros eleitos para cuidarem do acompanhamento do acordo de compensação de horas! Era algo natural...pois eles também tinham estabilidade no emprego durante a vigência do acordo que era de dois anos. Inauguramos uma prática, democrática e de respeito aos trabalhadores, onde até mesmo o diretor da executiva tem de ser aprovado pelos companheiros no seu próprio local de trabalho e continua até hoje, por isso a diretoria é forte e tem representatividade junto à categoria. Os companheiros acabam passando por duas eleições: a primeira na fábrica e a outra da chapa propriamente junto a todos os sócios da categoria (...).”*

### **Tentativa de golpe em 1981**

Na continuidade do item anterior, reproduzimos novamente outro depoimento de Joel Alves de Oliveira a respeito das eleições sindicais de 1981, quando houve a “virada” política no Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo. Isto é, quando o Sindicato supera a fase iniciada em 1964 com o Golpe Militar. É claro que, mesmo nesse período de autoritarismo, conforme demonstrado no presente livro, o Sindicato lutou tanto quanto foi possível, não podendo ser chamado de “pelego”, mas sim de uma entidade que deveria tomar os devidos cuidados para não ser, inclusive, fechada. Entre os avanços alcançados dentro da ditadura, está a perda das eleições pelo grupo interventor em 1965, o crescimento na organização de base e a atuação ousada e inteligente de Antônio Di Chiachio.

*“(...) As eleições ocorreram em junho de 1981. A chapa de oposição, na qual eu era o candidato a presidente, consegue ganhar por 109 votos a mais. Na urna de Taboão da Serra, que tinha 450 sócios, nós da chapa de oposição tínhamos 402 votos! Era a urna 9. E, nessa urna, a chapa da situação tinha, encabeçada pelo Nelson Gonçalves, apenas 48 votos.*

*Durante esse processo eleitoral, o que certamente em eleições anteriores a situação era ainda pior, tinha um policial federal infiltrado. Ele frequentava as reuniões tanto da*

*Chapa 1 (encabeçada por Nelson Gonçalves) como da Chapa 2 (Unidos para Avançar), encabeçada por mim. Ele se apresentava como um operário da empresa Mobilínea, uma grande empresa, e eu acreditava nisso. Ele dizia também que não desejava fazer parte da chapa, que queria somente apoiar.*

*Bom, no dia da eleição, a Chapa 1 impugnou a urna 9, justamente a que tivemos quase a totalidade dos votos, alegavam que a urna tinha voltado mais cedo da rua, para a contagem, e que, portanto, não tinham sido recolhidos todos os votos, o que foi uma grande tolice...*

*No auditório, durante a apuração, já na madrugada, quando ocorreu a impugnação, esse policial federal, disfarçado de trabalhador da categoria, revelou sua verdadeira identidade e disse que estava recolhendo a urna 9! Pegou a urna e levou para a Polícia Federal! Ficamos todos surpresos! A ditadura nunca esteve ausente! Ela estava presente em todos os momentos! Vigiano todo mundo! Todo mundo foi vigiado e seguido! A ditadura teve uma ação de grande interferência na vida nacional, na vida sindical! Ele simplesmente levou a urna que decidia a eleição! Até aquele momento da apuração, a Chapa 1 estava ganhando por 250 votos! Se não considerássemos a urna 9, ganhava a chapa da situação, se valesse a urna 9, ganhávamos nós, da Chapa 2, da oposição! A urna 9 ficou por último e se fosse contados os seus votos, 48 para a Chapa 1 e 402 para a Chapa 2, nós ganharíamos! Era uma tentativa de golpe!*

*O mais interessante ainda é que, o Nelson Gonçalves, não era responsável por isso e não concordava com isso! A trapaça não havia sido articulada por ele. Nós, da Chapa 2, ficamos três dias ocupando o Sindicato, não concordávamos com essa falcatrua. Três dias depois, o Nelson Gonçalves me liga perguntando se eu concordava que fosse aberta a urna 9 e os votos contados. Ele me dizia que não havia feito aquilo, que não concordava com aquilo e que gostaria de ganhar a eleição de forma limpa. Eu obviamente disse que concordava, desde, é claro, que a urna estivesse inviolada. Chamamos o Salvador Rodrigues<sup>62</sup>, que já era uma pessoa de referência para o Sindicato, fomos à Polícia Federal, retomamos a urna 9, trouxemos para o Sindicato, abrimos, contamos os votos e ganhamos as eleições! (...)"*

---

<sup>62</sup> Ler item "O Adeus a Salvador Rodrigues" no presente texto.

## **1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a CONCLAT**

Entre os dias 21 a 23 de agosto de 1981 foi realizada a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a CONCLAT. É importante não confundir essa CONCLAT com a CONCLAT realizada em 1983 quando se fundou a CUT<sup>63</sup>.

A CONCLAT de 1981 ocorreu na Colônia de Férias dos trabalhadores têxteis, localizada na Praia Grande, litoral sul do Estado de São Paulo. Nesse evento, além de sindicalistas de todo o país, estiveram presentes Leonel Brizola, Luis Carlos Prestes, João Amazonas, Franco Montoro, Miguel Arraes entre outros. Durante a reunião foi aprovada a criação da CUT, o que ocorreu dois anos depois, conforme referido acima.

## **Os marceneiros participando da vanguarda**

Como é possível verificar no presente livro, em várias décadas, o Sindicato dos Marceneiros de São Paulo esteve na vanguarda do movimento sindical brasileiro, um exemplo foram os anos 1950.

O mesmo espírito, igualmente continuou no final dos anos 1970 e anos 1980, após o ressurgimento do movimento sindical com as grandes greves iniciadas pelos metalúrgicos do ABC em São Bernardo do Campo.

Joel Alves de Oliveira relata alguns desses momentos:

*“(...) Estivemos permanentemente ativos, desde o final dos anos 70 e início dos 80, organizados e agindo para a criação de uma central sindical única no Brasil (...). Praticamente quase todas as reuniões de articulação intersindical com esse fim ocorreram em nossa sede, aqui na Rua dos Carmelitas. Tem reuniões aqui em que esteve Lula quando ele era presidente do Sindicato e mesmo depois quando ele não era mais presidente ele continuou frequentando as reuniões aqui no Sindicato juntamente*

---

<sup>63</sup> Ver o item “Os marceneiros e o 1o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT)” no presente texto.

*com vários outros companheiros. Um desses companheiros era o José Ibrahim<sup>64</sup>. Nesse período a partir de 1981, participamos da CONCLAT como diretoria eleita. Fizemos esse trabalho de puxar as reuniões com o objetivo de unificar o movimento sindical aqui para a sede dos marceneiros. Na sede dos marceneiros fizemos a maior parte das reuniões para o pró-CUT, até uma deliberação para a formação do PT foi tomada aqui na sede dos marceneiros de São Paulo. Um grupo de sindicalistas de Minas Gerais, não recordo se dos bancários ou jornalistas, a delegação disse em reunião na sede do Sindicato dos Marceneiros que, se Lula e demais companheiros não fundassem o PT, eles o fariam. Aí foi decidido, a partir dessa reunião, que o PT seria fundado. O PT não foi fundado na sede dos Marceneiros de São Paulo, mas o embrião de fundação do PT saiu daqui. Como já disse a maior parte das reuniões relacionadas à CONCLAT, fundação da CUT, greve geral de 1983 foi deliberada aqui na sede dos Marceneiros. Nossa sede sempre foi um local onde se reunia, unitariamente, o conjunto do movimento sindical.*

*Nos Marceneiros também discutimos a criação de um fórum para organizar, reconhecer e resgatar a história todos aqueles que foram cassados.*

*Muitas das personalidades fundamentais da história mais recente do Brasil participaram de reuniões na sede dos Marceneiros. Por exemplo, Miguel Arraes, Franco Montoro, Gregório Bezerra, Almino Afonso, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Leonel Brizola, Moreira Franco, Lula, Olívio Dutra, Jaques Wagner e tantos outros. Logo que voltaram do exílio, reuníamos-nos em nosso Sindicato com a velha guarda que havia sido cassada. Várias outras greves e movimentos importantes desse período foram articuladas aqui e isso é um motivo de orgulho para nós. Infelizmente, logo depois, o movimento sindical acabou rachando e para não rachar também o Dieese, eu presidi o Dieese de 1984 até 1990. Foram 6 mandatos anuais. O Sindicato dos Marceneiros acabou não se filiando à CUT logo no início de sua criação, somente*

---

<sup>64</sup> Falecido aos 66 anos em 2013, José Ibrahim está no grupo dos sindicalistas mais importantes do Brasil. Em 1968, como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, liderou a greve da Cobrasma, que representou o primeiro movimento operário de grande repercussão contra a ditadura militar. Por causa disso, foi demitido da empresa e retirado do sindicato. Passou a militar na Vanguarda Popular Revolucionária e um ano depois foi preso e torturado por vários dias no DEOPS. Em 1969, por conta do sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick, foi libertado (junto com outros 14 presos políticos, entre eles José Dirceu, Vladimir Palmeira, Flávio Tavares, Gregório Bezerra etc) e enviado para o exílio, de onde voltou somente em 1979, com a anistia.

*depois, porque havia uma grande divergência no movimento sindical. Outros grupos queriam criar o seu próprio Dieese. Se o Dieese fosse presidido por alguém da CUT é porque teria virado CUT, se fosse presidido por alguém da CONCLAT, é porque tinha virado CONCLAT. Então alguém que não fosse filiado a nenhuma das duas seria a pessoa ideal, nesse momento, para presidir o Dieese.*

*Enfim, eu dos Marceneiros de São Paulo, o Gilmar Carneiro dos Bancários, o Jamil Murad dos Médicos, a Clara Ant dos Arquitetos, o Meneguelli e o Vicentinho dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Azevedo dos metroviários, Arnaldo Gonçalves, Hugo Perez, Gumercindo Milhomen da Apeoesp, Toshi de Osasco, Raimundão dos padeiros e outros todos nós éramos referência do início dos anos 1980 até o final dessa década e início da seguinte. Formávamos um quadro que empurrava o movimento sindical, era algo muito interessante (...)*”.

### **CONCLAT em 1982 ou 1983?<sup>65</sup>**

Continuando o depoimento iniciado nos itens acima, Joel Alves de Oliveira, narra a seguir a decisão referente à data de realização da CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora<sup>66</sup>).

*“(...) Eu, por exemplo, presidi o primeiro congresso estadual que iria decidir se deveria ser feito a CONCLAT em 1982 ou em 1983. A reunião foi realizada nas dependências do Sindicato dos Químicos de São Paulo ou dos metalúrgicos, não me recordo. Esse episódio foi um momento extraordinário do movimento sindical. Tivemos 752 votos para a realização da CONCLAT em 1982 e 750 votos para a realização da CONCLAT em 1983! Quando eu colocava em votação no plenário, perguntando quem estava de acordo em realizar em 1983, muitos levantavam a mão e o mesmo ocorria quando eu*

---

<sup>65</sup> Durante o ano de 1982 realizaram-se vários encontros estaduais preparativos para o CONCLAT (Congresso) de agosto, eram os chamados Enclats. Nesses, a tendência majoritária era a realização do CONCLAT em 1982, mas, como se sabe, ocorreu somente em 1983 quando foi fundada a CUT.

<sup>66</sup> Ver item “Os marceneiros e o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT)” no presente texto.

*perguntava sobre a data de 1982. Não era possível, pela visualização, saber qual data era a vencedora. Eu dizia isso para todos na plenária e alguns presentes até falavam que eu estava manobrando, que essa ou aquela data tinha sido a vitoriosa...Eu até pedi a opinião da comissão de organização do congresso, mas eles também afirmavam que não era possível decidir por meio da visualização. Decidimos então, pedir a formação de duas filas: quem estivesse de acordo com o CONCLAT em 1982 pega a fila 'A' e quem quer em 1983 pega a fila 'B'. E cada um deixa o crachá em cima da mesa e nós contaremos. 752 votos pelo CONCLAT em 1982 e 750 pelo CONCLAT em 1983. Apenas 2 votos de diferença! Desse congresso participaram personalidades como Joaquinão (dos metalúrgicos de São Paulo), Jair Meneguelli, Lula, José Navarro Flores (dos Marceneiros de São Paulo) etc (...)"*

## **2º Seminário de Estudos do Sindicato – 1981**

Com o objetivo de alavancar a Campanha Salarial de 1981 e elevar a formação política da categoria, o Sindicato dos Marceneiros promoveu, em sua sede, o 2º Seminário de Estudos nos meses de setembro e outubro de 1981. Entre os palestrantes estavam algumas das principais personalidades políticas da época. A seguir a programação do encontro:

| <b>Nome</b>    | <b>Breve currículo</b>   | <b>Tema</b>                    | <b>Data</b>     |
|----------------|--|--------------------------------|-----------------|
| Afonso Delelis | Ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, até o ano de 1964  | Liberdade e Autonomia Sindical | 05/09/81<br>9h  |
| Tito Costa     | Então prefeito de São Bernardo do Campo, quando Deputado Federal (1987 a 1990) elaborou Projeto de Lei para a criação do Seguro Desemprego             | Seguro Desemprego              | 12/09/81<br>9h  |
| Almino Afonso  | Ministro do Trabalho no governo de João Goulart, Secretário Estadual no governo de Franco Montoro, Deputado Federal durante os governos de Goulart e o | Unidade Sindical e a CUT       | 02/10/81<br>19h |

|                |  |                                       |                |
|----------------|--|---------------------------------------|----------------|
|                | primeiro governo Lula, bem como vários outros cargos   |                                       |                |
| Franco Montoro | Exerceu vários cargos políticos: vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador do Estado de São Paulo etc | Desemprego e soluções para o problema | 03/10/81<br>9h |

O primeiro seminário de estudos teve início em 11 de abril de 1980. Ocorria tanto na sede como na subsede no Taboão e contava com a exposição de técnicos do Dieese, advogados e diretores do Sindicato.

### **Campanha Salarial de 1981 e piso segundo o Dieese**

Os marceneiros realizaram no dia 10 de outubro de 1981 a primeira assembleia da Campanha Salarial daquele ano. Segundo o então presidente do Sindicato, Joel Alves de Oliveira, um dos pontos mais importantes foi a elevação do piso salarial de 12.591 cruzeiros para 31 mil cruzeiros, que coincidia com o valor do salário mínimo calculado pelo Dieese.

### **Os marceneiros e o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT)**

Nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983 foi realizado o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, o CONCLAT, nas dependências dos antigos estúdios da produtora Vera Cruz, São Bernardo do Campo. Nesse histórico encontro, decidiu-se pela exigência da liberdade e autonomia sindicais, pela intensificação da luta contra o desemprego, bem como a crítica à crise econômica, fundamentada na subordinação ao FMI e o desemprego. Além disso, a data de 28 de agosto de 1983 foi o dia de fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Os marceneiros, então, colocaram-se para pensar sobre como mobilizar os trabalhadores para dar conta das tarefas do CONCLAT.

Em princípio, os caminhos encontrados foram a reforma do estatuto para a democratização ainda maior do Sindicato por meio da criação do Conselho Consultivo composto por 30 membros; o combate às péssimas condições de saúde e segurança no trabalho e a valorização da profissão do marceneiro.

### **I Congresso dos Marceneiros – 1983**

49 anos após a fundação, o Sindicato dos Marceneiros realiza seu primeiro congresso nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 1983. Segundo depoimento de Joel Alves de Oliveira, não era, até então, usual a realização de congressos pelos sindicatos locais. Essa era uma atividade mais vinculada às federações e confederações sindicais, como, por exemplo, a CNTI. Os Marceneiros de São Paulo e os Metalúrgicos do ABC<sup>67</sup> inauguraram tal prática.

O congresso dos marceneiros em 1983 - juntamente com outros acontecimentos fundamentais na vida sindical e política brasileira como o 1º CONCLAT; a fundação da CUT; a decadência da ditadura militar; o movimento das “Diretas Já”; a fundação do PT; o início da nova era do Sindicato dos Marceneiros no pós-Ditadura Militar etc - materializaram um período de grande agitação, de grande ebulição democrática e popular. Os marceneiros encontravam-se nesse mesmo espírito de efervescência e, como uma das consequências, realizaram seu primeiro congresso.

Antecedendo ao encontro, os preparativos ocorreram por meio de debates, entre eles o realizado em 17 de agosto de 1983, cujo tema era a Central Única dos Trabalhadores, a CUT. Apenas 11 dias depois ela foi fundada.

Nesse primeiro congresso dos marceneiros, os trabalhadores e lideranças discutiram e decidiram sobre: a) a elaboração da estratégia sobre como se colocar em prática as

---

<sup>67</sup> O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC realizou seu primeiro congresso em 1974, o que foi considerado uma grande ousadia, pois vivíamos ainda o auge da ditadura militar.

resoluções do 1º CONCLAT<sup>68</sup>; b) dar encaminhamentos à campanha salarial de 1983 e c) reformar o estatuto do Sindicato.

Os congressistas foram constituídos por trabalhadores selecionados por meio de assembleias nos próprios locais de trabalho e em número proporcional à quantidade de operários em cada fábrica. Por sua vez, os trabalhos foram organizados da seguinte forma: os participantes dividiram-se em 3 grupos e cada um debateu um dos três temas propostos para o encontro. As ideias que cada grupo discutiu, na sequência, foram debatidas em plenária com todo o conjunto de congressistas até se chegar a um consenso final e a elaboração de propostas concretas que serviriam como resoluções a serem executadas pelo Sindicato dos Marceneiros.

Resumidamente as resoluções do 1º congresso estão abaixo:

#### Campanha Salarial:

- Não às horas-extras;
- Transformar o Dia de São José, padroeiro dos marceneiros, em feriado para a categoria;
- Organizar nas empresas boicote à produção para que as reivindicações sejam atendidas;

#### Luta contra o desemprego:

- Estabilidade no emprego;
- Redução da jornada para 40 horas semanais sem redução salarial;
- Ao inovar tecnologicamente a empresa deve oferecer outras vagas aos trabalhadores;
- Pela implantação do salário-desemprego;

---

<sup>68</sup> Ver item acima “Os marceneiros e o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT)” e “CONCLAT em 1982 ou 1983?” também no presente texto.

### Liberdade e autonomia sindical

- Em relação ao Sindicato dos Marceneiros, criação de Conselho Consultivo composto por 30 membros eleitos democraticamente;
- Organizar os trabalhadores dentro da fábrica;
- Manter independência em relação ao Estado, religião e partidos políticos;
- Não se filiar à CUT (criada um mês antes do 1º Congresso dos Marceneiros) até que o movimento sindical no país decida por encaminhamento de resoluções unitárias;
- Propor à CUT e ao segundo CONCLAT previsto para novembro de 1983 a convocação de um novo CONCLAT para 1984. O objetivo é a unificação do movimento sindical e a criação de uma só central;
- Levar à CUT e à CONCLAT a proposta de gradativa extinção do imposto e contribuição sindicais, bem como a realização de uma campanha de sindicalização em massa dos trabalhadores;
- Unificar o movimento sindical a partir da greve geral de 21 de julho de 1983 e da luta contra o decreto-lei 2.045. Esse decreto alterou a lei 6.708 de 1979 que por sua vez substituiu a lei 4.725 de 1965. Todas, em suma, arrochavam o salário dos trabalhadores;
- Lutar pelo fim da intervenção do governo nos sindicatos;

### Unidade contra a política econômica do governo

- Participar de todos os atos convocados contra a política econômica do governo;
- Lutar pela moratória do pagamento da dívida externa;
- Lutar pelo congelamento dos juros;
- Lutar pela Reforma Agrária;

### Moções

- Solidariedade aos povos do Chile e do Uruguai que lutam contra a ditadura em seus respectivos países;
- Solidariedade e apoio ao povo da Nicarágua por sua resistência às agressões dos Estados Unidos;

Efetivamente participaram do congresso quase 200 trabalhadores (delegados) representando mais de 80 empresas da base territorial da categoria.

Outra conquista de destaque do congresso, e que se mantém até a atualidade, foi a instituição de um Conselho Consultivo que também passava a fazer parte da direção do Sindicato. Entendia-se que somente os 7 membros efetivos da diretoria e os 7 suplentes eram insuficientes para atender a todas as demandas da categoria.

### **Base territorial em 1983**

Em 17 de agosto de 1983 a base territorial do Sindicato dos Marceneiros em São Paulo é estendida e passa então a ser composta por 13 municípios: São Paulo, Osasco, Taboão da Serra, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, Caieiras, Franco da Rocha, Francisco Morato, Mairiporã, Atibaia e Bom Jesus.

### **Colônia de Férias inaugurada**

Em 22 de outubro de 1983 foi inaugurado o clube do Sindicato para uso dos trabalhadores da categoria e respectivas famílias. Localizada em Suarão, município de Itanhaém, o local tinha então capacidade para abrigar 61 pessoas em 11 apartamentos, contando com os serviços de bar, restaurante, salão de jogos para jovens e adultos, sala com TV, uma piscina para adultos e outra para crianças, churrasqueira e terraços de lazer. Importante observar que a colônia foi adquirida em troca do sítio que o Sindicato possuía em Atibaia.

## **Eleições de 1984**

Nos dias 04, 05 e 06 de julho de 1984 os marceneiros se reuniram para elegerem a nova diretoria do Sindicato. Foram 52 os companheiros eleitos entre Direção Executiva, suplentes, Conselho Fiscal, delegados junto à Federação e o Conselho Consultivo.

## **A gestão de Joel e o Dieese**

Além de todo o terceiro andar ter servido como sede durante o início dos anos 1970 até o final dos anos 1980, outra indicação marcante da comunhão entre os Marceneiros e o Dieese é encarnada por Joel Alves de Oliveira<sup>69</sup> – presidente do Sindicato de 1981 a 1994 e, igualmente, presidente do Dieese de 1983 a 1990. Em 1983 assumiu mandato “tampão” com o licenciamento do então presidente Hugo Perez, que concorreria a uma vaga de Deputado Federal. E em 1984 é de fato eleito presidente da entidade, situação que ocorreu sucessivamente nos seis anos seguintes (o mandato era de um ano). A gestão de Joel nesse período garantiu ao Dieese conquistas imprescindíveis, entre elas: a manutenção da própria existência do DIEESE diante a divisão do movimento sindical, os cursos de formação sindical, a inauguração de escritórios regionais em vários Estados, o incremento das pesquisas de padrão de vida e emprego e a nova sede no Parque da Água Branca.

## **Transição para a democracia, *pero no mucho...***

O ambiente da época, tanto do primeiro congresso, em 1983, como do segundo, era caracterizado pela transição da ditadura para a democracia. Em 15 de março de 1985

---

<sup>69</sup> Eleito suplente da diretoria efetiva para o mandato 1972 a 1974, começou na categoria trabalhando como tapeceiro na indústria de móveis de junco “Anselmo Cerello” em setembro de 1966.

toma posse o primeiro Presidente da República civil desde o golpe que retirou João Goulart do poder em 01º de abril de 1964.

A transição democrática, no entanto, não foi controlada pelo povo, mas sim pelos próprios militares e as elites nacional e internacional. Um dos fortes sinais que confirmam essa afirmação está na recusa de se sair da ditadura pela democracia, quer dizer, pelas eleições diretas. Outro ponto negativo foi o fato de o primeiro presidente pós-ditadura ter sido alguém que justamente se tornou figura nacional estabelecida durante, exatamente, a própria ditadura militar. José Sarney, nesse período, também se torna um grande empresário, especialmente no setor da comunicação social.

Nada mais contraditório ter um integrante profícuo do regime militar na retomada da democracia. Filiou-se à ARENA, o partido pró-ditadura, logo em sua criação, tendo nela permanecido e sido eleito até 1983. Com a criação do PDS, o partido que abrigou os órfãos da ARENA, se tornou seu primeiro presidente.

Outra medida que revela a transição débil da ditadura para a democracia foi o adiamento das eleições municipais que deveriam ocorrer em 1980 para somente 1982. O governo ditatorial do general presidente na época, João Baptista Figueiredo (aquele que afirmou preferir o cheiro dos cavalos ao do povo<sup>70</sup>), justificou a extensão dos mandatos dos vereadores e prefeitos de todo o país alegando a falta de estrutura dos partidos recém-criados<sup>71</sup>. Deu-se assim, uma sobrevida a políticos que, em sua grande

---

<sup>70</sup> Entre suas famosas e desastrosas frases, há outras pérolas: “Quem for contra a abertura, eu prendo e arrebento”, “Não posso obrigar o povo a gostar de mim. Sou o que sou, não vou mudar para que o povo goste”, “Se ganhasse salário mínimo, eu dava um tiro no coco”, “O que eu gosto mesmo é de clarim e quartel”, “Me envaideço de ser grosso”, “Peço ao povo que me esqueça”. Ao menos essa última foi prontamente atendida.

<sup>71</sup> O bipartidarismo na história mais recente do Brasil foi criado pelo AI-2 (Ato Institucional número 2) decretado em 1966 pelo ditador militar e presidente Castelo Branco. Tal norma na prática tornou viável a existência de somente dois partidos, no caso, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro. O MDB era o partido de oposição à ditadura e concentrava desde moderados e políticos de centro-direita, até os socialdemocratas, de esquerda e ainda alguns de extrema esquerda que não haviam aderido à clandestinidade ou à guerrilha. A ARENA, portanto, era o partido da ditadura. Dizia-se, na época, que o MDB era o partido do “sim” e a ARENA do “sim, senhor”. Ao final de 1979 foi reestabelecido no Brasil o pluripartidarismo por meio da “Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos”. Apesar de fundamental o fim da restrição partidária, a forma como se deu acabou enfraquecendo a oposição e fortalecendo a situação, isto é, a ditadura. A ARENA ficou concentrada no PDS. O MDB, por sua vez, desfragmentou-se em vários partidos: PT, PMDB, PP, PDT e PTB.

maioria, apoiavam o governo, quer dizer, a ditadura. Igualmente, se proibiu as ligações partidárias para evitar a união da oposição.

Em síntese, o processo de “democratização” saiu em conformidade com as intenções da elite: *lento, gradual e seguro*. Transição essa planejada pelo intelectual da ditadura militar, o General Golbery do Couto e Silva. Em outras palavras, e reafirmando: longe do domínio popular.

Apesar de a ditadura ter tido grande influência sobre a transição não é possível afirmar que a controlou de forma absoluta. De 1964 a 1985 inúmeros grupos combateram, inclusive com a própria vida, a ditadura militar. O movimento sindical brasileiro, não devemos nos esquecer, foi um dos principais responsáveis pela queda da ditadura dentro da própria ditadura, da mesma forma que o movimento por uma nova Constituição Federal e mesmo o movimento pelas eleições diretas. Este, iniciado em 1983 estima-se que levou mais de 5 milhões de pessoas às ruas entre janeiro e abril de 1984.

### **Dívida Externa em Cuba**

Nos dias 15 a 18 de julho de 1985 realizou-se na cidade de Havana, Cuba, um encontro com 330 dirigentes sindicais representando 197 organizações de 29 países da América Latina e Caribe. Afirmou-se no evento que a dívida externa da região era injusta e impagável, construída somente para escravizar os povos na medida em que os mantinham subordinados e dependentes dos grandes banqueiros internacionais.

Entre os 44 sindicalistas brasileiros, estava Joel Alves de Oliveira, então presidente do Sindicato dos Marceneiros.

### **Hiperinflação e Planos Econômicos**

Vários planos econômicos foram colocados em prática na segunda metade dos anos 1980 para controlar a inflação que em 1985 chegou a 235%. Tivemos o Plano Cruzado I e II, o Plano Bresser, o Plano Verão e os dois Planos Collor. Em 1991, ao final de toda

essa aventura econômica, a inflação anual atingiu o percentual de 1.476,56%. Portanto, os referidos planos não obtiveram sucesso algum, pelo contrário. O povo empobrecia e os ricos ficavam mais ricos. Em 1960 os 10% mais pobres do Brasil possuíam 1,9% da renda nacional e os 10% mais ricos 39,6%. Em 1989 o primeiro grupo caiu para 0,8% e o segundo para 50%. A década de 1980 ficou então conhecida como a “década perdida”.

### **Ação sindical limitada pela legislação**

Ao mesmo tempo, a ação sindical estava limitada pela legislação, o que impedia uma efetiva reivindicação por parte dos trabalhadores. Tratava-se da chamada lei antigreve decretada em 01º de Junho de 1964 (Lei 4.330) pelo ditador-presidente Castello Branco. Proibia na prática a greve, inclusive qualquer tipo de reunião pública. Ou seja, nem mesmo uma assembleia poderia ser realizada. Também impedia a realização de greve a LSN – Lei de Segurança Nacional que em 1981 forneceu os argumentos jurídicos (incitação à desordem e desobediência civil) para condenar a três anos de prisão Lula e mais 10 diretores do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A mudança constitucional veio somente em 1988, cabendo ainda a sua posterior regulamentação. A limitação da legislação para a ação sindical, que em boa parte continua até os dias atuais, é especialmente fruto de todo o conjunto de normas criadas pelo período varguista.

### **Marceneiros: com greve vai!**

Durante a Campanha Salarial de 1984, após várias tentativas de negociação junto aos patrões, os trabalhadores decidem marcar um dia de greve geral da categoria para 24 de novembro daquele ano. Foi somente assim que os patrões melhoraram sua proposta: inflação integral para quem ganhava até 10 salários mínimos (97% da categoria); 2% de aumento real para quem ganha até 3 salários mínimos; reajustes trimestrais de 80% da inflação; piso salarial de 249.600 cruzeiros para empresas até 35 trabalhadores e acima disso 288 mil cruzeiros. Mesmo assim, o setor patronal de

Vimes e Vassoura continuou negando aceitar os mesmos termos que os seus outros colegas patrões aceitaram.

Por isso, em dezembro do mesmo ano, cinco empresas foram paralisadas: Dori Denise; Armando Cerello; Kochave; Anselmo Cerello e Sudeste.

### **Contra a Hora Extra**

Consciente dos prejuízos causados aos trabalhadores: formação de estoques para o patrão resistir às greves; aumento do desemprego; problemas de saúde e acidentes no trabalho; ausência no convívio familiar entre outros problemas – o Sindicato dos Marceneiros cria comando específico. A finalidade era educar os trabalhadores, na base das próprias empresas, contra a ideia da hora extra.

### **Duratex é dura com os trabalhadores**

Olavo Setúbal<sup>72</sup>, patrão na Duratex, em 1985 tinha a ideia de ser governador do Estado de São Paulo, além de defender frequentemente a “Nova República”, isto é, o fim da ditadura e a transição para a democracia.

A empresa, com os novos ares, ia muito bem. Suas exportações se multiplicavam junto com a aquisição de duas novas fábricas. Portanto, os lucros aumentavam sem parar. Mesmo assim, a proposta aos trabalhadores, no que se refere à produtividade era ZERO! Diante da oferta miserável, os trabalhadores marceneiros marcaram assembleia para o dia 20 de junho, na sede, com o objetivo de deliberar sobre a oferta deplorável dos patrões.

---

<sup>72</sup> Uma das fundadoras do banco Itaú, a família Setúbal, de acordo com pesquisa da revista *Forbes* realizada em 2014, é a 12ª mais rica do Brasil com uma fortuna estimada em 3,3 bilhões de dólares.

## **Pacto Social e arrocho salarial**

“Ao propor o pacto social, o governo busca o seu fortalecimento político. As reais pretensões do que também foi denominado ‘entendimento nacional’, passaram longe das reais necessidades econômicas do país. O governo Sarney, com isso, desejava obter maior legitimidade, maior respaldo popular”. Essa era a opinião de Joel Alves de Oliveira, presidente do Dieese e do Sindicato dos Marceneiros em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* publicada em sua edição de 2 de outubro de 1985.

A afirmação foi feita nas dependências do Sindicato dos Marceneiros onde estiveram reunidos alguns dos principais líderes sindicais do país: Rogério Magri da CGT (Central Geral dos Trabalhadores); Antônio Medeiros, que alguns anos depois se tornou presidente da Força Sindical; Jair Meneguelli então presidente da CUT, além de Coelho e Paulo Paim, hoje senador pelo PT.

O tal *pacto social* foi uma ideia defendida por Sarney durante seu governo. Segundo ele, deveria haver um acordo em nível nacional, entre os vários setores da sociedade: governo, trabalhadores e empresários. No entanto, as próprias ações governamentais sempre lesavam os trabalhadores. Um dos vários exemplos foi o Plano Bresser de junho de 1987 que confiscou 37,7% dos salários.

## **II Congresso dos Marceneiros**

A seção de abertura do II Congresso dos Marceneiros teve início às 20h do dia 13 de setembro de 1985 na sede do Sindicato. Ao final do evento, os congressistas foram transportados para o local do encontro, a cidade de Mongaguá, onde discutiriam, nos dias 14 e 15, o futuro da categoria para os próximos anos.

Interessante observar que, uma semana antes do início do congresso, nada mais do que o legendário Luis Carlos Prestes realizou uma palestra no Sindicato, inspirando o encontro dos marceneiros.

Segundo o boletim dos marceneiros, “*O Pica Pau*”, publicado em 06 de agosto de 1985, os motivos para a realização congresso eram:

*“Porque precisamos continuar avançando, na organização e no fortalecimento da nossa categoria em cada local de trabalho;*

*Porque o desemprego, as más condições de trabalho, o arrocho salarial, a exploração, o elevado custo de vida, a dívida externa e outros males estão sufocando a classe operária e nós temos que nos organizar melhor para defender nossos interesses;*

*Porque temos que nos organizar para defender o reajuste trimestral, a redução da jornada de trabalho, a Reforma Agrária, a liberdade e autonomia sindical e uma nova Constituição que atenda os interesses dos trabalhadores;*

*Enfim, porque queremos ser esclarecidos, politizados, fortes e unidos e contribuir para o fortalecimento do movimento sindical e pela soberania nacional”*

Especificamente os temas discutidos foram:

- Organização e fortalecimento da categoria
  - Organização sindical na empresa;
  - Educação sindical e democracia operária;
  - Condições de trabalho;
  - Campanha salarial;
- Estrutura sindical
  - Liberdade e autonomia sindical;
  - Organização intersindical;
- Conjuntura nacional e internacional
  - Desemprego e redução da jornada de trabalho;
  - Constituinte;
  - Reforma Agrária;
  - Dívida Externa;
  - Política Econômica;
  - Autodeterminação dos povos e luta pela paz

Outra menção importante em relação ao II Congresso era sua representatividade, a qual pode assim ser resumida:

- Será congressista aquele trabalhador associado que, por meio de assembleia, for escolhido por seus pares;
- Os associados que trabalham em empresas até 50 empregados serão convocados por uma assembleia conjunta no Sindicato para escolher um delegado por empresa que estiver presente na assembleia;
- As empresas de 51 a 100 empregados terão dois delegados para o congresso;
- De 151 a 250 empregados, três delegados;
- De 251 a 500, quatro representantes e
- Acima de 500 trabalhadores, cinco delegados

### **Campanha unificada e a maior assembleia**

Em 1985 os marceneiros realizaram campanha salarial unificada com outras categorias: químicos, metalúrgicos, plásticos e padeiros. Os resultados foram altamente positivos, pois além do pagamento integral da inflação (69,3%) conquistou-se também aumento real de 12%! Outra vitória de destaque foi a redução da jornada de trabalho de toda a categoria de 48 horas semanais para 45,30.

Em 05 de novembro os marceneiros, em parceria com as outras categorias mencionadas acima, realizaram greve conjunta. Nesse mesmo dia, na Rua 26 de Novembro, no centro da cidade de São Paulo, os marceneiros fizeram sua maior assembleia até então: 2 mil trabalhadores.

### **Greves na ACIL, Sanwa e Comander**

Em 24 de março de 1986, 1.100 trabalhadores realizaram greve na ACIL e conquistaram 5,72% de aumento. Entre as reivindicações estavam também as más condições de trabalho e o assédio moral. A empresa demitiu, com o movimento, 10 trabalhadores, entre eles dois dirigentes sindicais, bem como ordenou que um segurança agredisse um dos sindicalistas.

Na Sawa e Comander as demandas eram, junto aos salários, melhores condições de segurança no trabalho. Após os três dias de greve (9, 10 e 11 de abril) obtiveram, entre outros direitos, a extinção do trabalho temporário na produção, nova redução na jornada de trabalho, uma rigorosa fiscalização quanto à saúde e segurança ocupacionais e a regularização da CIPA.

### **Escola e sindicalismo internacional**

Em 1986 os marceneiros discutiam a criação de uma escola para a qualificação profissional da categoria. Para isso, o então presidente do Sindicato, Joel Alves de Oliveira, convidado a conhecer ainda mais o sindicalismo europeu obteve, entre outros encaminhamentos, uma possibilidade de financiamento, por parte da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para a construção da escola.

### **A Assembleia Nacional Constituinte e os marceneiros**

Em 15 de novembro de 1986 foram eleitos os congressistas (deputados federais e senadores) responsáveis pela elaboração da nova Constituição do Brasil, a chamada Constituição Cidadã promulgada em 05 de outubro de 1988. Os marceneiros estavam conscientes dessa importância e por isso, conforme deliberação do II Congresso, realizaram no dia 02 de agosto de 1986 um seminário para discutir a natureza e a importância da Constituição Federal, a história das constituições no país e, principalmente, o debate sobre quais candidatos melhor representariam os trabalhadores e por isso mereceriam serem eleitos.

No seminário foram escolhidos, para serem apoiados pelos marceneiros de São Paulo, os seguintes candidatos nas eleições de 15 de novembro de 1986:

| <b>Nome</b>         | <b>Partido e candidatura</b> | <b>Breve currículo</b>   |
|---------------------|------------------------------|--|
| Lázaro Paulino Maia | PCB<br>Deputado Estadual     | Secretário-Geral licenciado do Sindicato dos Marceneiros, viveu na clandestinidade entre 1964 a 1979, quando foi anistiado   |
| Oswaldo Lourenço    | PDT<br>Deputado Estadual     | Foi dirigente dos portuários santistas de 1957 a 1964, além da Federação Estadual e da Confederação dos Aposentados. Igualmente anistiado em 1979, também foi fundador e vice-presidente do Fórum Sindical e Popular, da União de Sindicatos da Orla Marítima (USOMS), do Pacto de Unidade e Ação (PUA) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) |
| Agenor Narciso      | PT<br>Deputado Estadual      | Presidente do Sindicato dos Químicos do ABC e dirigente da CUT   |
| Jamil Murad         | PC do B<br>Deputado Estadual | Diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT)   |
| Waldyr Trigo        | PMDB<br>Deputado Estadual    | Ex-prefeito de Sertãozinho, exercia já em 1986 mandato de Deputado Estadual  |
| José Ibrahim        | PDT<br>Deputado Federal      | Fundador do PT e da Casa Latino Americana na Bélgica, autor do livro: Comissões de Fábrica, sindicalista metalúrgico, ex-exilado político  |
| Luís Gushiken       | PT<br>Deputado Federal       | Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo   |
| Aurélio Peres       | PC do B<br>Deputado Federal  | Ferramenteiro. Já exercia pela segunda vez mandato como Deputado Federal   |
| Antônio Toschi      | PMDB<br>Deputado Federal     | Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco   |

Em 1986, apenas 1% dos parlamentares representavam os trabalhadores. Atualmente, na legislatura 2011-2014, os trabalhadores têm 91 representantes no Congresso Nacional em um total de 594 parlamentares federais (81 senadores e 513 deputados federais). Isto é, somente 15,4% defendem propostas favoráveis à classe trabalhadora. Para a legislatura de 2015-2018 houve um retrocesso. O percentual de representantes dos trabalhadores caiu para 7,8%, ou seja, 46 legisladores.

### **Tapeçaria Chic pisa na bola**

O boletim “O Pica Pau” denuncia, em sua edição de 26 de julho de 1986, graves irregularidades na Tapeçaria Chic. Entre elas, a contratação de “seguranças armados” para “repcionar” os sindicalistas que para lá se dirigissem...A ação da empresa levou o Sindicato a comunicar o fato à Polícia Federal. Somada à “calorosa” atenção dada aos trabalhadores e ao Sindicato, a Tapeçaria Chic recusava-se a, ao menos, iniciar negociações sobre direitos básicos: a não existência de uma creche em uma empresa onde mais da metade são mulheres; a diferenciação salarial entre homens e mulheres para funções idênticas; a baixa qualidade da alimentação e as baixas condições internas de higiene.

### **Pauta de reivindicações de 1986**

Os marceneiros aprovaram uma pauta, para a Campanha Salarial de 1986, com 86 itens. Entre eles ressaltava-se:

- 20% de aumento real;
- 8,5% de produtividade;
- Piso salarial de Cz\$ 3.606,00;
- Antecipação da data-base para 1º de novembro e
- Jornada de 40 horas semanais;

Outro destaque da campanha de 1986 foi o índice obtido pelos trabalhadores de móveis de vime, junco e vassouras: 20% de aumento real, o maior do ano no Brasil.

## **Greve na Tapeçaria Chic**

Com 95% da força de trabalho na Tapeçaria Chic composta por mulheres, as atividades são paralisadas do dia 16 a 20 de março de 1987 nas duas unidades da empresa: Honório Maia e Apucarana. As reivindicações eram: equiparação salarial entre as duas unidades; manutenção da proposta feita para Apucarana e gatilho salarial a partir de 1º de março<sup>73</sup>. As reivindicações foram atendidas e a greve encerrada, no entanto, como represália e vingança, todos os representantes sindicais na fábrica foram suspensos por tempo indeterminado e ainda várias trabalhadoras demitidas.

## **Encontro com o Presidente da República**

Em 04 de abril de 1987, o presidente do Sindicato dos Marceneiros, Joel Alves de Oliveira, junto a outros 13 sindicalistas (os presidentes da CGT, CUT e de mais nove confederações), além do diretor-técnico do Dieese, Walter Barelli, são recebidos pelo Presidente da República, José Sarney. Nesse dia, durante 8 horas, os representantes sindicais falaram sobre os problemas dos trabalhadores e explicaram a Sarney cada uma das 19 reivindicações. Entre as demandas, destacava-se:

- Investimento na construção de moradias populares;
- Elaboração dos índices de custo de vida com a participação do Dieese;
- Discussão com os trabalhadores sobre a política econômica;
- Impedir a utilização de mão de obra temporária nas atividades principais das empresas e
- Usar de todos os meios para se evitar a recessão, elevando o salário real e aumentando o número de empregos.

---

<sup>73</sup> O chamado *gatilho salarial* era um instrumento utilizado para reajuste automático do salário a partir de determinado patamar atingido pela inflação. Mecanismo necessário em um cenário de altíssima elevação dos preços como era o caso do Brasil entre a segunda metade dos anos 1980 e primeira da década seguinte.

Joel, também na qualidade de presidente nacional do Dieese, pronunciou-se, durante 15 minutos, defendendo tanto os pontos acima, como igualmente fazendo duras críticas à política do governo e aos Tribunais do Trabalho que “são entulhos autoritários, remanescentes da ditadura, que só servem para julgar as greves ilegais, favorecendo a intransigência dos patrões e a repressão”.

### **Eleições sindicais em 1987**

Nos dias 24 a 26 de junho de 1987 realizaram-se eleições para definição da nova diretoria dos marceneiros de São Paulo. Foram eleitos como diretores da executiva, tendo Joel Alves de Oliveira na presidência, os seguintes companheiros: José Ribamar, Edson Matias dos Santos, Robélio Cruz da Silva, Roque Garcia e João José Dias.

A chapa 1, vitoriosa, obteve 2.814 votos; a 2, 772 votos; mais 23 nulos e 82 em branco.

### **Giroflex com saudades da ditadura**

Segundo o boletim do Sindicato, “O Pica Pau”, de agosto de 1987, edição 27, a Giroflex parecia estar com saudades da ditadura militar terminada apenas dois anos antes. Após uma greve de 04 dias (4 a 7 de agosto de 1987), onde os trabalhadores conseguiram 13% de aumento real; a abertura de negociações para as outras reivindicações e o não desconto, mas sim reposição dos dias parados; a empresa, sumaria e arbitrariamente, demitiu 40 operários.

A última greve na empresa havia sido em 1978.

Ao final das negociações reabertas por conta da greve de 4 dias, sublinhamos algumas conquistas acordadas:

- Equiparação salarial;
- Registro correto na Carteira Profissional da função realmente exercida;
- Plano de Cargos, Carreira e Salários;
- Fim do assédio moral e

- Dispensa da marcação de ponto no horário do almoço

### **Marceneiros representados na FLEMACON**

Em evento ocorrido nos dias 23 a 25 de outubro de 1986, Joel Alves de Oliveira, presidente do Sindicato dos Marceneiros, foi eleito representante do Brasil na FLEMACON.

### **Greves dos Marceneiros na Campanha de 1987**

Foram necessários 4 dias de greve no mês de novembro: 5, 27, 28 e 29 para que os marceneiros tivessem um resultado satisfatório na campanha salarial de 1987. Entre outros pontos da pauta de reivindicações, o percentual garantiu tanto a inflação como um aumento real. Para as empresas com até 40 trabalhadores e salários de até 5 milhões (!) o índice era de 87,92% (69,3% da inflação mais 18,62% de aumento real) e para empresas acima de 40 operários o valor final foi um pouco menor.

No dia 05 de novembro, 10.300 marceneiros cruzaram os braços em 53 das principais empresas do setor. No mesmo dia paralisaram o trabalho também os metalúrgicos de São Paulo e de Guarulhos; químicos de São Paulo e do ABC; plástico e padeiros de São Paulo e comerciários do ABC.

### **Marceneiros levam cruzado de direita**

José Sarney, primeiro presidente civil desde 1964, eleito por via indireta como vice na chapa de Tancredo Neves, governa o Brasil entre 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990, empossado desde o início do mandato após a incrível morte do titular. Incrível, pois no mínimo soa muito estranho um homem público, que não estava doente, morrer poucos dias antes de assumir o cargo político mais importante de um país. Reforçando ainda mais o insólito e inverossímil ocorrido está o fato de ter

assumido o poder alguém que justamente apoiou a ditadura militar, tendo, durante os seus 21 anos, prosperado económica e politicamente.

Com a explosão da dívida externa durante a ditadura militar (em 1964 era 2,5 bilhões de dólares e em 1985, 105 bilhões de dólares), o general Figueiredo leva o Brasil ao FMI, quando o país se torna dele devedor. Tornar-se devedor do FMI significa, na prática, ser obrigado a seguir suas recomendações na política económica. Tais receitas estavam fundamentadas em diminuição do Estado na economia, arrocho salarial e diminuição do crédito. O pagamento dos juros e serviços da dívida externa aos bancos privados internacionais era garantido, mas o Estado passava a cortar gastos na medida em que se julgava que a crise económica era causada também pelas dívidas interna e externa serem excessivas. Além disso, os salários eram defasados em relação à inflação para exatamente se tentar diminuí-la com a redução da demanda. Nesse sentido, o crédito também era encolhido para desestimular ainda mais o consumo. Os salários igualmente eram vistos como vilões porque se julgava que os aumentos estavam acima da produtividade.

Por fim, a fraca transição política da ditadura para a democracia, nos anos 1980, foi, da mesma forma, complementada pela decepção na economia, para não dizer desastre completo: com os salários corroídos pela inflação o poder de compra diminuía, diminuindo este as empresas não vendiam, não vendendo as empresas demitiam, o que por sua vez fazia aumentar o desemprego retroalimentando a queda nas vendas e, portanto, criava-se um ciclo vicioso.

Foi precisamente esse cenário que levou às greves gerais de 12 de dezembro de 1986 e 20 de agosto de 1987.

A greve geral de 1986 protestava contra o Plano Cruzado (que congelou salários pela média dos 6 meses anteriores e os preços no “pico”<sup>74</sup>), bem como a defesa das empresas estatais e contra o pagamento da dívida externa. Contou com a adesão de 25 milhões de trabalhadores e manifestações em todo o país.

---

<sup>74</sup> Além disso, os trabalhadores e suas famílias foram penalizados pelo fim dos reajustes trimestrais e semestrais e a proibição de se negociar a reposição das perdas salariais.

Em 1986 os marceneiros deveriam ter recebido, ao menos, 37,13% de reajuste, mas com o Plano Cruzado obtiveram somente 19,7%. Motivos mais do que suficientes para participarem em peso das greves gerais de 1986 e 1987.

### **O papel dos marceneiros na Greve Geral de 1986**

Os marceneiros de São Paulo tiveram papel fundamental na organização da Greve Geral de 1986.

Conseguiu-se, enfim, após uma reunião realizada nas dependências do Sindicato dos Marceneiros entre a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) uma posição fechada em torno da Greve Geral do dia 12 de dezembro de 1986. Os marceneiros agiram como mediadores e interlocutores, possibilitando, assim, a costura de um acordo para a paralisação nacional.

### **A Greve Geral de 1987**

O Sindicato dos Marceneiros convoca para o dia 14 de agosto de 1987 uma assembleia geral para a discussão, principalmente, da organização da greve geral marcada para o dia 20 seguinte. Nesse mesmo dia, a CUT e a CGT se reúnem em Brasília para preparar a greve. Centenas de categorias, entre elas a dos marceneiros de São Paulo, participam do movimento em 126 cidades.

Segundo o boletim “O Pica Pau”, do dia 5 de agosto, as reivindicações eram:

- Contra o arrocho salarial;
- Pagamento do resíduo (inflacionário) já;
- Contra o desemprego;
- Pelas 40 horas semanais;
- Estabilidade no emprego;
- Pela Reforma Agrária;

- Não pagamento da Dívida Externa

Ambas as greves gerais (1986 e 1987) foram as maiores organizadas no país até a atualidade.

### III Congresso dos Marceneiros

Dentro do espírito de contestação e reivindicação da greve geral ocorrida em 1987, o III Congresso dos Marceneiros, de maneira semelhante aos dois ocorridos anteriormente, realizou-se na cidade de Mongaguá nos dias 25 a 27 de setembro de 1987. O evento dos marceneiros foi precedido por assembleias, gerais e por empresa, tanto para a discussão de temas como para a escolha de representantes dos trabalhadores na base. Nesse caso, a proporcionalidade entre número de trabalhadores na fábrica e número de delegados congressistas era:

| Número trabalhadores na fábrica | Número de delegados |
|---------------------------------|---------------------|
| Até 20                          | 1                   |
| De 21 a 100                     | 2                   |
| De 101 a 200                    | 4                   |
| De 201 a 400                    | 5                   |
| Mais de 400                     | 6                   |

A tabela abaixo sintetiza as exposições preparatórias que precederam o III Congresso dos Marceneiros:

| Data     | Horário | Local                      | Tema  | Debatedores              |
|----------|---------|----------------------------|---|--------------------------|
| 04/09/87 | 19h     | Subsede de Taboão da Serra | Organização sindical (histórico, o momento atual e as perspectivas) | Sindicalistas convidados |
| 05/09/87 | 9h      | Sede                       | Organização sindical (histórico, o momento atual e as perspectivas) | Sindicalistas convidados |

|          |     |                            |  |   |
|----------|-----|----------------------------|--|---|
| 11/09/87 | 19h | Subsede de Taboão da Serra | A Política Econômica e os Trabalhadores                    | Dieese  |
| 12/09/87 | 9h  | Sede                       | A Política Econômica e os Trabalhadores<br>A Luta pela Paz | Prof. Walter Barelli do Dieese<br>Dr. Fued Saad de Condepaz |
| 18/09/87 | 19h | Subsede de Taboão da Serra | Saúde e Condições de Trabalho                              | Diesat  |
| 19/09/87 | 09h | Sede                       | A Luta pela Moradia e Saúde e Condições de Trabalho        | Diesat  |

Em edição extra do jornal da categoria “O Pica Pau”, no mês de setembro, aborda-se integralmente o III Congresso a ser realizado. Na publicação de seis páginas, detalha-se o Regimento Interno e especialmente os objetivos do encontro, reproduzidos abaixo:

*1) Organização e fortalecimento da categoria*

- a) Organização sindical na empresa;
- b) Educação sindical e democracia operária;
- c) Condições de trabalho (desemprego, redução de jornada, saúde, segurança, estabilidade e previdência social);
- d) Campanha salarial

*2) Estrutura sindical*

- a) Liberdade e autonomia sindical;
- b) Organização intersindical (nacional e internacional);

*3) Conjuntura Política*

- a) Constituinte;
- b) Reforma Agrária;
- c) Dívida Externa;
- d) Política Econômica;
- e) Autodeterminação dos povos e luta pela paz

## **2º Encontro de Cipeiros**

Foi realizado no dia 16 de janeiro de 1988, na sede do Sindicato, o 2º Encontro de Cipeiros da categoria dos Marceneiros de São Paulo. Foram discutidos vários temas, entre eles: a morte lenta no trabalho; os cursos de CIPA; acidente de trabalho; como funciona a CIPA atualmente e como deve funcionar e a atuação da Comissão de Saúde da Categoria. Entre as principais resoluções do encontro estão as reivindicações por eleições secretas para os presidentes de CIPA e a obrigatoriedade da presença do Sindicato nas eleições.

## **Ato histórico no Sindicato**

Em 1º de fevereiro de 1988, realizou-se nas dependências do Sindicato dos Marceneiros, um dos eventos mais importantes já realizados naquele período pela entidade. Nele estiveram presentes as lideranças sindicais e políticas mais relevantes do Brasil na data em questão. Entre elas, o ex-governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro<sup>75</sup>; Joaquim dos Santos (o Joaquinzão) presidente da CGT e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1965 a 1986); Jair Meneguelli, presidente da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (1981 a 1987); vários dirigentes sindicais das mais diversas categorias e deputados federais, estaduais e vereadores pertencentes aos partidos progressistas e de esquerda: PMDB, PT, PCB e PC do B. Os objetivos do encontro eram quatro:

- Garantia dos direitos dos trabalhadores na nova Constituição Federal que estava sendo elaborada;
- Contra o arrocho salarial, a recessão e o desemprego;
- Pela Constituição Já e
- Eleições diretas para Presidente da República em 1988.

---

<sup>75</sup> Governador entre 1983 a 1987.

Outra defesa fundamental do ato foi o seu posicionamento contrário aos constituintes<sup>76</sup> conservadores, isto é, os que pertenciam aos partidos de direita: PFL, PTB, PDS e até alguns membros do PMDB e partidos menores. Era o chamado “Centrão”.

### **Formação Sindical para os marceneiros**

Nos dias 30 e 31 de julho de 1988 ofereceu curso para a formação de delegados sindicais. Na oportunidade foi discutido política salarial, sindicalismo entre outros assuntos.

### **Saúde também é formação sindical**

Criado em 1980 por um conjunto de entidades sindicais, o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat) promoveu, em 12 e 13 de agosto de 1987, seminário no Sindicato dos Marceneiros. O objetivo foi debater sobre a Leucopenia, doença que consiste na diminuição de glóbulos brancos no sangue causada pelo longo contato com colas, tintas e outros produtos muito usados pelos trabalhadores marceneiros.

### **Mais formação sindical**

Nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 1988 o Sindicato dos Marceneiros realizou mais um curso de formação sindical destinado aos trabalhadores da categoria.

---

<sup>76</sup> Deputados Federais e Senadores eleitos em 1986 e que acumulavam as funções de congressistas e constituintes.

## **A Campanha de 1988**

Algumas das principais reivindicações dos marceneiros no ano de 1988 eram as seguintes:

- Estabilidade durante a vigência da Convenção Coletiva com multa de 100% sobre o FGTS quando houver dispensa; 6 meses para o retorno da gestante; estabilidade para os jovens de 17 anos em fase de alistamento militar e aos trabalhadores acidentados;
- Reconhecer o dia de São José, 19 de março, como a data do trabalhador marceneiro;
- Piso salarial;
- Liberdade sindical;
- Redução da jornada de trabalho;
- Reajuste mensal;
- Piso profissional;
- 150% a mais para as horas-extras;
- Creche e
- Abono de férias de 100% do salário

## **A Constituição Cidadã de 1988**

Elaborada entre 01º de fevereiro de 1987 e 05 de outubro de 1988, durante o governo Sarney, a chamada Constituição Cidadã visava adaptar a sociedade brasileira a um cenário pós-ditadura. Até então, a Constituição em vigor era a de 1969, talvez a mais ditatorial da história do Brasil. Foi decretada, e não promulgada, sob os domínios do AI-5 (Ato Institucional número 5 de 13 de dezembro de 1968) e havia consolidado ainda mais o cenário de proibições, entre elas a famosa Lei de Segurança Nacional, que limitava quase de maneira absoluta qualquer ação coletiva ou pública e a Lei de Imprensa que, na prática, instalou a censura.

Nesse sentido, a Constituição Cidadã de 1988, além de estabelecer um espaço democrático, tornou lei direitos políticos e sociais extremamente avançados até para os dias atuais. O problema é que a maior parte de seus artigos ou ainda não foram regulamentados ou quando o foram, continuam não sendo cumpridos...

No entanto, os avanços obtidos foram e são significativos, principalmente quando comparamos com a quase total ausência de direitos sociais para o povo em toda a história do Brasil, salvo raros períodos, como as gestões varguistas e os poucos anos da administração de João Goulart.

Entre algumas das conquistas da Constituição de 1988, sublinhamos a criação do Sistema Único de Saúde (SUS); o voto facultativo para os jovens de 16 e 17 anos; a função social da propriedade privada urbana; a garantia de aposentadoria aos trabalhadores rurais, mesmo que não tenham contribuído para a previdência social; o fim da censura; a licença maternidade de 120 dias para as trabalhadoras e a licença paternidade de 5 dias; definição do racismo como crime inafiançável e imprescritível; a redução da jornada de trabalho de 48 horas para 44 horas semanais; turnos ininterruptos de até 6 horas; abono de férias; direito de greve; garantia contra a demissão arbitrária; garantia de emprego contra demissão arbitrária; eleição de um representante sindical em empresas a partir de 200 trabalhadores; não intervenção nos sindicatos; aviso-prévio proporcional; unicidade sindical; adicional de remuneração para trabalhos insalubres, perigosos ou penosos etc.

Entre as várias conquistas legais, mas não postas em prática até hoje, 27 anos depois de entrar em vigor, sublinhamos o artigo 7º quando trata sobre o salário mínimo. Segundo a atual Constituição Federal, o salário mínimo deve ser *“capaz de atender às suas necessidades vitais básicas (do trabalhador) e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”*. O Dieese mensalmente calcula quanto deveria ser o salário mínimo caso seu valor respeitasse a Constituição Federal. Em maio de 2014, o seu valor deveria ser de R\$ 3.079,31. Quer dizer, o atual salário mínimo de R\$ 724,00, apesar de ter sido valorizado como não o era há décadas: desde 2003 já teve 72% de aumento real; ainda está muito abaixo para cumprir a lei, ou seja, garantir as necessidades básicas ao trabalhador e sua família. Para isso, precisaria aumentar, imediatamente, R\$ 2.355,31 ou mais de 220%.

Logo, a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, bem como a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, foram os temas mais importantes nas discussões dos III e IV congressos dos marceneiros.

### **Greve Geral de 14 e 15 de março de 1989**

Pela reposição das perdas salariais; pelo congelamento real dos preços, pela Reforma Agrária e pelo não pagamento da Dívida Externa. Eram essas as reivindicações do movimento sindical que levou à realização da Greve Geral nos dias 14 e 15 de março de 1989. Com o amplo apoio dos marceneiros, em todo o país aproximadamente 35 milhões de trabalhadores cruzaram os braços. Em assembleia do dia 18 de fevereiro de 1989 os marceneiros decidiram aderir ao movimento.

### **Mais de 1000 marceneiros em assembleia**

Em 11 de abril de 1989, mais de 1000 trabalhadores marceneiros se reuniram em assembleia e decidiram entrar em greve geral da categoria. O motivo era o descumprimento de dissídio coletivo. A FIESP rompeu o acordo legitimado pela justiça e com isso não reajustou os salários de acordo com o índice determinado: 45,75%.

### **36 empresas paradas**

A greve geral da categoria, referida acima, paralisou a produção em ao menos 36 empresas da base territorial. Mais de três mil trabalhadores cruzaram os braços até que os empresários voltassem atrás e resolvessem cumprir o acordo firmado.

Algumas das empresas em greve eram:

| <b>Empresa</b>  | <b>Quantidade de trabalhadores</b> |
|-----------------|------------------------------------|
| Anselmo Cerello | 180                                |
| Casa Albano     | 250                                |
| Colchões Epeda  | 250                                |
| Escriba         | 300                                |
| L'Atelier       | 350                                |
| Mobilínea       | 250                                |

### **O IV Congresso**

Com um dia a mais em relação aos três congressos anteriores, o IV Congresso aconteceu do dia 07 a 10 de setembro de 1989 na cidade de Mongaguá, tendo tido sua abertura na noite do dia 06. Entre as marcas do encontro sublinhamos o forte sentimento de união da categoria e a participação da delegação internacional. Estiveram presentes oito sindicalistas de outros países: dois da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), dois da Itália, Egito, Uruguai, Paraguai e Colômbia; além dos vários apoios estrangeiros manifestados por escrito: Bulgária, Inglaterra, Austrália e Suíça. Na sessão de abertura participaram também políticos e representantes de mais de 30 sindicatos do interior do Estado de São Paulo.

Números para a eleição de congressistas, por fábrica e sobre os presentes no evento:

| <b>Número de trabalhadores na fábrica</b> | <b>Número de delegados</b> |
|---|----------------------------|
| Até 20                                    | 1                          |
| De 21 a 50                                | 1                          |
| De 51 a 100                               | 2                          |
| De 101 a 150                              | 3                          |
| De 151 a 200                              | 4                          |
| De 201 a 400                              | 5                          |
| Mais de 400                               | 6                          |

| <b>Participantes</b>  | <b>Quantidade</b> |
|-----------------------|-------------------|
| Delegados             | 219               |
| Sindicatos nacionais  | 31                |
| Delegação estrangeira | 8                 |
| Interpretes           | 4                 |
| Assessores            | 12                |
| <b>Total</b>          | <b>274</b>        |

Temas debatidos, segundo boletim especial do “O Pica Pau”, publicado em setembro de 1989:

#### 1. Conjuntura Nacional

- a. Política Econômica e Salarial;
- b. Dívida Externa: pagar o que? Pagar por quê?
- c. Condições de vida e emprego;
- d. Reforma Agrária;
- e. Reforma Urbana;
- f. Eleições presidenciais e
- g. A paz e o direito dos povos à soberania

#### 2. Ação e Organização Sindical

- a. Organização na empresa é base do sindicato forte e de luta;
- b. Unidade do movimento sindical nacional;
- c. Unidade do movimento sindical em nível internacional;
- d. Democratização dos Estatutos dos sindicatos e
- e. Educação sindical

#### 3. Negociação Coletiva

- a. Campanha salarial e
- b. Direito de Greve

#### 4. Condições de Trabalho

- a. Saúde e Segurança;

- b. Novas tecnologias;
- c. Valorização profissional;

## 5. Previdência Social

## 6. Preservação das Florestas

- a. Exploração racional da madeira e não exportação da madeira bruta;

Algumas das resoluções mais importantes:

- Lutar para garantir a aplicação dos direitos sociais aprovados na Constituinte;
- Melhorar a distribuição de renda por meio da recuperação real dos salários;
- Não ao pagamento da dívida externa do Brasil e realização de uma auditoria;
- Pelo financiamento e construção de casas populares;
- Acesso à moradia por um preço compatível com a renda do trabalhador;
- Pelo transporte gratuito aos trabalhadores;
- Pelo fim da impunidade contra os criminosos e mandantes da violência no campo;
- Nas eleições presidenciais diretas de 1989, depois de 29 anos, apoiar candidatos comprometidos com os trabalhadores e denunciar os candidatos da direita, especialmente Collor de Melo;
- Formar delegados sindicais por meio de cursos, seminários e boletins;
- Fortalecer as organizações sindicais no local de trabalho, ou seja, representações sindicais nas empresas;
- Filiação a uma central sindical;
- Apoiar a formação da Escola Profissional do Sindicato e
- Resgatar a história das lutas da categoria e divulgar no boletim “O Pica Pau”

## CAPÍTULO 5 - OS ANOS 1990

### PRIVATIZAÇÃO, ENDIVIDAMENTO, DESEMPREGO e REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

*“O fracasso do neoliberalismo e a criação de riqueza financeira fictícia,  
com a multiplicação por três ou quatro vezes dos ganhos dos rentistas,  
tudo isso deu um bumerangue.  
Acho que o discurso neoliberal está morto”*

Luiz Carlos Bresser Pereira, economista e ex-ministro,  
Revista Carta Capital, 2010

## Neoliberalismo ou Neodesenvolvimentismo?

*Neoliberalismo* e *Neodesenvolvimentismo* são as duas formas atuais do capitalismo se manifestar. A primeira é a sua versão mais *selvagem* e a segunda, a opção mais *amena* ou *humana*.

*Neoliberalismo* é a junção de duas palavras: *neo* e *liberalismo*. *Neo* significa *novo* e *liberalismo* foi, historicamente, uma das primeiras maneiras de expressão do capitalismo. Quer dizer, a primeira Revolução Industrial, que aconteceu por volta de 1760 na Inglaterra, foi apoiada por um conjunto de ideias chamadas *liberais*, daí *liberalismo*. Tais ideias afirmavam que o Estado deveria intervir o mínimo possível na sociedade, cuidando apenas do que fosse essencial, por exemplo, a segurança, a saúde e a educação. Todo o restante, todas as outras necessidades humanas, segundo o *liberalismo*, somente poderiam ser atendidas, da melhor maneira, por meio do *mercado*, isto é, pelos capitalistas. Eles venderiam todos os bens e serviços a quem deles os necessitasse. A sociedade funcionaria bem na medida em que fosse regulada pela *lei da oferta e da procura*. O que não é verdade na medida em que, ao menos, mais de 30% da população mundial (1,5 bilhão de pessoas) sofre com a pobreza, desses, 12% têm crise de fome crônica, ou seja, 842 milhões.

O principal criador do *liberalismo* foi o economista e filósofo inglês Adam Smith (1723-1790) que, especialmente em seu livro *A Riqueza das Nações*, escreveu sobre o que chamou de *a mão invisível*. *A mão invisível* seria o *mercado*, quer dizer, a ação do mercado: a relação entre a oferta e a procura. É como se fosse uma *mão invisível* que cuidaria de organizar a sociedade, diferentemente da “*mão visível*”, ou seja, do *Estado*, que do ponto de vista *liberal*, prejudica a sociedade impedindo que ela possa funcionar “livre” e “corretamente”.

Desde então, o pensamento liberal é o conjunto de ideias que dá suporte ao capitalismo.

Por volta dos anos 1970/1980 o liberalismo foi, digamos, “atualizado”. Nesse período os Estados Unidos, governado por *Ronald Reagan* e a Inglaterra por *Margareth Thatcher*, tomaram para si essa responsabilidade. Desde a mencionada Revolução Industrial e até então, o capitalismo era dominado por sua face industrial, eram os

capitalistas industriais que representavam a vanguarda capitalista. Entretanto, no início da década de 1970, o capital financeiro passou a conseguir acumular, a obter maiores lucros que o capital industrial. *Reagan* e *Thatcher* foram incumbidos de criar um cenário jurídico em seus países onde o capitalismo financeiro pudesse atuar livremente. Assim, eliminaram a maior parte das leis que regulavam e limitavam a atuação do capitalismo financeiro, permitindo, na prática, que pudessem fazer o que bem entendessem. Essa nova forma de capitalismo dominante, o capitalismo financeiro, chama-se *neoliberalismo*. Acrescenta-se ainda que nesse *novo liberalismo (neoliberalismo)* o Estado deve intervir ainda menos na sociedade do que lhe era permitido no *liberalismo*. Mesmo as atividades essenciais: segurança, saúde, educação etc deveriam ficar sob a responsabilidade do mercado, dos capitalistas...Isso se espalhou para todo o mundo. Alguns países adotaram mais a política *neoliberal* e outros menos.

Por exemplo, no Brasil, durante a década de 1990, com os governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso, o país foi dominado por uma política *neoliberal*. Entre os indicadores desse plano foi o monumental e, proporcionalmente lesivo, plano de privatização. O governo federal, nessa fase, vendeu empresas estatais por valores muito menores do que valiam e, ainda, antes disso, em muitos casos, antes de vender, investiam nas empresas, pagavam suas dívidas e até, por meio do BNDES, emprestavam dinheiro para os compradores. Foi um excelente negócio, não para o Estado Brasileiro e para o povo, mas sim para os grupos capitalistas que, dessa maneira bastante generosa, compraram (ou ganharam...) as estatais. O neoliberalismo no Brasil também significou diminuição dos salários, diminuição de empregos e pouquíssima atenção às políticas públicas, tanto no campo da assistência social como da saúde e da educação. Por exemplo, nesse último caso, o governo do acadêmico e intelectual Fernando Henrique Cardoso criou somente uma universidade federal e o fez porque, na verdade, foi obrigado na medida em que se criou um novo Estado no Brasil: Tocantins.

No dia 04 de abril de 2011, o diretor do FMI, Dominique Strauss-Khan, em discurso na Universidade de Washington, admitiu o fracasso da receita defendida pelo FMI e pelo Banco Mundial nos anos 1990 “já é passado” (...) “tudo caiu com a crise” (de 2008).

Em 2008/2009 os governos das potências e dos EUA despejaram trilhões de dólares para salvar a economia da catástrofe. Os efeitos negativos, principalmente para os países que seguiram o receituário do FMI, ainda são graves nos Estados Unidos e nos países da Europa Ocidental, como o alto desemprego, as imensas dívidas públicas e cancelamento de programas sociais. No mesmo dia, 04 de maio, o governo dos Estados Unidos anunciou que no dia 16 de maio iria atingir o limite de sua dívida pública: 14,29 trilhões de dólares. Recordamos que o PIB dos Estados Unidos é de 14,6 trilhões.

Resumidamente, o legado no neoliberalismo na década de 1990 foi a conquista de lucros estratosféricos obtidos pelas grandes empresas transnacionais, especialmente os bancos. A ganância desmedida, por sua vez, criou uma enorme crise global financeira (2008), não solucionada até hoje<sup>77</sup>. Com o objetivo de impedir a falência de todo o sistema capitalista mundial, os governos dos países centrais utilizaram bilhões de dólares, fruto de impostos pagos pelo povo, para evitar tal catástrofe. Em outras palavras: quem ganhou antes e depois da crise, foram pouquíssimos supercapitalistas, quem perdeu, e continua perdendo, antes e principalmente depois da crise, são os trabalhadores e o povo em geral. Como os governos privilegiaram o suporte financeiro às grandes multinacionais, faltaram recursos para educação, saúde, criação de empregos e demais políticas públicas de interesse realmente social.

Felizmente há uma proposta contrária ao *neoliberalismo*, ao *Estado Mínimo*, é o chamado *neodesenvolvimentismo*. Nele, por óbvio, o capitalismo não é eliminado, mas há a preocupação em não deixar que atue livremente, porque se assim for, causará, como sabemos, ilhas de imensa riqueza em enormes oceanos de pobreza e miséria. Logo, a proposta *neodesenvolvimentista* entende que o Estado tem sim de intervir na economia, principalmente criando infraestrutura e cuidando de setores essenciais, como a produção de energia. Além disso, cabe ao Estado também prover serviços essenciais de maneira gratuita, com qualidade e que possa ser acessada por todos. Portanto, o *neodesenvolvimentismo* é uma forma de domesticar a ganância capitalista, tentando possibilitar condições sociais dignas e decentes para o povo.

---

<sup>77</sup> Ver item “O que é a crise de 2008?” no presente texto.

## Mudanças no mundo do trabalho

Nos anos 1990, em um ambiente de abertura econômica sem regras, a Reestruturação Produtiva criou novas formas de contratação, além da tradicional. Foram normatizados o trabalho temporário; trabalho por tempo determinado; banco de horas; muitas empresas criaram o trabalho por “células” onde o operário, ganhando o mesmo salário ou até menos, faz o trabalho de outros três ou quatro. Houve uma precarização generalizada das formas de contratação (leia-se super ou hiperexploração) em um mercado de trabalho já dominado pela informalização.

Mesmo para os trabalhadores formais, a falta de um *Estado de Bem-Estar Social* no Brasil (políticas públicas de qualidade para toda a população) levou a uma situação social bastante grave em nosso país na medida em que se perdia o emprego e não havia uma estrutura, por parte do Estado Brasileiro, que oferecesse um suporte social enquanto o trabalhador estivesse desempregado.

Ainda na década de 1990, intensifica-se, além da gestão do trabalho, o desenvolvimento tecnológico da produção industrial. As consequências foram o fechamento de fábricas, deslocamento de empresas para outras regiões, demissões em massa e desemprego crescente. Não havia política industrial: o Brasil, sendo assim, passou por um intenso processo de desindustrialização e desnacionalização de sua manufatura. Por exemplo, a indústria de eletroeletrônicos (TVs, computadores etc) foi completamente destruída. Hoje, como sabemos, são os chineses que fazem tudo.

Lamentavelmente, o governo federal brasileiro, apesar de controlar o terceiro maior banco de desenvolvimento do mundo, o BNDES, não cria grandes empresas estatais, ou ao menos mistas. O melhor exemplo é a Petrobrás: uma das maiores e mais eficientes transnacionais do mundo. Por que não tê-la como referência? Por que não temos uma poderosa indústria no setor de eletroeletrônicos? Por que os chineses conseguiram, superando os Estados Unidos e o Japão, e nós não? Por que não temos

uma montadora (mista)? Por que os chineses conseguem e nós não? A queda da indústria brasileira representou um enorme impacto negativo aos trabalhadores.

### **Efeito Collor no setor da madeira**

A abertura repentina e irresponsável do mercado nacional colocada em prática por Collor, dentro da proposta neoliberal, causou impacto bastante negativo no setor de móveis, em especial os de escritório.

Os bons resultados de 1989 não foram repetidos em 1990, quando nos primeiros sete meses desse ano as vendas de móveis caíram 7,8%, obrigando as empresas a trabalharem com até 40% de ociosidade. O setor mais afetado foi o de mobiliário industrial e de escritório, em razão do adiamento dos investimentos industriais. O caminho encontrado pelos empresários foi a busca de novos produtos e novas tecnologias.

O setor de madeira compensada também foi penalizado. Em 1989 foi produzido 1,8 milhão de metros cúbicos (67% pela indústria mobiliária e 33% pela construção civil), cuja redução para 1990 atingiu 40%. Os números somente não foram piores por conta das exportações que aumentaram em relação a 1989, no entanto, as exportações de madeira (serrada, compensada e laminada) diminuíram de 420 milhões de dólares para menos de 300 milhões de dólares no biênio 1989/1990.

Os empresários não hesitaram em demitir.

### **Campanha Salarial de 1990: 108 itens!**

Entre os 108 itens reivindicados pela categoria, destacamos:

- Aumento salarial;
- Pagamento da defasagem desde março;
- Reajuste mensal;
- Piso profissional;

- Cesta básica gratuita;
- Vale transporte gratuito;
- Delegado sindical;
- Estabilidade no emprego;
- Automação: não dispensa de empregados e informação ao Sindicato com 12 meses de antecedência da implantação da automação. Essa cláusula é fundamental na medida em que uma das características dos anos 1990 foi o salto tecnológico. Esse deve ser dado para o aumento da produtividade, mas sem dispensa de trabalhadores;
- Fim das horas extras ou pagamento de 150% de acréscimo;
- Fim da dupla função;
- Fim da locação da mão de obra, empregados temporários e autônomos. Outra característica da Reestruturação Produtiva dos anos 1990 foi a flexibilização da força de trabalho, quer dizer, sua precarização, entre outros instrumentos, por meio da terceirização;
- Estabilidade para os empregados acidentados (definitivamente);
- Formação da comissão de saúde com estabilidade;
- Função igual, salário igual, independe de sexo, cor e raça;
- Livre entrada do Sindicato nas empresas;
- Licença ao associado do Sindicato para frequentar cursos.

Até novembro de 1990 as perdas salariais da categoria, que era formada por 35 mil trabalhadores, chegavam a mais de 400% (413,77%)!

### **Eleições sindicais**

Nos dias 25, 26 e 27 de abril de 1990 ocorreram novas eleições para o comando do Sindicato. Na chapa 1 propunha-se a continuidade de Joel Alves de Oliveira na presidência da entidade. Ao total eram 57 companheiros, sendo 22 veteranos e os 35

restantes para primeiro mandato. Entre eles, Antônio Lopes de Carvalho que foi eleito vice-presidente e em 1994 se tornaria presidente.

### **Greve diante a proposta ridícula dos patrões!**

A crise dos anos 1990 teve como causa dois motivos fundamentais:

- As medidas recessivas e irresponsáveis do governo Collor, entre elas a abertura escancarada da economia brasileira à concorrência internacional, sem que antes houvesse o devido e necessário desenvolvimento da indústria nacional;
- A incompetência dos patrões em oferecer produtos de melhor qualidade, por meio de tecnologias avançadas;

Ambos os setores, governo e patrões, desejavam enviar a conta de suas desastrosas ações para os trabalhadores marceneiros. Estes, ao número de 800, reunidos em assembleia no dia 28 de novembro de 1990 resolveram pela greve geral da categoria. 35 mil trabalhadores, espalhados em 13 cidades, entre elas a capital São Paulo, lutariam por seus direitos. Os patrões ofereceram 160% e menos ainda para o setor de junco e vime: 130%. A proposta não cobria, nem de longe, ao menos as perdas com a inflação: 413,77%, conforme acima.

A greve, segundo avaliação da direção do Sindicato, foi vitoriosa. Conseguiu-se elevar a proposta dos patrões de 160% para 226%, além de garantir a negociação sobre a recomposição trimestral das perdas ainda existentes. O índice também foi considerado positivo em relação o que outras categorias obtiveram. Por exemplo, metalúrgicos, têxteis, gráficos, padeiros, plásticos e químicos ficaram com 180% e os trabalhadores no setor de laticínios, 203%.

## **Greve de advertência**

Em 09 de julho de 1991 os marceneiros realizaram greve geral de advertência na categoria para mostrar aos patrões que estavam dispostos a continuar lutando por uma antecipação para aquele ano, período de inflação astronômica. Somente após a paralisação os empresários resolveram oferecer 17% para setembro e 12% em outubro. A ação do trabalhador também serviu para esquentar a organização do que seria a campanha salarial de 1991.

## **V Congresso dos marceneiros: “Não dá mais pra segurar”**

Do dia 10 a 13 de outubro de 1991 foi realizado na cidade de Mongaguá, o V Congresso da categoria. O local foi a colônia de férias da FETICOM-SP.

Participaram das atividades aproximadamente 400 companheiros e companheiras, entre a diretoria executiva, o conselho consultivo e fiscal do Sindicato; convidados (entre eles a delegação estrangeira); aposentados da categoria e especialmente trabalhadores eleitos em assembleias para representar toda a base. Nesse caso foram 202 delegados.

## Resultados do IV Congresso

Realizado em 1989, o IV Congresso, como todos os outros, decidiu por uma série de encaminhamentos. Pela primeira vez em sua história, o Sindicato dos Marceneiros, anteriormente à realização do V congresso, resolveu tornar publico todas as decisões tomadas no IV encontro, tanto as que foram cumpridas como as que ainda não o haviam sido concretizadas até então. Abaixo destacamos alguns dos pontos que foram realizados:

- Curso sobre sindicalismo;
- Produção e divulgação de cartilha sobre moradia;

- Abaixo-assinado para a construção de moradias a preços populares;
- Defesa do fim da contribuição sindical e do Imposto Sindical;
- Ampliação da organização no local de trabalho;
- Início da discussão sobre construção da Escola de Aperfeiçoamento Profissional;
- Salário integral ao acidentado, afastado por mais de 15 dias;
- Reestruturação da gestão colegiada na Previdência;
- Aposentadoria da mulher aos 55 anos;
- Apoio à Reforma Agrária;
- Apoio a um candidato de esquerda à presidência da República;

Entre o que não foi realizado se destaca a não filiação do sindicato a uma central sindical, sendo o motivo principal a necessidade de se preservar o Dieese com a manutenção do Sindicato independente. Entretanto, devido às mudanças no cenário sindical nacional, a direção do Sindicato dos Marceneiros preferiu consultar os trabalhadores no V Congresso sobre o tema.

Outro encaminhamento ainda não realizado até então foi o aperfeiçoamento profissional da categoria. Sua não realização se deu por conta da falta de recursos financeiros por parte do Sindicato e pela indiferença patronal nesse sentido. Os empresários pareciam desconsiderar o fato de que o desenvolvimento tecnológico e a qualificação profissional dos trabalhadores são medidas fundamentais não só para a manutenção do emprego e da renda dos trabalhadores, mas igualmente para a própria continuidade da existência da empresa e de seus lucros. Empresários produzindo e vendendo e trabalhadores, com salários decentes, comprando e consumindo para uma vida decente para si e respectivas famílias são mecanismos que permitem o funcionamento da economia e da sociedade em geral. O atraso tecnológico e a baixa qualificação profissional cria um cenário ruim, abrindo espaço para a desindustrialização nacional e o aumento ainda maior da presença de empresas multinacionais no território brasileiro, o que gerará emprego e renda fora do Brasil, além das remessas de lucros para as matrizes das empresas estrangeiras.

Os temas debatidos no V Congresso foram:

1) Conjuntura Nacional e Internacional

- 1.1) A política neoliberal e as consequências para os trabalhadores
- 1.2) A política econômica e salarial
- 1.3) Recessão, desemprego, condições de vida e moradia
- 1.4) As consequências das mudanças no leste europeu para o movimento sindical mundial

2) Movimento Sindical

- 2.1) A nova estrutura sindical
- 2.2) Organização sindical
- 2.3) Livre negociação
- 2.4) Formas de manutenção do sindicato
- 2.5) Educação sindical
- 2.6) Sindicalização
- 2.7) Centrais sindicais

3) Campanha Salarial

- 3.1) Mobilização da categoria
- 3.2) Nossas reivindicações: pontos principais

4) Previdência Social

- 4.1) Nova legislação
- 4.2) Aposentadoria
- 4.3) Benefícios
- 4.4) Privatização da previdência

5) Novas tecnologias

- 5.1) Automação na indústria moveleira
- 5.2) Matérias-primas

6) Condições de trabalho nas empresas

Algumas das resoluções do V Congresso:

- Não à política neoliberal do governo Collor;

- Não à privatização das estatais;
- Pela Reforma Agrária;
- Política salarial justa e índices do Dieese;
- Não à recessão e ao desemprego;
- Manutenção do ideal socialista, mas não segundo os moldes do Leste Europeu;
- Pelo fim do Imposto Sindical;
- Pela implantação das Comissões de Fábrica;
- Educação sindical para toda a categoria;
- Promoção de ampla sindicalização;
- Garantia de emprego e reenquadramento de funcionário em caso de automação nas empresas

### **Campanha Salarial de 1991**

Principais reivindicações:

- Reposição das perdas pelo índice de preços do Dieese;
- Aumento real;
- Piso profissional (2 mínimos do Dieese);
- Piso salarial (1 mínimo do Dieese);
- Estabilidade no emprego;
- Redução da jornada de trabalho;
- Construção de casas populares para os empregados;
- Reajuste mensal pelo índice do Dieese;
- Cesta básica;
- Convênio médico gratuito;
- Unificação e antecipação das datas-base para novembro

## **Greve Geral dos marceneiros**

Mais uma vez, os trabalhadores, diante às propostas ridículas dos empresários, foram obrigados a cruzar os braços para conquistar ao menos o mínimo:

- Inflação integral;
- 10% de aumento real;
- Piso de Cr\$ 158.310,00;
- Cesta básica para todos e
- Estabilidade de 120 dias

Os trabalhadores marceneiros iniciaram greve geral da categoria no dia 27 de novembro de 1991. Somente no primeiro dia, a paralisação atingiu 10 mil trabalhadores da base.

## **Greve conquista**

Depois de muita luta, os trabalhadores conquistaram, além da inflação de 451,90% de dezembro de 1990 a novembro de 1991, mais 7% de aumento real, ou seja, ao total, 490,54% a ser aplicado sobre dezembro de 1990. Ou 91,38% sobre o salário de novembro de 1991. Ainda os trabalhadores arrancaram dos patrões mais 10% de antecipação salarial para janeiro de 1991 e 30 dias de estabilidade para todos a partir de dezembro de 1990.

## **Alguns casos de empresários gatunos**

- Com um mês de atraso no pagamento dos salários de 42 trabalhadores, Silvio Mazzafiore, proprietário da empresa que leva seu sobrenome, localizada no bairro do Ipiranga, em São Paulo, desaparece. Ainda, no dia 13 de janeiro de 1992, o empresário tentou retirar as máquinas da empresa, mas foi impedido

pelos trabalhadores, tendo sido o caso levado para a 6ª Delegacia de Polícia do Cambuci. Além desse vexame, a empresa também mantinha trabalhadores sem registro e vale transporte.

- A empresa Tavolino foi despejada e os trabalhadores e Sindicato não sabiam para onde foram levados equipamentos e máquinas, retirados pelo empresário e com proteção da polícia.
- A fábrica Altema Instalações e Comércio, no Cambuci, pediu concordata e dispensou seus 15 trabalhadores. O Sindicato, nesse caso e com a ajuda dos trabalhadores, conseguiu fazer levantamento dos bens da empresa para que servissem como garantia de pagamento aos trabalhadores.

Somente no mês de janeiro de 1992 o Sindicato recebeu mais de 500 reclamações trabalhistas referentes ao não pagamento de salários. No Brasil, em muitos casos, ser empresário parecia ter virado sinônimo de gatunagem.

### **Marceneiros com “salários milionários”, verdadeiros “marajás”!**

Na primeira metade dos anos 1990 a inflação atingia patamares com percentuais anuais acima de mil! O quadro abaixo detalha os índices até a implantação do Plano Real iniciado oficialmente em 30 de julho de 1994.

| <b>Ano</b> | <b>Inflação anual em %</b> |
|------------|----------------------------|
| 1990       | 1.476,56                   |
| 1991       | 480                        |
| 1992       | 1.158                      |
| 1993       | 2.780,6%                   |
| 1994       | 1.093,8                    |

Sendo assim, os percentuais de reajuste sobre os salários elevaram os números sobre os valores dos mesmos a superarem a casa dos milhões.

Em 1992, por exemplo, o Sindicato dos Marceneiros fecha acordo com os patrões dos setores de serraria, carpintaria, junco, vime e vassouras com o índice de 119,56% sobre os salários de abril daquele ano para os trabalhadores que recebiam até Cr\$ 2.300.000,00: dois milhões e trezentos mil cruzeiros!

### **Encontro de Cipeiros**

Em 15 de agosto de 1992 a direção do Sindicato dos Marceneiros realiza encontro para discutir as questões de Saúde e Segurança no Trabalho junto à categoria, em especial com lideranças da base e cipeiros, os quais depois multiplicariam as discussões em cada local de trabalho. Nessa oportunidade, temas políticos e econômicos também foram abordados:

- 1) CIPA e condições de trabalho
- 2) Desemprego e arrocho salarial
- 3) Eleições municipais de 1992

### **Eleição na ACIL**

Em 22 de setembro de 1992 ocorreram eleições na empresa Acil para que os trabalhadores escolhessem seus representantes locais. Entre os candidatos abaixo, dois foram selecionados:

| <b>Nome</b>           | <b>Apelido</b> | <b>Seção</b>   |
|-----------------------|----------------|----------------|
| Antônio Gomes Pereira | Toninho        | Arcos e Arames |
| Edmiro Dias de Castro | Jô Castra      | Estamparia     |
| Expedito da Silva     | Biro Biro      | Tubolar        |

|                        |                    |               |
|------------------------|--------------------|---------------|
| Osvaldo Vacari Cruz    | Batista            | Ferramentaria |
| Paulo Roberto da Silva | Araponga           | Estamparia    |
| Sérgio Sales Bueno     | Barriga de Aluguel | Estamparia    |

### **Homenagem a funcionário do Sindicato desde 1961**

Em 28 de setembro de 1992, o Sindicato dos Marceneiros prestou homenagem ao seu mais antigo funcionário que, naquele momento, completava 31 anos de casa e também se preparava para iniciar sua aposentadoria. Era o companheiro Salvador Hernandes dos Santos, o Lico.

Iniciou sua carreira, ainda garoto, no Sindicato em 1961 quando a sede ainda era na Praça da Sé, tendo, portanto, passado pela Florêncio de Abreu até o prédio atual.

Reconhecidamente, segundo trabalhadores da categoria, a diretoria executiva e seus próprios colegas de trabalho, se destacou pela cordialidade, humanismo, boa educação e equilíbrio, qualidades essenciais principalmente nos momentos de crise frequentemente enfrentados pelo Sindicato.

### **Campanha Salarial de 1992**

Depois de ameaça de greve geral da categoria a partir de 25 de novembro; distribuição de milhares de boletins; realização de três assembleias; 10 reuniões regionais; dois encontros entre diretores, delegados e cipeiros; quatro reuniões de diretoria e quase 50 horas de negociações com os patrões; os trabalhadores aprovaram, em assembleia do dia 24 de novembro, acordo para a categoria.

Conquistas:

- Inflação integral dos últimos 12 meses para todas as faixas salariais: 1.229,16% sobre o salário de dezembro de 1991 (setor de marcenaria), sendo 6% de aumento real e 1.153,92% referente à inflação;

- Reajuste mensal: 70% da inflação mensal a partir de janeiro de 1993;
- Piso salarial: Cr\$ 1.826.000,00;
- Auxílio refeição: Cr\$ 40.000,00 para setor de serrarias e Cr\$ 35.000,00 para demais setores;
- Complementação do auxílio previdenciário até 90 dias;
- Comemoração do dia de São José: 19 de março e
- Auxílio creche de Cr\$ 465.206,00

### **A queda de Collor**

Tendo sido impulsionado, também, pelos sindicatos em todo o Brasil, o Sindicato dos Marceneiros apoiou e estimulou a saída de Collor do poder, presidente que, em dois anos, somente arrochou ainda mais o salário dos trabalhadores, possibilitou o aumento ainda maior da inflação, além de confiscar as poupanças de dezenas de milhões de cidadãos que levaram décadas para guardarem algum dinheiro. Sua saída se concretizou em 29 de dezembro de 1992 e teve ainda os direitos cassados até 2000. Em 2007 é eleito senador pelo Estado de Alagoas, mandato que exerce até a atualidade.

### **Eleições municipais em 03 de outubro de 1992**

Na cidade de São Paulo a eleição para a escolha do prefeito foi para o 2º turno, decidida no dia 15 de novembro, entre Paulo Maluf e Eduardo Suplicy. Como sabemos, infelizmente venceu Maluf que depois conseguiu eleger seu candidato, Celso Pitta. O Sindicato dos Marceneiros no boletim “O Pica Pau”, de setembro de 1992, apoia o impedimento de Collor e o voto em candidatos trabalhadores para as eleições municipais daquele ano, entre eles Devanir Ribeiro do PT e Vital Nolasco, do PC do B; além de posicionar-se contra a anulação do voto.

## **A morte de Pedro Huilca**

Perseguido pelo então ditador Alberto Fujimori, o sindicalista Pedro Huilca, em 18 de dezembro de 1992, foi brutalmente assassinado na porta de sua casa, no Peru. Huilca possuía vários laços de amizade com o sindicalismo brasileiro, inclusive com o Sindicato dos Marceneiros.

Em 1990 havia sido eleito Secretário-Geral da Confederação Geral de Trabalhadores do Peru, depois Secretário-Geral da FLEMACON e em 1992 vice-presidente da FSM.

Sua última visita ao Brasil ocorreu em 1991 no 5º Congresso da FLEMACON realizado em São Paulo.

## **Encontro estadual**

Nos dias 18 a 20 de março de 1993, a FETICOM-SP realizou um encontro geral, o segundo de sua história, para discutir temas de interesse dos trabalhadores. Entre os debates, estava a proposta de unificação da data-base para todos os trabalhadores do setor no Estado de São Paulo, o que seria vital para o fortalecimento das lutas em geral, inclusive as campanhas salariais unificadas. O Sindicato dos Marceneiros enviou para o encontro uma delegação de cinco companheiros.

Ainda nesse encontro outro destaque foi a questão da Saúde e Segurança Ocupacional. Na oportunidade, a Fundacentro<sup>78</sup> apresentou uma tecnologia cuja função era paralisar a máquina toda vez que a mão do trabalhador se aproximasse do ferro cortante.

Por fim, decidiu-se que os trabalhadores do setor deveriam aceitar o convite do governo federal e participar da Câmara Setorial onde seriam discutidas ideias com o objetivo principal de desenvolver a indústria nacional na área. O representante escolhido foi o presidente do Sindicato dos Marceneiros, Joel Alves de Oliveira.

---

<sup>78</sup> Criado em 1966 é uma instituição ligada ao Ministério do Trabalho e que cuida especificamente da realização de estudos, pesquisas e propostas para melhorar a saúde e segurança do trabalhador no Brasil.

## **FETICOM-SP completa 50 anos**

Fundada em 1943 por oito sindicatos, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de São Paulo completou, em 1993, seu cinquentenário. As comemorações ocorreram nos dias 23 a 25 de abril nas dependências da colônia de férias da entidade, na cidade de Mongaguá, quando foram realizadas atividades esportivas, concursos entre outros eventos junto aos trabalhadores do setor de todo o Estado de São Paulo.

## **Monarquia, República, Presidencialismo ou Parlamentarismo?**

Em 21 de abril de 1993 realizou-se no Brasil um plebiscito onde o povo foi consultado sobre a forma e sistema de governo do país. Como se sabe, a forma vitoriosa foi a República (66%) dos votos e o sistema o Presidencialista com 55%.

Conscientes da importância dessa escolha, o Sindicato dos Marceneiros organizou um conjunto de debates e palestras nos dias 26 e 27 de março daquele ano para contribuir na discussão e conscientização do tema junto aos trabalhadores.

## **Educação sindical**

Nos dias 30 de abril e 01º, 22 e 28 de maio de 1993, o Sindicato dos Marceneiros realizou uma série de cursos destinados a toda a categoria, além dos diretores, delegados sindicais e cipeiros. Os temas abordados foram as reformas nas leis trabalhistas, economia, política, salários e história do movimento sindical. Novamente os marceneiros mostraram o interesse pela educação sindical como elemento fundamental para fortalecer a luta.

## Reajuste mensal

Os altíssimos índices inflacionários na primeira metade dos anos 1990 corroíam diariamente os salários. Conforme tabela exposta anteriormente<sup>79</sup>, ao final do ano de 1993, a inflação atingiu o patamar mais alto já visto na história do Brasil: 2.780,6%!

Foi, de longe, a inflação mais alta do planeta naquele ano de 1993, na verdade, era uma hiperinflação. A segunda maior havia sido a da Rússia: 840,02%. O índice mensal de inflação ficou entre 30% a quase 40% (38,51% em dezembro de 1993). Isso significa quase 2% ao dia! Era, portanto, uma situação insustentável!

Diante o caos, o Sindicato dos Marceneiros passou a reivindicar não somente o que já havia sido conquistado em 1992: uma reposição de 70% da inflação, mas sim a sua integralidade. O governo federal havia feito a proposta de garantir somente 50% da inflação. Além disso, um piso salarial de Cr\$ 7,7 milhões!

## Fundação da Federação Brasileira

Segundo a avaliação de vários sindicatos e inúmeros sindicalistas do setor da construção e madeira de todo o país, a CNTI não vinha cumprindo com seu papel como devia, segundo informa o boletim “O Pica Pau” de junho de 1993 do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo.

Sendo assim, vários dirigentes sindicais do setor reuniram-se em Brasília nos dias 01 e 02 de junho de 1993 para trocarem informações e refletirem o ramo. Ao final dos debates, entre outros encaminhamentos, resolveram fundar a Federação Brasileira das Organizações Sindicais e dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e Pesada, Pequenas e Grandes Estruturas, de Terraplanagem, Montagem Industrial, Instalações Elétricas, do Mobiliário e Madeira, da Cerâmica, do Mármore e Granito e de Produtos de Cimento e Amianto.

---

<sup>79</sup> Ver item “Marceneiros com ‘salários milionários’, verdadeiros ‘marajás’”!

## Câmaras Setoriais

Nos anos 1990 o governo federal estimulou a criação de câmaras setoriais para os diversos setores produtivos da economia nacional. Constituíam-se em grupos de estudos formados por representantes governamentais, empresariais e sindicais. Juntos discutiam os problemas de cada setor para poderem encontrar soluções.

Em 1993 o Sindicato dos Marceneiros de São Paulo já estava participando ativamente da Câmara Setorial da Construção Civil, mesmo porque esse setor estava intimamente ligado à indústria de móveis na medida em que o que é construído tem de ser mobiliado.

Em cada câmara havia grupos de trabalho (GTs). Por exemplo, no caso da Construção Civil os GTs eram:

- Salário, Custo e Preço;
- Fiscalização;
- Representação sindical no local de trabalho e contrato coletivo de trabalho e
- Amianto e Meio Ambiente de Trabalho

No entanto, o Sindicato dos Marceneiros juntou-se a outros para a criação da Câmara Setorial do setor de móveis em nível nacional. Alguns dos outros sindicatos de trabalhadores que participaram das discussões para a criação da Câmara Setor de Móveis eram: Marceneiros de Mirassol; Construção e Mobiliário de Jacaré; Construção e Mobiliário de Bento Gonçalves; Federação da Construção e Mobiliário do Rio Grande do Sul; Marceneiros de Belo Horizonte; Marceneiros do Paraná; Marceneiros de Belém; Construção Civil do Rio de Janeiro; Federação de Santa Catarina etc.

Com o objetivo de contribuir para a criação da Câmara Setorial de Móveis, Joel Alves de Oliveira, representando os marceneiros de São Paulo e a Federação Estadual, reuniu-se em 25 de outubro de 1993 com o então Ministro do Trabalho, Walter Barelli.

Velhos companheiros de Dieese, Joel apresentou as propostas nacionais dos trabalhadores para a Câmara:

- Garantia de elevação do nível de emprego;
- Recuperação salarial e aumento real;
- Fim da mão de obra informal e temporária;
- Liberdade sindical e de organização no local de trabalho;
- Melhoria das condições de trabalho;
- Formação profissional;
- Proibição de exportação da madeira bruta;
- Construção de moradias populares de madeira;
- Participação nos lucros e
- Data-base e piso salarial unificados em nível nacional

Joel Alves de Oliveira argumentou ao Ministro Walter Borelli que os trabalhadores não estavam sendo ouvidos para o processo de gestão da Câmara, apesar de serem 200 mil operários em todo o país, isto é, o 10º lugar em número de empregos.

### **Eleição na Federação**

No dia 24 de agosto de 1993 tomou posse, na FETICOM-SP, nova diretoria. Assumiu como vice-presidente, o presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, Joel Alves de Oliveira.

### **Encontro da categoria**

Nos dias 11 e 12 de setembro de 1993 oitenta trabalhadores marceneiros, delegados sindicais e diretores se reuniram na cidade de Bragança Paulista para discutirem os temas de maior interesse e importância para a categoria.

O encontro, além de decidir pelas resoluções abaixo resumidas, igualmente debateu sobre as diversas formas de organização dos trabalhadores e também sobre a história do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo.

Resoluções:

- Participação ativa na Câmara do Móvel e da Madeira, garantindo a proposta dos trabalhadores e não somente a do governo e dos patrões;
- Intensificar as fiscalizações nos locais de trabalho para melhorar a saúde e segurança ocupacional;
- Lutar para acabar com a informalidade;
- Lutar contra a privatização da previdência social;
- Lutar contra a revisão constitucional nesse momento, pois o que os patrões desejam é retirar os direitos conquistados na Constituição de 1988 e
- Começar a Campanha Salarial de 1993: lutar, principalmente, pela reposição mensal e integral da inflação.

### **Campanha Salarial de 1993**

Na campanha salarial de 1992 os marceneiros conquistaram a reposição mensal de 70% da inflação, isso em um momento em que o governo sequer cogitava a existência de reajustes mensais. Em 1993, o Sindicato decidiu pela reposição mensal e integral da inflação que atingia, ao menos, 30% ao mês.

As reivindicações de 1993 eram:

- Reajuste com a inflação dos últimos 12 meses, isto é, aquilo que ainda não tivesse sido repostado por adiantamentos e reajustes quadrimestrais;
- Aumento real de 15%;
- Pagamento das perdas do Plano Bresser (26%);
- Reajuste mensal de 100% da inflação;
- Piso salarial igual a 1 salário mínimo do Dieese;
- Piso profissional igual a 2 salários mínimos do Dieese;

- Estabilidade no emprego;
- Delegado sindical nas empresas, ou seja, representação sindical no local de trabalho;
- Cópias da RAIS<sup>80</sup> às entidades sindicais dos trabalhadores;
- Não à terceirização;
- Comissão de saúde;
- Data-base nova;
- Cesta básica para todos;
- Alimentação na empresa;
- Vale transporte gratuito

### **As conquistas de 1993**

Com um custo de Cr\$ 1.500.000,00 a Campanha Salarial de 1993 foi assim organizada:

- Mais de 50 horas de reuniões e negociações com os patrões;
- Três meses;
- 4 assembleias gerais;
- 82 ônibus alugados para o transporte dos trabalhadores às assembleias;
- 500 camisetas;
- 85 mil boletins;
- Milhares de cartazes;
- Centenas de ações nas portas das empresas com o carro de som e
- Constituição de uma comissão de acompanhamento das negociações composta por 14 trabalhadores associados.

---

<sup>80</sup> RAIS: Relação Anual de Informações Sociais. Trata-se de um relatório de dados socioeconômicos enviado pelas empresas ao Ministério do Trabalho e Emprego. Tais informações servem para ajudar o governo a tomar decisões e elaborar políticas públicas.

Todo esse esforço conquistou uma Convenção Coletiva com 73 cláusulas, entre elas destacamos as principais:

- Elevação do piso salarial em 91,1%; sendo 10% de aumento real;
- Licença remunerada aos associados para participarem das atividades do Sindicato;
- Complementação do auxílio previdenciário pela empresa até 90 dias;
- Proibição de mão de obra sem registro, de terceirização, de autônomo ou empreiteiras na produção dentro da empresa;
- Pagamento ao jovem cursando o SENAI com base no piso e não no salário mínimo;
- Pagamento mensal de 95% da inflação para quem ganha até 12 salários mínimos;
- Aumento real de 7%;
- 86,64% de reajuste sobre o salário de novembro de 1993 (o valor é a diferença das antecipações já realizadas);
- Sobre o salário de dezembro de 1992 deve ser aplicado o percentual de 2.260,71% (inacreditável!) correspondente à inflação integral a partir do período citado até 01º de dezembro de 1993;
- Cr\$ 47 mil de piso salarial;
- Cr\$ 11.664,40 de auxílio creche;
- Cr\$ 900,00 para refeição externa.

### **Escriba demite em massa**

Em outubro de 1993 a empresa Escriba demitiu 40 trabalhadores após um ano em que a produção estava em alta com horas extras frequentes. A fábrica ainda usou o expediente de trabalhadores temporários, com o qual o Sindicato não concorda, para dar conta da demanda. Ou seja, demitir nesse cenário não faz sentido algum, a não ser

que o objetivo seja aumentar ainda mais os lucros, o que certamente foi essa a intenção.

O Sindicato, diante a arbitrariedade da empresa, entrou com ação judicial em 35 dos casos e conseguiu, além do aumento de benefícios aos demitidos, a promessa de que ninguém mais seria dispensado. Qual não foi a surpresa do Sindicato quando em Janeiro de 1994 a Escriba novamente, sem nenhum tipo de discussão ou negociação com o Sindicato, demitiu mais 70 trabalhadores! Diante tamanha intransigência, a única saída foi a greve, realizada do dia 14 de janeiro até o dia 17. Ao final, o Tribunal Regional do Trabalho decidiu pela estabilidade dos trabalhadores.

### **Escola do Sindicato dos Marceneiros**

Em 05 de janeiro de 1994 foi iniciada a construção da *Escola de Aperfeiçoamento Profissional* do Sindicato, no próprio prédio da sede na Praça da Sé.

### **Grande Ato na Praça da Sé**

Em 01º de março de 1994, por meio da Medida Provisória 434, o governo federal (Itamar Franco) implantou a URV (Unidade Real de Valor)<sup>81</sup> que, na prática, retirou do trabalhador 40% dos salários referente à inflação de fevereiro. Essa medida, além da luta contra a privatização da previdência, contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço; contra o desemprego; contra a informalidade; por salários dignos; pela unificação das datas-bases e contra a inflação foram as reivindicações do ato convocado para 11 de março de 1994, 18h, na Praça da Sé, onde estiveram protestando mais de 1 mil trabalhadores.

45 sindicatos de todo o Estado de São Paulo, pertencentes à construção civil e móveis, organizaram o protesto em conjunto com a federação sindical estadual do setor. O deslocamento dos trabalhadores foi facilitado por meio de ônibus fretados e o

---

<sup>81</sup> Ver item “As greves contra as perdas da URV” no presente texto.

pagamento de transporte público coletivo. Além disso, o ato contou com a participação do famoso cantor Zé Geraldo.

Uma ausência sentida no protesto foi a do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo, conforme informou o boletim “O Pica Pau” do Sindicato dos Marceneiros em sua edição de março de 1994.

A manifestação foi encerrada pelo presidente do Sindicato dos Marceneiros, Joel Alves de Oliveira, que ressaltou o fato de os trabalhadores do setor no Estado de São Paulo terem se reunido pela primeira vez em 30 anos.

### **Fórum dos Trabalhadores Moveleiros**

Nos dias 14 e 15 de março de 1994, na cidade de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, realizou-se o primeiro encontro do *Fórum Permanente de Consulta das Entidades Sindicais de Trabalhadores Moveleiros*. Entre sindicatos e federações do setor participaram, ao total, 19 organizações de todo o país, tendo sido a atividade realizada nas instalações do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e do Mobiliário de Bento Gonçalves.

Ao longo de dois dias as propostas aprovadas foram:

- **Política:** operários moveleiros devem participar da política do país apoiando candidatos identificados com os trabalhadores, além de também se tornarem os próprios candidatos;
- **Reposição:** que todas as perdas inflacionárias, antes e depois da URV, sejam repostas, além de um gatilho salarial sempre que a inflação alcançar 5%;
- **Câmara Setorial:** que seja feito um esforço especial junto aos sindicatos patronais e governo federal para a efetivação da Câmara Setorial de Móvel e Madeira com a participação ativa dos trabalhadores;
- **Data base:** unificação das datas-bases primeiro em nível estadual e depois nacional, bem como o atendimento de outras reivindicações fundamentais: salário decente; saúde e segurança ocupacionais; garantia de emprego etc;
- **Terceirização:** combater tanto a terceirização como a informalização.

### **Greve histórica na *Teperman***

Durante 13 dias, de 06 a 18 de abril de 1994, os trabalhadores na *Teperman* resolveram cruzar os braços. Os motivos foram as reivindicações mais básicas: o pagamento dos 40% de perdas ocorridas com a URV e o cumprimento da lei, por parte da empresa, em oferecer o vale transporte, já obrigatório.

Pela intransigência da *Teperman* em conceder direitos fundamentais realizou-se a maior greve na fábrica.

Ao final, o Tribunal Regional do Trabalho não considerou a greve abusiva e obrigou o pagamento dos dias parados; a estabilidade de 90 dias para os grevistas; o reajuste de 10% e o fornecimento do vale transporte.

### **As Greves contra as perdas da URV**

Criada pela Medida Provisória 482, a URV (Unidade Real de Valor), e depois transformada na Lei 8.880, foi o instrumento pelo qual se mudou a moeda para *Cruzeiro Real* em 1º de março de 1994 e na sequência transformou-se na nova base monetária nacional, o *Real*, em 01º de julho de 1994.

Uma das principais vantagens do *Real* até os dias de hoje, como se sabe, foi a radical diminuição da inflação. No entanto, a URV desconsiderou a inflação de 40% de fevereiro de 1994. Essa defasagem, somada às anteriores, achatou substancialmente o salário dos trabalhadores e tanto o governo Itamar Franco (cujo Ministro da Fazenda era Fernando Henrique Cardoso: 19 de maio de 1993 a 30 de março de 1994) como os patrões não se preocuparam em repor as enormes perdas. A solução, para a classe trabalhadora, em muitas categorias, foi a greve. Esse também foi o caso do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo. A seguir um quadro que resume as empresas, reivindicações e conquistas de fábricas da categoria em greve nos meses de março e abril de 1994, além do caso da *Teperman*, já relatado acima.

| Empresa   | Quantidade de trabalhadores | Período ano 1994          | Conquistas   |
|-----------|-----------------------------|---------------------------|--|
| Meinsart  | 80                          | 07 e 08 de abril          | 15% de aumento; cesta básica e pagamento dos dias parados  |
| Portinari | 15                          | 19 e 20 de abril          | 35% de aumento em abril; piso salarial de 175 URVs <sup>82</sup> e pagamento de metade das horas paradas   |
| Italma    | 300                         | 30 de março a 13 de abril | Estabilidade de 60 dias; pagamento dos dias parados; greve julgada não abusiva e aumento salarial de 10%   |
| Dozil     | 80                          | 23 e 24 de março          | 21,87% de aumento salarial; piso salarial de 173,15 URVs, pagamento dos dias parados e das férias vencidas |
| Amazonas  | 80                          | 28 a 30 de março          | Desconto do vale sem correção pela URV; estabilidade; cesta básica e pagamento dos dias parados            |
| Escriba   | 300                         | 6 a 14 de abril           | 12% de aumento; estabilidade de 60 dias; 40 URVs de abono e pagamento dos dias parados                     |
| Liatrix   | 60                          | 13 e 14 de abril          | 40% de aumento em 4 vezes e pagamento dos dias parados   |
| Epeda     | 150                         | 28 e 29 de março          | 12% de aumento e Cr\$ 50 mil de vale supermercado  |

### Eleição do Sindicato em 1994

Nos dias 25 a 27 de maio de 1994 foram realizadas eleições para a composição da nova diretoria executiva, conselho fiscal, delegados representantes junto à FETICOM-SP e conselho consultivo do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo.

Composição da Chapa Única, *Unidos para Vencer Sempre*, com 61 integrantes:

#### *Direção Executiva:*

- Joel Alves de Oliveira, Antônio Lopes de Carvalho, Ariovaldo de Almeida, José Ribamar de Almeida, Robélio Cruz da Silva, Edson Matias dos Santos, Maria da Paixão Silva, Antônio de Araújo Macedo e Antônio José dos Anjos.

<sup>82</sup> Entre 01 de março de 1994 e 30 de junho de 1994 a URV tinha um valor em *cruzeiros reais* que mudava diariamente. Começou valendo Cr\$ 647,50 e terminou em Cr\$ 2.750,00.

*Conselho Fiscal:*

- João Batista dos Santos, Flávio Augusto Batista Leite e Aristides Dias Neto.

*Delegados à Federação:*

- Joel Alves de Oliveira e Aparecido de Moraes.

Em cada uma das categorias acima havia um número igual de suplentes, além do já mencionado Conselho Consultivo com 34 membros entre efetivos e suplentes.

*Programa de ação para a gestão 1994 a 1998:*

- Consolidar a escola de aperfeiçoamento profissional;
- Consolidar as lutas por reposição e aumento real;
- Promover a valorização dos trabalhadores proporcionando piso digno;
- Acabar com a informalização;
- Garantir maior liberdade das representações sindicais no local de trabalho;
- Garantir estabilidade para todos os trabalhadores;
- Criar CIPAs democráticas;
- Garantir locais de trabalho com saúde e segurança;
- Contribuir para a realização de ações com vistas a aumentar o emprego e maiores investimentos ao setor;
- Proibir exportação da madeira bruta e
- Lutar pela distribuição da renda e estabelecimento de uma política tributária justa.

A Chapa Única recebeu 94,56% dos votos válidos e tomou posse no dia 22 de agosto de 1994. O restante foram votos brancos e nulos: 5,04%.

Antes da posse, foram promovidos dois cursos de formação sindical entre os dias 14 a 16 de julho e 11 a 13 de agosto de 1994. O objetivo era qualificar ainda mais a representação sindical para os desafios do mandato, além de um programa específico para as mulheres tanto as que pertencem diretamente à categoria como às esposas da nova direção do Sindicato.

### **VI Congresso da categoria**

Realizado entre 01º a 4 de setembro de 1994, na colônia de férias da FETICOM-SP, os temas fundamentais debatidos no VI Congresso foram:

- Novas tecnologias e redução da jornada de trabalho;
- Política Econômica, Campanha Salarial e Data-Base;
- Eleições gerais de 03 de outubro de 1994;
- Valorização profissional;
- Geração de empregos;
- Condições de trabalho;
- Saúde e segurança nos ambientes de trabalho;
- Organização do Sindicato nos locais de trabalho;
- Central sindical e
- Novas tecnologias e jornada de trabalho.

Com o intuito de preparar o melhor possível a categoria e os delegados do congresso, ao longo dos meses de julho e agosto foram realizadas uma série de palestras e cursos. Durante o congresso também foi realizada a segunda reunião do Fórum dos Trabalhadores Moveleiros, nos mesmos moldes da que havia ocorrido no último mês de março em Bento Gonçalves. Dessa reunião participaram 20 companheiros de Santa Catarina, 05 do Paraná, 05 do Rio Grande do Sul, 05 do Pará, 05 de Minas Gerais, 05 do Espírito Santo, além de uma grande delegação do Estado de São Paulo.

O VI Congresso foi, até então, o maior realizado pela categoria, nele estiveram presentes quase 300 companheiros: 262 delegados sindicais da base; 15 convidados de outros sindicatos do interior do Estado de São Paulo; 12 convidados de sindicatos de outros Estados (Pará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e 3 delegados internacionais: Cuba, Peru e Panamá.

Entre as principais resoluções destacam-se duas:

- Novas tecnologias: lutar pela progressiva redução da jornada de trabalho como forma de recuperar os empregos perdidos e garantir mais vagas para as futuras gerações.
- Filiação à CUT: ficou decido filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT) mantendo-se, ao mesmo tempo, as características atuais do Sindicato: autonomia, liberdade e união classista.
- Valorização profissional: lutar frequentemente pela valorização profissional, o que inclui melhoria do nível salarial, formação profissional e qualidade das condições de trabalho.
- Seguridade social: lutar pela ampliação da seguridade social com melhor assistência à saúde, à aposentadoria digna e contra a privatização da previdência social.
- Saúde e Segurança no ambiente de trabalho: lutar pela melhoria das condições de trabalho com mais segurança e saúde nos ambientes de trabalho de forma a diminuir os acidentes e doenças profissionais.
- Organização sindical no local de trabalho: intensificar a luta pela organização dos trabalhadores por local de trabalho, buscando eleger delegados

representantes dos trabalhadores às comissões de fábrica nas empresas do setor. Realização de cursos e palestras de formação e educação sindical.

- Eleições de 03 de outubro: Trabalhar para conscientizar os trabalhadores da categoria nas eleições de 03 de outubro de 1994 a votarem em candidatos comprometidos com os interesses e propostas dos trabalhadores.
- Política econômica, campanha salarial e data-base: Intensificar a mobilização dos trabalhadores da categoria visando a participação na Campanha Salarial de 1994, bem como sua conscientização sobre os aspectos da política econômica e salarial introduzidos pelo Plano Real.

### **Interinidade na Federação**

Em 1994, o então presidente da FETICOM-SP, sofreu cirurgia para implantar ponte de safena. Por isso, o presidente do Sindicato, Joel Alves de Oliveira, assumiu interinamente a presidência da entidade estadual, nela passando a atender de 3ª a 6ª feira e às 2as feiras continuando no Sindicato, do qual passou a deixar de receber remuneração.

### **Não erre novamente!**

Em 03 de outubro de 1994 ocorreram, pela segunda vez desde 1960, eleições diretas, entre elas, para a presidência da República. Fernando Henrique Cardoso, como sabemos, venceu o pleito o que voltaria a fazer em 1998.

O Sindicato dos Marceneiros de São Paulo na edição de setembro de 1994 do “Pica-Pau” conclamava os trabalhadores a não errarem novamente, referindo-se à eleição de Collor em 1989. Por isso, indicava o voto a Lula e a alguns candidatos a cargos

parlamentares, entre eles: Aldo Rebelo do PC do B e Gilmar Carneiro do PT, ambos a deputado federal, e Jamil Murad do PC do B e Jorge Coelho do PT a deputado estadual.

### **Lopes se torna presidente em exercício**

A partir de 10 de outubro de 1994, Antônio Lopes de Carvalho passa a ser o presidente em exercício do Sindicato dos Marceneiros em substituição a Joel Alves de Oliveira. Este companheiro pediu licença temporária por tempo indeterminado para assumir o cargo de vice-presidente da Federação do setor, conforme carta reproduzida na sequência.

O companheiro Lopes foi trabalhador na empresa *Forma*, onde começou sua militância no Sindicato, sendo eleito delegado sindical em 1988, membro da comissão de negociação salarial de 1989 e membro da direção do Sindicato desde 1990.

### **Saída de Joel da presidência**

Na mesma data referida acima, 10 de outubro de 1994, Joel Alves de Oliveira deixa a presidência do Sindicato dos Marceneiros para assumir, com maior dedicação, outra função.

É longa sua história no Sindicato dos Marceneiros: entre 1972 a 1974 exerce o cargo de suplente eleito da diretoria executiva e em 1975 representante sindical de base na empresa Anselmo Cerello, bem como membro do Conselho Fiscal do Sindicato. No período de 1978 a 1981 substitui Mário Otávio Foltran na tesouraria do Sindicato e em 1981 é eleito presidente, tendo sido reeleito em 1984, 1987, 1990 e 1994. Além disso, foi presidente nacional do Dieese de 1983 a 1990.

No momento de sua saída da presidência dos marceneiros, escreve uma carta a qual foi publicada integralmente pelo “Pica-Pau” em outubro de 1994:

*“Em 14 de janeiro de 1991 licenciei-me da presidência deste glorioso Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, para assumir integralmente a vice-presidência da nossa*

*Federação. Naquela ocasião, eu tinha o objetivo de intensificar o trabalho de organização e mobilização dos 48 sindicatos filiados à nossa Federação, visando trazê-los para a luta em favor dos trabalhadores da categoria em todo o Estado de São Paulo.*

*Hoje, passados quase 4 anos, podemos constatar (até com certo orgulho) que nossos objetivos continuam sendo alcançados a cada dia. Exemplo disso é a greve dos trabalhadores da Construção Civil do Estado de São Paulo, coordenada pela nossa Federação, que parou mais de 100 mil trabalhadores desde o dia 26 de setembro de 1994, inclusive com a participação decisiva do sindicato da capital, que antes era francamente contrário a qualquer tipo de greve ou mobilização da categoria.*

*É claro que isso não foi fruto apenas do meu trabalho pessoal. Nesta tarefa em favor dos trabalhadores e contra o imobilismo das diretorias de sindicatos do nosso setor, já estamos há 10 anos e a ele vem se somando vários companheiros que foram ao longo destes anos se destacando nas lutas e se identificando com estes objetivos.*

*Podemos afirmar, sem qualquer dúvida, que a participação do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo vem sendo fundamental na busca da transformação na nossa Federação e de muitos sindicatos do nosso setor em verdadeiras e combativas organizações operárias a serviço dos trabalhadores.*

*Este espírito de unidade e ação não está concluído. Existe ainda muito por fazer, mas nós não estamos mais sozinhos. São tantos os companheiros que já estão empenhados que é quase impossível caminhar para trás.*

*Companheiros, como é de conhecimento de todos, em fevereiro de 1992 eu tive que reassumir a presidência do Sindicato, porque o companheiro que ficou no exercício da presidência (Roque Garcia) não teve a capacidade de manter a unidade da diretoria e o nosso Sindicato foi metido numa enorme crise, quase chegando à falência.*

*A partir de então, graças a um grande e disciplinado empenho da maioria dos membros da nossa diretoria e do apoio dos trabalhadores da categoria, conseguimos sair do buraco. Hoje, nosso Sindicato está recuperado; tem saldo financeiro e goza de ótimo conceito político em todos os meios.*

*A realização do nosso VI Congresso em setembro de 1994, com 300 delegados, mostrou que apesar da situação adversa, a nossa organização continua crescendo. Este foi o maior de todos os congressos já realizados pelo nosso Sindicato, para o qual contamos*

*apenas com os nossos recursos e com a modesta colaboração da nossa Federação que nos brindou com o abono de uma diária na colônia e algumas diárias para convidados. O nível de unidade alcançado pela diretoria de nosso Sindicato, a partir da recente eleição, é o mais elevado possível. Existe um perfeito entrosamento de propósitos entre os diversos membros, nos quais tenho grande confiança e tudo isso é fundamental para levarmos avante as lutas em todas as questões de interesse dos trabalhadores.*

*Companheiros,*

*É com base nas questões que exponho acima e pela necessidade de poder melhor dedicar-me à função de vice-presidente da nossa Federação (cargo que venho acumulando com grande sacrifício físico, inclusive em detrimento à minha saúde) que tomo mais uma vez a iniciativa de solicitar a essa diretoria uma licença temporária por prazo indeterminado do cargo de presidente do Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo, a partir do dia 10 de outubro de 1994. Continuarei, no entanto, como diretor desta entidade no exercício pleno do cargo de delegado representante deste Sindicato junto à Federação, e nesta condição estarei às 2as feiras na sede deste Sindicato para continuar colaborando com nossa diretoria a serviço dos trabalhadores da categoria. Agradeço a todos pela amizade, carinho e apoio que sempre recebi dos companheiros da Diretoria Efetiva, Suplentes, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo, dos funcionários(as), dos delegados sindicais e dos bravos associados do nosso honrado Sindicato.*

*Estarei na Federação sempre à disposição de todos.*

*Obrigado companheiros.*

*São Paulo, 06 de outubro de 1994.*

*Joel Alves de Oliveira – Presidente”.*

## **Filiação à CUT**

Em assembleia geral da categoria realizada no dia 11 de novembro de 1994, onde também foi debatida a Campanha Salarial daquele ano, o Sindicato dos Marceneiros oficializou a decisão pela filiação a uma central sindical, no caso, a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Desde o III congresso (1987), os marceneiros vinham discutindo a filiação a uma central sindical, tendo o debate continuado nos dois seguintes congressos. No VI, foi amadurecida a posição pela filiação à CUT. Entre os motivos por essa escolha está o fato de que o Sindicato dos Marceneiros participou ativamente das reuniões pró-CUT nos anos de 1981, 1982 e 1983, além de ser reconhecida como uma organização de grandes lutas, combativa e com uma linha de atuação muito semelhante aos marceneiros de São Paulo.

Na assembleia de filiação estavam presentes representantes de vários sindicatos da capital e do interior; trabalhadores; deputados estaduais; o presidente da CUT São Paulo, José Feijóo e o Vicentinho, presidente da CUT Nacional.

No encontro também foi homenageado o então sócio mais antigo do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, o trabalhador Francisco Alves Ferreira Júnior, o seu Chico – presidente do Sindicato entre 1964 e 1965.

## **27 dias de greve**

Apesar da perda de 77% nos salários dos trabalhadores do setor de serraria, os patrões, na Campanha Salarial de 1994, ofereceram somente 23%. Outro ponto que pesou negativamente na oferta miserável dos empresários foi o fato de que o setor de marcenaria havia recebido 32% e o de vime e junco também, é claro que depois de alguns dias de greve.

No caso da serraria, setor com 15 mil trabalhadores (a categoria possuía 40 mil ao total), a intransigência patronal foi muito maior, levando a decisão ao dissídio, ou seja, ao Tribunal Regional do Trabalho. O desgaste foi grande e obrigou 5 mil trabalhadores a realizarem 27 dias de greve, iniciada em 01º de dezembro de 1994.

Por fim, os patrões sentiram a organização da classe e foram forçados pela lei a conceder o mesmo reajuste de 32%; pagar os dias parados com compensação de horas; conceder estabilidade de 90 dias após a greve entre outros direitos:

- Anotação na Carteira Profissional no prazo máximo de 48 horas;
- Fornecimento de ferramentas e uniformes adequados;
- Cumprimento rigoroso da data de pagamento do adiantamento do salário;
- Pagamento de salário em banco;
- Pagamento de horas extras com o valor de até 100%;
- Reembolso creche;
- 100% do 13º salário para trabalhadores afastados por motivo de doença;
- Abono aposentadoria;
- Licença ao associado para participar dos congressos do Sindicato.

Ao total foram 73 cláusulas na convenção coletiva para o período 1994-1995.

### **Duratex não cumpre decisão da justiça!**

Apesar de o TRT ter deliberado pelos 32% para todos os 40 mil trabalhadores da base territorial do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, a empresa Duratex entrou com liminar no TST alegando que o TRT concedeu cláusulas aos trabalhadores contrárias à lei e à política salarial vigente. Nada mais absurdo! Os 32% nem ao menos cobrem os 40% de inflação de fevereiro de 1994, “esquecida” pelo governo e patrões com a implantação do Plano Real.

A Duratex questionou na justiça até mesmo os direitos mais básicos e fundamentais como, por exemplo, o auxílio creche.

### **Destaque para veto do mínimo**

Na edição de fevereiro de 1995 de o “O Pica-Pau”, o Sindicato destaca o veto do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao reajuste do salário mínimo de R\$ 70,00 para R\$ 100,00 que deveria ter ocorrido em 1º de fevereiro de 1995. A negativa de FHC veio mesmo com a aprovação do aumento pela Câmara dos Deputados em 19 de janeiro de 1995. Mesmo o salário mínimo de R\$ 100,00 não era suficiente ao menos para a cesta básica que, naquele momento, custava R\$ 100,20. Segundo cálculos do Dieese, baseados na Constituição Federal, o salário mínimo deveria ser de R\$ 739,24.

Este foi mais um duro golpe no poder de compra dos trabalhadores que, além de terem perdido os 40% de inflação de fevereiro de 1994, perderam também no salário mínimo em fevereiro de 1995.

Podemos concluir que, durante os anos 1990, nas administrações de Collor, Itamar e FHC, o Plano Real foi inimigo da classe trabalhadora.

### **Patrões dizem Não e os trabalhadores, Sim**

Em abril de 1995 os patrões, por meio do sindicato patronal, o Sindicato da Indústria do Mobiliário de São Paulo (Sindimov), afirmavam não poder conceder reajuste algum, ao mesmo tempo em que as empresas do setor investiam pesadamente. O próprio presidente da Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário declarou que no ano de 1994 as empresas investiram 100 milhões de dólares, especialmente na aquisição de novas tecnologias.

Diante a negativa patronal, que não havia coberto nem os 40% roubados dos salários em fevereiro de 1994 com o Plano Real, os marceneiros decidem dizer “sim”, isto é: Sim! Haverá greve geral da categoria. Os reajustes obtidos até então, em aproximadamente 100 empresas, na média não passaram dos 15%.

### **Seminário da diretoria**

Nos dias 2 a 4 de julho de 1995 a direção do Sindicato dos Marceneiros realiza seminário para poder discutir os temas mais importantes que envolviam a categoria naquele momento. Ao longo desse período foram analisados os seguintes assuntos: história do movimento sindical no Brasil, principalmente dos marceneiros; nova estrutura sindical proposta pelo governo; política econômica nacional e internacional; questões ambientais no Brasil e a realidade de Cuba.

A conclusão do encontro fortaleceu a necessidade de organização dos trabalhadores na medida em que ao se intensificar a *livre negociação*, a classe operária estaria mais preparada para enfrentar os patrões.

### **Altivo Ovando**

Nos 61 anos de história do Sindicato foram homenageados, além de dois de seus antigos diretores: Salvador Rodrigues e Francisco Alves Ferreira Júnior, também Altivo Ovando advogado da categoria por 40 anos. Admitido em 15 de janeiro de 1955 participou dos momentos mais importantes do Sindicato.

### **Acordo do setor de Serraria em 1995**

Em 24 de julho de 1995 foi fechado acordo para os trabalhadores do setor de serraria. O percentual obtido foi de 44,44%, assim composto: 29,86% aplicados sobre o salário de março de 1994 (sendo 21,37% de reposição da inflação e 7% de aumento real); 3,95% a título de antecipação a partir de 1º de junho de 1995 e 7%, também a título de antecipação, a partir de 1º de agosto.

Além do índice foram obtidas outras conquistas referentes às horas-extras; adicional noturno; complemento do 13º salário; jornada de trabalho para estudante; licença maternidade, paternidade e reembolso creche.

## **Congresso da Federação**

No período de 11 a 15 de outubro de 1995 a FETICOM-SP realizou seu II Congresso. O Sindicato dos Marceneiros teve o direito de enviar 17 delegados, onde foram discutidos os seguintes temas: análise de conjuntura; valorização profissional; novas tecnologias e jornada de trabalho; condições e meio ambiente de trabalho; Contrato e Convenção Coletiva; Política Econômica, Neoliberalismo e Salário; Previdência; Habitação; Organização Sindical Nacional e Internacional; Organização no Local de Trabalho; entre outros tópicos.

No encontro estiveram presentes mais de 410 delegados de todo o Estado de São Paulo, bem como convidados de todo o Brasil e 09 integrantes de delegações internacionais.

## **Câmara de Entendimento Privado**

Formada pelo Sindicato dos Marceneiros de São Paulo e pelo Sindicato da Indústria do Mobiliário de São Paulo (Sindimov) passou a funcionar desde 01º de setembro de 1995, a Câmara de Entendimento Privado. Seu papel era intermediar a conciliação e solução de processos trabalhistas, evitando que estes demorassem anos para serem resolvidos pela Justiça do Trabalho, como normalmente acontece.

Com a criação desta Câmara de Entendimento Privado, partes das questões trabalhistas puderam ser resolvidas rapidamente, sem que houvesse necessidade de ação judicial. Sua composição paritária era constituída tanto por um diretor e um advogado do Sindicato dos Oficiais Marceneiros como pelo correspondente do Sindimov.

## **Câmara Setorial**

Ocorreu em Belém do Pará, nos dias 05 e 06 de setembro de 1995, o 4º Encontro do Fórum Permanente de Consulta das Entidades Sindicais de Trabalhadores Moveleiros. Um dos mais importantes encaminhamentos foi a criação de uma comissão nacional para a negociação, com a Ministra do Comércio e da Indústria, Dorothea Werneck, a formação da Câmara Setorial. Ainda, após uma avaliação da situação do setor, definiu-se uma pauta de reivindicações para os patrões e o governo.

### **Campanha de 1995 com 82 reivindicações**

Além da reposição integral da inflação medida pelo Dieese, mais as perdas do Plano Real em fevereiro de 1994 e 10% de aumento real; o Sindicato dos Oficiais Marceneiros elaborou uma pauta para a Campanha Salarial de 1995 com mais 79 itens. Entre eles, destacamos: reajuste de salário toda vez que a inflação atingir 6%; piso salarial igual a 1 salário mínimo do Dieese; representações sindicais nas empresas; não à terceirização; fim das horas extras ou pagamento de 150% de acréscimo; participação nos lucros das empresas; contrato coletivo de trabalho entre mais dezenas de outras reivindicações.

### **Resultados da Campanha de 1995**

Com a ameaça de greve, os trabalhadores acabam arrancando 25% dos patrões sobre o salário de dezembro de 1994. Outras garantias foram o compromisso das empresas em discutir participação nos lucros e a manutenção das demais cláusulas conquistadas em 1994.

## Neoliberalismo massacra a categoria

Ao longo dos anos 1990, durante os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, as políticas neoliberais puderam, de maneira livre e profunda, serem aplicadas no Brasil. 3 milhões de empregos foram perdidos, o que significou, no país, o pior desempenho econômico do século 20<sup>83</sup>.

Muitas categorias no Brasil tiveram uma diminuição substancial. Por exemplo, o número de trabalhadores metalúrgicos da região do ABC Paulista (São Bernardo do Campo, Diadema e Ribeirão Pires), nessa década, caiu de 200 mil para 100 mil. No nível nacional, o setor moveleiro possuía 13 mil e 500 empresas, sendo 10 mil microempresas, 3 mil pequenas e 500 médias, bem como 300 mil trabalhadores diretos e 1,5 milhão indiretos.

Os marceneiros de São Paulo, infelizmente, não conseguiram fugir dos ataques globais do neoliberalismo. Depois de terem atingido o ponto mais alto com 40 mil trabalhadores no início dos anos 1990, em 1995 caem para 22 mil. Portanto, uma redução de 45%.

Como sabemos, a característica principal do neoliberalismo é o lucro acima de tudo, e para isso desemprega e obriga que o governo não invista em projetos sociais. Na mente “brilhante” dos governantes, empresários e políticos neoliberais, trabalhadores empregados e ganhando bem, criam inflação. O que o governo “gasta” com políticas públicas sociais (educação, saúde, habitação etc), segundo os “gênios” neoliberais, criaria dívida para o Estado e isso levaria à inflação. Nada mais mentiroso. É claro que a inflação é péssima aos trabalhadores, mas quem a cria são os que fazem os preços e quem os faz são os donos das empresas e não os trabalhadores! A preocupação em manter a inflação baixa está na preservação de um ambiente propício aos investimentos dos patrões. Além disso, em países superexplorados pelas grandes corporações transnacionais e bancos, as políticas neoliberais, ao mesmo tempo em que querem inflação baixa, desejam manter os juros altos para que os donos dos

---

<sup>83</sup> Uma excelente análise do brutal desemprego ocorrido na década de 1990 no Brasil está no livro: “O Brasil Desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos no anos 90”. Escrito por Jorge Mattoso e publicado pela Fundação Perseu Abramo, pode ser acessado no *site* dessa instituição.

capitais ganhem fortunas especulando e aplicando no mercado financeiro. Ou seja, acúmulo privado e individual de lucro acima de tudo, inclusive do bem-estar social.

Resumindo: inflação baixa facilita os investimentos, quer dizer, os lucros e juros altos aumentam ainda mais os lucros, pois permitem ganhos estratosféricos sem que nada seja produzido.

A indústria do setor do móvel demitia em massa no Brasil nos anos 1990, mesmo com lucros constantemente em alta. Ou seja, estava preocupada somente com a apropriação permanente de lucros cada vez maiores, independentemente disso significar pais de família desesperados, crianças passando fome, enfim, caos e miséria em uma sociedade produtora de muita riqueza. Essa situação contraditória é histórica no capitalismo, especialmente em sua fase neoliberal.

Entre 1990 e 1995, ao mesmo tempo em que o setor moveleiro demitiu quase 20 mil trabalhadores em São Paulo; no nível nacional aumentaram suas exportações em 846,8%. Em 1995 lucraram 336 milhões de dólares. Em 1996, segundo a Abimóvel, faturou-se 4 bilhões de dólares.

Portanto, a saúde econômica dos patrões justificava aumento do emprego e do poder de compra dos salários, mas não o que fizeram: dezenas de milhares de demissões e arrocho salarial.

### **Greve Geral de 21 de junho de 1996**

Convocada pela CUT, pela CGT e pela Força Sindical, no dia 21 de junho de 1996 realizou-se em todo o país um dia de paralisação geral. Até o presente momento, a greve geral de 1996 foi a última realizada no país. Aproximadamente 12 milhões de trabalhadores cruzaram os braços em todo o Brasil, tendo sido, portanto, considerado vitorioso o movimento. Questionava-se, na época, a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, tendo como reivindicação principal os seguintes pontos:

- Recuperação do poder de compra dos salários, inclusive com elevação imediata do salário mínimo para R\$ 200,00;

- Redução da jornada de trabalho;
- Reforma Agrária e Política Agrícola;
- Implantação imediata de um amplo plano de geração de emprego;
- Fim da impunidade no campo e na cidade;
- Garantia dos direitos dos trabalhadores ameaçados pelas propostas antipopulares do governo;
- Aposentadoria decente;

Uma das reivindicações mais importantes, conforme mencionado acima, estava relacionada ao salário mínimo. Em abril de 1996 o governo anunciou um reajuste de 12% no salário mínimo, sendo elevado para R\$ 112,00. A reivindicação do movimento sindical era de que ele fosse para, ao menos, R\$ 200,00 segundo já referido. Somente a Cesta Básica, na época, era de R\$ 110,27, fora água, luz, aluguel, transporte, vestuário etc. Como então, viver com um salário mínimo? Para o Dieese, em abril de 1996, o salário mínimo, para cobrir o que manda a Constituição Federal do Brasil deveria ser de R\$ 775,26! Vejamos que, 18 anos depois, o salário mínimo ainda não atingiu esse valor!<sup>84</sup> Apesar de, como mencionamos no item, “*A Constituição Cidadã de 1988*”, desde 2003 houve um aumento real de 72,75%% no salário mínimo.

A Greve Geral de 21 de junho de 1996 também foi vitoriosa na categoria dos marceneiros de São Paulo. Na base, nesse dia, 15 mil trabalhadores aderiram ao movimento em várias empresas.

### **Eleição na FETICOM-SP**

No dia 11 de julho de 1996, Joel Alves de Oliveira, presidente do Sindicato dos Marceneiros, sucedido por Antônio Lopes em 1994, foi eleito presidente da FETICOM-SP.

---

<sup>84</sup> Em dezembro de 2014 o salário mínimo era de R\$ 724,00.

A chapa única “*Democracia, Organização e Mobilização*” foi composta por 42 companheiros entre os 52 sindicatos filiados. Desses, 49 aprovaram, 01 votou nulo e mais outro em branco.

### **O Adeus a Salvador Rodrigues**

Militante, fundador e diretor do Sindicato dos Marceneiros, Salvador Rodrigues nele se fez presente até o seu falecimento em 1997. Lutou, portanto, a maior parte de sua vida para as causas da classe trabalhadora, tendo-o feito sem qualquer tipo de interesse pessoal. Exerceu, nesse sentido, um protagonismo fundamental nas principais lutas sindicais dos marceneiros destacando-se o período de 1945 até o golpe de 1964. Essa fase, como se pode ver no presente livro, foi uma das mais importantes do Sindicato, quando a entidade ganhou projeção nacional e assim, entrou para a história do país.

Ajudou a criar o Dieese, além de a fundação de várias associações e sindicatos rurais.

A seguir, reproduzimos trecho de um boletim especial publicado em maio de 1997 pelo Sindicato dos Marceneiros e redigido por Lázaro Paulino Maia (Lazinho)<sup>85</sup>, então presidente da Associação dos Trabalhadores Marceneiros Aposentados de São Paulo, com o objetivo de homenagear Salvador Rodrigues em seu falecimento.

*“(...) Em 1937 teve seu mandato cassado pelo Estado Novo (Ditadura Vargas). Em 1946, com a abertura democrática, voltou para a diretoria, mas no ano de 1947 teve o mandato novamente cassado. Em 1955 (governo Juscelino) foi eleito presidente do Sindicato e novamente cassado! Essa cassação mobilizou o movimento sindical através de atos públicos e comissões ao Rio de Janeiro (à época, capital do país), Salvador Rodrigues, então, reassumiu a presidência do Sindicato após seis meses.*

---

<sup>85</sup> Secretário Geral do Sindicato dos Marceneiros nos seguintes mandatos: 1959 a 1964 (nesse período o presidente era Salvador Rodrigues), 1981 a 1984 e 1984 a 1987.

*Foi reeleito sucessivamente presidente até 1964, quando o golpe militar cassou seu mandato (pela quarta vez!) e de toda a diretoria. Perseguido, processado, impossibilitado de arranjar trabalho, passou a viver de bico. Era um ótimo marceneiro. Não abandonou o Sindicato, tendo continuado a frequentar a sede e as assembleias. Em 1981, apoiado pela nova diretoria, com a vitória de Joel Alves de Oliveira, fundou a Associação dos Aposentados Marceneiros de São Paulo. Novamente Salvador Rodrigues retorna às lides sindicais como seu primeiro presidente. Permaneceu no cargo até quando sua saúde permitiu, em dezembro de 1995 (...).”*

Atualmente, o salão de assembleias do Sindicato dos Marceneiros ostenta o nome de um de seus principais construtores: Salvador Rodrigues. Este foi, sem dúvida, um homem que dedicou toda sua vida a uma causa, a um ideal, sofrendo em sua individualidade as consequências de um combate por uma vida melhor não somente para si mesmo e sua família, mas para toda a classe trabalhadora! Parabéns companheiro Salvador! Que sua vida íntegra, desprendida e guerreira seja exemplo para as atuais e futuras gerações! Salvador Rodrigues, presente!

### **Defesa dos direitos e papel social**

Além de organizar a luta da categoria e defender os direitos do trabalhador, a direção presidida por Antônio Lopes, já em 1997, garantia também uma série de direitos sociais para os trabalhadores filiados. Como o governo não cumpria o seu papel, o Sindicato não podia deixar os trabalhadores e seus familiares desassistidos. Em destaque os serviços oferecidos:

- Atendimento médico;
- Dentista;
- Departamento Jurídico;
- Previdência (para cálculo e encaminhamento do pedido de aposentadoria) e
- Colônia de Férias

### **Curso da CIPA: uma nova visão**

Realizado nos dias 04 e 05 de julho de 1997, na Colônia de Férias da FETICOM-SP, em Mongaguá, participaram 25 cipeiros de diversas fábricas. O destaque do curso, que contou com palestra do DIESAT, mostrou que o patrão pensa ser suficiente a oferta Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), combate a incêndio e primeiros socorros. No entanto, tais medidas, mesmo sendo importantes, sozinhas não passam de paliativos. A visão do Sindicato no referido curso aborda as causas. Ou seja, devem ser considerados os agentes que trazem risco à saúde e segurança do trabalhador, os conflitos de interesse entre a classe patronal e a classe operária, os determinantes sociais e sócio-ocupacionais à saúde.

### **VII Congresso: refletir e organizar a luta**

Cerca de 300 delegados participaram do VII Congresso dos Marceneiros de São Paulo, realizado entre os dias 11 e 14 de setembro de 1997. Nele foram debatidos temas de extrema importância para a categoria. Por exemplo, a discussão da campanha salarial, novas formas de custeio do Sindicato, a filiação à CUT e a desfiliação da CIOSL.

O conjunto de teses debatidas englobaram os seguintes assuntos:

- Conjuntura nacional e internacional;
- Reforma do Estado;
- Novas Tecnologias e Jornada de Trabalho;
- Reestruturação Produtiva e Ação Sindical;
- Organização sindical no Local de Trabalho;
- Reforma Agrária;
- Seguridade Social;
- Exportação de Madeira, Importação de Móveis;
- Central Sindical;

- Estrutura Sindical;
- Política Econômica e Campanha Salarial e
- Questão de Gênero.

### **Lopes participa de evento nacional e internacional**

A atuação internacional do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo produziria outro livro. São décadas de experiência no relacionamento e intercâmbio com entidades sindicais de todo o mundo, na busca de maior aprendizado e solidariedade.

Antônio Lopes, também em suas gestões, teve e tem como uma das prioridades o movimento sindical internacional. Por exemplo, entre 27 a 29 de novembro de 1997 participou, representando o Sindicato, da 12ª Conferência da UITBB<sup>86</sup>, realizada na cidade de Vigo, Espanha. No evento foram discutidas as maiores dificuldades e propostas para os trabalhadores do setor, destacando-se a política dos governos, formas de organização entre outros temas. O Brasil, na oportunidade, foi muito criticado pela continuidade do uso do amianto em vários produtos, como caixas d'água, freios de automóveis etc. Essa substância, comprovadamente, é altamente cancerígena. Ainda nessa oportunidade, Antônio Lopes foi eleito vice-presidente da UITBB pela América Latina, junto com o companheiro Luis Brito de Cuba.

### **Fórum dos trabalhadores moveleiros**

Entre 02 e 03 de outubro de 1997 ocorreu, na cidade de São Bento do Sul, Santa Catarina, a 5ª reunião do Fórum Permanente de Consulta das Entidades Sindicais dos Trabalhadores Moveleiros. No evento reuniram-se mais de 100 sindicalistas do setor moveleiro de todo o país para a discussão dos principais problemas dos trabalhadores

---

<sup>86</sup> A UITBB é um sindicato mundial dos trabalhadores nas indústrias da construção civil e madeira. Atualmente seu presidente é Antônio Lopes, também presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo. A UITBB é filiada ao sindicato mundial que engloba várias categorias, a FSM: Federação Sindical Mundial.

da categoria. Entres estes, destacou-se: regulamentação da exportação da madeira; combate ao desemprego; unificação da data-base e pisos salariais; condições de trabalho; impacto das inovações tecnológicas etc. Durante a atividade foi eleito grupo para a coordenação do fórum, tendo sido escolhido para presidi-lo, Antônio Lopes.

### **Segunda maior empresa decreta falência**

Após voltarem do recesso de fim de ano (1997), os operários da Companhia Teperman de Estofados, fabricante de bancos para automóveis, encontraram a empresa com as portas fechadas por determinação da justiça. O pedido de falência foi feito pelo Banco Progresso e assim determinado um síndico pela Justiça. Segundo a direção do Sindicato, entre eles seu presidente, Antônio Lopes, a empresa passa por graves dificuldades financeiras, devendo para dezenas de bancos, além de problemas administrativos. Por exemplo, somente no ano de 1997, a empresa trocou 3 vezes sua diretoria. Ainda nesse ano, demitiu 200 de seus 700 trabalhadores. Foi difícil entender como a segunda maior empresa da categoria, tendo como clientes gigantes multinacionais, entre eles a Volkswagen, a Ford e a Mercedes-Benz, conseguiram ir à bancarrota. Em princípio, os trabalhadores continuariam em suas atividades, até que a empresa pudesse dispensar todos, pagando-os corretamente. Além da má administração, falava-se também de corrupção e impactos negativos da importação predatória, fruto da política econômica de Fernando Henrique Cardoso.

A Teperman, ao longo dos seus 40 anos de existência até então, chegou a ter 800 trabalhadores e seus produtos conhecidos nacional e internacionalmente pela qualidade. O que aconteceu?!

### **Campanha Salarial de 1997**

O Plano Real, conforme já foi discutido, logo de cara, defasou o salário dos trabalhadores em 40%, ao simplesmente desconsiderar a inflação de fevereiro de 1994. Depois disso, as perdas dos trabalhadores no país foram se acumulando. Para

não sofrer com isso, o Sindicato dos Marceneiros, lutando junto com sua base, buscava, todo ano, ao menos a reposição integral da inflação.

Foi o que aconteceu, por exemplo, ao final da Campanha Salarial de 1997. As cláusulas sociais foram mantidas por mais 2 anos e a inflação paga integralmente.

### **Eleição para o mandato de 1998 a 2002**

Nos dias 27 a 29 de maio de 1998, os trabalhadores da base dos marceneiros de São Paulo escolheram a direção que iria liderar o Sindicato no período de 1998 até 2002. No mandato anterior, presidido, a maior parte dele, por Antônio Lopes, alguns dos destaques foram as campanhas salariais e os seus reajustes acima da inflação; bem como os dois congressos realizados (1994 e 1997). Muitas categorias, durante os anos 1990, não conseguiram manter os seus direitos, mas os marceneiros obtiveram conquistas importantes. Outro destaque foram os inúmeros cursos para dirigentes de base, militantes e trabalhadores e o fortalecimento da organização dos trabalhadores nos níveis nacional e internacional.

Entre os principais pontos das campanhas salariais estavam: luta contra a flexibilização dos direitos trabalhistas; redução progressiva da jornada de trabalho sem redução de salário; fim da exportação de madeira bruta e importação de móveis prontos; aprofundamento do sistema de eleição de representantes sindicais nos locais de trabalho; ampliação na participação dos lucros entre outras reivindicações.

A posse na nova direção, cujos primeiros nomes reproduzimos a seguir, ocorreu no dia 22 de agosto de 1998. Integravam a direção: Antônio Lopes (presidente), Joel Alves de Oliveira (vice-presidente), Arivonaldo Galdino, José Ribamar, Edson Matias, Maria da Paixão, Flávio Augusto e Antônio Macedo, além de 55 outros representantes sindicais para a composição das várias instâncias do Sindicato (conselho, direção de base etc).

## **Eleições de outubro de 1998**

Novas eleições majoritárias e proporcionais foram realizadas em 1998. O Sindicato, consciente de seu papel de classe, indicava de maneira aberta e direta, os candidatos que julgava defenderem os trabalhadores. Pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB): Valdimir Lopes, candidato a Deputado Estadual e Luiz Tenório de Lima, candidato a Deputado Federal. Pelo Partido dos Trabalhadores, Devanir Ribeiro, candidato a Deputado Federal. Pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil) Jamil Murad, candidato a Deputado Estadual; Aldo Rebelo, candidato a Deputado Federal e David Zaia, candidato a Deputado Estadual pelo Partido Popular Socialista, o PPS.

## **A perda de dois valorosos companheiros**

Em novembro de 1998, o Sindicato dos Marceneiros perde dois guerreiros defensores dos trabalhadores marceneiros. Ambos deixam uma lacuna e um exemplo.

O primeiro deles foi o Dr. Altivo Ovando, advogado do Sindicato durante 44 anos. Começou a trabalhar para a categoria, defendendo os trabalhadores, em 15 de janeiro de 1955 e o fez até seu último dia de vida, em 21 de novembro de 1998 com 78 anos de idade. Participou ativamente dos principais momentos e lutas da história dos marceneiros de São Paulo, tendo sido, até o momento, o funcionário com maior tempo de casa. Deixou esposa, 5 filhos, 9 netos e uma bisneta em gestação.

Outro imprescindível companheiro foi José João Dias, falecido em 30 de novembro, ainda muito jovem, com apenas 42 anos. Entre 1990 e 1992 foi 2º Secretário Geral de nosso Sindicato e no momento de seu falecimento exercia o mandato de diretor de base. Entre suas características estava a boa oratória, as palavras certas nos momentos certos, a paciência e as orientações claras aos companheiros trabalhadores. Deixou esposa e dois filhos.

## **Cursos profissionalizantes e reforma na sede**

O Sindicato investiu pesadamente para a reforma da sede e assim construir no 4º andar a escola profissionalizante da categoria. Em valores da época, outubro de 1998, foram mais de R\$ 200 mil. O objetivo era fornecer oportunidades para uma melhor qualificação profissional à categoria diante um mercado cada vez mais competitivo. As primeiras turmas começaram no mês de novembro de 1998, nos seguintes cursos: informática, leitura e interpretação de desenho de móveis, costura para estofado e tapeçaria. Na subsede do Taboão da Serra foram realizados cursos de informática e eletricidade predial. Em 18 de março de 2000 houve a cerimônia da primeira turma de formandos. No evento, além de diretores do Sindicato dos Marceneiros e demais convidados, estava Walter Barelli, Secretário Estadual do Trabalho e ex-diretor técnico do Dieese.

## **Plano Real aumenta exploração**

Em 01º de julho de 1999 o Plano Real completava 5 anos com enormes prejuízos à classe trabalhadora. Apesar de ter diminuído radicalmente a inflação, o que é vital aos trabalhadores e ao povo, criou uma série de problemas altamente negativos. Uma inflação baixa e juros altos produzem um ambiente especialmente benéfico aos empresários, principalmente do setor financeiro. A conta, como sempre, ficou com os trabalhadores: 40% de perda salarial; antes do Plano Real o desemprego estava em 4%, depois, subiu para 10%, o que representava 10,4 milhões de trabalhadores, na cidade de São Paulo a situação era ainda pior: 20,3% de desemprego. A aposentadoria se tornou ainda mais difícil; os servidores perderam estabilidade; em 1994 a dívida interna e externa do Brasil somavam R\$ 95 bilhões, em 1999 chegou a quase meio trilhão de reais e as privatizações de estatais vitais e gigantes foram, na verdade, uma doação aos empresários privados: as estatais eram saneadas, recebiam investimentos, o BNDES emprestava dinheiro aos compradores e os preços de venda muito menores do que realmente valiam. Ou seja, a privatização foi um negócio melhor do que um pai faria para um filho. Por fim, o período do Plano Real na década de 1990 com Fernando

Henrique Cardoso resultou em um balanço bastante negativo ao povo e à classe trabalhadora.

### **FETICOM-SP e as eleições de outubro de 1999**

Segundo o órgão informativo oficial do Sindicato dos Marceneiros de fevereiro de 2000, “O Pica-Pau”, a FETICOM-SP sofria um forte retrocesso. Joel Alves de Oliveira, ex-presidente de nosso Sindicato e, no momento em questão, vice-presidente, exercia também o cargo de presidente da FETICOM-SP desde 1996. Em outubro de 1999 concorreu à reeleição da federação estadual, mas, conforme “O Pica-Pau”, *“caiu em mãos erradas (...) com muitas manobras sujas um grupo de pessoas distantes (...) chegou à presidência da entidade, fechando suas portas para os trabalhadores e para a luta. Os sindicatos que não concordaram com essa postura fundaram a Associação. (...)”*. A Associação Solidária dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário, fundada em 1999, passou então a negociar em nome de vários sindicatos. Segundo “O Pica-Pau” de agosto de 2000, eram 23 os sindicatos que já faziam parte da nova Associação.

## **CAPÍTULO 6 – A VIRADA DOS ANOS 2000 ATÉ HOJE**

### **PELA PRIMEIRA VEZ, UM OPERÁRIO PRESIDENTE**

*85 bilionários possuem a mesma riqueza que  
metade da humanidade,  
ou seja, 3,5 bilhões de outros humanos*

*Relatório “Working for the Few” da ONG britânica Oxfam*

## **Seminário, reivindicações e campanha de 2000**

Nos dias 29 e 30 de julho de 2000, a direção executiva e de base do Sindicato, junto com cipeiros e delegados sindicais, realizaram seminário com o objetivo de organizar a Campanha Salarial de 2000. Os debates contaram ainda com três palestras sobre saúde do trabalhador, organização sindical e conjuntura econômica. Foram ministradas, respectivamente, por Clemente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Joel vice-presidente dos marceneiros e Ilmar do Dieese.

No dia 11 de agosto foi realizada assembleia onde se aprovou a pauta. Seus principais pontos eram: 19,57%, sendo 9,57% de reposição inflacionária e 10% de aumento real; redução da jornada; salário profissional e organização no local de trabalho.

Outro ponto muito relevante da Campanha Salarial de 2000 era a unidade de vários sindicatos do setor. Ao total eram 23 sindicatos do Estado de São Paulo, unificados por meio da Associação Solidária buscavam, conjuntamente, o fortalecimento dos trabalhadores para obterem maiores conquistas junto ao governo e aos patrões.

## **Resultados do ano de 2000**

Foram 4 assembleias gerais na sede e subsede, mais de 60 assembleias nas fábricas com a participação direta de mais de 5.700 trabalhadores, além do forte apoio da Associação Solidária.

As conquistas foram: 7% de aumento ou o INPC (índice que mede o aumento dos preços) caso este seja maior; aumento do reembolso refeição e creche; garantia de negociação de PLR; reajustes maiores para os pisos, além da manutenção de outras cláusulas sociais.

## **Dia de festa, inauguração e organização**

No dia 17 de março de 2001 os trabalhadores da categoria foram convidados a um evento realizado nas dependências do Sindicato. Os motivos eram vários: inauguração

das novas instalações; inauguração da Escola Profissional; Comemoração do Dia de São José, padroeiro da categoria e lançamento da campanha de sindicalização. As atividades foram encerradas com uma grande festa e baile de confraternização.

### **Espaços para o diálogo e negociação**

Cobrado há muito tempo pelo Sindicato, o governo resolveu participar e assim o fórum tripartite para o setor de móveis foi ativado. Participam das discussões o Ministério da Indústria e Comércio, empresários e sindicatos. No dia 23 de janeiro de 2001, em São Paulo, foram apresentados 16 projetos pelos sindicatos e empresários, destacando-se: certificação da madeira dos móveis nacionais, para impedir a extração predatória da madeira e o trabalho infantil; requalificação dos trabalhadores do setor; investimento no parque nacional moveleiro e na construção de centros tecnológicos e geração de emprego. No mês seguinte, 06 de fevereiro, o Ministro da Indústria e Comércio, apresentou proposta de investimento para os quatro anos seguintes, no valor de R\$ 6 bilhões. Os sindicatos participantes do fórum, além dos marceneiros, querem que os recursos destinados à requalificação dos trabalhadores sejam administrados diretamente pelos sindicatos, pois são eles que conhecem os trabalhadores.

Outros dois fóruns de extrema importância também contavam com a participação do Sindicato dos Marceneiros, um deles era o *Fórum Permanente de Consulta dos Trabalhadores do Setor de Móveis e da Construção* e o outro estava no nível do Mercosul específico para a discussão do setor moveleiro.

### **Primeiro de Maio contra FHC!**

Fernando Henrique Cardoso (FHC), presidente da República desde 1994, acumulava em 2001 uma coleção de maldades contra os trabalhadores. O jornal “O Pica-Pau” em sua edição de maio de 2001, divulgou algumas delas:

- Em 1994, logo após assumir a presidência, FHC acabou com a política de reajuste salarial. Deixou exclusivamente para os sindicatos tal responsabilidade. Os sindicatos de luta, que são minoria no país, em um universo de aproximadamente 20 mil organizações, puderam garantir resultados decentes aos seus representados. No entanto os trabalhadores representados por entidades fracas, desorganizadas e pelegas, ficaram a ver navios.
- As violentas privatizações foram, na verdade, doação de enormes patrimônios públicos, construídos com o suor do povo, a grandes empresários, principalmente estrangeiros. Isso pode ser considerado como um crime de lesa-pátria. Aloysio Biondi publicou em 1999 talvez o mais importante trabalho a respeito das privatizações nos anos 1990: *“O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado”* (esse estudo está disponível na *internet* e vale a pena ser lido) nesse didático estudo de fácil compreensão para leigos em “economês” Biondi demonstra que, em números de 1999, o governo arrecadou com as privatizações R\$ 85,2 bilhões. No entanto, gastou com as mesmas, R\$ 87,6 bilhões. Ou seja, o governo alegava que necessitava privatizar para poder economizar e investir em áreas mais prioritárias, como educação, saúde etc. Puro engano, o saldo final das privatizações, como vimos, foi negativo em, ao menos, R\$ 2,4 bilhões. O gasto do governo ocorreu, pois, antes de vender (ou doar) a empresa, o governo assumia suas dívidas, emprestava o dinheiro para o comprador adquiri-la, fazia investimentos, saneava as dívidas da estatal etc. Enfim, um grande negócio! Um negócio da China! O problema é que dessa “festa” com o dinheiro público, o trabalhador ficou de fora. Ou melhor, foi ele que, mesmo não tendo participado da festa, pagou a conta!
- Seis anos sem reajustar os salários dos servidores públicos.
- Assumiu com o FMI compromisso de manter os juros altos.

- Orientou a Justiça do Trabalho em cortar direitos e não conceder reajustes em dissídios coletivos.
- Baixou os juros da poupança.
- Aumentou o desemprego em quase 100%. Em 1994 havia 800 mil desempregados na área metropolitana de São Paulo. Em 1999 quase 2 milhões.
- O crime organizado aumentou.
- Corrupção aumentou e ninguém foi julgado. Havia denúncias de contas em paraísos fiscais, como nas Ilhas Cayman, até do próprio FHC. Seus aliados, como Antônio Carlos Magalhães e Jader Barbalho estavam envolvidos em escândalos de enriquecimento ilícito.
- Reprimiu violentamente os movimentos sociais de trabalhadores, como o Movimento dos Sem Terra (MST). O caso mais conhecido foi o assassinato de 19 sem-terra em 1996 em Eldorado dos Carajás, Pará.

Por isso, foi marcada uma manifestação, no dia 1º de maio de 2001, às 9 horas no Sindicato. Depois os marceneiros se juntariam aos trabalhadores de outras categorias no ato convocado pelo Fórum Nacional de Lutas e pela CUT no Vale do Anhangabaú.

### **Os marceneiros na origem do Primeiro de Maio**

A bela e emocionante história a seguir é uma adaptação do que foi publicado pelo “O Pica-Pau” em maio de 2001. Trata das origens do *1º de Maio, o Dia do Trabalhador*.

Essa e muitas outras histórias relacionadas aos trabalhadores e, na verdade, a maioria delas, são desconhecidas dos próprios trabalhadores e do povo em geral. Os donos dos grandes meios de comunicação poderiam prestar um excelente serviço à sociedade ao informá-la sobre as lutas e as dificuldades de gerações inteiras, muitas vezes pagando com a própria vida, para a conquista de direitos, por menores que fossem, que hoje nos beneficiamos.

No entanto, os meios de comunicação pertencem às classes dominantes, representam, na esmagadora maioria das vezes, os donos das empresas, das fábricas, das indústrias. Assim, acabam omitindo a história do povo e dos trabalhadores. E fazem isso propositalmente: quem não se conhece, quem não sabe o seu passado, não consegue entender o presente e assim planejar o futuro. Esse é justamente o objetivo, esconder a história e assim dificultar ao máximo possível a luta por uma sociedade mais justa. Uma sociedade menos desigual acabaria com os privilégios de uma minoria, acostumada a viver à custa da maioria: nós, os trabalhadores.

“Em seu congresso de 1884, a central sindical dos Estados Unidos (*American Federation of Labor*) decidiu, por meio de sugestão do marceneiro *Gabriel Edmonston* que a jornada de trabalho passasse a ser de 8 horas diárias a partir de 1º de maio de 1886. Até então, as jornadas eram extremamente longas, chegando até a 16 horas diárias ou mais. As empresas que não cumprissem com isso, teriam a paralisação das atividades por parte dos trabalhadores. Por óbvio foi necessário que muitas greves fossem realizadas. Aos poucos os patrões cederam e em muitos Estados foram aprovadas leis tornando o limite das 8 horas obrigatório. Um dos lugares onde os patrões eram mais gananciosos e violentos, era Chicago. A cidade, em 1º de maio de 1886 amanheceu paralisada. Houve uma passeata que terminou em um memorável comício. Mesmo três dias depois, a greve continuava diante a intransigência dos patrões. Diante da fábrica *McCormick Harvester*, a polícia disparou contra um grupo de operários. Seis morreram, 50 foram feridos e centenas presos.

Um dos dirigentes chamou uma nova concentração para o dia seguinte. Nela, houve um banho de sangue. Depois de uma bomba explodir entre os policiais, estes começaram a atirar em todas as direções aleatoriamente. Centenas de trabalhadores foram feridos. Dezenas morreram. O governo decretou estado de sítio e proibiu o povo de

sair às ruas. A ‘justiça’ agiu rapidamente. Processou e levou a júri vários líderes sindicais: *August Spies, Samuel Fielden, Oscar Neeb, Adolph Fischer, Mechel Schwab, Louis Lingg e George Engel*.

O julgamento foi uma farsa. Provas e testemunhas foram inventadas. Um jurado disse: ‘que sejam enforcados; são homens demais desenvolvidos; demais inteligentes, demais perigosos’.

A sentença foi dada em 09 de outubro de 1886: *Parson, Engel, Fischer, Lingg e Spies* foram condenados à morte; *Fielden e Schwab* à prisão perpétua e *Neeb* a 15 anos de cárcere. Um mês depois *Spies, Engel, Fischer e Parson* foram enforcados e *Ligg* suicidou-se na cadeia.

Seis anos após os assassinatos a sentença foi anulada, os três sobreviventes libertados e o juiz, os jurados e as falsas testemunhas acusadas de infâmia. Em 1890 a *AFL* convocou uma greve geral para o dia 1º de maio, que teve repercussão mundial e acabou consagrando a data como o dia do trabalhador.

No Brasil, o primeiro ato do 1º de maio ocorreu na cidade de Santos em 1895. A iniciativa foi do Centro Socialista, fundado por Silvério Fontes, Sóter Araújo e Carlos Escobar.”.

### **Lopes eleito para mandato de 2002 a 2006**

No dia 17 de agosto de 2002 foi eleita a nova diretoria do Sindicato dos Marceneiros para o mandato de 2002 a 2006, com a reeleição de Antônio Lopes para a presidência. O evento contou com a presença de deputados estaduais, federais, sindicalistas de outras regiões do país e, principalmente, com a forte presença dos trabalhadores e trabalhadoras da categoria. Entre outros compromissos, a nova direção assumiu a tarefa de investir, cada vez mais, na área da educação, principalmente após a inauguração da Escola de Formação e Qualificação Profissional da categoria, inaugurada em 2001.

## Conquistas da Campanha Salarial de 2002/2003

Um dos destaques foi o avanço em relação à Participação nos Lucros e Resultados, a PLR. No acordo aprovado para todos os trabalhadores (móveis, cortinados, estofos, junco, vime, vassouras e pincéis) ficou garantido:

- As empresas até 50 trabalhadores devem negociar PLR até 30 de agosto de 2003, depois pagam multa, sendo que a partir de 2003 a PLR passou a ser cláusula da convenção coletiva;
- Manutenção de todas as cláusulas sociais;
- Em abril de 2003 os patrões devem se reunir novamente com o Sindicato;
- Reajuste de 9,30% ou INPC – o que for maior e
- Valor da creche passa para R\$ 80,00 e refeição é mantido no valor de R\$ 7,00.

## “Liberdade” na economia dos outros é refresco

Entre os dias 01 a 07 de setembro de 2002 mais de 10 milhões de brasileiros votaram no plebiscito para saber se o Brasil deveria ou não aderir à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A expressão “livre comércio” servia somente para os Estados Unidos. Isto é, os produtos das empresas com sede no “Império” teriam livre acesso aos mercados de toda a América. O inverso não. Isso representaria uma desastrosa desindustrialização para todos os outros países, inclusive o Brasil, além de desemprego ainda mais elevado e a destruição dos direitos trabalhistas, para satisfazer a sanha por lucros dos capitalistas estadunidenses. Foi fundamental, na época, o sonoro NÃO aos Estados Unidos dito por 98% dos que votaram, conforme tabela abaixo:

| Resultado do plebiscito |                   |
|-------------------------|-------------------|
| NÃO à ALCA              | 9.979.964 (98%)   |
| Sim à ALCA              | 113.643 (1%)      |
| Branco/Nulo             | 55.935            |
| <b>Total</b>            | <b>10.149.542</b> |

O recado dos trabalhadores aos imperialistas estadunidenses foi claro: vá explorar outra freguesia!

O Sindicato dos Marceneiros participou ativamente dessa campanha pelo NÃO À ALCA. Em suas instalações foram colocadas urnas, onde votaram mais de 2 mil trabalhadores.

### **Virada histórica de Lula em 2002**

Historicamente, o Sindicato sempre apoiou candidatos, majoritários e proporcionais, nas eleições realizadas no país. Essa posição é fruto da certeza de que trabalhador deve votar em trabalhador e que os representantes da burguesia vão defender os interesses da classe que defendem.

Sendo assim, em setembro de 2002, o Sindicato publica uma edição especial de “O Pica-Pau” com os nomes e breves históricos dos candidatos fraternos aos marceneiros. Eram eles: Lula para presidente; Genoíno para governador; Mercadante e Wagner Gomes para o Senado; Jamil Murad, Aldo Rebelo e João Paulo Cunha para Deputado Federal e Ana Martins, Adriano Diogo, César Rasec e Emídio de Souza para Deputado Estadual. Como sabemos, Lula foi eleito rompendo com uma história de mais de 500 anos de dominação.

### **Greve histórica na Giroflex**

Em 2003 as negociações sobre a PLR com a Giroflex começaram no mês de março e até quase o final do ano a empresa continuava inflexível, chegando a afirmar que simplesmente não pagaria PLR, apesar de tal direito já estar garantida inserção na convenção coletiva. O Sindicato e os trabalhadores, diante a intransigência da empresa, resolveu iniciar uma greve na unidade de Santo Amaro. Foram quatro dias de greve e nesse tempo a ação da empresa foi a pior possível. Instalou um política ditatorial e de repressão ao contratar “jaguços” para reprimir e intimidar os trabalhadores em seu pleno de reivindicar e, se for o caso, recusar a vender a sua força de trabalho, ou seja, fazer greve. A empresa somente resolveu negociar quando o juiz

ameaçou mandar pagar a PLR em 48 horas com a incidência de multa, caso o prazo não fosse respeitado. Ao final das contas, os trabalhadores tiveram a PLR garantida, além de os 4 dias de greve não poderem ser descontados e nenhum trabalhador demitido num prazo de 90 dias. Essa é mais uma amostra que somente com organização e luta os trabalhadores conseguem arrancar os direitos dos patrões, sempre individualistas e avarentos.

### **Curso de Oratória**

O Sindicato realizou curso de oratória para a diretoria em duas etapas: a primeira nos dias 25 a 27 de abril de 2003, para 26 diretores e a segunda nos dias 23 a 25 de maio também para outros 26 diretores. Ambos os cursos foram realizados na colônia de férias do Sindicato dos Marceneiros em Itanhaém. A importância de um curso como esse é enorme. Faz parte do dia a dia do dirigente sindical o uso do argumento para convencer trabalhadores e “vencer” os patrões na defesa dos direitos da classe operária.

### **VIII Congresso dos Marceneiros**

Com a participação de mais de 200 companheiros e companheiras foi realizado nos dias 10 a 13 de julho de 2003 o 8º Congresso dos Trabalhadores Marceneiros de São Paulo. Além dos trabalhadores e delegados, nele estiveram presentes vários convidados nacionais e internacionais, destacando-se o presidente da CUT Nacional, Luis Marinho; o Secretário Geral da CUT Estadual São Paulo, João Oliveira; o diretor executivo da Fundacentro, Antônio Lambenucci; o Secretário de Meio Ambiente da cidade de São Paulo, Adriano Diogo; o deputado federal pelo PC do B, Jamil Murad; o deputado estadual pelo PC do B, Nivaldo Santana; o presidente da Federação dos Sindicatos da Construção e Secretário Geral da UITBB, José Diniz; o Secretário dos Trabalhadores da Construção da Austrália, Andrew Ferguson; o presidente do

Sindicato dos Trabalhadores da Construção da Jordânia, Mahmoud Al Hivary entre vários outros.

### **Campanha Salarial 2003/2004**

Além de a reposição integral da inflação no período (17,51%), foram mantidos os direitos sociais (tolerância de atrasos, fornecimento de ferramentas etc) e a PLR para empresas até 50 trabalhadores. No início da campanha, os patrões não queriam pagar nem ao menos a inflação. Por isso, importantes greves ocorreram na categoria, como a histórica paralisação na Giroflex e as inúmeras greves na *Lafer*, por exemplo.

### **Luto na categoria**

Em 21 de outubro de 2003 suicidou-se o companheiro João Batista Ramos, na própria empresa, a *Lucca*. Além de operário era também diretor de base da categoria. Havia acabado de terminar o curso Supletivo realizado em nosso Sindicato, cuja formatura foi realizada no dia 07 de dezembro de 2003. Destacou-se em seu trabalho de representação político-sindical, dando seguidas contribuições de combatividade, luta e participação. Assim, deixou marcas exemplares em seu trabalho e por isso lacunas que não puderam ser plenamente preenchidas.

### **Lopes é eleito para a direção do PC do B**

Em uma das maiores conferências de sua história, mais de 400 delegados do Partido Comunista do Brasil elegeram o presidente de nosso Sindicato como um dos oito suplentes da direção estadual do PC do B, juntamente com outros 53 efetivos. Apesar de estar há pouco tempo filiado ao partido, Lopes já havia se destacado em sua militância a ponto de ter sido reconhecida sua liderança para contribuir também com a luta partidária.

### **Mais dois grandes companheiros deixam a categoria**

Trabalhador na Sincol, José Batista Gomes, faleceu em 23 de fevereiro de 2004, após 4 mandatos como diretor de base. Além de a militância sindical desde 1985, também participava ativamente das organizações comunitárias de bairro, associando-a à luta dos trabalhadores. Deixou um exemplo de firmeza e tranquilidade na forma de atuação política.

Outro grande companheiro que cumpriu sua missão foi Lazinho, Lázaro Paulino Maia. Em 15 de março de 2004, perdemos uma das maiores lideranças da categoria dos marceneiros de São Paulo. No momento do golpe de 1964 era Secretário-Geral de nosso Sindicato, quando, junto a outros companheiros, como o então presidente Salvador Rodrigues, foram cassados e perseguidos. Lazinho, por exemplo, teve de entrar para a vida clandestina, inclusive sendo obrigado a mudar de nome para que não fosse apanhado pela ditadura. Com a redemocratização, voltou ao merecido cargo de Secretário-Geral no período entre 1981 a 1987. Após completar seu tempo de trabalho, na categoria e na direção do Sindicato, tornou-se presidente da Associação dos Marceneiros Aposentados.

### **Balcão de emprego no Sindicato**

Em junho de 2004 passou a funcionar um novo serviço oferecido aos trabalhadores pelo Sindicato, tratava-se do *Balcão de Emprego e Renda*. Por meio da informatização e do uso da *internet*, trabalhadores ofereciam seus serviços e empregadores divulgavam as vagas disponíveis. Cruzando-se os dados, o novo sistema informatizado faria a conexão entre a oferta e a procura de trabalho. Para isso, era necessário que tanto os trabalhadores desempregados como as empresas se cadastrassem, o qual pode ser feito tanto pessoalmente como por meio do *site* ou *email* do Sindicato.

### **Seminário e formação para a campanha de 2004**

Com o objetivo de fortalecer a luta sindical e a campanha salarial de 2004-2005, o Sindicato ofereceu aos diretores de base e a mais de 100 trabalhadores da categoria, um curso de formação. Durante os dias 23 a 25 de julho de 2004 vários especialistas, entre eles militantes e intelectuais, como, por exemplo, Wagner Gomes, Altamiro Borges, Nivaldo Santana, Luiz Carlos de Queiróz, Miguel Huertas e Saulo Aristides, contribuíram para o desenvolvimento de reflexões e debates de interesse da classe operária. Os temas abordados foram: a história de luta dos trabalhadores brasileiros; mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na subjetividade; as potencialidades e os limites do sindicalismo; atualidade da conjuntura e os desafios do movimento sindical.

### **O Sindicato intensifica participação na sociedade**

Além de lutar pelos direitos básicos e fundamentais dos trabalhadores, como, por óbvio, a questão salarial e a saúde e segurança ocupacional; o Sindicato dos Marceneiros, como sempre fez, continuou sua luta em várias outras frentes. O companheiro Antônio Lopes, presidente, integrava o Conselho Sindical da Delegacia Regional do Trabalho, além de ser tesoureiro da CONTICOM (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Madeira e Floresta) e membro da Federação Latino americana dos Sindicatos de Trabalhadores da Construção e da Madeira. O Secretário Geral, Edson Matias, era um dos membros do Conselho de Habitação da cidade de São Paulo e suplente no conselho do Centro Esportivo e Recreativo do Trabalhador (CERET). O companheiro Flávio, tesoureiro, faz parte do Conselho Gestor do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CRST) da Freguesia do Ó. O 2º Vice-Presidente, Aristeu, está no conselho gestor do CRST da Mooca e o 1º Vice-Presidente, Arivonaldo, está no CRST da Lapa.

Essa presença variada da direção do Sindicato demonstra a estratégia da entidade em, como já dissemos, não só estar na luta dos interesses direitos dos trabalhadores, mas

também marcar presença em outros níveis do campo sindical e na elaboração de políticas públicas, provando que o trabalhador é sim capaz de cuidar, ainda melhor, da administração da sociedade.

### **Quanto melhor, melhor**

Contrariando a ideia do quanto pior, melhor, com apenas um ano de governo e apesar da herança maldita herdada de Fernando Henrique Cardoso, a gestão de Lula, em 2004, já mostrava melhoria da economia, dos salários e do emprego.

Com isso, os sindicatos se fortaleciam, pois com o mercado de trabalho aquecido, aumentava a necessidade das empresas em contratar trabalhadores, assim, a classe operária podia reivindicar seus direitos com maior poder de barganha. Consequentemente as vitórias eram maiores. Depois de muitos anos amargando perdas, como, por exemplo, durante a década de 1990, foi retomada a reposição da inflação e também de aumentos reais. Em 2004, os marceneiros de São Paulo conseguiram a reposição integral da inflação e um aumento real que variou de 1,93% a 2,88%, dependendo da faixa salarial, além de a manutenção das cláusulas sociais da convenção coletiva. Iniciava-se um período de retomada dos ganhos e recuperação salarial, especialmente para os salários mais baixos.

### **Marceneiros no Fórum Social Mundial**

Entre os dias 26 a 31 de janeiro de 2005, cinco companheiros marceneiros participaram da quinta versão do Fórum Social Mundial (FSM). Realizado na cidade de Porto Alegre, o FSM surgiu em 2001 como contraponto ao Fórum Econômico Mundial, cujo objetivo é promover um debate entre os donos do poder, isto é, entre os capitalistas mais poderosos e políticos que compartilham das ideias da elite global: tudo para pouquíssimos e quase nada para quase todos. Não é demais lembrar, segundo já afirmamos na abertura do presente capítulo, que 85 multibilionários possuem a mesma riqueza que metade da humanidade: 3,5 bilhões de habitantes.

Por isso, iniciativas como o FSM unificam globalmente a voz de grupos e pessoas que se contrapõem à ordem capitalista mundial, responsável pela tragédia social em que vivemos. Conscientes dessa realidade, a delegação dos marceneiros de São Paulo aproveitou o evento ao máximo, compartilhando reflexões com outros grupos, movimentos sociais e sindicais os mais diversos possíveis.

### **Trabalhar com fome**

De 19 de maio de 2005 a 07 de junho, ou seja, durante 20 dias, os trabalhadores na Lafer, tradicional empresa de móveis, fizeram greve por direitos básicos, entre eles, tíquete refeição e café da manhã com pão, manteiga e leite. É inconcebível imaginar que, em pleno século XXI, os trabalhadores em uma empresa de grande porte e reconhecida nacionalmente sejam levados a quase um mês de greve para simplesmente não trabalharem com fome. Parece que estamos falando de uma fábrica do começo da Revolução Industrial no século XVIII ou ainda do Brasil Colônia quando a mão de obra era escrava. Uma empresa que se diz inovadora e moderna, no mínimo, considera o trabalhador como seu mais importante patrimônio e não como uma peça que pode ser usada até o fim e depois descartada.

Infelizmente na sociedade em que vivemos, a capitalista, a empresa é vista como um fim em si mesma, o que é um absurdo, quer dizer, ela acaba se tornando o contrário do que deveria ser. Por exemplo, qual é a utilidade ou importância de uma empresa que produz cadeiras? Obviamente é produzir cadeiras de qualidade e para todos, correto? Sim, e isso parece ser mais do que óbvio. Entretanto, na sociedade capitalista o objetivo principal dessa empresa que produz cadeiras não é produzir cadeiras, mas sim obter lucros. Além disso, os lucros não são apropriados ou divididos para os trabalhadores, os verdadeiros criadores da riqueza. Um pequeno punhado de pessoas, consideradas donas da empresa, concentra para si o fruto do trabalho de todos.

O raciocínio é muito simples: quando alguém se apodera do resultado do trabalho de vários outros, muitos ficarão pobres e pouquíssimos se tornarão ricos. Essa é a explicação da origem da riqueza e da pobreza. Qualquer outra interpretação será

enganosa ou superficial. Aliás, as explicações sobre a causa da riqueza e da pobreza normalmente são mentirosas, justamente para se evitar que, os trabalhadores, saibam que são explorados. São exatamente eles os criadores da riqueza do patrão.

Uma das obras primas da cultura brasileira é uma poesia de Vinicius de Moraes chamada *“O operário em construção”*. Em um de seus mais belos trechos, o autor nos mostra uma verdade essencial ao falar da grande descoberta de um operário:

*“Notou que sua marmita  
Era o prato do patrão  
Que sua cerveja preta  
Era o uísque do patrão  
Que seu macacão de zuarte  
Era o terno do patrão  
Que seus dois pés andarilhos  
Eram as rodas do patrão  
Que a dureza do seu dia  
Era a noite do patrão  
Que sua imensa fadiga  
Era amiga do patrão*

Essa é a lógica que explica a ganância das empresas, base do sistema capitalista. Como um sistema econômico e social, fundamentado no egoísmo e na extrema concentração de riqueza, pode produzir uma sociedade feliz? Simplesmente não pode.

A frase que abre o presente capítulo escancara essa realidade: no mundo atual, 85 pessoas (é isso mesmo, somente 85!) possuem a mesma riqueza que metade da humanidade: 3,5 bilhões de pessoas.

Por isso, que os trabalhadores não tenham dúvidas: somente sua organização poderá garantir os seus direitos, os trabalhadores na Lafer que o digam...

Enfim, após 20 dias de greve, conquistaram PLR de R\$ 500,00; convênio médico extensivo aos dependentes e 60 dias de estabilidade no emprego. Quanto ao café da manhã e tíquete refeição, a decisão ficou para o TRT.

## Formação é essencial

Realizado frequentemente, mais uma vez, agora na Campanha Salarial de 2005/2006, o Sindicato dos Marceneiros promoveu entre os dias 22 a 24 de julho de 2005 seminário formativo para o debate de temas vitais aos interesses dos trabalhadores. Nas discussões foram abordados os temas da previdência social; saúde e segurança ocupacional; conjuntura política e situação econômica, como crescimento, atividade industrial entre outros.

Para que o trabalhador tenha consciência sobre a classe social a que pertence, não basta simplesmente ser trabalhador. Isso não se nasce sabendo, somente se aprende vivendo. Essa consciência depende de conhecimentos normalmente adquiridos ou na família ou na escola ou nos livros ou no partido ou no sindicato. Infelizmente, a televisão, que poderia ser um grande instrumento de elevação cultural e política da classe trabalhadora, na maior parte das vezes, presta um grande desserviço ao povo. Sua programação vulgar e de baixa qualidade contribui somente para a alienação e o desenvolvimento de vícios como, por exemplo, o individualismo e o egoísmo. Assim, os trabalhadores que devem se unir, deixam de ser solidários e passam a competir entre si. Essa competição somente beneficia o patrão. A velha e mentirosa estória de ser “competitivo” divide os trabalhadores colocando-os uns contra os outros. A vantagem, portanto, fica com o patrão, quando mais desunido estiver o trabalhador, mais fraco será, menos poder terá. Ele sim, o patrão, nas questões de fundo e mais importantes está sempre envolvido com os seus pares, formando a classe burguesa ou capitalista. A “competição” que eles tanto defendem é apenas aparente e superficial. Nenhum burguês comprometerá a existência do capitalismo competindo destrutivamente. Individualmente sabem que a continuidade do sistema capitalista significa a garantia de sua própria existência individual e enquanto classe social. Os grandes meios de comunicação estão, na esmagadora maioria das vezes, a serviço dessa lógica e, assim, contrários aos trabalhadores.

Nesse sentido é muitíssimo importante que, em nosso caso, os sindicatos deem uma atenção muito especial à formação cultural e política do trabalhador. Sem isso, ele, trabalhador, não saberá quem é. Não terá consciência de sua condição, da classe a que pertence, e pior ainda, não saberá que é explorado, pois pensará com a cabeça do explorador e, dessa forma, a exploração continuará.

### **Reivindicações, estado de greve e aumento real**

Na Campanha Salarial de 2005/2006 os marceneiros reivindicavam:

- Reposição integral;
- Aumento real;
- Horas extras a 100%;
- Cesta básica para todos;
- PLR;
- Café da manhã com pão e manteiga para todos;
- Comissão de Fábrica;
- Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço

Diante a proposta medíocre dos patrões, a categoria entra em estado de greve dando prazo até 07 de outubro para que a proposta das empresas fosse melhorada. Diante à organização dos trabalhadores, os patrões cederam e pagaram integralmente a inflação (4,99%) mais 2,5% de aumento real. Apesar de nem todas as demandas terem sido atendidas, a categoria saiu politicamente fortalecida.

### **A perda de mais um grande militante**

Filiado ao Sindicato dos Marceneiros desde 1986, o espanhol José Luiz Riveiro Mosquera, formado na Escola Náutica e Máquinas de *La Coruña*, Espanha, faleceu em 12 de outubro de 2005.

Com suas posições sempre equilibradas e objetivas contribuiu muito para a categoria, principalmente para a Associação dos Trabalhadores Marceneiros Aposentados, da qual foi diretor de 2002 a 2005.

### **Centro de Formação Profissional dos Marceneiros**

Em 18 de março de 2006 o Sindicato lança o projeto Cefomar, Centro de Formação Profissional dos Marceneiros, com o objetivo de garantir mais oportunidades de qualificação profissional aos trabalhadores da categoria. Por meio de parcerias, iniciou-se a oferta dos seguintes cursos: Informática básica aplicada às atividades do ramo mobiliário; Leitura e interpretação de desenho móveis; Desenho em Perspectiva de Ambiente e Móveis em prancheta; Desenho em Perspectiva de Ambiente Móveis em *software* (VDMAX); Administração financeira e gestão de custos e Auxiliar Administrativo com ênfase em Recursos Humanos.

### **Eleição sindical e posse**

Nos dias 8 e 9 de junho de 2006, a *Chapa Única dos Marceneiros* é eleita com 96,6% dos votos válidos, sendo apenas 2,55% em branco e 0,85% nulo. A posse foi realizada no dia 19 de agosto para o mandato entre 2006 a 2010.

## **A Campanha Salarial de 2006/2007**

A economia do país estava a pleno vapor. Somente no primeiro trimestre de 2006 a área industrial cresceu 3,4% - além da inflação em queda. Especificamente, o setor moveleiro igualmente ia muito bem. Entre 2000 e o início de 2006 cresceu 58%, sendo que em 2005 faturou 12 bilhões de dólares. Por isso, a reposição integral da inflação e mais aumento real era o mínimo que os patrões poderiam concordar.

A Campanha Salarial de 2006/2007 conquistou:

- Reajuste salarial de 5%, sendo 3% de reposição integral da inflação mais 2% de aumento real;
- Cesta básica de 20 kg gratuita para todos;
- Reembolso creche e refeição;
- Multa para a empresa que não pagar PLR;
- Manutenção de todas as cláusulas sociais e
- 11% para quem recebe o piso

## **R\$ 8 milhões de PLR em 2006**

Desde 2004 o pagamento de PLR começou a fazer parte da Convenção Coletiva da categoria, ou seja, todos os trabalhadores passam a ter mais esse direito. Estima-se que somente em 2006, os trabalhadores, ao total, receberam R\$ 8 milhões em forma de Participação dos Lucros e Resultados.

## **Fórum dos Moveleiros retoma atividades**

Seminário realizado nos dias 12 e 13 de abril de 2007 marcou a reativação do Fórum Permanente de Consulta dos Trabalhadores Moveleiros do Brasil<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup> Ver item “Fórum dos Trabalhadores Moveleiros” no presente texto.

Suas atividades ficaram suspensas por alguns anos, mas o Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo, juntamente com outras entidades sindicais tomaram a iniciativa de buscar a retomada do espaço tripartite. Seu objetivo é discutir conjuntamente o setor entre os sindicatos de trabalhadores do ramo no Brasil e, sempre que possível, ampliar o debate chamando patrões (ABIMOVEL) e governo (Fórum de Competitividade da Madeira e de Móveis, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) para encontrar estratégias que dinamizem o ramo mobiliário, de construção civil, madeira e floresta no país, bem como melhorar as condições salariais e de trabalho.

Entre as vitórias obtidas até então pelo Fórum está a lei que impede a exportação de madeira bruta e o fortalecimento de lutas dos trabalhadores, como a campanha pelo piso único e melhores condições de saúde e segurança.

Ainda entre outros pontos, um dos focos de reflexão do Fórum é o estabelecimento de APLs para o desenvolvimento da cadeia produtiva. Mais uma vez os trabalhadores demonstram que estão sempre à disposição para o diálogo.

### **Emenda 3**

Proposta pelos representantes dos patrões no Congresso Nacional, a Emenda Constitucional 03/2007 tentava promover um enorme ataque a direitos historicamente consagrados dos trabalhadores. Fazia parte do Projeto de Lei 6.272/05 que buscava mudar algumas regras da Receita Federal. No entanto, Lula a vetou e mesmo assim os parlamentares federais tentaram derrubá-lo.

Se aprovada, a Emenda colocaria em risco conquistas como férias, 13º salário, FGTS, licença maternidade, aposentadoria entre outros. A nociva proposta igualmente impediria, se aprovada, que fiscais da Receita Federal autuassem empresas responsáveis por terceirizações com o objetivo de camuflar relações de trabalho por trás da “prestação de serviços”.

## Formação política sindical

Por meio de encontros mensais com a diretoria de base, estruturou-se um curso com 9 módulos para ampliar o conhecimento geral, político e sindical. O primeiro ocorreu no dia 28 de maio de 2007 e tratou da crise do capitalismo nos dias atuais, tendo sido ministrado pelo jornalista Umberto Martins, da CUT Nacional.

## Ações internacionais

Ao menos desde 1955, o Sindicato dos Marceneiros já se preocupava com o sindicalismo internacional, conforme pode ser visto na edição de dezembro do “O Trabalhador em Madeira”<sup>88</sup>. Nos anos 1980 teve início, a partir da gestão de Joel Alves de Oliveira, a prática do sindicalismo internacional que se acentuou desde o início da presidência de Antônio Lopes na década de 1990.

Em 2007, por exemplo, em um curto espaço de tempo, o Sindicato participou das seguintes atividades internacionais: seminário internacional pelo banimento do amianto em Helsinque, Finlândia, organizado pela UITBB; reunião na Argentina contra os acidentes de trabalho, representando a CONTICOM e reunião da direção executiva, também da UITBB, ocorrida na Suíça, Genebra. Além de vários outros eventos em Cuba: Congresso Internacional de Saúde e Trabalho; curso internacional de políticas e ações sindicais que contou com a participação de 11 países da América Latina, organizado pela FSM; comemorações do 1º de Maio; evento com representantes de 72 países contra o bloqueio dos Estados Unidos e encontro hemisférico contra a ALCA.

Essa intensa agenda foi característica da atuação internacional do Sindicato dos Marceneiros desde o período mencionado.

A experiência internacional do Sindicato, devido sua dimensão e extensão, possui material mais do que suficiente para ao menos outro livro específico sobre o tema.

---

<sup>88</sup> Ver item “Filiação internacional e uma clara opinião ideológica”.

## **Seminário da Campanha Salarial para 2007/2008**

Consciente da importância do debate e da reflexão, já nessa época era tradição no Sindicato a realização de palestras e exposições para informar e motivar os trabalhadores na busca de uma campanha salarial vitoriosa. Sendo assim, realizou-se em 2007 o 15º Seminário de Organização da Campanha Salarial. A atividade contou com a participação de mais de 120 delegados representando 40 empresas. Os temas discutidos e respectivos expositores foram:

- Conjuntura Política Nacional e Internacional: José Reinaldo, Secretário de Relações Internacionais do PC do B;
- Perspectivas do Movimento Sindical: Pascoal Carneiro, membro da diretoria executiva da CUT Nacional;
- Segurança e Saúde no Trabalho: Carlos Aparício Clemente, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco;
- Previdência: José Arivan dos Santos, advogado do Sindicato;
- Política econômica e Campanha Salarial: Miguel Huertas, técnico do Dieese

A formação política é fundamental para a organização do trabalhador. O povo, no Brasil e no mundo, ainda não conseguiu tomar efetivamente o poder, mantendo-se subordinado às elites, pois lhe falta o pleno conhecimento da realidade, das causas que mantêm a exploração de uma pequena minoria sobre a imensa maioria. Não é demais mencionar novamente que apenas 85 pessoas em nosso planeta, atualmente, possuem a mesma riqueza que metade da humanidade: 3,5 bilhões de homens, mulheres e crianças. Esse é o maior absurdo social a que chegamos. A gigantesca e brutal desigualdade é possível porque a riqueza produzida por todos é apropriada, indevidamente, por uma elite muito pequena. Essa elite, na verdade, ao tomar para si a maior parte da riqueza produzida pelos trabalhadores, promove um verdadeiro saque permitido pelas leis. Ou seja, roubar do trabalhador a maior parte da riqueza que ele mesmo produz, não é considerado crime. No entanto, se esse mesmo trabalhador roubar um alimento para si ou para seus filhos terá grandes chances de ser encarcerado e na prisão sofrerá ainda mais, aprofundando o abandono de sua

família. Portanto, a maior parte das leis serve para que o explorador possa continuar a explorar os explorados!

Podemos nos perguntar surpresos: por que o povo e o trabalhador não entendem isso? Por que não percebem que a riqueza do patrão é a sua pobreza? Enfim, por que não têm a consciência de, sendo os criadores de tudo (ponte, carro, avião, ruas, prédios, casas, piscinas, navios, plantações, computadores, espaçonaves etc) não possuem o direito de usufruir dessa riqueza? Tudo isso não parece simples de ser entendido? É, na verdade, a ideia geral, simples assim. Sabendo disso, as classes dominantes construíram um sistema que mantém os explorados, os trabalhadores, alienados da verdade, longe da verdade.

Não sabendo da verdade, o povo não irá se rebelar e provocar a mudança, não tomará o poder. O povo, o trabalhador, pensa que o poder não lhe pertence. Somente os “iluminados”, os “grandes homens”, as “grandes personalidades”, os “grandes vultos da história” têm as condições e o direito de exercer o poder.

Ocultar a verdade ou esconder a verdade ou ainda mudar a verdade é o papel, salvo raras exceções, das instituições sociais encarregadas da educação e da comunicação: escolas, religiões, televisões, jornais, revistas e até mesmo a família, mesmo que inconscientemente, nesse último caso. Por exemplo, quantas vezes ouvimos dizer, ou até mesmo nós próprios já dissemos, aos nossos filhos, que sempre existiu pobreza e que, por isso, sempre existirá! Se é assim, a mudança, então, não é possível! Muitas vezes passamos a ideia de que não somos capazes e, por isso, atribuímos a outros, pequenos grupos da elite, a nossa proteção...Sejam eles políticos, empresários ou líderes religiosos. Se não somos capazes, ficamos contentes e agradecidos por alguém se importar conosco...por nos salvar...

O povo, o trabalhador, infelizmente, não faz, na maior parte das vezes, a menor ideia do poder que possui. O poder é do povo e dos trabalhadores, mas eles não sabem e, repetimos, são mantidos na ignorância para continuarem a serem explorados. Assim tem sido desde o Egito Antigo, há mais ou menos desde 7 mil anos.

Os faraós concentravam a riqueza e enganavam o povo e os trabalhadores por meio da religião. Diziam-se verdadeiros deuses e que, estando nessa condição, todo o restante lhes deviam respeito e obediência. Enquanto isso, o trabalhador, na situação de

escravo, pensava que era assim mesmo. Comportando-se bem, isto é, aceitando apaticamente a posição de escravo, os deuses, na vida além da vida, o recompensaria...

Nessa mesma lógica funcionaram outras civilizações da antiguidade, como a Grécia e Roma. Depois vieram os mil anos de feudalismo (aproximadamente do ano 300 até 1.300). A Igreja Católica Apostólica Romana era a maior autoridade política durante esse longo período. Extremamente poderosa tratava sem piedade alguma destruindo e matando quem ousasse questionar suas ideias. Em nome de Deus, aniquilava com mãos de ferro os que se rebelavam. A “Santa” Inquisição é um exemplo da prática desumana e devastadora da Igreja Católica Apostólica Romana.

Depois, muito rapidamente descrevendo, chegamos ao capitalismo, sistema existente até os dias de hoje. Nele, nós, trabalhadores, somente possuímos nossa força de trabalho, nosso corpo. E, ao menos, durante uma jornada de oito horas diárias, o vendemos para o patrão que, em troca, nos concede uma parte muito pequena do que produzimos. Todo o restante, conforme já dissemos, é por ele usurpado.

Atualmente, a televisão, salvo raras exceções, cumpre o papel de ocultar, mudar ou inverter a realidade, para que assim o povo e os trabalhadores continuem sendo enganados e alienados da realidade. No Brasil, há uma grande emissora de televisão que faz isso há décadas. Sua programação é vulgar, alienante, superficial e de extrema má qualidade e péssimo gosto. Sua programação puxa para baixo o gosto artístico ao transmitir, diuturnamente, conteúdos grosseiros, chulos e obscenos. Entopem nossos ouvidos com péssima música, jogam em nossas mentes estórias (telenovelas) que tratam o mundo do jeito que ele não é. Parece que no planeta retratado pela emissora não há conflitos entre patrões e trabalhadores e que a sociedade se resume a preocupações mesquinhas e simplistas. Todavia, se formos estudar a trajetória da humanidade, veremos que o motor da história tem sido justamente o conflito social. A “grande” emissora de televisão no Brasil, muitas vezes, também nos culpa pelo desemprego: há milhares de vagas, com a exigência de uma alta qualificação, você, trabalhador, não acorda cedo, é preguiçoso, não estuda...e por isso, está desempregado e ganhando pouco. É claro que nunca devemos desconsiderar, pelo contrário, o aspecto individual. Cada um de nós deve se esforçar, ao máximo possível,

para aprender constantemente. No entanto, isso, por óbvio, somente é viável se a oportunidade existe! Se eu tenho acesso à escola, à escola de qualidade nesse caso posso estudar, caso contrário, não! Esse raciocínio parece e é simples, mas a mídia o esconde. Escolas de qualidade existem somente para a elite. O trabalhador, igualmente, não faz política econômica, não decide sobre os investimentos das empresas, portanto, não é o responsável pelo desemprego. Entretanto, a manipulação das imagens e das palavras, pelos meios de comunicação, acabam culpando a vítima!

Dessa maneira, todas as possibilidades de educação e formação política são essenciais para o trabalhador, sendo o sindicato um protagonista muito importante nessa tarefa social vital.

### **Conquistas de 2007/2008**

Inflação mais 2,5% de aumento real, totalizando 7,54%, sendo de 8,8% o índice para quem ganha o piso. Foram esses os resultados econômicos da Campanha Salarial de 2007/2008. Entre as cláusulas sociais destacam-se: cesta básica para todos; cesta básica de 30 kg para quem não faltar injustificadamente; aumento dos reembolsos para creche; aumento de 5,5% do vale refeição e aumento da multa para a empresa que não negociar a PLR.

### **O Sindicato na comemoração dos 50 anos do Dieese**

Desde a sua fundação em 22 de dezembro de 1955, o Dieese possui uma grande história em comum com o Sindicato dos Marceneiros, conforme já comentada<sup>89</sup>. A entidade dos marceneiros colaborou de maneira decisiva para a criação do Dieese, tendo sido, na época, o presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo,

---

<sup>89</sup> Ver itens “A grande ligação entre o Sindicato e o Dieese”, “A gestão de Joel e o Dieese”, “Eleição no Dieese” e “O adeus a Salvador Rodrigues” no presente texto.

Salvador Rodrigues, um de seus fundadores. Outro presidente dos marceneiros, Joel Alves de Oliveira, igualmente presidiu o Dieese de 1983 a 1990. Ainda, a própria sede do Sindicato dos Marceneiros serviu como sede para o Dieese no período em que foi presidido por Joel.

Por toda essa história em comum, parte da comemoração dos 50 anos do Dieese ocorreu na sede dos marceneiros com uma exposição da história do Departamento e do movimento sindical brasileiro.

### **O Sindicato dos Marceneiros e a CTB**

Criada em 1988 e tendo o Sindicato dos Marceneiros como um de seus principais fundadores, a Corrente Sindical Classista representa a vertente sindical do PC do B. Desde então atuou dentro da estrutura da CUT, mas em 2007 avaliou que se perdeu espaço e força na defesa dos direitos dos trabalhadores na medida em que teria havido um atrelamento da CUT em relação ao governo federal.

Sendo assim, entre os dias 28 a 30 de setembro de 2007, na cidade de Salvador, durante o 7º Encontro Nacional da Corrente Sindical Classista, representantes de 400 entidades sindicais de todo o país decidiram pela criação de uma nova central sindical no Brasil.

Dando sequência a esse evento na Bahia, em 15 de outubro do mesmo ano, foi lançado na sede do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo o manifesto de fundação da nova central, a CTB. O objetivo da nova entidade nacional é lutar por um projeto de desenvolvimento, crescimento, valorização do trabalho e ampliação dos direitos dos trabalhadores. Sua orientação político-ideológica, por conta da proximidade com o PC do B, por óbvio está baseada no pensamento marxista, ou seja, comunista. Foi efetivamente fundada em congresso específico realizado na cidade de Belo Horizonte nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2007. Nesse evento Wagner Gomes, presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e ex-vice-presidente da CUT por dois mandatos, foi eleito o primeiro presidente da CTB. A nova entidade sindical, desde o seu princípio, nasce assumindo a posição de terceira maior central sindical do país, atrás apenas da CUT, em primeiro lugar, seguida pela Força Sindical.

## PIG

Na língua inglesa, a palavra PIG quer dizer *porco*, mas em português, no Brasil, PIG também é uma sigla que significa *Partido da Imprensa Golpista*. Essa expressão, popularizada por jornalistas e militantes geralmente de esquerda, é utilizada para mostrar que as sete famílias que dominam os grandes meios de comunicação no Brasil, agem como se fossem um partido, no caso um partido de direita. Ou seja, um partido político contrário aos direitos dos trabalhadores, contrário às políticas sociais, contrário ao aumento dos salários; enfim, um partido que defende os patrões, as elites econômicas nacionais e internacionais, especialmente os lucros das empresas multinacionais.

Ao longo dos 80 anos de história do Sindicato dos Marceneiros, relatada no presente livro, pudemos ver que os ataques da imprensa sobre os trabalhadores já constituem um hábito antigo<sup>90</sup>. Os políticos e partidos de esquerda, trabalhistas ou progressistas são atacados de maneira violenta e mentirosa. A verdade é ocultada, escondida ou invertida<sup>91</sup>, quer dizer, usa-se um conjunto de ideias (ideologia) para enganar o povo e o trabalhador tentando-se dizer que o patrão não é um explorador, mas sim um amigo ou parceiro do trabalhador...A grande mídia sempre tentou destruir os movimentos sindicais e sociais, criminalizando-os, ou seja, colar a imagem de que militantes seriam criminosos e não defensores de ideais e causas humanitárias. Foi dentro dessa lógica que no Brasil ajudaram a matar Getúlio Vargas, foram contra Juscelino Kubitschek, contribuíram muito para a queda de João Goulart, apoiaram a ditadura militar, perseguiram Leonel Brizola, tentaram derrubar Lula e atualmente buscam dar o golpe contra Dilma Rousseff devido seu governo desenvolvimentista fundamentado em pesados investimentos sociais e no desenvolvimento da economia nacional voltada para o consumo interno popular, bem como no aumento da renda e do crédito.

---

<sup>90</sup> Ver itens “A grande imprensa sempre ao lado dos patrões” e “O Machão” no presente texto.

<sup>91</sup> Para saber mais sobre esse tema, ler os textos da professora Marilena Chauí referentes ao conceito de ideologia.

O termo PIG (que em inglês significa *porco*) foi e é difundido pelo jornalista Paulo Henrique Amorim, responsável pelo *blog* “Conversa Afiada<sup>92</sup>”, entre outros *sites* e *blogs*.

O Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, consciente de tal realidade e preocupados com a formação constante de seus dirigentes de base promoveram, em 27 de agosto de 2007, a realização de uma palestra do jornalista Bernardo Joffily a respeito da ideologia contrária aos trabalhadores, ao povo, aos movimentos sociais e sindicais desenvolvida pela grande mídia brasileira.

### **SindFibra decepciona**

Mesmo com a economia do país em alta e lucros crescentes, inclusive em nosso setor, as empresas se negam a pagar um percentual de aumento real minimamente digno. Por exemplo, no setor de chapas e fibras há indústrias cujo aumento de lucros chegou a 40% em relação ao ano anterior, 2006. Portanto, os excelentes resultados deveriam ser compartilhados com os trabalhadores, na verdade, os verdadeiros produtores das metas alcançadas e até superadas.

### **Qualificação Profissional**

Em 26 de novembro de 2007, o Sindicato estabeleceu convênio com o IPP para oferecer cursos de qualificação profissional aos filhos de associados. As aulas seriam realizadas nas dependências do próprio Sindicato, a partir de fevereiro de 2008, para jovens entre 14 a 18 anos.

---

<sup>92</sup> Para acessá-lo clicar *link* [www.conversaafiada.com.br](http://www.conversaafiada.com.br).

## IX Congresso dos Marceneiros e eventos internacionais

Realizado nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho de 2008, em Itanhaém, o IX Congresso dos marceneiros foi precedido pela reunião da *FLEMACON* no dia 27 e pelo encontro do Comitê Executivo da *UITBB* nos dias 28 e 29 de maio, ambos na cidade de São Paulo.

O IX Congresso dos Marceneiros, que contou com grande participação da categoria, debateu temas relacionados à conjuntura política, social e econômica em nível nacional e internacional, concentrando as discussões nos interesses da classe trabalhadora e na luta pela superação da sociedade capitalista. Entre os destaques esteve a organização da Campanha Salarial para o ano de 2008. Os delegados representantes dos trabalhadores decidiram que na pauta entraria com prioridade não só as questões econômicas, mas também as reivindicações sociais, entre elas a cesta básica e a redução da jornada de trabalho. Além disso, por conta da elevação dos preços, especialmente dos alimentos, seria centrado força na reposição integral da inflação e um aumento real consistente, pois a economia do país continua forte<sup>93</sup> e a indústria moveleira aquecida, acompanhando as taxas recordes de crescimento do setor da construção civil no país. Uma das estratégias aprovadas no IX Congresso para a Campanha Salarial foi o uso de táticas para a produção de maior visibilidade as ações, desde a entrega da pauta aos patrões e ao longo das assembleias e outras formas de luta.

Entre as exposições realizadas no IX Congresso, sublinhamos: a conjuntura nacional e internacional com Altamiro Borges; Organização no Local de Trabalho com Joel Alves de Oliveira; Questão de Gênero com Olívia Rangel; Previdência, Saúde e Segurança no Trabalho com Carlos Aparício Clemente; Meio Ambiente com José Carlos Rui e Nova configuração do Movimento Sindical com Nivaldo Santana.

---

<sup>93</sup> Em 2007 o PIB do Brasil esteve acima de 5%; investimento de 13% em relação ao PIB; inflação controlada, empregos e salários em expansão e superávit comercial; reservas financeiras de 180 bilhões de dólares; fortalecimento estatal em infraestrutura (PAC) e fortalecimento das reservas energéticas, entre elas o petróleo e os biocombustíveis.

Na reunião da *FLEMACON* debateu-se a situação política das Américas do Sul e Central, definindo formas de mobilização conjunta, além do fortalecimento da solidariedade entre os trabalhadores.

Com representantes de 26 países, entre eles Itália, França, Cuba, Chipre, Grécia, Portugal, Austrália, Paraguai, Japão, Paraguai, Uruguai, Arábia Saudita, Turquia, Índia entre outros; na reunião do Comitê Executivo da UITBB cada delegado internacional apresentou a situação política e econômica de seu país, além de a direção ter feito uma síntese de sua gestão. Igualmente foram definidas diretrizes para ações comuns dos sindicatos filiados em todos os continentes. Definiu-se também pela manutenção da solidariedade com os povos dos países em desenvolvimento e dos que enfrentam ataques do imperialismo, como Cuba e Venezuela. Outro encaminhamento do encontro foi a continuidade da luta pelo banimento do uso do amianto.

### **PIT – Programa de Iniciação ao Trabalho**

Em 2008 o Sindicato, por meio de parceria com o IPP, passou a oferecer cursos de formação profissional para jovens entre 14 e 22 anos de idade. Além disso, foi criada uma estrutura para tentar encaminhar os formandos ao mercado de trabalho, tendo a primeira turma sido composta por 38 participantes que concluíram o curso no mês de maio. Os conteúdos abordavam tanto a formação básica em matemática, língua portuguesa, arte, comunicação, atualidades e cidadania, bem como temas específicos de iniciação às rotinas de escritório e marcenaria.

### **Campanha Salarial 2008/2009**

O setor de móveis de madeira, cortinados e estofos, serrarias e carpintarias conseguiu não só a reposição da inflação dos últimos 12 meses (7,04%) como também 2,77% de aumento real, isto é, praticamente 10%. Além disso, foram mantidas as cláusulas sociais da convenção coletivas e algumas delas ainda foram melhoradas. Por exemplo,

a garantia de emprego na véspera da aposentadoria foi ampliada de 12 para até 18 meses; a multa para as empresas que não negociassem a PLR teve um aumento de 19,15% e o reembolso da creche foi elevado em 18,52%. Nos últimos dois casos, os reajustes estiveram bem acima da inflação.

### **Greve no setor de Junco, Vime e Vassouras**

Na Campanha Salarial de 2008, os empresários do setor de Junco, Vime e Vassouras propuseram um índice bem abaixo do que o conquistado pelos moveleiros. A intransigência patronal levou à uma greve de 7 dias. Mesmo assim, os pisos acabaram ficando abaixo dos demais setores, o que é inaceitável, pois os trabalhadores de uma mesma categoria não podem ter salários base diferentes.

### **O que é a crise de 2008?**

Ainda não solucionada até o presente momento, a crise econômico-financeira iniciada entre o final de 2008 e o começo de 2009, nos Estados Unidos, espalhou-se por todo o planeta, atingindo especialmente as regiões de capitalismo central, com destaque para os Estados Unidos e a Europa Ocidental. As nações consideradas “atrasadas”, da América Latina, da Ásia e da África, têm sofrido muito menos. Por exemplo, a previsão de elevação do PIB da Etiópia em 2014 é de 6,5%. Segundo o FMI, os países que mais estão crescendo são exatamente os africanos. Na América do Sul, a situação não é muito diferente. A Bolívia cresceu 6,8% em 2013 e o Paraguai, incríveis 14,1%!

Por outro lado, entre 2008 e 2013, o mundo perdeu 63 milhões postos de trabalho, sendo 10 milhões somente na Europa, cifra idêntica ao número de empregos que o Brasil criou nesse período. Ao final de 2014, serão 203 milhões de desempregados.

A ruína econômica causou e ainda continua causando estragos, aumentando a pobreza e a miséria, diminuindo políticas públicas sociais, enfim, uma catástrofe social de dimensões globais agravadas pelo fato de os prejuízos trilionários terem sido pagos

pelo próprio povo e trabalhadores, justamente os que não provocaram, mas sim foram prejudicados pela crise. Os governos de vários países, principalmente dos Estados Unidos, simplesmente usaram dinheiro público para evitar que irresponsáveis empresas gigantes falissem.

Sem nos atermos a detalhes e ao uso da “linguagem secreta dos economistas”, abaixo expomos, em termos gerais, a origem da atual crise financeira mundial.

Durante as duas administrações do presidente Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981 a 1989) o mercado financeiro no principal país capitalista foi totalmente desregulamentado. Isso significa que não havia mais regras ou limites para o sistema financeiro, ou seja, os bancos, criarem todo e qualquer tipo de malabarismo para lucrar o máximo possível, mesmo que isso colocasse em risco todo o sistema econômico, quer dizer, toda a sociedade.

Com o campo livre, foi justamente isso o que fizeram os bancos nos Estados Unidos. Entre as várias estripulias financeiras, resolveram investir pesadamente no mercado imobiliário. Não por bondade ou preocupação social, passaram a aumentar enormemente o crédito imobiliário, possibilitando que dezenas de milhões de famílias estadunidenses comprassem sua casa, atraídas pelos juros de 1% ao ano e acesso ao crédito sem qualquer tipo de comprovação de renda e até mesmo de renda fixa. Por óbvio, os lucros dos bancos elevaram-se enormemente na medida em que passaram a receber os pagamentos das prestações, com altos juros, dos bilhões de dólares oferecidos em crédito imobiliário. Esses foram os conhecidos *sub prime*, ou seja, “abaixo dos melhores”: operações “não nobres”, arriscadas, pois os empréstimos imobiliários eram feitos sem critérios algum.

Como suporte desse tipo de operação e, principalmente para aumentar ainda mais as possibilidades de lucros estratosféricos, os bancos criaram títulos de capitalização ou, bônus *sub prime*, para levantar mais capital ainda e para “lastrear” as arriscadíssimas operações de crédito imobiliário. Quer dizer, os bilhões de lucros obtidos com os pagamentos recebidos dos créditos imobiliários concedidos serviram para criar títulos de capitalização.

Como tais títulos de capitalização estavam baseados em papéis de enorme risco (os créditos imobiliários), os juros oferecidos aos compradores dos referidos títulos de

capitalização eram elevadíssimos: 30% para uma economia de 1% de juros. Certamente os lucros dos bancos com essa outra operação foram gigantes, pois venderam muito, da mesma forma para os que adquiriram tais títulos de capitalização. A ganância de todos de estava satisfeita. Para tornar os títulos podres ainda mais atraentes, as grandes seguradoras passaram a avaliar (assegurar) os tais títulos de capitalização. O cassino estava armado e, a bomba-relógio, também.

A festa acabou quando o Banco Central dos Estados Unidos, o *FED*, resolveu elevar os juros anuais de 1% para 1,25% e depois para 5,25%, um aumento de mais de 500%! Isso ocorreu para que o governo federal dos Estados Unidos conseguisse financiar, principalmente, a dívida pública 17,3 trilhões de dólares. Lembramos que o PIB é de 16,9 trilhões...

O que aconteceu com os juros dos empréstimos daqueles que pagavam prestações de sua casa? Foram elevados enormemente, porque eram juros variáveis, baseados na mudança do mercado. Resultado: milhões de famílias pararam de pagar suas hipotecas, seus empréstimos. Imediatamente, mais de 2 milhões de cidadãos perderam suas casas. Também imediatamente os títulos de capitalização *sub prime*, baseados nos créditos imobiliários concedidos, perderam todo o valor, viraram pó. Quem os tinham, como grandes empresas e ricas famílias, perderam, instantaneamente, centenas de bilhões de dólares. As seguradoras, cujo papel era avaliar os títulos podres igualmente perderam bilhões. Estava instaurado o caos por meio do efeito dominó. Caso o próprio governo não injetasse trilhões de dólares para salvar grandes multinacionais industriais e bancos, em outras palavras, usar dinheiro público, dinheiro do povo para evitar a falência, o sistema inteiro cairia, em outras palavras, o próprio capitalismo não só dos Estados Unidos, mas, por consequência, do planeta.

### **Seminário de Planejamento para 2009/2010**

Entre os dias 24 a 26 de julho de 2009, realizou-se nas dependências da colônia de férias da FETICOM-SP, em Itanhaém, o 16º Seminário preparatório para a Campanha

Salarial de 2009/2010. Como já era tradicional, o encontro tinha como objetivo discutir a situação da categoria, os principais desafios, desempenho econômico do setor, conjuntura e demais temas para subsidiar os trabalhadores nas lutas em mais um período de negociação.

O seminário também contribuiria para o aumento do conhecimento e consciência crítica da categoria. A seguir resumimos os principais aspectos do encontro:

| <b>Expositor</b>   | <b>Tema</b>                                  | <b>Destaques</b>  |
|--|--|---|
| Ilmar Ferreira e Mariana Riscali, ambos do Dieese                  | Conjuntura Econômica e Campanha Salarial     | O crescimento é retomado e a inflação volta a cair, após uma diminuição do impacto da crise internacional. O setor moveleiro com elevação de 15,1% em 2008 desabonaria a justificativa patronal de não de pagar também aumento real   |
| Humberto Martins, jornalista e economista                          | Conjuntura econômica e política              | A produção de bens e serviços passa a ser dominada pela especulação financeira e ideologicamente aumentam as dificuldades em se defender o neoliberalismo, ou seja, a hegemonia do mercado. Os capitalistas, nessa crise do sistema, tentam passar a conta para o trabalhador   |
| Robson Leme, diretor de saúde da FETICOM-SP                        | Saúde e Segurança no Trabalho                | Apesar da legislação brasileira em saúde e segurança do trabalhador ser uma das melhores do mundo, é pouco aplicada e fiscalizada. O sindicato tem o desafio de conhecer a lei e usar instrumentos como a CIPA  |
| Geraldo Cruz, ex-Prefeito e ex-vereador de Embu das Artes          | Políticas públicas de inclusão social        | Políticas públicas para inclusão social são raras ao longo da história do Brasil. Desde 2003 foram retomadas, como, por exemplo, a Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso, ECA, Bolsa Família, valorização do salário mínimo etc   |
| Altamiro Borges, jornalista e Secretário de Comunicação do PC do B | Enfrentamento da crise econômica pelo Brasil | A crise econômica mundial foi menos sentida no Brasil, pelos seguintes motivos: forte investimento e estímulo da economia pelo Estado, incluindo infraestrutura (PAC) e programas sociais; aumento real do salário mínimo que fortalece o mercado interno e diversificação comercial com outros países o que aumenta investimentos e diminui dependência dos Estados Unidos e Europa Ocidental. Os altos juros ainda são um problema a se enfrentar |

|  |                                    |   |
|--|------------------------------------|---|
| Cleber, advogado especializado em previdência social | Previdência Social e Aposentadoria | Sublinhou o direito do trabalhador à CAT para recebimento de auxílio acidente; a manutenção dos holerites pelo trabalhador; a necessidade de se orientar quando chegar o tempo correto de aposentadoria entre outros temas essenciais |
|--|------------------------------------|---|

### **O setor moveleiro, a crise internacional e os impactos no Brasil**

Usando como justificativa a crise internacional, o setor patronal moveleiro no Brasil alegava que estava em dificuldades e por isso não poderia atender às reivindicações dos trabalhadores. Apesar das dificuldades econômicas globais serem reais e terem afetado o país, o impacto negativo estava sendo exagerado. Uma das provas eram as condições, por exemplo, do setor moveleiro do Rio Grande do Sul, um dos maiores em território nacional. Naquela região houve acordo, em 2009, com os trabalhadores garantindo inflação, aumento real e antecipação salarial.

Mesmo assim, para não ser acusado de intolerante, em encontro no dia 23 de julho de 2009, o Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, junto com a Conticom e outros sindicatos de trabalhadores, reuniram-se com a Abimovel para pleitear ao governo federal incentivos fiscais com o objetivo de alavancar as vendas. Da mesma maneira que no setor da linha branca (geladeira, máquina de lavar, fogão etc) e automóvel, a intenção era, ao diminuir impostos (como o IPI), provocar uma queda nos preços dos produtos e conseqüentemente elevar as vendas.

### **Fórum Social Mundial e o amianto**

O Fórum Social Mundial (FSM) é um encontro anual que ocorre desde 2001. Vários deles aconteceram no Brasil (2001, 2002, 2003, 2005, 2010 e 2012 em Porto Alegre e 2009 em Belém, Pará) reunindo dezenas de milhares de ativistas e militantes de todo o mundo para discutirem as possibilidades e necessidades de um planeta realmente melhor. A ideia de sua criação igualmente foi inspirada para servir como contraposição ao Fórum Econômico Mundial realizado também no início de todo ano, sempre na

cidade de *Davos*, Suíça. Nele, “os donos do mundo” discutem como vão os seus negócios e como podem mais satisfatoriamente organizar-se, em nível global, para que os seus lucros aumentem ainda mais. Essa é a real proposta do encontro capitalista que existe desde 1971.

Na edição de 2009 do FSM<sup>94</sup>, na cidade de Belém, o Sindicato dos Marceneiros participou organizando e patrocinando um painel de debates com Fernanda Giannansi sobre os males causados pelo amianto (asbesto) à saúde. Fernanda, além de Engenheira de Segurança do Trabalho, auditora fiscal do trabalho e professora universitária em direito ambiental, é uma das maiores especialistas do mundo a respeito do tema. Entre os participantes do evento estavam o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que, durante a atividade, anunciou portaria proibindo o uso de materiais com amianto em obras do ministério. Além dos óbvios avanços da medida, ela também teve o efeito simbólico ao servir como exemplo para os setores público e privado.

## Cuba

A solidariedade do Sindicato dos Marceneiros a Cuba existe praticamente desde a implantação do socialismo no país caribenho<sup>95</sup> e tem sido mantida permanentemente. Em 2009 a direção dos marceneiros, convidada pela FLEMACON, participou de vários eventos comemorativos e reuniões em território cubano.

Um deles foi o 1º de Maio, onde representantes de vários países se juntaram para mostrar solidariedade ao povo cubano e repúdio ao bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos.

Outro evento foi a comemoração dos 70 anos da CTC, além de um encontro do movimento sindical mundial com 350 dirigentes representando mais de 80 países em apoio a Cuba.

---

<sup>94</sup> Realizado entre os dias 27 de janeiro e 01º de fevereiro, contou com a participação de mais de 120 mil pessoas de 150 países.

<sup>95</sup> Ver item “Revolução Cubana” no presente texto.

Ainda, os marceneiros se reuniram com dirigentes e trabalhadores do Sindicato da Construção de Cuba e um parlamentar da Inglaterra para a discussão de vários temas, entre eles a questão do amianto.

Destacam-se também a visita à Escola de Formação Sindical Lazaro Penha, a mais importante de Cuba, pela qual passam dirigentes de todo o mundo, bem como reunião da FLEMACON com representantes do Brasil, Cuba, Colômbia e demais países.

Por fim, Lopes, presidente dos Marceneiros, em reunião com várias gerações do Sindicato da Construção de Cuba, foi condecorado pela luta em defesa do povo cubano contra o bloqueio internacional. Concedido raramente, tal reconhecimento somente é feito àqueles que possuem mais de 25 anos de dedicação à luta em defesa de Cuba.

### **Segundo encontro da CTB Estadual em São Paulo**

Em 01º de agosto de 2009, na cidade de Sorocaba, foi realizado o 2º Congresso Estadual da CTB. Dele participaram 30 convidados e 420 delegados, cuja responsabilidade foi eleger a direção da CTB Estadual e definir a estratégia para os anos seguintes. O vice-presidente do Sindicato dos Marceneiros, Pedro Mesquita Forte, foi eleito um de seus diretores.

A CTB, com apenas um 1 ano e 6 meses de existência já tinha em suas fileiras 55 sindicatos filiados e com pedido de filiação, o que lhe aproximava de se tornar rapidamente a terceira maior central sindical do Brasil.

### **Tentativa de divisão na categoria**

Em 2009 um ex-diretor do Sindicato dos Marceneiros tentou fundar um sindicato separado da categoria na região de Taboão da Serra. Para isso, no dia 25 de setembro convocou assembleia que tentaria, na prática, a efetivação da separação. Muitos trabalhadores, contrários à divisão e ao enfraquecimento, dirigiram-se à reunião, no entanto, foram violentamente impedidos de participar.

Agravando ainda mais a situação, propositalmente a data escolhida, 25 de setembro, era justamente o dia selecionado, pela direção do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, para a realização da assembleia final da Campanha Salarial de 2009/2010. Por óbvio, os trabalhadores não poderiam participar de duas reuniões ao mesmo tempo. Assim, assembleia da campanha foi adiada, o que atrasou o fechamento de acordo da categoria com os patrões.

Enfim, a tentativa de divisão não teve sucesso na medida em que a justiça brasileira impediu e desautorizou qualquer ação nesse sentido.

### **Resultados da Campanha de 2009/2010**

Essa negociação foi caracterizada pelos efeitos da crise econômica mundial iniciada entre o final de 2008 e começo de 2009. Mesmo assim, os marceneiros de São Paulo obtiveram acordos positivos, seguindo conquistas de demais categorias obtidas no primeiro semestre em todo o país, isto é, a maior parte das categorias no Brasil tiveram resultados positivos mantendo aumentos reais como nos anos anteriores. Por isso, a proposta da Campanha dos marceneiros foi a de buscar novos direitos sociais como também alcançar aumentos reais nos salários.

Para os setores de Marcenaria, Cortinados, Estofos, Serrarias, Carpintarias e Móveis de Junco e Vime as principais conquistas foram:

- Reajuste salarial de 6% onde estão incluídos 4,45% da inflação acumulada nos últimos 12 meses mais 1,48% de aumento real;
- Aumento nos reembolsos para creche e refeição, bem como na multa para a empresa que não negociar a PLR<sup>96</sup> (nesse caso a multa é um valor pago a cada empregado);

---

<sup>96</sup> Em 2009 o Sindicato realizou, aproximadamente, 300 negociações sobre PLR, tendo sido distribuídos, ao total, R\$ 8 milhões aos trabalhadores. Apesar da disposição em negociar, muitas empresas resistiam. Sob tal situação, o caminho era a greve. Um dos exemplos, em 2009, foi a paralisação de 5 dias na fábrica *Clauamat*.

- Obrigatoriedade das empresas servirem café da manhã e cesta básica entre 20 a 30kg para todos os trabalhadores;
- Garantia de manutenção de todas as cláusulas sociais e
- Reajuste maior para os pisos: 6,10% e 6,11%, dependendo do número de trabalhadores na empresa.

A avaliação da Campanha foi positiva, pois o ano de 2009 foi o pior da crise econômica internacional. Mesmo assim, os Marceneiros de São Paulo conquistaram aumento real e significativos ganhos sociais, além de terem mantido os obtidos em anos anteriores.

No setor de Chapas de Fibras e Aglomerados de Madeira, os avanços foram um pouco menores. De acordo com a avaliação da direção executiva do Sindicato, os motivos foram basicamente dois: a pouca adesão dos trabalhadores e a crise econômica mundial.

### **Eleições sindicais em 2010**

Nos dias 18 e 19 de março de 2010 realizaram-se eleições para a direção do Sindicato dos Marceneiros. O momento foi importante não só para o lançamento de novos desafios, mas também para que se pude apresentar um balanço do último mandato.

#### *Algumas das principais conquistas:*

- Entre 2003 a 2009, aumento real de 14,01%, além dos 57,71% sobre a inflação, totalizando reajuste de 79,81%. Para os pisos, o aumento real foi ainda maior, variando entre 17,30% a 18,22%;
- Conquista de novos direitos, como a cesta básica (em valores da época significava um acréscimo de R\$ 70,00 mensais) e o café da manhã que monetariamente representava mais R\$ 55,00 ao mês;
- Valores substanciais recebidos pelos trabalhadores a título de PLR. Somente em 2009, foram distribuídos mais de R\$ 11 milhões;

- Realização de seminários anuais para fortalecimento das campanhas salariais e conscientização dos trabalhadores;
- Intensificação ainda mais da participação ativa no movimento sindical internacional;
- Contribuição para a organização dos trabalhadores moveleiros em nível internacional por meio do Fórum Permanente de Consulta do setor;
- Priorização da organização de base com o estímulo e eleição de delegados sindicais, comissões de fábrica e cipeiros;

*Alguns dos principais desafios para os próximos 4 anos:*

- Lutar contra a flexibilização da CLT;
- Lutar pela redução da jornada de trabalho;
- Eleição de representantes sindicais nos locais de trabalho com estabilidade no emprego;
- Ampliar a PLR, salários e manutenção de demais direitos adquiridos;
- Lutar pela criação de um centro tecnológico de desenvolvimento de design e novos produtos para o setor moveleiro, com a participação dos trabalhadores;
- Combater a informalidade;
- Lutar pela construção de uma escola do SENAI para a qualificação dos trabalhadores no setor;
- Valorizar a CTB, bem como a intensificação na participação do movimento sindical internacional;
- Em conjunto com as organizações de esquerda, lutar pela ampliação dos direitos dos trabalhadores e de toda a sociedade;
- Manter a realização dos congressos da categoria;
- Realizar anualmente o campeonato de futebol da categoria;
- Lutar pela igualdade dos direitos das mulheres.

Composição da chapa para a nova diretoria:

Antônio Lopes, Pedro Mesquita, Gilvan Rodrigues, Arivonaldo Galdino, Francisco Pereira, Marcos Antônio Francisco, Flávio Leite, Neil Diamond, Francisco Lima, José Carlos Cordeiro, Edson Jesus dos Santos, Maximiano Pereira, Walter Prado Pereira, Sebastião do Nascimento, Adelson Souza Costa, José Ferreira Filho, Benedito da Silva, Edson Gerônimo, José do Carmo da Silva, Sérgio Wilson Pereira, Paulo Ambrosio de Lima, João Batista Rodrigues, Severino Luis dos Santos, Atenilson Santos Souza, Leosvaldo Evangelista dos Santos, Valdir Francisco da Silva, Ademir de Jesus dos Santos, Áureo José Ramos, Antônio Messias de Almeida, Aurício José de Carvalho, Carmerindo Fernandes, Edilma dos Santos, Everaldo Souza Santos, Gilberto Furtado de Araújo, Gilvan Francisco de Azevedo, Irandir Maciel da Silva, José Francisco de Andrade, José Cícero da Silva, José Marcos da Silva Santos, Marcos Pires Barbosa, Natanael Manuel da Silva, Valter Lima de Paiva, Wilma Vicente de Lima, Pedro Manuel da Silva, Marcelo Aparecido de Souza e José Mário Antônio.

Dos trabalhadores que votaram, 98,10% escolheram a Chapa 1 e apenas 1,62% em branco e 0,8% nulos. A apuração, realizada na noite do dia 19 de março de 2010, foi acompanhada por vários sindicatos fraternos, além de Nivaldo Santana, vice-presidente da CTB Nacional; João Batista Lemos, Secretário Internacional da CTB Nacional; Onofre Gonçalves, presidente da CTB Estadual de São Paulo e Miraldo Vieira da Silva, diretor da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário da Bahia que também coordenou o processo eleitoral.

A cerimônia de posse contou com a participação de mais de 600 convidados, entre trabalhadores, familiares, parlamentares e sindicalistas. A seguir, alguns dos que prestigiaram o evento: Aldo Rebelo, Deputado Federal pelo PC do B; Joel Alves de Oliveira, ex-presidente do Sindicato dos Marceneiros e Tesoureiro da Associação dos Trabalhadores Marceneiros Aposentados; Ivo Vailatti, diretor de educação do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul; Flávio Godoy, diretor da CTB São Paulo; Emílio Ferreira, presidente da FETICOM-

SP; Maria Cecília, diretora do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil da Bahia entre vários outros.

### 17º Seminário de Organização

Nesse novo seminário, novamente o objetivo foi qualificar ainda mais o debate e o nível de conhecimento dos trabalhadores para que possam continuar fortalecendo a luta por melhores e mais direitos.

Entre os temas debatidos destacam-se:

- Conjuntura econômica, política e eleitoral por Altamiro Borges:

Tendo o PIB de 2010 ficado em 7,5%, ou seja, um crescimento fantástico, facilitou a autoestima e o poder de barganha dos trabalhadores, o que se refletiria nas conquistas de melhores salários e benefícios sociais.

Para manter esse nível de desenvolvimento econômico no país, junto com distribuição de renda, é fundamental que o projeto em curso seja continuado por meio da eleição de Dilma à presidência da República. O candidato do PSDB, José Serra, significa, sem dúvida, o retrocesso, o retorno à política econômica realizada durante os 8 anos de Fernando Henrique: privatização, desemprego, desindustrialização, baixos salários, falta de diálogo com os trabalhadores e dependência econômica.

- Conjuntura econômica e Campanha Salarial por Imar Ferreira da Silva, técnico do Dieese:

Com a estabilização da inflação, expansão da atividade industrial (em torno de 8%) e elevação da produtividade, os lucros dos patrões aumentam enormemente. Somado a isso, o alto nível de emprego e a isenção de IPI para os móveis nos primeiros meses de 2010, possibilitaram um crescimento de

aproximadamente 10% do setor no Brasil. Esse cenário foi altamente vantajoso aos trabalhadores em suas negociações com os patrões que não podiam justificar baixos lucros e muito menos prejuízos como desculpa para apresentarem reajustes e direitos sociais medíocres.

- Saúde e Segurança por Carlos Santos, do SENAC:
- Ressaltou a prioridade de se prevenir acidentes e doenças do trabalho, o que pode também ocorrer por meio da informação do trabalhador e cobrança pela responsabilização da empresa.
- Previdência Social por Sidnei Kleber Modesto:

Explicou os conceitos básicos sobre a Previdência Social, esclarecendo, entre outras questões, que não se trata somente de aposentadoria, mas também de saúde e assistência social aos trabalhadores. Igualmente, tirou dúvidas relacionadas às regras para aposentadoria e seguro social (médico e acidentário), bem como demais normas previdenciárias.

### **Campanha Salarial 2010/2011**

Na tabela abaixo se encontram resumidas as conquistas para a Campanha Salarial de 2010/2011:

| <b>Vassouras</b>                         | <b>Marcenaria e demais setores</b>  |
|--|---|
| 7% de reajuste com 2,22% de aumento real | 8% de reajuste para os pisos com aumento real de 3,17% e 7,82% para os demais salários com aumento real de 3% |
| PLR – aumento de 8,85% na multa          | PLR – aumento de 33,33% na multa  |
| Cesta básica de 20kg                     | Cesta básica de 20 kg para quem tiver até   |

|                         |   |
|-------------------------|---|
|                         | uma falta no mês e de 30 kg para quem não tiver nenhuma falta         |
| Café da manhã – não tem | Café da manhã com café, leite e pão com manteiga em todas as empresas |

Além disso, foram mantidas todas as cláusulas sociais e reajustado em 9,08% o valor para creche dos filhos com até 1 ano de idade e reajuste de 10% no valor da refeição para os trabalhadores convocados a realizarem trabalhos externos.

### **Giroflex: sobrou para os trabalhadores**

Até 2004 a Giroflex / Aurus mantinha um comportamento atrasado e violento em relação aos trabalhadores e ao Sindicato. Após uma greve histórica<sup>97</sup>, a empresa foi obrigada a estabelecer uma relação civilizada com o Sindicato. Com isso ficou mais uma vez comprovada a ideia de que o patrão nunca concede nada. Todo e qualquer direito somente é obtido quando é arrancado pelos trabalhadores, quando o patrão se vê obrigado a ceder diante a organização dos trabalhadores.

Essa relação durou até o ano de 2010, quando a nova direção da empresa resolveu adotar as mesmas práticas da ditadura militar. Ao final da primeira década do novo século a ditadura assume também o seu aspecto financeiro. Isso significa que a cobiça por lucros não tem mais medida alguma. A acumulação de lucros por meio da produção industrial já não é mais suficiente, por isso, a especulação financeira é mais importante, mesmo que isso signifique a própria ruína da empresa, quer dizer, o que mais interessa é o máximo de lucro possível e de maneira imediata. Não importa se isso criará um ambiente de trabalho desgastante, de desconfiança, intranquilidade e incerteza. Igualmente não importa se tal cenário comprometer o diálogo, a qualidade do trabalho e o futuro da produção.

Sob essa lógica, a nova direção da Giroflex / Aurus adotou um sistema administrativo que somente retirou direitos dos trabalhadores. A lista não é pequena:

---

<sup>97</sup> Ver item “Greve histórica na Giroflex” no presente texto.

- Ao mudar o sistema de pagamento de horista para mensalista houve uma perda de 1,5% nos salários, que não foi repostas;
- Foram retirados benefícios sociais como a cesta básica para trabalhadores afastados por doenças e retirada de convênio médico para aposentados;
- Recusa em negociar a PLR

Infelizmente, conforme discutido mais a frente, a empresa acabou, de maneira repentina, encerrando suas atividades no ano de 2014.

### **Nova Conclat<sup>98</sup>**

Mais de 30 mil trabalhadores e trabalhadoras participaram da segunda edição do Conclat realizado em 26 de junho de 2010 no estádio do Pacaembu, tendo o Sindicato dos Marceneiros participado com dezenas de representantes.

Juntas, CTB, Força Sindical, NCST, CGTB e CUT demonstraram a força dos trabalhadores e aprovaram em grande assembleia, a Agenda da Classe Trabalhadora. O documento, com seis pontos (descritos abaixo), visa construir um projeto de desenvolvimento nacional, soberano e que valorize o trabalhador. O texto foi entregue aos candidatos à presidência da República e servirá como guia para as lutas dos trabalhadores nos próximos anos.

Os eixos aprovados:

- Crescimento com distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno;
- Valorização do trabalho decente com igualdade e inclusão social;
- Estado como indutor do desenvolvimento socioeconômico e ambiental;
- Democracia com efetiva participação popular;
- Soberania e integração internacional e

---

<sup>98</sup> Ver item “Os marceneiros e o 1º CONCLAT – 1983” no presente texto.

- Direitos sindicais e Negociação Coletiva

### **Lula elege primeira mulher**

Após uma campanha carregada de calúnias às ideias desenvolvimentistas e de esquerda, Lula consegue fazer sua sucessora e elege a primeira mulher Presidenta da República. A conquista representou uma vitória da classe trabalhadora que garantiu a continuidade do projeto de avanço aos direitos sociais de todo o povo. Os 8 anos contínuos de governo Lula, somados aos quatro anos de Dilma, significam um período jamais visto nos 500 anos de história do Brasil: crescimento econômico, com liberdades democráticas e maior divisão da renda com consequente diminuição das graves desigualdades sociais.

Dilma Roussef, uma ex-guerrilheira, defensora, em toda a sua vida, dos direitos do povo, pagou com a prisão e a tortura a ousadia de seus ideais. Mesmo assim, não desistiu. Foi em frente e em nome de um projeto social colocou-se à disposição e com compromisso renovado. Agora sua luta seria, aliada à comprovada competência como gestora em nível nacional, e combatendo pressões de todos os tipos, buscar o aprofundamento de um país menos desigual, mais fraterno e feliz para todos.

### **Lopes preside Sindicato Mundial**

Entre os dias 06 a 08 de dezembro de 2010 realizou-se na cidade de Salvador, Bahia, o 15º Congresso da UITBB.

Tendo como organizadores do evento o Sindicato da Construção Civil da Bahia, a Federação dos Trabalhadores na Construção Civil e no Mobiliário da Bahia, bem como o Sindicato dos Marceneiros de São Paulo; 55 organizações sindicais de 29 países se reuniram para realizar seu encontro internacional.

Os 82 delegados do congresso, na primeira parte da atividade fizeram um balanço da gestão que se encerrava, além de debaterem a situação econômica, social e política de seus respectivos países e do planeta em geral. Considerando a conjuntura, os

presentes elaboraram e votaram as resoluções políticas e ações da UITBB até o final de 2014. Além disso, para esse mesmo período, elegeram o seu presidente: Antônio Lopes de Carvalho, também presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo.

### **Falta de mobilização e atraso**

Apesar de a pauta de reivindicações ter sido entregue em 1º de novembro de 2010, exatamente 1 mês antes da data-base, o setor patronal de fibras de madeira somente chamou o Sindicato para uma primeira reunião em 07 de dezembro. Esse desprezo mostra a pouca importância que os empresários têm em relação aos trabalhadores, atingindo diretamente os empregados da Duratex e Eucatex. A segunda reunião ocorreu somente no dia 17 de dezembro sem acordo algum. Em 20 de dezembro os patrões alegaram impasse entre as próprias empresas e por isso suspenderam as negociações até 18 de janeiro de 2011! Ou seja, algo que deveria estar resolvido em 1º de dezembro foi adiado para o ano seguinte, prejudicando a vida de milhares de pessoas!

É claro que as empresas somente puderam fazer isso, beneficiando a si mesmas, pois os trabalhadores não estavam mobilizados, não estavam presentes. Os patrões, unidos, conscientes de sua classe social, aproveitaram o momento para tentar não só atrasar as negociações, o que conseguiram, mas também para ceder o mínimo possível.

Mesmo nesse cenário, as conquistas foram consideráveis: reajuste de 7,08%; piso de R\$ 1.090,00; PLR de um salário nominal na Duratex; adaptação da cláusula 54 da Convenção Coletiva de Trabalho referente à estabilidade quando o trabalhador estiver próximo da aposentadoria e renovação das demais cláusulas da Convenção Coletiva anterior.

A ausência, a falta de mobilização, o desinteresse e a baixa participação do trabalhador são os comportamentos mais desejados pelo patrão! O trabalhador não pode se confundir, ele não é patrão! Ele não pertence a essa classe social! Ele não é o dono da empresa! Muitas vezes podemos pensar e agir como patrões, como se fossemos os proprietários da fábrica e assim acabamos defendendo, consciente ou

inconscientemente, os interesses particulares de quem nos explora! Esse é justamente o segredo da exploração: fazer com o que o explorado pense igual ao explorador.

### **Centrais repudiam novo mínimo**

O salário mínimo para o ano de 2011 ficou em R\$ 545,00; abaixo dos R\$ 580,00 pretendidos pelas centrais sindicais e muito mais distante ainda do que mostra o Dieese. Segundo o instituto, o salário mínimo, para satisfazer decentemente as necessidades básicas de uma família com dois adultos e duas crianças deveria ser, em janeiro de 2011, de R\$ 2.194,76. A referência do Dieese para esse cálculo é o que manda a própria Constituição Federal do Brasil<sup>99</sup>, quer dizer, a lei mais importante do país. Isso significa que o nosso salário mínimo nacional é inconstitucional!

No governo neoliberal do arrocho e do desemprego de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, o sonho era fazer com que o salário mínimo chegasse a 100 dólares. Com Lula, em 2010, o salário mínimo atingiu 326 dólares! Melhorou e muito, mas ainda há muito que aumentar para cumprir o que diz a lei maior.

O argumento das centrais sindicais, para o mínimo de R\$ 580,00, era a surpreendente evolução do PIB em 2010: 7,5%, o maior desde 1986, segundo o IBGE.

### **1ª reunião da nova diretoria da UITBB presidida por Lopes**

Nos dias 08 e 09 de fevereiro de 2011, na capital da Grécia, Atenas, realizou-se a primeira reunião da nova diretoria executiva da UITBB. Eleita no 15º Congresso da entidade, realizado na cidade de Salvador entre 6 a 8 de dezembro de 2010<sup>100</sup>, Antônio Lopes foi escolhido seu presidente para o mandato de 2011-2014.

---

<sup>99</sup> Inciso IV do artigo 7: “salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo (...)”.

<sup>100</sup> Ver item “Lopes preside Sindicato Mundial” no presente texto.

Nessa primeira reunião, onde também esteve presente o Secretário Geral da FSM – George Mavrikos, foram discutidos os seguintes temas:

- Planejamento da UITBB para 2011;
- Luta pelo direito a negociação coletiva, negado em vários países, como por exemplo, no Peru;
- Combate ao desemprego fruto da crise mundial de 2008, especialmente em países europeus como Portugal, Espanha, Grécia entre outros;
- Apoio ao levante de povos em vários países com governos ditatoriais, entre eles, Egito e Tunísia e
- Apoio aos trabalhadores do continente africano, sempre os mais explorados e esquecidos.

### **Congresso da FSM**

Entre os dias 06 e 10 de abril de 2011 foi realizado em Atenas, Grécia, o 16º Congresso da FSM. Em relação ao congresso anterior, em 2005, participaram o dobro de delegados. Por exemplo, durante a abertura, no dia 6, estiveram presentes 4.500 pessoas, entre convidados e lideranças sindicais de todo o mundo. Ao longo dos 4 dias de trabalho reuniram-se 800 delegados de 105 países e 5 continentes representando mais de 80 milhões de trabalhadores.

Na condição de presidente da UITBB, Antônio Lopes, também presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, participou das atividades desenvolvidas. Para ele, o principal fruto foi o fortalecimento das ideias socialistas e a atual crise do capitalismo global. Em seu pronunciamento, Lopes fez referência à luta dos trabalhadores na América Latina, Europa, nações árabes e continente africano, ressaltando a luta dos operários da construção civil para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Sublinhou ainda, a necessidade de se fortalecer o sindicalismo classista, ou seja, aquele que tem clareza da existência de duas classes sociais opostas: a burguesia (proprietária dos meios de produção) e os trabalhadores, donos somente de sua força de trabalho, de seu corpo.

### **Ação antissindical do governo peruano**

No dia 28 de março de 2011, o presidente do Sindicato dos Marceneiros, Antônio Lopes, junto a demais dirigentes, entregou documento de protesto ao Cônsul Geral do Peru em São Paulo, Jaime Stiglich. Nessa reunião também participou o Secretário Internacional Adjunto da CTB, João Batista Lemos.

O texto relatava denúncias recebidas da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil do Peru sobre a intervenção do governo daquele país no movimento sindical. Segundo afirmava a referida entidade sindical peruana, o governo estava dificultando a celebração de acordos coletivos de trabalho, além de atos violentos realizados por policiais e grupos armados contra sindicalistas, o que já havia provocado, até o momento, a morte de ao menos um dirigente sindical. Os sindicalistas brasileiros manifestaram seu veemente repúdio a tais acontecimentos e solicitavam o encaminhamento de protestos ao governo peruano.

### **1º de Maio Unificado em 2011**

CTB, CGTB, Força Sindical e NCST uniram-se para a reunião do 1º de Maio de 2011. Entre as principais reivindicações da classe trabalhadora estavam: redução da jornada sem redução de salários; valorização do salário mínimo; fim do fator previdenciário (que reduz em até 30% o valor da aposentadoria na concessão) e valorização das aposentadorias; trabalho decente; igualdade entre homens e mulheres; reforma agrária; educação e qualificação profissional e redução da taxa de juros. Os marceneiros de São Paulo fizeram-se presentes demonstrando a necessidade de mais avanços para os trabalhadores.

## Cuba

Três representantes do Sindicato dos Marceneiros, entre eles, seu presidente, Antônio Lopes, além dos diretores Pedro Mesquita e Gilvan Francisco Rodrigues, participaram da Marcha do 1º de Maio de 2011 em Havana, Cuba. Além disso, integraram um curso de formação política para dirigentes sindicais e reunião da FLEMACON.

Nesse encontro da Federação Latino-Americana, que contou com o apoio da CTC e da UITBB, estabeleceu-se novas diretrizes para a entidade, bem como foi eleita sua nova diretoria. Nesse caso, o destaque está na eleição de uma mulher, brasileira e baiana, para a presidência: Lúcia Maia, da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil da Bahia, sendo que a vice-presidência ficou com Pedro Mesquita Fortes, também vice-presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo. Como Secretário Geral foi eleito Otoniel Ramires, do SUTIMAC. Ainda, na atividade, participaram representantes sindicais de Cuba, Equador, Costa Rica, Chile, Colômbia, Austrália, Inglaterra, Estados Unidos e Galícia<sup>101</sup>.

### 18º Seminário de preparação para a Campanha Salarial

Nos dias 22, 23 e 24 de julho de 2011 realizou-se o 18º Seminário de preparação para a Campanha Salarial de 2011/2012. A seguir os temas debatidos e respectivos expositores.

| <b>Tema</b>                        | <b>Expositor</b>       | <b>Cargo / Instituição</b>              |
|------------------------------------|------------------------|---|
| O Brasil e o cenário internacional | Nivaldo Santana        | Vice-presidente da CTB Nacional         |
| Previdência Social                 | Luiza Caroline Ferrari | Coordenadora de Educação Previdenciária |

---

<sup>101</sup> A Galícia é uma comunidade autônoma, dentro da Espanha, situada no extremo Noroeste da Península Ibérica. Tem como idioma o galego, semelhante ao português e ao espanhol e população próxima aos 3 milhões de habitantes.

|   |                           |   |
|---|---------------------------|---|
| Saúde e Segurança do Trabalhador          | Carlos Aparecido Clemente | Vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco |
| Dados econômicos para a Campanha Salarial | Ilmar Ferreira da Silva   | Técnico do Dieese                                       |

### **Ato de 03 de agosto de 2011 no Pacaembu**

As centrais sindicais CGTB, Força Sindical, CTB, UFGT e NCST e representantes dos principais movimentos sociais realizam na cidade de São Paulo marcha por melhores condições de trabalho e maiores verbas para a educação.

Entre os itens que compunham a questão do trabalho decente, estavam: redução da jornada para 40 horas (sem redução de salário), fim do fator previdenciário, fim das práticas antissindicais, aprovação das convenções 151 (negociação coletiva no setor público), 158 (contra a demissão imotivada) e 189 (trabalho doméstico) da OIT, regulamentação da terceirização no país, Reforma Agrária, redução dos juros e de outras medidas que melhorem a política econômica.

### **Aumento real e as conquistas de 2011**

As principais conquistas foram:

- Reajuste de 9,30%, sendo 2% de aumento real para quem ganha acima do piso;
- Reembolso de refeição externa foi reajustado em 8,33% indo para R\$ 12,00;
- Reembolso de creche reajustado em 14% (a inflação foi de 7%) indo para R\$ 21,00 e
- Multa da PLR reajustada em 16,66%, indo para R\$ 350,00

### **Justiça confirma não à divisão**

Com a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região de São Paulo, emitida no dia 31 de outubro de 2011, pelo Desembargador Federal Luiz Carlos Gomes Godoi, os trabalhadores retomaram a representação no Taboão da Serra. A decisão judicial suspendeu a assembleia e a eleição organizada por ex-diretor do Sindicato que reivindicava a base territorial daquela região.

### **Reunião da UITBB em Chipre**

Entre os dias 14 e 17 de março de 2012, foi realizada conferência da UITBB na cidade de Larnaca, Chipre. Presidido por Antônio Lopes, o encontro serviu para o debate de temas relacionados aos direitos dos trabalhadores em todo o mundo, principalmente os que sofrem as consequências da crise econômica desde 2008 na Europa. Paralelamente ocorreu reunião da FLEMACON, cuja presidenta, a baiana Lúcia Maia, e outras companheiras do Brasil, Chipre, Togo, Uruguai etc, refletiram sobre assuntos diretamente pertinentes às questões de gênero.

### **Projeto Brasil Maior<sup>102</sup> e os marceneiros**

Para continuar combatendo os impactos da crise econômica mundial no Brasil e fortalecer a indústria em território nacional, o governo federal publicou, em 03 de abril de 2012, a Medida Provisória 563. Fruto das negociações das comissões sistemáticas tripartites (governo, empresários e trabalhadores), a ação fazia parte das estratégias do Plano Brasil Maior para o desenvolvimento econômico sustentável.

---

<sup>102</sup> Lançado em 02 de agosto de 2011, trata-se de programa do governo federal brasileiro para aumentar a competitividade da indústria nacional. O objetivo é colocar em prática uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior. Entre as principais medidas estão a política de desoneração; o aumento de investimentos em capital fixo; a elevação do gasto privado com ciência e tecnologia e a ampliação da indústria no PIB.

Ao total, 15 setores da indústria passaram a usufruir de desoneração na folha de pagamento, entre eles, a indústria de móveis. Antônio Lopes de Carvalho e Pedro Mesquita, respectivamente, presidente e vice-presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, compuseram o grupo de estudos convocado pelo governo.

Guido Mantega, Ministro da Fazenda, comunicou que no lugar da contribuição de INSS, as empresas passariam a pagar uma alíquota de 1% ou 2% sobre o faturamento bruto, desonerando a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de pagamentos. Essa perda, ainda segundo o ministro, seria compensada pelo aumento da alíquota do PIS e Cofins sobre o faturamento das importações. Mesmo com essa compensação, a desoneração anual foi estimada em R\$ 7,2 bilhões. Igualmente, foi anunciada a postergação do recolhimento de PIS e Cofins para cinco setores da indústria. Neste caso, os fabricantes de móveis igualmente foram contemplados.

Esperava-se, com isso, que os patrões, aumentando seus lucros, passassem a investir em pesquisa, inovação e tecnologia; qualificação profissional; melhores condições de trabalho e salários decentes.

### **8 dias de greve na Bodoque**

A partir de uma demissão arbitrária por justa causa, além de atrasos nos salários e benefícios dos trabalhadores, os patrões da empresa Bodoque amargam 8 dias de paralisação.

Em 05 de março de 2012, a empresa, sem nenhum motivo coerente, demitiu um trabalhador com 17 anos de casa. Tal arbitrariedade foi a gota d'água que somada ao atraso na entrega de cestas básicas e recolhimento do FGTS e INSS, levou à greve em 19 de março. No dia 28 seguinte, a superintendência regional do Ministério do Trabalho deu ganho de causa aos operários. Assim, o trabalhador demitido foi reintegrado e a empresa obrigada a regularizar todos os seus atrasos, além de estabilidade geral de 90 dias.

### **Seminário da Campanha Salarial 2012 / 2013**

Com mais de 170 trabalhadores, delegados sindicais e convidados, o Sindicato dos Marceneiros de São Paulo realizou o 19º Seminário preparatório para a Campanha Salarial entre os dias 27 e 29 de julho de 2012 nas instalações da Colônia de Férias da FETICOM-SP em Mongaguá.

Entre os destaques dos participantes encontravam-se representantes de entidades sindicais de trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário das seguintes regiões: Mirassol; Guarulhos; Bento Gonçalves; Piracicaba; Bahia; Austrália e da própria FETICOM-SP e FLEMACON.

Com um grande número de mulheres, ao longo dos três dias de encontro, os debates e exposições trataram dos temas da conjuntura nacional e internacional; saúde e segurança do trabalho; previdência social e perspectivas para as negociações coletivas do ano de 2012.

### **Greve na Carroceria São Lourenço**

Localizada na cidade que também recebe o nome de São Lourenço, os trabalhadores da empresa paralisaram suas atividades durante dois dias por causa do descumprimento, por parte do patrão, das cláusulas da convenção coletiva, entre elas, pagamento de piso abaixo do mínimo determinado; falta de pagamento da multa de PLR; pagamento de salário fora do oficialmente registrado; excesso de câmeras de filmagem no local de trabalho, bem como demais irregularidades. Após a greve e negociação na subdelegacia do trabalho de Osasco, a fábrica foi obrigada a cumprir seus deveres.

## Lopes em Genebra

Em junho de 2012, Antônio Lopes, presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, na qualidade de também presidente da UITBB, discursou na 101ª conferência da OIT<sup>103</sup> em Genebra, Suíça.

Nessa reunião são aprovadas recomendações para os países signatários das convenções da OIT, podendo serem denunciadas caso não as cumpram.

O principal tema debatido em 2012 foi o jovem no mercado de trabalho. A crise global afetou principalmente essa faixa, resultando em 40 milhões de desempregados entre 18 e 22 anos de idade.

Entre os assuntos que Lopes expôs em seu pronunciamento, destacam-se as condições dos trabalhadores no mundo; os acidentes de trabalho; direitos do trabalhador; a mulher no mercado de trabalho; o desemprego entre os jovens; a crise na Zona do Euro entre outros. Ainda, criticou a adoção de políticas neoliberais que, além de aprofundar a crise econômica, pune os trabalhadores causando demissões em massa, diminuição de salários, direitos trabalhistas e políticas sociais governamentais: *“(...) devem ser eliminadas as políticas capitalistas e neoliberais praticadas por muitos governos, essas políticas são contrárias aos valores da OIT”*, finalizou.

## Patrões lucram mais e trabalhadores ficam a ver navios

A medida de redução do IPI deveria valer até setembro de 2012, mas foi prorrogada pelo governo para até 31 de dezembro de 2012. O imposto foi retirado totalmente e valia para móveis de madeira, laminados, chapas de fibra de madeira e PVC. No entanto, muitos empresários não diminuíram os preços de venda dos produtos. O que deveria servir para estimular o consumo e conseqüentemente aumentar a necessidade

---

<sup>103</sup> A Organização Internacional do Trabalho, OIT, é uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU) especializada, por óbvio, em questões do trabalho, especialmente nas normas internacionais do trabalho (convenções e recomendações). Fundada em 1919, é composta por 185 estados-membros, possuindo aproximadamente 40 escritórios pelo mundo. No Brasil, a OIT mantém representação desde a década de 1950.

de novos empregos, revigorando toda a roda da economia do setor, acabou somente elevando os lucros de alguns patrões.

### **Caixa Econômica Federal lança cartão para compra de móveis**

Em setembro de 2012 foi criado, pela Caixa Econômica Federal, o *MóveisCard*. O objetivo do cartão era financiar, com juros muito baixos, a compra de móveis novos. Para clientes do programa *Minha Casa, Minha Vida*, os juros eram menores ainda. Os produtos adquiridos poderiam ser parcelados em sua totalidade e em até 60 meses. A medida beneficiou tanto a população como também toda a cadeia produtiva do setor. Esse é mais um exemplo de política pública desenvolvimentista, ao contrário dos neoliberais, onde o governo atua diretamente no mercado para beneficiar a maioria.

### **Vitória na Campanha Salarial de 2012 / 2013**

Inflação e aumento real. Como nos anos anteriores, novamente os marceneiros de São Paulo conquistaram mais um avanço salarial. Além da inflação acumulada nos últimos 12 meses (5,58%) obtiveram aumento real que variava entre 1,83% a 1,88%, dependendo do número de trabalhadores da empresa.

Também em outros itens o Sindicato negociou índices bem acima da inflação: reembolso para refeição externa, 7,69%; reembolso para creche, 14% e multa por atraso no pagamento da PLR, 20%.

### **Financiamento de materiais de construção com FGTS**

Em 24 de outubro de 2012 o governo federal aprovou as regras para financiamento de materiais de construção, tanto em imóveis urbanos como rurais, com recursos do FGTS. Os valores poderiam ser utilizados tanto para novas construções, como para reformas, instalação de hidrômetros, sistemas de aquecimento solar etc. A medida visa

atender principalmente famílias de baixa renda, imóveis de valores menores, idosos, pessoas com deficiência e famílias chefiadas por mulheres.

### **Lopes reúne, na Espanha, secretariado da UITBB**

Nos dias 03 e 04 de dezembro de 2012, Antônio Lopes reuniu na cidade de Vigo (região da Galícia), Espanha, o Secretariado da UITBB. Na oportunidade, além de analisarem a situação dos trabalhadores no mundo, encaminharam estratégias para contribuir com a luta contra os males provocados pelo sistema capitalista.

Avaliou-se que os piores impactos são a perda de empregos, a flexibilização dos direitos e a precarização das condições de trabalho. Nesse sentido, discutiu-se uma agenda para se combater os efeitos da crise e mostrar solidariedade aos trabalhadores. Os membros do Secretariado também se comprometeram a visitar os países vizinhos, buscando aumentar o número de entidades sindicais filiadas à UITBB.

### **Pedro Huillca**

Exatamente vinte anos após sua morte, ocorrida em 18 de dezembro de 1992, a sociedade peruana ofereceu uma justa homenagem a um de seus sindicalistas mais importantes, Pedro Huillca<sup>104</sup>, cuja atuação é também reconhecida em nível internacional. Como um humilde tributo a sua vida de luta pelos trabalhadores, foi inaugurado na capital do Peru, Lima, um busto do dirigente.

Antônio Lopes, na qualidade de presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo e da UITBB, mas principalmente de ex-amigo do homenageado, participou da cerimônia, durante a qual teve a honra de ler a biografia de seu grande ex-companheiro.

---

<sup>104</sup> Ver item “A morte de Pedro Huillca” no presente texto.

## **CONTRICOM realiza encontro das mulheres**

Nos dias 18 e 19 de janeiro de 2013 foi realizado, na Colônia de Férias do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, na cidade de Itanhaém, o 1º Encontro das Mulheres Trabalhadoras da Contricom. Aproximadamente 40 mulheres dirigentes sindicais discutiram, em nível nacional, uma política para o fortalecimento de suas lutas, especialmente, para as trabalhadoras vinculadas às 14 federações da construção e da madeira.

Entre as sindicalistas presentes estiveram Izelda Terezinha Oro, Secretária para Assuntos Sociais da Mulher da Contricom e presidenta do Sindicato dos Trabalhadores(as) da Construção Civil e do Mobiliário de Chapecó, Santa Catarina; Lúcia Costa Maia, diretora da Fetracom-Bahia e presidenta da FLEMACON.

## **Greve na Escriba**

Após várias tentativas frustradas de negociação do Sindicato com a direção da empresa Escriba, os trabalhadores foram obrigados a cruzarem os braços durante 4 dias pela reivindicação de recebimento da PLR. Mesmo assim, os patrões continuaram se negando a um acordo decente. Por isso, a questão foi levada à justiça (Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região) que deu ganho de causa aos trabalhadores.

## **Marcha das Centrais Sindicais para Brasília**

Em 6 de março de 2013, as seis centrais sindicais do país (Força Sindical, CUT, CTB, UGT, NCST e CGTB) realizaram uma marcha, na capital federal, com mais de 50 mil trabalhadores, lideranças sindicais e de movimentos sociais. Até então, o protesto foi o maior, segundo organizadores.

Após três horas de caminhada por Brasília, os presidentes das seis centrais apresentaram 12 reivindicações ao presidente do Senado, Renan Calheiros e do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa: 10% do orçamento da União para a

saúde; fim do Fator Previdenciário; 40 horas semanais sem redução de salário; igualdades de oportunidades entre homens e mulheres; política de valorização dos aposentados; 10% do PIB para a educação; correção da tabela de Imposto de Renda; ratificação da convenção 158<sup>105</sup> da OIT; regulamentação da convenção 151<sup>106</sup> da OIT; ampliação do investimento público e reforma agrária.

Em seguida, fizeram vigília em frente à embaixada da Venezuela para homenagear o ex-presidente Hugo Chávez que havia morrido no dia anterior. Chávez foi saudado pelos manifestantes como o “maior defensor das causas trabalhistas”.

### **Curso sobre Saúde e Segurança**

Nos dias 23 e 24 de março de 2013, o Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, em parceria com o Diesat, realizou curso destinado aos trabalhadores e dirigentes da categoria. No encontro, ocorrido na colônia de férias do Sindicato em Itanhaém, foram debatidos temas fundamentais na área de Saúde e Segurança, destacando-se as seguintes questões: bem público; políticas públicas; participação e controle social e saúde do trabalhador. O evento, cujo encerramento ficou por conta do presidente Antônio Lopes, contou com a presença de aproximadamente 40 participantes, além dos técnicos, responsáveis pelas exposições e reflexões.

### **Seminário sobre Planejamento**

Entre 26 e 28 de julho de 2013, na colônia de férias da FETICOM-SP, foi realizado o 20º Seminário Preparatório da Campanha Salarial dos marceneiros de São Paulo. Participaram do evento 137 trabalhadores e convidados nacionais e internacionais. Entre as principais conclusões do encontro, está o fato de que, apesar da diminuição do número de trabalhadores na categoria, as empresas aumentaram seus lucros.

---

<sup>105</sup> Trata da garantia do emprego contra a dispensa imotivada.

<sup>106</sup> Trata da organização sindical e do processo de negociação dos trabalhadores do serviço público.

A seguir, relacionamos os dirigentes de outras entidades sindicais, nacionais e estrangeiras, que prestigiaram o seminário: Emílio Alves, presidente da FETICOM-SP; Francisco Chagas Costa (Mazinho), presidente da CONTRICOM; José Ribeiro, presidente do Sintracom/BA; Aristóteles Magalhães, do Sindicato de Mármore e Granitos de São Paulo; Benedito de Oliveira Brito, do Sindicato da Construção e do Mobiliário de Mirassol e região; José Nunes da Silva, diretor do Sindpresp; Antônio Bastos Vicente da *CFMEU*; Valdelino Balbino do STICM; Marcelo Santos Barbosa do Sindicato da Construção e Mobiliário de Itapeva e Gleuber Barbosa de Almeida do Sindicato dos Marceneiros de Belo Horizonte.

Expositores:

| <b>Palestrante</b>      | <b>Entidade / função</b>               | <b>Tema desenvolvido</b>                        |
|-------------------------|--|---|
| Geraldo Cruz            | Deputado Estadual pelo PT de São Paulo | Conjuntura política nacional e internacional    |
| Rogério de Jesus Santos | Técnico do Diesat                      | Saúde e Segurança do Trabalhador                |
| Airton dos Santos       | Técnico do Dieese                      | Evolução do setor moveleiro nos últimos 10 anos |
| Sidney Kleber Milani    | Advogado                               | Previdência Social                              |

### **Eventos em Cuba**

Pedro Mesquita, vice-presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo e da FLEMACON, acompanhando Antônio Lopes, presidente do Sindicato dos Marceneiros e da UITBB e Lucia Maia, presidenta da FLEMACON e diretora do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil da Bahia, estiveram durante alguns dias do mês de maio de 2013 compartilhando várias atividades sindicais em Cuba.

Em 02 de maio participaram de encontro de solidariedade a Cuba, em Havana e no dia seguinte estiverem na reunião da FLEMACON, junto a representantes de outros 17 países, para discutirem as questões relacionadas a gênero.

### **Curso sobre Saúde e Segurança – módulo 2**

Realizado na colônia de férias do Sindicato, em Itanhaém, o II módulo do curso de Saúde e Segurança no Trabalho, entre os dias 17 e 19 de maio de 2013, contou com a participação de trabalhadores e lideranças da categoria. Os temas debatidos e expostos foram: Previdência Social, Ministério do Trabalho, Seguridade Social e Plano Brasil Maior.

Um dos destaques do encontro foi a participação ativa dos operários. Utilizando a metodologia de trabalho em grupo, os presentes foram divididos em grupos menores para debaterem entre si e depois apresentarem as conclusões, discutindo-as em plenária com todos e todas.

### **Greve na Cosmo Pedrosa**

Em meados de abril de 2013, o Sindicato recebeu várias denúncias contra a empresa Cosmo Pedrosa (Artmóveis). Eram várias as irregularidades, principalmente retaliações contra os trabalhadores, atraso no pagamento de salários, recebimento de cestas básicas, FGTS e recolhimento para contribuições previdenciárias. O Sindicato tentou negociar e por duas vezes realizou assembleia na porta da fábrica, mas não obteve sucesso. A solução foi uma greve de pouco mais de uma semana. Por fim, no dia 30 de abril a empresa foi obrigada a comparecer em audiência no Ministério do Trabalho e Emprego para fechar um acordo. Mesmo assim, alguns trabalhadores, muito descontentes com a empresa, pediram demissão.

## Tributo a Olavo Hanssen

Em 25 de maio de 2013, na Vila Maria Zélia, cidade de São Paulo, mais de 300 pessoas, além da diretoria do Sindicato dos Marceneiros, incluindo o presidente Antônio Lopes, estiveram presentes no ato de Justiça para o militante Olavo Hanssen, assassinado pela ditadura em 01º de Maio de 1970<sup>107</sup>. Também participou o ex-presidente do Sindicato dos Marceneiros, Joel Alves de Oliveira, testemunha das prisões que ocorreram naquele dia. O evento ainda buscou fortalecer a campanha contra a Lei de Anistia.

## 20º Seminário dos marceneiros de São Paulo

Realizado nos dias 26 a 28 de julho de 2013, na Colônia de Férias da FETICOM-SP, o evento recebeu o nome de Antônio Di Chiachio<sup>108</sup> e, como os dos anos anteriores, teve o objetivo de contribuir diretamente para a formação política dos trabalhadores e diretores de base do Sindicato, especialmente para alavancar a Campanha Salarial 2013/2014. A seguir, uma síntese dos principais debates realizados pelos 137 convidados, trabalhadores, dirigentes nacionais e estrangeiros:

| Nome         | Cargo  | Tema   | Ideias principais  |
|--------------|--|--|--|
| Geraldo Cruz | Deputado Estadual pelo PT de São Paulo; ex-marceneiro da categoria e ex-prefeito de Embu das Artes | Conjuntura política nacional e internacional | Danos causados aos Brasil pela crise econômica a partir da Europa; desemprego nos países centrais, especialmente entre os jovens; afirmou serem injustas as críticas feitas ao governo Dilma, que tem controlado à inflação, além de ter retirado, desde Lula, 43 milhões de pessoas da miséria; sublinhou a importância dos movimentos de rua nos meses de junho e julho, mas deveriam ter uma pauta definida |

<sup>107</sup> Ver itens “O 1º de Maio de 1970” e “A brutalidade contra Olavo Hansen” no presente texto.

<sup>108</sup> Presidente do Sindicato entre as décadas de 1960 e 1970 e referido inúmeras vezes no presente livro.

|                         |                                |   |   |
|-------------------------|--------------------------------|---|---|
| Rogério de Jesus Santos | Técnico do Diesat              | Saúde e Segurança do Trabalhador                | Apesar de as normas no Brasil serem, em geral, muito boas, como as NR 17 e NR 6, bem como as próprias cláusulas da convenção do Sindicato, os empresários continuam insistindo em não respeitá-las. O país é ainda recordista em acidentes fatais, atingindo o número absurdo de 20 mil por ano. Por exemplo, na Austrália, são 52 no mesmo período |
| Airton dos Santos       | Técnico e economista do Dieese | Evolução do setor moveleiro nos últimos 10 anos | Em 2012, a produtividade cresceu 11,4%, o que contradiz a visão pessimista afirmada pelos empresários. No 1º semestre de 2013, 96% das categorias tiveram aumento real no Brasil  |
| Sidney K. Modesto       | Advogado                       | Previdência e desaposentação                    | Explicou detalhes sobre a desaposentação que se trata do desfazimento <sup>109</sup> da aposentadoria pelo próprio segurado para que possa aproveitar as novas contribuições feitas ao INSS em contagem para nova aposentadoria   |

Abaixo tabela com os nomes dos sindicalistas convidados ao 20º Seminário:

| <b>Nome</b>                  | <b>Cargo</b>    | <b>Entidade Sindical</b>  |
|------------------------------|-----------------|---|
| Antônio Bastos Vicente       | Representante   | CFMEU   |
| Aristóteles Magalhães        | Representante   | Sindicato dos Trabalhadores em Mármore e Granitos de São Paulo  |
| Benedito de Oliveira Brito   | Vice-Presidente | Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário de Mirassol e região                                      |
| Emílio Alves Ferreira Júnior | Presidente      | FETICOM-SP  |
| Francisco Chagas Costa       | Presidente      | Contricom   |
| Gleuber Barbosa de Almeida   | Representante   | Sindicato dos Marceneiros de Belo Horizonte   |
| José Nunes da Silva          | Diretor         | Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Fabricantes de Peças e Pré-Fabricados em Concreto do Estado de São Paulo |

<sup>109</sup> Termo jurídico que caracteriza o cancelamento de um acordo.

|                            |               |  |
|----------------------------|---------------|--|
| José Ribeiro               | Presidente    | Sintracom/Bahia  |
| Marcelo Santos Barbosa     | Representante | Sindicato dos Trabalhadores na Construção e no Mobiliário de Itapeva   |
| Valdelino Balbino da Silva | Representante | Sindicato dos Trabalhadores na Construção e no Mobiliário de Guarulhos |

### **Marceneiros no 3º Congresso Nacional da CTB**

Realizado nos dias 22 a 24 de agosto de 2013, no auditório Celso Furtado do Anhembi, o 3º Congresso Nacional da CTB contou com a participação de mais de 1.500 delegados sindicais de todo o Brasil, além de representantes de vários outros países. Entre as questões debatidas priorizou-se o desenvolvimento econômico com a valorização do trabalho. Também estiveram presentes o então presidente do BNDES, Luciano Coutinho; o presidente do PC do B, Renato Rabelo; o vice-presidente do PSB, Roberto Amaral; o Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo; entre outras autoridades.

### **Marceneiros em Ato Público**

Em 30 de agosto de 2013, o Sindicato dos Marceneiros participou de Ato Público no centro de São Paulo. A marcha manifestava defesa da educação, saúde, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, fim da terceirização e a contratação de médicos estrangeiros para hospitais públicos onde médicos brasileiros não desejam trabalhar.

Aliás, esse tema, a contratação de médicos estrangeiros para trabalhar no Brasil, tem sofrido duros ataques de grande parte da elite brasileira e dos grandes meios de comunicação. O movimento sindical, em sua maioria, tem se posicionado favoravelmente a essa política, entre eles, o Sindicato dos Marceneiros.

Várias inverdades são ditas sobre essa questão, apesar de a proposta do governo federal ser bastante simples: oferecer atendimento a todos brasileiros e brasileiras, mesmo os que habitam regiões periféricas e distantes dos centros urbanos. Nada mais

justo e óbvio, mesmo porque primeiramente as vagas são oferecidas a profissionais brasileiros e somente depois aos médicos estrangeiros. O principal interessado, o povo, apoia a medida governamental. Em pesquisa realizada pelo *Datafolha* em agosto de 2013<sup>110</sup>, 54% dos entrevistados responderam favoravelmente ao projeto do governo federal em trazer médicos para trabalhar nas regiões onde faltam profissionais de saúde. Em outra pesquisa, realizada no mês de setembro, pelo Instituto Paraná, 70% dos brasileiros são favoráveis ao programa, sendo que 68% apoiam a contratação de médicos cubanos. Contrários ao projeto estão parte da classe médica ou ao menos parte das associações de classe da categoria. Pelas pesquisas, o povo e os trabalhadores escolheram o seu lado.

### **Módulo 3 do curso de Saúde e Segurança**

Entre 13 e 15 de outubro de 2013, em parceria com o Diesat, o Sindicato dos Marceneiros de São Paulo realizou o 3º módulo do curso de Saúde e Segurança Ocupacional, desenvolvido em sua própria colônia de férias em Itanhaém. Além das exposições, identificadas abaixo, os participantes aplicaram atividade em grupo onde propuseram quais deveriam ser as ações do Sindicato a respeito do tema.

Assuntos abordados: Seguridade Social por Eduardo Bonfim; Previdência Social e INSS por Daniele Salzbeger e Ações Sindicais por Pérsio Dutra.

Nos dias 24 a 27 de agosto de 2014, a OIT, durante o 20º Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho, com a presença de 4 mil cientistas, especialistas e políticos de 139 países, divulgou novos estudos e pesquisas a respeito do tema. Atualmente ocorrem, a cada ano, 2,3 milhões de mortes decorrentes do trabalho, além de 860 mil acidentes. Importante recordar que os números verdadeiros, muito provavelmente, são bem maiores. Sabe-se que no Brasil, por exemplo, a maior parte dos casos não são registrados. Segundo Marco Perez, coordenador da área de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, a subnotificação dos acidentes pode chegar a 95% no país.

---

<sup>110</sup> Foram realizadas 2.615 entrevistas em 160 cidades brasileiras.

### **Escreva não paga trabalhador**

Em 2014, a empresa encontra-se em crise. No mês de fevereiro, demitiram 26 trabalhadores – sem que os seus direitos fossem pagos, o que levou a uma greve. Soma-se a essa situação atrasos na entrega de cestas básicas e recolhimento de FGTS e do INSS. O Sindicato, por sua vez, vem acompanhando de perto a situação, além de realizar e ter realizado diversas reuniões para negociar a situação dos trabalhadores.

### **FGTS abaixo da inflação**

No ano de 2014, o sistema de correção do FGTS está em discussão pela justiça. O Supremo Tribunal de Justiça suspendeu todos os processos de correção dos valores depositados no FGTS, sendo os mesmos enviados ao Ministério Público. Corrigido pela Caixa Econômica Federal a partir da Taxa Referencial, o percentual estaria abaixo da inflação, no caso, o Índice Nacional de Preços aos Consumidor, o INPC. Como exemplo, o jornal do Sindicato, “O Pica Pau”, entre 1999 e 2013, o FGTS foi reajustado em 99,71% e os preços subiram 159,24%.

Os marceneiros de São Paulo estão atentos ao tema, apoiando que o suado dinheiro dos trabalhadores acompanhe, ao menos, a inflação.

### **Início do fim da marmita**

Desde 1º de março de 2014, por meio de nova cláusula conquistada no acordo junto aos patrões, as empresas são obrigadas a oferecer o *auxílio refeição*. Para a empresa que não fornecer refeição no local de trabalho deverá pagar auxílio alimentação a todos os trabalhadores e trabalhadoras no valor de R\$ 9,00. Este poderá ser descontado em somente até 20% no valor total conforme os dias trabalhados.

## **Prestação de contas: 2010 - 2013**

Abaixo, resumidamente as conquistas do mandato 2010-2013 do Sindicato para os trabalhadores:

- Inflação acumulada entre 2010 e 2013: 25,34%;
- Reajuste dos marceneiros de São Paulo: 36,37%;
  - Aumento real: 8,80%;
- Manutenção de todos os direitos sociais históricos da categoria;
- Realização de seminários anuais para a categoria;
- Participação em movimentos sociais e reivindicações nacionais dos trabalhadores;
- Garantia da unidade da categoria, impedindo a separação da base territorial de Taboão da Serra;
- Aumento da PLR acima da inflação;
- Manutenção da organização de base por meio de cursos e seminários junto aos cipeiros;
- Melhoria tanto na qualidade dos serviços oferecidos pelo Sindicato à categoria como à diversidade: atendimento médico, odontológico, inúmeros convênios com descontos para associados, biblioteca, biblioteca infantil, colônia de férias etc;
- Conquista do auxílio refeição.

## **Eleições sindicais**

Nos dias 29 e 30 de maio de 2014 foi eleita a nova direção do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo. A Chapa 1 recebeu 2.468 votos (74,7%); 28 em branco e 4 nulos.

### Composição da direção:

Antônio Lopes, Pedro Mesquita, Gilvan Rodrigues, Flávio Augusto, Arivonaldo Galdino, José Carlos Cordeiro, Francisco Pereira, Marcos Antônio, Francisco Assis, Elson Silva, Edson Jesus, Neil Diamond, Adelson Souza, José Carlos dos Santos, Edson Jerônimo, Aldaci Lima Oliveira, Gicélia Bittencourt, Paulo Ambrosino, Gilvan Francisco de Azevedo, Walter Prado Pereira, Ricardo Luis Pena, Robson Sales Pereira, Adenilton Rodrigues, Benedito da Silva, Valdir Francisco da Silva, Cícero Ricardo da Silva, Carmerindo Fernandes de Santana, Atenilson Santos Souza, Gabriel Costa Queiroz, Iracema Rodrigues dos Santos, William Vieira da Silva, Sebastião do Nascimento, Paulo Araújo de França, Josemir de Oliveira Silva, Luis André Moreira da Silva, José Ramos Soares, Reginaldo Rodrigues, Edson Severino dos Santos, José Roberto dos Santos Nunes, José Francisco de Andrade, Antônio Messias de Almeida, Leocrísia Lima Peres, Brasilino Avelino de Souza, José Mauro Ferreira, José Ferreira Filho e Luzia Mendes da Silva Machado.

### Propostas para o mandato (2014-2018):

- Lutar contra a flexibilização dos direitos trabalhistas da CLT;
- Lutar pela redução das 40 horas semanais, sem redução de salário;
- Manter a eleição de representantes sindicais nos locais de trabalho com estabilidade no emprego;
- Lutar pela criação em São Paulo de um centro tecnológico para qualificação de mão de obra e desenvolvimento de *design* e novos produtos para o setor moveleiro e com a participação dos trabalhadores;
- Ampliar a luta pela ampliação da PLR;
- Lutar por melhores salários e manutenção dos direitos já conquistados;
- Criar CIPAs atuantes;
- Combater a informalidade;
- Promover a valorização profissional dos trabalhadores com melhores salários e condições de trabalho;

- Lutar por Planos de Cargos, Carreiras e Salários;
- Fortalecer a realização de cursos, seminários e congressos da categoria com o objetivo de informar e politizar os trabalhadores;
- Valorizar e fortalecer as organizações às quais somos filiados (CTB, UITBB, FLEMACON, CONTRICOM E FETICOM-SP);
- Fortalecer a escola de formação do Sindicato;
- Lutar para construir uma nova subsede em Taboão da Serra;
- Lutar para manter as conquistas proporcionadas à população pelo atual governo e votar em parlamentares comprometidos com a classe operária;
- Manter o Sindicato dentro da estratégia classista e
- Defender os direitos dos aposentados com o fim do Fator Previdenciário

### **10º Congresso dos Marceneiros**

Nos dias 25, 26 e 27 de julho de 2014 realizou-se o 10º Congresso dos Marceneiros de São Paulo na Colônia de Férias da FETICOM-SP na cidade de Mongaguá, litoral sul de São Paulo. Mais de 200 trabalhadores, convidados e delegados sindicais da categoria estiveram presentes, além de delegação estrangeira com 7 membros dos seguintes países: Uruguai, Peru, Cuba, Índia e Austrália. Participaram também das atividades 21 sindicalistas de vários outros sindicatos, como da Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais etc.

Na abertura, fizeram parte da mesa, além de Antônio Lopes, presidente reeleito do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo: Joel Alves de Oliveira, ex-presidente do Sindicato; Wagner Gomes, Secretário Geral da CTB Nacional; Divanilton Ribeiro, Secretário de Relações Internacionais da CTB Nacional; Gilmar Guilhen, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Mirassol e Votuporanga; Miraldo Vieira, Secretário Geral da CONTRICOM e Raimundo Brito, Secretário de Finanças da FETRACOM-Bahia.

Temas debatidos no encontro:

| <b>Tema</b>                              | <b>Palestrante</b>         | <b>Instituição e função</b> |
|--|----------------------------|-----------------------------|
| Conjuntura nacional e internacional      | Umberto Martins            | Assessor da CTB Nacional    |
| Saúde e Segurança do Trabalhador         | Rogério de Jesus Santos    | Técnico do Diesat           |
| Previdência Social                       | Luiza Ferrari              | Educadora do INSS           |
| Organização no Local de Trabalho         | Adilson Araújo             | Presidente da CTB Nacional  |
| Gênero                                   | Lúcia Maia                 | Presidenta da FLEMACON      |
| Conjuntura econômica e Campanha Salarial | Cláudia Cirino de Oliveira | Técnica do Dieese           |

Resoluções do congresso:

| <b>Tema e Propostas</b>             | <b>Encaminhamento / Resolução</b>   |
|-------------------------------------|---|
| Conjuntura Nacional e Internacional | - Incentivar a luta por uma vida digna e trabalho decente em todo o planeta, superando o capitalismo; - Manter e reforçar a solidariedade internacionalista entre os sindicatos e os povos; - Reforçar na América Latina as iniciativas de integração; - Reforçar a pressão popular para viabilizar mudanças profundas no país, que destravem o desenvolvimento econômico, valorize o trabalho, promovam a inclusão social e garantam as reformas estruturais para enfrentar as desigualdades sociais do Brasil |
| Organização no Local de Trabalho    | Priorizar as lutas pela ampliação da Organização no Local de Trabalho; - Intensificar o programa de cursos para dirigentes sindicais, membros de comissões de fábrica, cipeiros e trabalhadores; - Promover campanha permanente de sindicalização; - Desenvolver ações em conjunto com o Ministério do Trabalho para garantir a estabilidade de todos os dirigentes sindicais; - Lutar pela democratização do ensino público e de qualidade   |
| Questão de Gênero                   | - Incluir cláusulas nas pautas de reivindicações que proponham a criação de comitês de equidade de remuneração; - Incluir nas pautas de reivindicações, para setores que ainda não tenham o abono de faltas às trabalhadoras, que possam acompanhar os filhos e ascendentes ao médico; - Combater a violência contra a mulher no  |

|   |  |
|---|--|
|   | trabalho, com ênfase para o assédio moral e sexual, exigindo que as empresas criem mecanismos rigorosos de punição; - Participar de fóruns de discussão e movimentos que visem à efetiva aplicação da Lei Maria da Penha   |
| Saúde e<br>Segurança<br>do<br>Trabalhador | - Diagnóstico situacional da Saúde do Trabalhador/Trabalhadora da categoria; - Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; - Saúde do Trabalhador priorizada na agenda de reivindicações sindicais; - Não à monetarização do risco; - Participação nos espaços de controle social. |

### Fechamento da Giroflex

Em 06 de junho de 2014, para surpresa e indignação do Sindicato e de todos os 329 trabalhadores e trabalhadoras da *Giroflex*, da noite para o dia, sem qualquer tipo de aviso prévio ou negociação, a empresa encerrou suas atividades. Se contarmos somente os funcionários da empresa e suas respectivas famílias, temos aproximadamente mil pessoas negativamente afetadas pela decisão, isso sem contar as demissões na cadeia produtiva.

Não havia nenhum motivo grave em suas finanças para tal medida. A direção da fábrica simplesmente resolveu fechar. Os trabalhadores produziram normalmente até o último dia. Ou seja, por que isso ocorreu? Essa resposta nem mesmo o Sindicato possui, ainda. Apesar de as obrigações trabalhistas estarem em dia, com o fim da *Giroflex*, as rescisões não foram honradas pela empresa. Por isso, o Sindicato iniciou uma luta para que ao menos isso fosse garantido. O Sindicato conseguiu fazer com que a empresa depositasse os 40% do FGTS, o que garante a liberação do seguro desemprego, bem como o pagamento, no dia 04 de julho, dos direitos rescisórios de 140 entre os 329 dispensados. Para os demais, até o mês de julho, o Sindicato negociava com a empresa o cumprimento de suas dívidas junto aos trabalhadores.

Com a morte da *Giroflex*, acaba a história de uma das mais importantes e tradicionais empresas do setor moveleiro no Brasil. Com ela desaparecem também a atual *Aurus* e a antiga *Forma*.

## GALERIA DE FOTOS E IMAGENS

*“Uma boa foto é aquela que abre sua imaginação, que traz emoção”*

Martine Franck, fotógrafa belga

## Quadro histórico da direção executiva

A tabela abaixo destaca os mandatos existentes desde a fundação do Sindicato dos Oficiais Marceneiros em 1934 até a sua atualidade (2014), todos aqueles que exerceram os principais cargos da direção executiva. Por uma questão de limite de espaço não estão relacionados os demais cargos executivos, mas somente os de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Tesoureiro. Igualmente não foi possível, pelo motivo já justificado, elencar os nomes dos companheiros que exerceram cargos pertencentes às outras instâncias consultivas e deliberativas como, por exemplo, o Conselho Fiscal e suplentes<sup>111</sup>.

| Mandato   | Cargo  |                                    |                           |                          |
|---|--|------------------------------------|---------------------------|--------------------------|
|   | Presidente   | Vice                               | Secretário Geral          | Tesoureiro               |
| 1934 e 1935   | Miguel Notari  | Monval Bonazzi                     | Sylvio Zanferrari         | José Giuliano            |
| 1935 a 1937   | Francisco Bianchini  | Segundo Sonato                     | José Giovanini            | Domingos Greco           |
| 1937 e 1938   | Segundo Senado   | Francisco Bianchini                | José Giovanini            | Carlos João Caldara      |
| Um ano sem funcionar, período entre o cancelamento da carta sindical e a nomeação da diretoria interventora |  |                                    |                           |                          |
| 1939 a 1941   | Interventores: Manoel de Miranda, Emílio de Araújo e Carlos Morillia |                                    |                           |                          |
| 1942 a 1944   | Caetano Pereira de Souza   | Salvador Rodrigues                 | Benedito Ventura          | Manuel Miranda           |
| 1944 a 1947   | João Alexandre Manete  | Jair Gonçalves Lara                | Américo Stefani           | Antônio Mosca            |
| 1947 a 1950 (interventores)   | Manoel Miranda   | Abílio Nunes                       | Antônio Bruno de Oliveira | Irineu Ranelli           |
| 1951 a 1952   | Manoel Miranda   | Celgio Valvassore                  | Abílio Nunes              | Manoel Rodrigues         |
| 1952 a 1954   | Celgio Valvassore  |                                    | Salvador Rodrigues        |                          |
| 1955 a 1959   | Salvador Rodrigues   | Francisco Alves Ferreira Júnior    |                           |                          |
| 1959 a 1964   | Salvador Rodrigues   | José Flores Navarro                | Lázaro Paulino Maia       |                          |
| 1964 a 1965 <sup>112</sup>  | Francisco Alves Ferreira Júnior                                      |                                    | Hebert Inácio Silva       | José Begiato             |
| 1965 a 1968   | Alberto de Oliveira Campos / Antônio Di                              | Antônio Di Chiachio e Feliciano de | Nelson Gonçalves          | Arlindo Isidoro de Couto |

<sup>111</sup> Há espaços em branco, pois alguns nomes não puderam ser confirmados.

<sup>112</sup> Diretoria interventora nomeada pelo governo da ditadura militar poucos dias após o golpe de 1964.

|             | Chiachio                               | Moraes                      |   |   |
|-------------|--|-----------------------------|---|---|
| 1972 a 1975 | Antônio Di Chiachio                    | Américo Favato              | Nelson Gonçalves                            | Antenor Feliciano de Moraes                         |
| 1975 a 1978 | Antônio Di Chiachio                    | Francisco Moreno            | Nelson Gonçalves                            | Antenor Feliciano de Moraes                         |
| 1978 a 1981 | Nelson Gonçalves                       | José Bernardino Neto        | Marcionilio de Paula Teixeira               | Mário Otávio Foltran, depois Joel Alves de Oliveira |
| 1981 a 1984 | Joel Alves de Oliveira                 |                             | Lázaro Paulino Maia                         |   |
| 1984 a 1987 | Joel Alves de Oliveira                 | José Ribamar Serra Almeida  | Lázaro Paulino Maia                         | Aparecido de Moraes                                 |
| 1987 a 1990 | Joel Alves de Oliveira                 |                             |   |   |
| 1990 a 1994 | Joel Alves de Oliveira / Roque Garcia  | Antônio Lopes               | Edson Matias dos Santos                     | Maria da Paixão                                     |
| 1994 a 1998 | Joel Alves de Oliveira / Antônio Lopes | Antônio Lopes               | Edson Matias dos Santos                     | Maria da Paixão Silva                               |
| 1998 a 2002 | Antônio Lopes                          | Joel Alves de Oliveira      | José Ribamar Serra Almeida                  | Flávio Leite  |
| 2002 a 2006 | Antônio Lopes                          | Arivaldo Galdino de Almeida | Edson Matias dos Santos                     | Flávio Leite  |
| 2006 a 2010 | Antônio Lopes                          | Arivaldo Galdino de Almeida | Edson Matias dos Santos e Francisco Pereira | Flávio Leite  |
| 2010 a 2014 | Antônio Lopes                          | Pedro Mesquita              | Arivaldo Galdino de Almeida                 | Flávio Leite  |
| 2014 a 2018 | Antônio Lopes                          | Pedro Mesquita              | Arivaldo Galdino de Almeida                 | Flávio Leite  |

## ENDEREÇOS HISTÓRICOS DO SINDICATO DOS MARCENEIROS DE SÃO PAULO

Desde a fundação e até a atualidade, o Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo está no terceiro endereço. O primeiro deles foi alugado; o segundo era próprio, consistindo em todo o quarto andar do prédio. Já na terceira e atual localização, como na anterior, o espaço pertence ao próprio Sindicato e, além disso, foi construído de acordo com as próprias necessidades da entidade.

### Fundação até 1965

Praça da Sé, 53 – segunda sobreloja – sala 50

Entre o final dos anos 1930 e o início da década seguinte, talvez 1941, possivelmente, a numeração da primeira sede do Sindicato foi alterada. Documentos da época mostram que o endereço passou a ser divulgado com novo número. Ao invés de 53 muda-se a numeração para 297.

O primeiro local que serviu como sede do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo era uma sala alugada no *Palacete Santa Helena*. Este belo edifício possuía duas fachadas, uma para a Praça da Sé e a outra para onde hoje está a Praça Clóvis Bevilacqua. O prédio, infelizmente, foi demolido em 1971, para a construção do Metrô, apesar de ter sido um dos marcos da arquitetura paulistana. Era nada menos do que uma das construções mais luxuosos do país, dela também fazendo parte um sofisticado cine teatro que concorria com o próprio Teatro Municipal de São Paulo. Sua fachada da Praça da Sé era composta por esplendorosas esculturas e ornamentos, sendo que o prédio, no térreo, abrigava ainda lojas e escritórios. Muitos arquitetos avaliam que o *Palacete Santa Helena* foi o mais admirável já construído na cidade de São Paulo. A conhecida e histórica falta de respeito pela memória arquitetônica do Brasil levou à pura e simples destruição de um dos mais importantes ícones arquitetônicos da cultura nacional “em nome do progresso”. O prédio igualmente ficou famoso por servir também como sede para o grupo de pintura que levava seu nome: *Santa Helena*. Suas salas eram conhecidas por serem a sede de vários sindicatos, entre eles, o dos marceneiros.

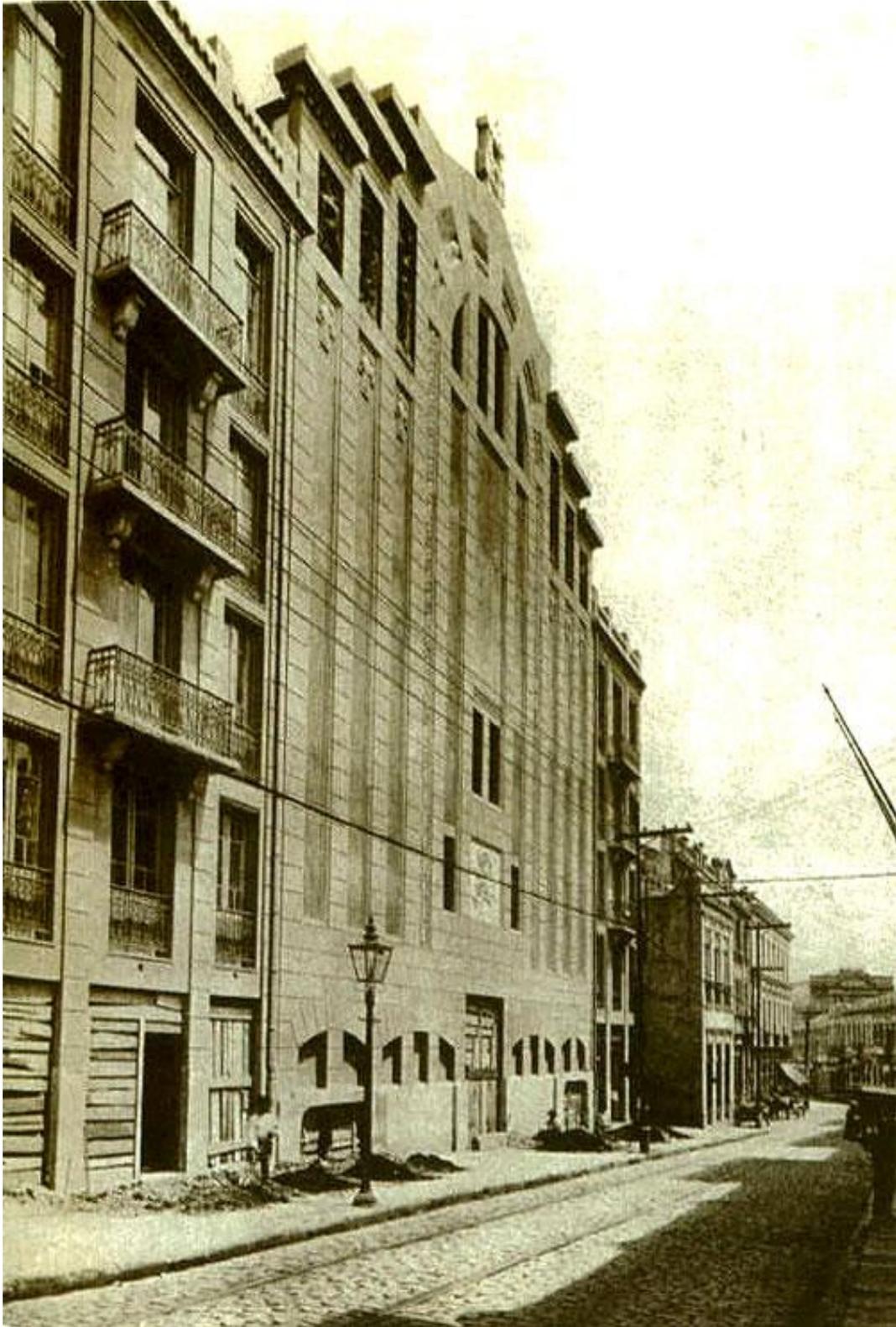
Abaixo imagens do *Palacete Santa Helena*:



Início dos anos 1920: à esquerda está o *Palacete Santa Helena* em fase final de sua conclusão, à direita, a Igreja da Sé, ainda em construção, cujo término somente ocorreu em 1967



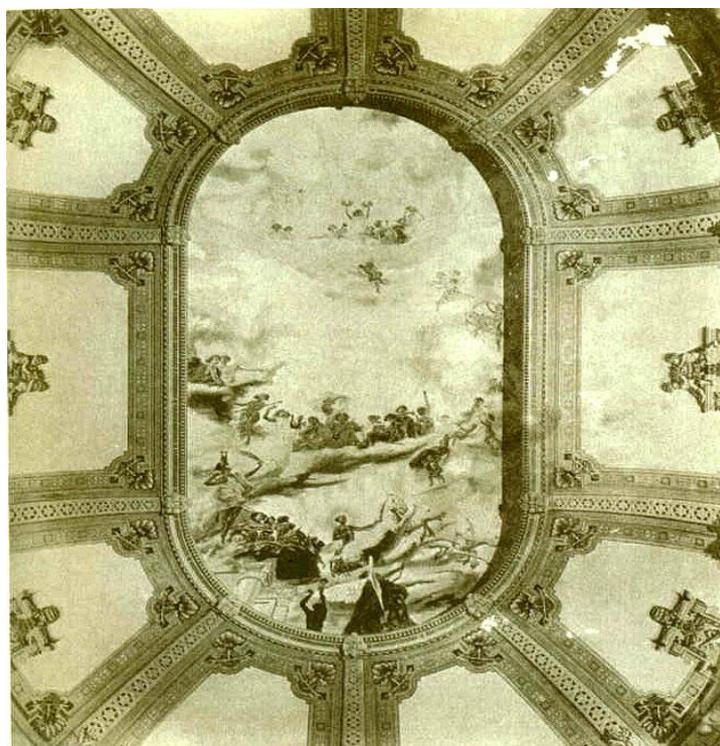
*Desenho da fachada da Praça da Sé do Palacete Santa Helena*



*Fachada do Palacete Santa Helena para a então Rua XI de Agosto, hoje Praça Clóvis Bevilacqua*



*Interior do cine teatro do Palacete Santa Helena*



*Teto do cine teatro com afrescos do italiano Adolfo Fonzari*

## 1965 a 1973

Rua Florêncio de Abreu, 305 – 4º andar, a primeira sede própria do Sindicato foi adquirida pelos interventores em 1965 e vendida quando foi fundada a sede atual em 1973. O primeiro registro documentado em relação ao interesse do Sindicato dos Marceneiros em adquirir uma sede própria foi encontrado em um boletim de 15 de junho de 1946. O impresso afirma o que segue:

### *“Convocação da Classe*

*O Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores da Indústria de Móveis de Madeira de São Paulo convida os seus associados a comparecerem, infalivelmente, à Grande Assembleia Geral Extraordinária, que se fará realizar no próximo dia 13 de julho do corrente (1946), às 20 horas, em sua sede social, a fim de discutir e autorizar a diretoria a comprar um prédio para a instalação de sua sede própria, visto ter a Comissão, eleita pela assembleia anterior, encontrado um ótimo prédio para esse fim. (...).”*

## 07 de setembro de 1973 até a atualidade

Rua dos Carmelitas, 149 – Centro – São Paulo

Conforme já foi dito, este é o seu terceiro e atual endereço. Ao longo do presente livro abordaremos vários detalhes a respeito da compra do terreno, construção do prédio e inauguração. Igualmente trataremos sobre a subsede no Taboão da Serra e a colônia de férias em Itanhaém, no litoral sul paulista.

## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS DO BRASIL E DO MUNDO

### 1934 ao final dos anos 1940

- 1917: Revolução Socialista na Rússia, formando a URSS.
- 1922: vitória de Mussolini (futuro aliado de Hitler) instalando o fascismo na Itália.
- 1929: a crise econômica mundial, começando nos Estados Unidos, cria milhões de desempregados no mundo, além de também afetar drasticamente a economia cafeeira no Brasil.
- 24 de outubro de 1930: O presidente Washington Luís é deposto por Getúlio Vargas, terminando a *República Velha*.
- 26 de novembro de 1930: Criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, chamado “Ministério da Revolução”, primeiro Ministro é Lindolfo Collor.
- 1930, dezembro: Em uma de suas primeiras leis trabalhistas, Vargas exige que ao menos 2/3 dos postos de trabalho sejam para brasileiros, assim desejava evitar trabalhadores imigrantes com experiência sindical e política, a maioria deles anarquistas e comunistas.
- 1931, fevereiro: é criado o Departamento Nacional do Trabalho, cujo objetivo era promover a previdência social e melhoria das condições de trabalho. Em outras palavras, controlar o movimento sindical...

- 1931, março: é assinada a *Lei dos Sindicatos* por Getúlio e seu ministro do trabalho, Lindolfo Collor, o Decreto 19.700. Com ele é estabelecida a unicidade sindical. Ou seja, só poderia haver um único sindicato por base territorial (Município, Estado, União). Além disso, para ser reconhecido, o sindicato deveria fornecer informações detalhadas ao Ministério do Trabalho: ata de instalação, número e nome dos associados, profissão, estado civil, nacionalidade, residência etc. Ambas as medidas continuam até os dias de hoje.
- 23 de maio de 1932: membros instalados na sede do PPP em São Paulo (Rua Barão de Itapetininga, 70 – hoje 298) entram em batalha, durante toda a madrugada, com centenas de estudantes, populares e militantes. Há inúmeros tiros, inclusive de metralhadora, granadas etc. Dezenas são baleados e 13 morreram, entre eles Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo (MMDC). Os membros do PPP apoiavam Vargas; os demais, sobretudo, defendiam a velha elite cafeeira paulista.

Resumidamente: a elite econômica paulista, acostumada a se revezar no poder com a elite mineira desde 1894, foi enxotada do poder por Getúlio Vargas em 1930. Tratou-se, na verdade, de um movimento fruto do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. As elites agrárias comandavam o capitalismo dominante até então, ou seja, o modelo agroexportador baseado no café. Esse modelo estava em seu limite e, por isso, necessitava ser substituído pela fase industrial do capitalismo em nosso país. Quer dizer, para que o capitalismo pudesse continuar acumulando cada vez mais lucros, deveria “ampliar seus horizontes” para o modelo industrial. Getúlio representou e executou tal mudança, tentando, é importante frisar, o desenvolvimento de um capitalismo industrial nacional, isto é, uma indústria desenvolvida por capitais brasileiros. E, em parte, conseguiu.

- 1932, outubro: fundação da AIB (Ação Integralista Brasileira) sob inspiração dos ideais fascistas e nazistas.
- Em 25 de janeiro de 1932, algo em torno de 100 mil participantes, a imprensa da época dizia 50 mil, número mais provável, lotou a Praça da Sé no aniversário da

cidade de São Paulo para cobrar uma nova Constituição ao país. Esse movimento, grosso modo, era, novamente, resultado da luta da elite paulista por ter perdido o poder político federal, o que certamente afetaria seus negócios, o café. Daí a origem da chamada Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo.

- No dia 24 de fevereiro de 1932 Vargas decreta novo código eleitoral. Previa-se o voto secreto, a participação das mulheres nas urnas e a criação de uma Justiça Eleitoral Independente. Com isso, dava-se forte golpe no *coronelismo* e no voto *de cabresto*, quer dizer, nas bases políticas da atrasada elite agrária brasileira. Nesse mesmo dia os paulistas voltam a ocupar a Praça da Sé com um número ainda maior de manifestantes do que a ocorrida 31 dias antes. Desconfiavam que o novo código eleitoral fosse uma estratégia para diminuir as pressões sobre o governo. Manifestação semelhante fora proibida no Rio de Janeiro.
- Em 1933 o Partido Nazista é eleito para liderar o governo alemão, abre-se o caminho para Hitler, tendo o nazismo, a partir desse momento, influenciado vários grupos, políticos e governo em todo o mundo.
- Pela iniciativa de Getúlio Vargas é criada uma nova Constituição Federal no Brasil entre 1933 e 1934.
- Em 1934, o jornal sindical antifascista *La Difesa*, dos socialistas italianos em São Paulo, é fechado. Nessa época havia muitos jornais sindicais publicados por militantes espanhóis e italianos no Brasil;
- 1934, outubro: eleições para a Câmara Federal e Assembleias Estaduais;
- Em 30 de março de 1935 é fundada a ANL no Teatro João Caetano, Rio de Janeiro. Luis Carlos Prestes é aclamado presidente de honra, por proposta do então estudante e membro da Juventude Comunista, Carlos Lacerda. Como se sabe, nas décadas seguintes Carlos Lacerda tornou-se um dos maiores líderes da

direita no Brasil, inclusive tendo apoiado e ajudado a derrubar João Goulart e articular o Golpe de 1964 que deu início a 21 anos de ditadura militar.

- 04 de abril de 1935: é decretada a Lei de Segurança Nacional (LSN), ou Lei Monstro, de Vicente Rao. O fato desperta greves de protesto em jornais do Rio de Janeiro diante os vários tipos de proibições.
- Em 22 de julho de 1935 Vargas cria o programa de rádio, *Hora do Brasil*.
- Em 25 de novembro de 1935 o Congresso Nacional aprova *Estado de Sítio* em todo o país.
- Intentona Comunista ou Revolta Vermelha de 1935: ao final do mês de novembro de 1935, militares da tradição tenentista, vinculados ao Partido Comunista do Brasil e à ANL, rebelaram-se e tentaram dar um golpe contra o governo Vargas.
- Em março de 1936 Getúlio Vargas, na sequência do Estado de Sítio, declara Estado de Guerra que vigora até meados de 1937. Todos os direitos civis, de todos os cidadãos, são suspensos. Muitos foram encarcerados e torturados. Em 1936 foram presos Luis Carlos Prestes e Olga Benário, esta foi enviada por Getúlio Vargas à Alemanha nazista de Hitler e lá assassinada em 1942.
- Também em 1936 é criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo.
- 1936: Guerra Civil na Espanha contra o fascismo.
- 1939: início da Segunda Guerra Mundial.

## Década de 1950

- No dia 20 de fevereiro de 1950, o senador estadunidense Joseph McCarthy inicia, nos Estados Unidos, uma cruzada contra aqueles que ele julgava serem comunistas. Era a política do *macarthismo*. Milhares de cidadãos, principalmente artistas foram presos, perseguidos e tiveram suas carreiras destruídas.
- Em 03 de outubro de 1950 Getúlio Vargas, que havia ficado no poder entre 1930 até 1945, é eleito presidente da República, pelo PTB, com quase 50% dos votos. Exatamente três anos depois Vargas sanciona a lei de monopólio do petróleo brasileiro, criando a Petrobrás.
- Um tribunal federal de Nova Iorque, em 20 de junho de 1951, indiciava 21 líderes do Partido Comunista por conspiração para a derrubada do governo dos Estados Unidos.
- Em 24 de abril de 1952, o pintor espanhol Pablo Picasso e vários outros artistas de esquerda reafirmam aos comunistas a sua crença no realismo socialista.
- No dia 16 de novembro de 1952, a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos anuncia que a bomba de Hidrogênio está pronta para ser usada.
- 19 de junho de 1953. O casal Rosenberg (Julius e Ethel), judeus comunistas estadunidenses, são condenados por espionagem. Teriam transmitido à URSS informações sobre a bomba atômica. Por isso, tornam-se os primeiros civis a serem executados por espionagem na história dos Estados Unidos.
- Em 27 de setembro de 1954 Mao Tse-Tung é reeleito para outro mandato de quatro anos como presidente da República Popular da China.

- No dia 24 de agosto de 1954 morre Getúlio Vargas. A versão oficial é de que ele teria cometido suicídio.
- 14 de maio de 1955: em oposição à OTAN (acordo militar dos países capitalistas liderados pelos Estados Unidos, existe até a atualidade) é criado o *Pacto de Varsóvia* (foi extinto em 01 de julho de 1991). Tratava-se de um acordo militar, dentro do espírito da Guerra Fria, entre os países do bloco socialista, liderados pela URSS.
- 16 de setembro de 1955: Juan Perón, presidente da Argentina, é tirado do poder por um golpe militar.
- Em 03 de outubro de 1955 Juscelino Kubitschek é eleito presidente do Brasil. João Goulart, vice-presidente. Na época titular e vice podiam pertencer a partidos diferentes, sendo votados separadamente.
- Começa a Guerra do Vietnã em 01 de novembro de 1955 e vai terminar somente em 1975. Os Estados Unidos são derrotados.
- Em 26 de novembro de 1955 a URSS confirma que possui a bomba de hidrogênio.
- No dia 1º de fevereiro de 1956 Juscelino Kubitschek expõe seu plano desenvolvimentista que prometia fazer o Brasil crescer 50 anos em 5.
- No ano de 1957, a URSS coloca em órbita o primeiro satélite com um ser vivo, a cachorra Laika.
- Em 04 de outubro de 1957 é lançado pela hoje extinta URSS, o Sputnik 1, o primeiro satélite artificial. Tem início a corrida espacial, um dos principais aspectos da Guerra Fria.

- A Comunidade Econômica Europeia é criada no ano de 1957 em uma reunião em Roma.
- Em 19 de dezembro de 1957 a OTAN aprova a presença de armas atômicas dos Estados Unidos em território europeu, incluindo mísseis de alcance intermediário.
- No primeiro dia do ano de 1959, Fidel Castro, Ernesto Che Guevara, Camilo Cienfuegos e demais combatentes guerrilheiros tiram do poder, em Cuba, o ditador capitalista Fulgencio Batista e iniciam a construção de uma sociedade socialista.
- De Gaulle toma posse como presidente da França em 8 de janeiro de 1959.
- A NASA é criada em 29 de julho de 1959 por meio de uma lei que também concede 2 milhões de dólares ao programa espacial dos Estados Unidos.
- 12 de setembro de 1959: lançada pela URSS, a *Lunik II* ou *Luna 2* foi a primeira nave espacial a alcançar a superfície da Lua.

### **1964 ao final dos anos 1970**

- Em agosto de 1960, a URSS envia e retorna com vida os primeiros seres vivos ao espaço: dois cachorros, 40 camundongos, dois ratos e diversas plantas. Foi o primeiro grande passo para se enviar o homem à Lua.
- Em 1961 John Kennedy, presidente dos Estados Unidos, ordena a invasão em Cuba para tirar Fidel Castro do poder, como se sabe, não obteve sucesso. No ano seguinte, inicia contra Cuba o mais duro bloqueio econômico, financeiro e comercial da história mundial contemporânea. O embargo perdura até hoje e é,

há anos, condenado pela Organização das Nações Unidas. Em 1963 Kennedy é assassinado na cidade de Dallas.

- Em 21 de abril de 1960 a capital brasileira é transferida da cidade do Rio de Janeiro para Brasília.
- Em 03 de outubro de 1960 Jânio Quadros é eleito presidente, mas renuncia com apenas 8 meses de mandato em 21 de agosto de 1961. Tem início o difícil processo para que o seu vice, João Goulart (Jango) possa assumir.
- O presidente João Goulart realiza, até o Golpe Militar de 01º de abril de 1964, um governo audaz e tumultuado pelas forças contrárias. Sua principal bandeira é resumida pelas então chamadas *Reformas de Base*. Eram um conjunto de medidas formadas pelas reformas agrária, educacional, tributária, administrativa e urbana, eleitoral, além do aumento de rigor no controle das remessas de lucros<sup>113</sup> pelas empresas transnacionais ao exterior. Essa última medida, junto com a reforma agrária, eram e ainda são absolutamente intoleráveis às elites econômicas nacionais e internacionais. A ousadia de Jango lhe custou a perda do mandato e até mesmo da própria vida na medida em que faleceu no exílio ainda relativamente jovem, 57 anos, e apenas 8 anos após o Golpe.
- Em 26 de abril de 1965 a Rede Globo de Televisão é fundada. O empreendimento somente foi possível por conta do investimento do grupo estadunidense *Time-Life* de 5 milhões de dólares para a construção e aparelhamento do estúdio no Rio de Janeiro. Roberto Marinho, proprietário da Globo, havia apoiado o Golpe Militar de 1964. Na época, a parceria com o grupo estrangeiro foi questionada pelo Congresso Nacional, inclusive por meio das investigações de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A apuração dos fatos não prosseguiu, pois o ditador Castelo Branco fez com que a bancada governista encerrasse os trabalhos da CPI, inocentando Roberto Marinho. Em 2013 o jornal “O Globo” reconhece que ter dado apoio ao Golpe de 1964 foi um

---

<sup>113</sup> Decreto 53.451 de 20 de janeiro de 1964 que regulamentava a Lei 4.131 de 03 de setembro de 1962 cujo objetivo era disciplinar a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior.

erro. Em seu *mea culpa* cita ainda que outros jornais, como “O Estado de São Paulo” e a “Folha de São Paulo” igualmente apoiaram a ditadura.

- Em maio de 1968, na França, greves estudantis iniciam movimento que depois acaba atraindo operários e a população em geral. O governo reprime com violência e as revoltas crescem até ao ponto de se instalar no país um clima de insurreição nacional. O seu presidente, o general de Gaulle, chega a refugiar-se temporariamente em uma base da força aérea na Alemanha.
- Em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva, o segundo militar presidente, decreta o famigerado AI-5 (Ato Institucional número 5). A nova lei acaba sendo um aprofundamento da ditadura, isto é, um golpe dentro do golpe. Garantias e direitos básicos são extintos.
- Em 20 de julho de 1969 a Apollo 11, enviada pelos Estados Unidos, coloca o primeiro homem na superfície lunar. Na época, o projeto custou 20 bilhões de dólares e o esforço de 300 mil trabalhadores em 20 mil empresas.
- Em 1969, nos Estados Unidos, acontece o Festival de Woodstock. O evento se torna símbolo da contracultura juvenil em vários países, inclusive no Brasil.
- Ao final dos anos 1960 se intensificam os protestos contra a Guerra do Vietnã, iniciada em 1955.
- No início dos anos 1970 o capitalismo mundial passa por uma crise de acumulação, isto é, o modelo industrial atinge seu limite na produção de lucros. Um dos reflexos é a crise do petróleo que explode em 1973 e a alta mundial dos juros bancários.
- Revolução dos Cravos: 25 de abril de 1974 um amplo movimento social acaba com a ditadura em Portugal iniciada em 1933.

- Em 12 de maio de 1978 os trabalhadores da planta da Scania em São Bernardo do Campo cruzam os braços e param as máquinas. Após 10 anos, desde o Ato Institucional número 5 (AI-5) – quando a ditadura militar inicia seu período mais violento e repressivo – o movimento sindical rompe de maneira vigorosa com a ditadura, a censura e o arrocho salarial.

### Anos 1980

- Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos (1981 a 1989) e Margareth Thatcher, primeira-ministra da Inglaterra (1979 a 1990) iniciam a ampla desregulamentação financeira em seus respectivos países, o que depois é copiado em várias outras nações. Bancos e instituições financeiras passam a poder atuar com liberdade o que lhes permite acumular lucros muito maiores.
- A União Soviética, ainda dentro da lógica da *Guerra Fria*, invade o Afeganistão em 1979 e lá permanece por 10 anos.
- Fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.
- Em 30 de abril de 1981, quando se realizava um *show* comemorativo do Dia do Trabalhador no Pavilhão do Rio Centro, no Rio de Janeiro, houve um ataque a bomba frustrado. Os responsáveis eram militares brasileiros que tentaram praticar mais um ato terrorista e depois culpar os movimentos de esquerda.
- Guerra entre o Irã e Iraque de 1980 a 1988.
- Realiza-se a I Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) entre os dias 21 a 23 de agosto de 1981 na Praia Grande. É constituída uma comissão para discutir a fundação da Central Única dos Trabalhadores.
- Guerra das Malvinas entre Argentinas e Inglaterra de 02 de abril de 1982 a 14 de julho de 1982.

- Eleições municipais e estaduais em 1982, Lula é candidato ao governo do Estado de São Paulo e perde para Franco Montoro, cujo vice era Orestes Quécia.
- No pavilhão da Vera Cruz na cidade de São Bernardo do Campo nos dias 26 a 28 de agosto de 1983 realiza-se o congresso de fundação da CUT. No evento estão presentes 5.059 delegados de 912 entidades (335 urbanos, 310 rurais, 134 associações pró-sindicatos, 99 associações de funcionários públicos, 5 federações e 8 entidades nacionais e confederações).
- Em 1983 os Estados Unidos invadem a pequena *Granada*, país localizado no Caribe com população de aproximadamente 100 mil habitantes.
- A luta por eleições diretas no Brasil: em 25 de abril de 1984, a emenda constitucional do deputado federal Dante de Oliveira, que estabelecia eleições diretas, foi rejeita do plenário da Câmara Federal: 298 votaram a favor, 22 a menos do que o necessário. No mês de janeiro começaram as primeiras manifestações (por *Diretas Já!*) com 60 mil participantes na cidade de Curitiba e alguns dias depois 300 mil na cidade de São Paulo e 250 mil em Belo Horizonte. No Rio de Janeiro 300 mil em março e na sequência 1 milhão na região da Candelária em abril.
- Indiretamente, Tancredo Neves é eleito presidente da República, o primeiro não militar desde 1964. Porém, segundo a versão oficial, adoeceu gravemente e faleceu. Em seu lugar toma posse José Sarney, o vice. Estamos no ano de 1985 quando se considera terminada a ditadura militar no Brasil. Interessante notar que, durante toda a ditadura, José Sarney foi um político ativo.
- Greve geral nacional de 1986, convocada pela CUT, em 12 de dezembro. É a maior organizada até então. Há outra greve geral nacional em 20 de agosto de 1987 e 14 e 15 de março de 1989.

- Lançada, pelos soviéticos, a Estação Orbital *MIR* em 1986.
- É promulgada a atual Constituição Brasileira, a de 1988.
- Em 1988 trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ocupam a empresa. O exército invade e ocupa a fábrica, matando três operários.
- Chico Mendes é assassinado em 22 de dezembro de 1988.
- 1989: pela primeira vez desde 1960, quando Jânio Quadros foi eleito para a presidência da República, temos eleições diretas para presidente do Brasil. Lula e Collor vão para o segundo turno e, este último, ganha.
- Queda do *Muro de Berlim* em 1989. A Alemanha é unificada (Oriental e Ocidental). Na sequência, os chamados *Países Socialistas do Leste Europeu*, controlados, durante a Guerra Fria pela URSS, tornam-se dela independentes. São os últimos momentos do socialismo soviético e da Guerra Fria.
- Em 31 de dezembro de 1991, *Gorbachev* renuncia à presidência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a URSS, que deixa de existir. Com o fim dela, acaba também a Guerra Fria, iniciada logo após a 2ª Guerra Mundial em 1945.
- No Brasil, mas também na América Latina, a década de 1980 fica conhecida como a *década perdida*: crescimento baixo e até crescimento negativo; grande alta do desemprego e explosão inflacionária. Esse é o resultado do “milagre econômico” durante os 21 anos de ditadura militar brasileira.

### Os anos 1990

- Em 1990 termina o regime de segregação racial na África do Sul (*apartheid*) e Nelson Mandela é eleito para a presidência do país em 1994.

- Iraque invade o Kuwait, Guerra do Golfo em 1990.
- Em 1990, um dia após a posse como primeiro presidente da República eleito diretamente em 25 anos, Fernando Collor de Mello anuncia plano econômico (Plano Collor) com o objetivo de diminuir a inflação. Todos os valores depositados em banco, acima de 50 mil cruzados novos, foram confiscados pelo governo.
- Em 22 e 23 de maio de 1991 a CUT realiza greve geral nacional.
- *Impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992, seu vice, Itamar Franco, assume a Presidência da República.
- 1993: o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho (irmão do cartunista Henfil) lança a Campanha Nacional de Combate contra a Fome e a Miséria. Nos anos seguintes a campanha ganha vulto e importância internacional.
- Em 01º de julho de 1994, sob a presidência de Itamar Franco é lançado o Plano Real. Na época, Fernando Henrique Cardoso era o Ministro da Fazenda. Os trabalhadores perdem, de imediato, 40% em seus salários, referentes à inflação de março.
- Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente em 1994 e em 1998.
- Em 17 de abril de 1996, na cidade de Eldorado dos Carajás, 19 trabalhadores rurais sem-terra são assassinados pela polícia do Estado do Pará.
- CUT convoca greve geral nacional para 21 de junho de 1996.

- Em 1999 começam as manifestações contrárias à globalização capitalista. A primeira mais conhecida ocorreu na cidade de Colônia na Alemanha durante reunião do Fundo Monetário Internacional, FMI. A segunda mais conhecida ocorreu no final do mesmo ano na cidade de *Seattle*, nos Estados Unidos, durante reunião da Organização Mundial do Comércio, OMC.

### **A virada dos anos 2000 até hoje**

- Na quarta tentativa, depois de 1989, 1994, 1998 e 2002, Lula é eleito presidente da República, reeleito em 2006 e faz a sucessora, Dilma Roussef, em 2010 que em 2014 é também reeleita.
- Na primeira década dos anos 2000, o neoliberalismo se enfraquece em todo o mundo. No Brasil, e em outros países, é substituído pelo chamado *neodesenvolvimentismo* (maior participação do Estado, mais programas sociais e, portanto, maior regulação estatal e menor domínio do mercado sobre a sociedade).
- George Bush Filho é eleito e reeleito presidente dos Estados Unidos a partir de 2000.
- Atentados destroem o *World Trade Center* e parte do Pentágono nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001.
- Em 2002 a nova moeda, o Euro, começa a circular em 12 países europeus.
- 2004: o PIB do Brasil cresce 5,7% e a geração de empregos bate recorde.
- De 2003 a 2010 os Estados Unidos invadem e massacram o Iraque, a justificativa era que o país construía armas nucleares, o que depois se verificou não ser verdadeiro.

- Em 2005 o Brasil paga a sua dívida externa com o FMI.
- A Lei 11.648 de 31 de março de 2008 é assinada pelo Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, reconhecendo, formalmente, as centrais sindicais brasileiras. Na ocasião foram confirmadas seis: CUT, CTB, Força Sindical, UGT, NCST e CGTB.
- Em 2008 inicia a maior crise econômica mundial desde 1929, a partir do mercado imobiliário nos Estados Unidos, crise que perdura até o presente momento com graves consequências sociais nos países centrais.
- 2009: o Brasil torna-se credor do FMI ao adquirir 10 bilhões de dólares em bônus.
- Barak Obama se torna presidente dos Estados Unidos em 2009 e depois reeleito.
- A estatal Petrobras realiza a maior capitalização do mundo, ao levantar 70 bilhões de dólares, ultrapassando a empresa de telecomunicações japonesa *NTT* que em 1987 havia movimentado 37 bilhões de dólares. Alcança o valor de mercado de 270 bilhões de dólares e se torna a segunda maior petroleira do mundo.
- Em 2011 a China ultrapassa a produção industrial dos Estados Unidos, tornando-se a primeira do mundo.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>ABIMOVEL</b>   | Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário   |
| <b>AIB</b>        | Ação Integralista Brasileira   |
| <b>AIT</b>        | Associação Internacional dos Trabalhadores   |
| <b>ANL</b>        | Aliança Nacional Libertadora   |
| <b>APL</b>        | Arranjo Produtivo Local  |
| <b>ARENA</b>      | Aliança Renovadora Nacional  |
| <b>BNDES</b>      | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social   |
| <b>CFMEU</b>      | Sindicato da Construção, Madeira, Energia e Floresta da Austrália                                  |
| <b>CIOSL</b>      | Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres  |
| <b>CGT</b>        | Central Geral dos Trabalhadores  |
| <b>CGTB</b>       | Central Geral dos Trabalhadores do Brasil  |
| <b>CIPA</b>       | Comissão Interna de Prevenção de Acidentes   |
| <b>CONCLAT</b>    | Conferência Nacional da Classe Trabalhadora  |
| <b>CONTICOM</b>   | Confederação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil,<br>Madeira e Floresta           |
| <b>CONTRICOM</b>  | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da<br>Construção e do Mobiliário              |
| <b>CTB</b>        | Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil  |
| <b>CTC</b>        | Central Sindical Cubana  |
| <b>CUT</b>        | Central Única dos Trabalhadores  |
| <b>DGB</b>        | Sigla em alemão, para a Central Sindical Alemã   |
| <b>DIEESE</b>     | Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos                               |
| <b>DEOPS</b>      | Departamento de Ordem Política e Social  |
| <b>DIESAT</b>     | Departamento Intersindical de Saúde e Segurança do Trabalhador                                     |
| <b>ECA</b>        | Estatuto da Criança e do Adolescente   |
| <b>FETICOM-SP</b> | Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do<br>Mobiliário do Estado de São Paulo |
| <b>FETRACOM</b>   | Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira no<br>Estado da Bahia          |
| <b>FGTS</b>       | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço   |
| <b>FIESP</b>      | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  |

|                     |   |
|---------------------|---|
| <b>FITIM</b>        | Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas   |
| <b>FLEMACON</b>     | Federação Latino Americana dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeira e Materiais de Construção                 |
| <b>FSM</b>          | Federação Sindical Mundial  |
| <b>FUNDACENTRO</b>  | Fundação Jorge Duprat e Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho  |
| <b>IBGE</b>         | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística   |
| <b>INPS</b>         | Instituto Nacional de Previdência Social  |
| <b>IAP</b>          | Institutos de Aposentadorias e Pensões  |
| <b>IPI</b>          | Imposto sobre Produtos Industrializados   |
| <b>IPP</b>          | Instituto Profissionalizante Paulista   |
| <b>LSN</b>          | Lei de Segurança Nacional   |
| <b>NCST</b>         | Nova Central Sindical dos Trabalhadores   |
| <b>OIT</b>          | Organização Internacional do Trabalho   |
| <b>OLT</b>          | Organização por Local de Trabalho   |
| <b>OTAN</b>         | Organização do Tratado do Atlântico Norte   |
| <b>PAC</b>          | Programa de Aceleração do Crescimento   |
| <b>PCB</b>          | Partido Comunista Brasileiro  |
| <b>PC do B</b>      | Partido Comunista do Brasil   |
| <b>PLR</b>          | Participação nos Lucros e Resultados  |
| <b>PORT</b>         | Partido Operário Revolucionário Trotskista  |
| <b>PPP</b>          | Partido Popular Paulista  |
| <b>PSB</b>          | Partido Socialista Brasileiro   |
| <b>PSDB</b>         | Partido da Social Democracia Brasileira   |
| <b>PT</b>           | Partido dos Trabalhadores   |
| <b>PTB</b>          | Partido Trabalhista Brasileiro  |
| <b>SENAI</b>        | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial   |
| <b>Sindpresp</b>    | Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Fabricantes de Peças e Pré-fabricados em Concreto do Estado de São Paulo |
| <b>Sintracom/BA</b> | Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário da Bahia                                   |
| <b>STICM</b>        | Sindicato dos Trabalhadores na Construção e do Mobiliário de Guarulhos  |
| <b>TRT</b>          | Tribunal Regional do Trabalho   |

|               |   |
|---------------|---|
| <b>TST</b>    | Tribunal Superior do Trabalho   |
| <b>UGT</b>    | União Geral dos Trabalhadores   |
| <b>UITBB</b>  | União Internacional de Sindicatos da Construção Civil e do Mobiliário<br>(em inglês: <i>Trades Union International of Workers in the Building, Wood, Building Materials and Allied Industries</i> ) |
| <b>UNICEF</b> | Fundo das Nações Unidas para a Infância   |
| <b>URSS</b>   | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas   |

## ÍNDICE REMISSIVO

Os marceneiros têm memória

Índice

Prefácio

Introdução: e lá se foram 80 anos...

Capítulo 1 – 1934 ao final dos anos 1940: os primeiros anos chumbo!

O nascimento do Sindicato dos Marceneiros

Os sindicatos antes e depois de Vargas dos anos 1930

O contexto de criação do Sindicato dos Marceneiros

A história do Sindicato dos Marceneiros segundo José Giovanini

Os marceneiros e sua filiação socialista

Solidariedade e a primeira campanha de sindicalização

O início impõe limitações...

O Sindicato dos Marceneiros até 1936

Cooperativa dos Trabalhadores em Madeiras de São Paulo

Andando pelo ar, cadeiras e mesas

Sindicato Degli Ebanisti, Falegnami e Classi Annesse

Contra os integralistas

União dos Sindicatos de Trabalhadores de São Paulo

Por um lado reconhece, por outro desqualifica

1321 sindicatos no Brasil

Metade dos marceneiros são sindicalizados em 1937

Viver apenas para não morrer

Assembleia do dia 28 de setembro de 1937

A resposta patronal à greve branca

A situação de penúria do trabalhador nos anos 1930

Francisco Bianchini não estava brincando...

Greve Branca

Grandes Indústrias Menetti Ltda e a superexploração

Deputado trai a classe trabalhadora  
Controle sindical e uma nova assembleia  
A assembleia do dia 08 de outubro de 1937  
A grande imprensa sempre ao lado dos patrões  
Cassação do Sindicato  
Cancelamento da carta sindical dos marceneiros  
Um novo *não* aos marceneiros  
Mensagem a Vargas  
Os interventores no Sindicato dos Marceneiros  
Fusão sindical  
Você é de esquerda ou de direita?  
Capitalismo, Socialismo ou Comunismo?  
Dois passos para frente, um para trás  
Contra gregos e troianos  
Vargas recebe apoio dos sindicatos contra o golpe integralista  
Novamente o recuo estratégico  
Prestes e os marceneiros  
A grande virada  
Organização no Local de Trabalho em 1945  
Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo  
Anistia aos trabalhadores marceneiros  
A Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil  
Os marceneiros e o grande comício de 1946  
Liberdade sindical não alcançada  
O nascimento da CNTI, parte I  
O nascimento da CNTI, parte II  
CNTI, os marceneiros e o 13º salário  
Algumas curiosidades do dia a dia da direção do Sindicato dos  
Marceneiros

## Capítulo 2 - Década de 1950: anos nada dourados...

Interventores e Junta Governativa nos Marceneiros  
Volta às bases  
Os marceneiros renascem e ousam com o *Sindicato Cidadão*

Rolha na Polícia  
Janela dos marceneiros  
A “Marcha do Protesto”  
Num só corpo  
Invasão e prisão  
O Trabalhador em Madeira  
A Greve dos 300 mil  
Panela Vazia  
Os marceneiros enfrentam cassetetes e bombas  
Os marceneiros apoiam a Greve Geral de 1954  
Reajuste de 1955  
Congelamento de preços  
Estudantes e operários unidos  
Trabalhadores pagam enterro luxuoso de avô do patrão...  
Atraso de pagamento...  
Operário esmagado  
Agressão por atraso  
Mais violência  
Super exploração  
Trabalhadores de todo o mundo: uni-vos!  
Filiação internacional e uma clara opinião ideológica  
A morte de um operário  
Mudanças fundamentais  
Nova greve  
Direção cassada  
Depois de Getúlio, apoio a Juscelino e Goulart  
Apoio ao novo Ministro do Trabalho  
Assembleia de anistia em 18 de dezembro de 1955  
Concurso da Rainha dos Trabalhadores  
Os serviços oferecidos pelo Sindicato dos Marceneiros  
Limpeza dos pelegos  
Filie-se!  
Marceneiros no protesto de 30 de outubro de 1958  
Marceneiros convocam nova passeata contra carestia

Passeata liderada também pelos marceneiros  
Sindicato dos Marceneiros enfrenta os grandes grupos  
*PUI* – Pacto de Unidade Intersindical  
Sobre o sindicalismo nos Estados Unidos  
Mais uma vez os Estados Unidos e também a Europa  
Péssimas condições de trabalho  
A grande ligação entre o Sindicato e o Dieese  
Campo de concentração na Machado de Abreu  
Ataque à estabilidade do trabalhador

Capítulo 3 – 1964 ao final dos anos 1970: roubaram-nos tudo, inclusive o direito de termos direito

Plataforma radical  
Todo pobre consciente de seus direitos torna-se criminoso  
Revolução Cubana  
A conquista do terreno  
A construção da sede na Rua dos Carmelitas  
Carestia  
Greves e Estado de Sítio  
3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Brasileiros  
Taxa de sindicalização  
Um Rei em Nova Iorque  
Ocupação na fábrica de móveis  
A campanha salarial de 1963 – parte I  
A campanha salarial de 1963 – parte II – unificando as lutas  
A campanha salarial de 1963 – parte III – reivindicações  
As Reformas de Base  
Jango ousa novamente  
Um pouco mais do contexto da época  
O Golpe de 1964 e a cassação da diretoria  
Os golpistas levam um golpe: perdem as eleições!  
Chico Preto  
Os marceneiros ameaçam com greve em plena ditadura  
Editorial radical...radical e perigoso

A ditadura assassina mais um líder sindical  
A volta do jornal  
Mais um passo para a construção da nova sede  
Reajuste salarial  
Departamento Social Recreativo  
Bater e assoprar (um pouco...)  
O 1º de maio de 1970  
A brutalidade contra Olavo Hansen  
Prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém  
O que queriam os trabalhadores em geral e os marceneiros?  
IAPI e INPS: a longa e trágica história da saúde no Brasil  
A fraude do “Um doze avos” e a super exploração  
Perfil do trabalhador marceneiro em 1968  
10 de julho de 1971: a pedra fundamental da nova sede  
Fim da estabilidade e o FGTS  
Extensão da base  
Congresso  
Estados Unidos: arrocho salarial e financiamento da guerra  
Jornada acima de 17 horas apenas para comer...  
Os “geniais” militares e o problema da média do frango  
Iniciada a construção da nova sede em 1972  
“Milagre” nos salários dos outros é refresco  
Óleo de Peroba e vergonha na cara  
A situação dos trabalhadores em 1972  
Marceneiros denunciam: riqueza para quem?  
Salário Mínimo X Custo de vida  
Eleições dos marceneiros I  
Eleições dos marceneiros e plataforma programática  
Ano I, número zero  
Curiosidades sobre a nova sede e sua inauguração  
Muitos acidentes de trabalho para os marceneiros  
Base e associados  
Carestia, desde sempre  
A história de um operário, o velho Ramirez

O Machão

Balanco do mandato que se finalizaria em 1975

Greve em 31 de março?! Só pode ser “provocação”!

Ano I, número um, 15 de abril de 1975

Eleições dos marceneiros

Indústria Cerello

Patrão não engana quem conhece os seus direitos

Conheça a biblioteca do Sindicato

O trabalho, a liberdade e a felicidade: um pouco de filosofia

Plínio Marcos: o povo berra da geral, mas...

Eleições do Sindicato para o triênio 1975-1978

A direção em detalhes para o triênio 1975 a 1978

Plataforma de governo para o triênio 1975 a 1978

Fábrica desabou, Joaquim tinha avisado

O marceneiro Jaromir Housa, o “Tcheco”

Além dos adultos, patrões também exploram meninos

Empresas negam antecipação de 25%

Riccó despreza estáveis

Corinthiano não deposita FGTS

Cerello já tem Comissão Interna

Escravos não podiam nem respirar

Marceneiros processam 31 empresas

Patrão compra mão de obra fiado

Comida envenena trabalhador

Ditadores de 64 sufocam os marceneiros

Movimento sindical se mantém vivo

Trabalhadores conquistam antecipação salarial

Enquanto o operário fica desunido, o patrão enriquece

Filiados em 1975

Diretoria toma posse para o triênio 1975 a 1978

As empresas do setor em 1976

Inauguração da Subsede do Taboão

Filiados em 1976

Mudança da data-base em 1978

Todo poder aos trabalhadores!

1º Seminário de Estudos do Sindicato – 1979

Se há governo, sou contra!

Mudança na Política Salarial: tarde demais...

Capítulo 4 – Os anos 1980: novos ares, novo sindicalismo, um novo país

De “*O Trabalhador em Madeira*” para “*O Pica-Pau*”

Política Salarial nos anos 1980

Campanha Salarial de 1980

Era somente leite...

Corta o braço dele! Corta!

Sob suspeita...

A transição

Tentativa de golpe em 1981

1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a CONCLAT

Os marceneiros participando da vanguarda

CONCLAT em 1982 ou 1983?

2º Seminário de Estudos do Sindicato – 1981

Campanha Salarial de 1981 e piso segundo o Dieese

Os marceneiros e o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora  
(CONCLAT)

I Congresso dos Marceneiros – 1983

Base territorial em 1983

Colônia de Férias inaugurada

Eleições de 1984

A gestão de Joel e o Dieese

Transição para a democracia, *pero no mucho*...

Dívida Externa em Cuba  
Hiperinflação e Planos Econômicos  
Ação sindical limitada pela legislação  
Marceneiros: com greve vai!  
Contra a Hora Extra  
Duratex é dura com os trabalhadores  
Pacto Social e arrocho salarial  
II Congresso dos Marceneiros  
Campanha unificada e a maior assembleia  
Greves na ACIL, Sanwa e Comander  
Escola e sindicalismo internacional  
A Assembleia Nacional Constituinte e os marceneiros  
Tapeçaria Chic pisa na bola  
Pauta de reivindicações de 1986  
Greve na Tapeçaria Chic  
Encontro com o Presidente da República  
Eleições sindicais em 1987  
Giroflex com saudades da ditadura  
Marceneiros representados na FLEMACON  
Greves dos Marceneiros na Campanha de 1987  
Marceneiros levam cruzado de direita  
O papel dos marceneiros na Greve Geral de 1986  
A Greve Geral de 1987  
III Congresso dos Marceneiros  
2º Encontro de Cipeiros  
Ato histórico no Sindicato  
Formação Sindical para os marceneiros

Saúde também é formação sindical

Mais formação sindical

A Campanha de 1988

A Constituição Cidadã de 1988

Greve Geral de 14 e 15 de março de 1989

Mais de 1000 marceneiros em assembleia

36 empresas paradas

O IV Congresso

Capítulo 5: – Os anos 1990: privatização, endividamento, desemprego e reestruturação produtiva

Neoliberalismo ou Neodesenvolvimentismo?

Mudanças no mundo do trabalho

Efeito Collor no setor da madeira

Campanha Salarial de 1990: 108 itens!

Eleições sindicais

Greve diante a proposta ridícula dos patrões!

Greve de advertência

V Congresso dos marceneiros: “Não dá mais pra segurar”

Campanha Salarial de 1991

Greve Geral dos marceneiros

Greve conquista

Alguns casos de empresários gatunos

Marceneiros com “salários milionários”, verdadeiros “marajás”!

Encontro de Cipeiros

Eleição na ACIL

Homenagem a funcionário do Sindicato desde 1961

Campanha Salarial de 1992

A queda de Collor  
Eleições municipais em 03 de outubro de 1992  
A morte de Pedro Huilca  
Encontro estadual  
FETICOM-SP completa 50 anos  
Monarquia, República, Presidencialismo ou Parlamentarismo?  
Educação sindical  
Reajuste mensal  
Fundação da Federação Brasileira  
Câmaras Setoriais  
Eleição na Federação  
Encontro da categoria  
Campanha Salarial de 1993  
As conquistas de 1993  
Escriba demite em massa  
Escola do Sindicato dos Marceneiros  
Grande Ato na Praça da Sé  
Fórum dos Trabalhadores Moveleiros  
Greve histórica na *Teperman*  
As Greves contra as perdas da URV  
Eleição do Sindicato em 1994  
VI Congresso da categoria  
Interinidade na Federação  
Não erre novamente!  
Lopes se torna presidente em exercício  
Saída de Joel da presidência  
Filiação à CUT

27 dias de greve  
Duratex não cumpre decisão da justiça!  
Destaque para veto do mínimo  
Patrões dizem Não e os trabalhadores, Sim  
Seminário da diretoria  
Altivo Ovando  
Acordo do setor de Serraria em 1995  
Congresso da Federação  
Câmara de Entendimento Privado  
Câmara Setorial  
Campanha de 1995 com 82 reivindicações  
Resultados da Campanha de 1995  
Neoliberalismo massacra a categoria  
Greve Geral de 21 de junho de 1996  
Eleição na FETICOM-SP  
O Adeus a Salvador Rodrigues  
Defesa dos direitos e papel social  
Curso da CIPA: uma nova visão  
VII Congresso: refletir e organizar a luta  
Lopes participa de evento nacional e internacional  
Fórum dos trabalhadores moveleiros  
Segunda maior empresa decreta falência  
Campanha Salarial de 1997  
Eleição para o mandato de 1998 a 2002  
Eleições de outubro de 1998  
A perda de dois valorosos companheiros  
Cursos profissionalizantes e reforma na sede

Plano Real aumenta exploração

FETICOM-SP e as eleições de outubro de 1999

Capítulo 6 – A virada dos anos 2000 até hoje: pela primeira vez, um

operário presidente

Seminário, reivindicações e campanha de 2000

Resultados do ano de 2000

Dia de festa, inauguração e organização

Espaços para o diálogo e negociação

Primeiro de Maio contra FHC!

Os marceneiros na origem do Primeiro de Maio

Lopes eleito para mandato de 2002 a 2006

Conquistas da Campanha Salarial de 2002/2003

“Liberdade” na economia dos outros é refresco

Virada histórica de Lula em 2002

Greve histórica na Giroflex

Curso de Oratória

VIII Congresso dos Marceneiros

Campanha Salarial 2003/2004

Luto na categoria

Lopes é eleito para a direção do PC do B

Mais dois grandes companheiros deixam a categoria

Balcão de emprego no Sindicato

Seminário e formação para a campanha de 2004

O Sindicato intensifica participação na sociedade

Quanto melhor, melhor

Marceneiros no Fórum Social Mundial

Trabalhar com fome

Formação é essencial

Reivindicações, estado de greve e aumento real

A perda de mais um grande militante

Centro de Formação Profissional dos Marceneiros

Eleição sindical e posse

A Campanha Salarial de 2006/2007

R\$ 8 milhões de PLR em 2006

Fórum dos Moveleiros retoma atividades

Emenda 3

Formação política sindical

Ações internacionais

Seminário da Campanha Salarial para 2007/2008

Conquistas de 2007/2008

O Sindicato na comemoração dos 50 anos do Dieese

O Sindicato dos Marceneiros e a CTB

PIG

SindFibra decepciona

Qualificação Profissional

IX Congresso dos Marceneiros e eventos internacionais

PIT – Programa de Iniciação ao Trabalho

Campanha Salarial 2008/2009

Greve no setor de Junco, Vime e Vassouras

O que é a crise de 2008?

Seminário de Planeamento para 2009/2010

O setor moveleiro, a crise internacional e os impactos no Brasil

Fórum Social Mundial e o amianto

Cuba

Segundo encontro da CTB Estadual em São Paulo  
Tentativa de divisão na categoria  
Resultados da Campanha de 2009/2010  
Eleições sindicais em 2010  
17º Seminário de Organização  
Campanha Salarial 2010/2011  
Giroflex: sobrou para os trabalhadores  
Nova Conclat  
Lula elege primeira mulher  
Lopes preside Sindicato Mundial  
Falta de mobilização e atraso  
Centrais repudiam novo mínimo  
1ª reunião da nova diretoria da UITBB presidida por Lopes  
Congresso da FSM  
Ação antissindical do governo peruano  
1º de Maio Unificado em 2011  
Cuba  
18º Seminário de preparação para a Campanha Salarial  
Ato de 03 de agosto de 2011 no Pacaembu  
Aumento real e as conquistas de 2011  
Justiça confirma não à divisão  
Reunião da UITBB em Chipre  
Projeto Brasil Maior e os marceneiros  
8 dias de greve na Bodoque  
Seminário da Campanha Salarial 2012 / 2013  
Greve na Carroceria São Lourenço  
Lopes em Genebra

Patrões lucram mais e trabalhadores ficam a ver navios  
Caixa Econômica Federal lança cartão para compra de móveis  
Vitória na Campanha Salarial de 2012 / 2013  
Financiamento de materiais de construção com FGTS  
Lopes reúne, na Espanha, secretariado da UITBB  
Pedro Huillca  
CONTRICOM realiza encontro das mulheres  
Greve na Escriba  
Marcha das Centrais Sindicais para Brasília  
Curso sobre Saúde e Segurança  
Seminário sobre Planejamento  
Eventos em Cuba  
Curso sobre Saúde e Segurança – módulo 2  
Greve na Cosmo Pedrosa  
Tributo a Olavo Hanssen  
20º Seminário dos marceneiros de São Paulo  
Marceneiros no 3º Congresso Nacional da CTB  
Marceneiros em Ato Público  
Módulo 3 do curso de Saúde e Segurança  
Escriba não paga trabalhador  
FGTS abaixo da inflação  
Início do fim da marmita  
Prestação de contas: 2010 – 2013  
Eleições sindicais  
10º Congresso dos Marceneiros  
Fechamento da Giroflex

Galeria de fotos e imagens

Quadro histórico da direção executiva

Endereços históricos do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo

Fundação até 1965

1965 a 1973

07 de setembro de 1973 até a atualidade

Principais acontecimentos históricos do Brasil e do mundo

1934 ao final dos anos 1940

Década de 1950

1964 ao final dos anos 1970

Anos 1980

Os anos 1990

A virada dos anos 2000 até hoje

Lista de abreviaturas e siglas

Índice remissivo

Fontes e referências bibliográficas

Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo: Gestão 2014 – 2018

## Fontes e referências bibliográficas

Em relação aos materiais impressos, para redigir a história do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, consulte todas as milhares de páginas das atas de reuniões da direção executiva desde a fundação da entidade, da mesma forma que as centenas de jornais da categoria, seja “O Trabalhador em Madeira” iniciado em 1953 como “O Pica-Pau” a partir de 1980.

A própria direção do Sindicato, desde 1934 até aproximadamente os anos 1960, cuidadosamente montou um riquíssimo material com uma enorme quantidade de textos publicados pela imprensa em geral, sobre os marceneiros de São Paulo, ao longo desse período. Pude ter acesso a tão formidável e útil conteúdo, o que muito me facilitou o trabalho.

Também foi imprescindível o amplo conjunto de fotos para poder se compreender o que muitas vezes as imagens dizem melhor do que as palavras.

Além disso, sublinho a seguir, algumas obras fundamentais para a compreensão tanto do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo como do movimento sindical em geral.

ABRAMO, Laís W. O Resgate da dignidade: a greve de 1978 em São Bernardo do Campo. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.

ALMEIDA, Gelson R. de. O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical. Revista *Katálysis*, v. 10, Florianópolis, 2007.

ALVES, Giovanni. Limites do Sindicalismo. São Paulo: Práxis, 2003.

ANTUNES, Ricardo. Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil. São Paulo: Ensaio, 1988.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho. Campinas: Unicamp, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos. São Paulo: Boitempo, 1997.

ANTUNES, Ricardo. O Novo Sindicalismo. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

AZIZ, Simão. Sindicato e Estado. São Paulo: Dominus, 1966.

BADARO, Marcelo. Novos e Velhos Sindicalismos. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

BOITO, Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Editora Xamã, 1998.

BOITO, Armando. O sindicalismo brasileiro nos anos 80. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BOTOLI, Claudio. O Movimento Operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CARDOSO, Adalberto M. Sindicatos, trabalhadores e coqueluche neoliberal. A Era Vargas acabou? Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARONE, Edgard. Movimentos Operários no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.

COSTA, Hélio. Em Busca da Memória. São Paulo: Scritta, 1995.

DECCA, Edgar. 1930 – O nascimento das fábricas. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DEL ROIO, José Luiz. 1º de Maio. São Paulo: Global/Oboré, 1986.

DIAS, Everardo. Histórias das lutas sociais no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

ERICKSON, K. Paul. Sindicalismo no processo político do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FERREIRA, M. Nazaré. Imprensa Operária no Brasil. São Paulo: Ática, 1988.

FREDERICO, Celso. A Vanguarda Operária. São Paulo: Símbolo.

GIANNOTTI, Vito. A liberdade sindical no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GÓES, M. Conceição de. A formação da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: zahar, 1988.

KENNET, P. Erikson. Sindicalismo no processo político no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MARQUES, Guilherme. O novo sindicalismo e a estrutura sindical. Rio de Janeiro: Adia, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). Revista Brasileira de História, vol. 24, número 47, São Paulo, 2004. Acesso pela internet pelo link <http://goo.gl/T4lwVp>.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80 – Boito Jr., A. (org.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. A explosão das greves na década de 80. In O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80 – Boito Jr., A. (org.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, Eduardo Magalhães. A organização internacional dos trabalhadores metalúrgicos na Mercedes-Benz do Brasil : perspectivas de contra-hegemonia local-global. Dissertação de Mestrado. Programa San Tiago Dantas de Relações Internacionais, PUC/SP, 2013.

RODRIGUES, Eduardo Magalhães. Guerra Fria e Movimento Sindical Internacional: a relação entre a CIA (Agência de Inteligência dos Estados Unidos) e a CIOISL (Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres). Anais do Primeiro

Seminário Internacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Brasília, DF, 2012.

RODRIGUES, Iram Jácome; ZYLBERSTAJN, Helio. De volta ao futuro: um novo “sindicalismo”? FIPE, 2001.

RODRIGUES, Iram Jácome (org). O Novo Sindicalismo – 20 anos depois. Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

RODRIGUES, J. Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Difel, 1968.

SOUZA, Jane Vieira. Círculos Operários. Rio de Janeiro: Faperj, 2002.

**Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Móveis de Madeira, Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibra de Madeira, de Móveis de Junco e Vime, de Vassouras e de Cortinados e Estofos de São Paulo, Osasco, Taboão da Serra, São Lourenço, Juquitiba, Embu-Guaçu, Caieiras, Franco da Rocha, Mairiporã, Francisco Morato, Atibaia e Bom Jesus dos Perdões**

**Sede: Rua dos Carmelitas, 149 – Centro – São Paulo**

**Subsede: Rua João Batista de Oliveira, 160 – Taboão da Serra**

## **SINDICATO DOS OFICIAIS MARCENEIROS DE SÃO PAULO**

**Gestão 2014 – 2018**

### **DIRETORIA EFETIVA**

Antonio Lopes de Carvalho - Presidente  
Pedro Mesquita Forte - Vice-Presidente  
Gilvan Rodrigues de Jesus - 2º Vice-Presidente  
Arivonaldo G. de Almeida - Secretário Geral  
José Carlos Cordeiro - 1º Secretário  
Francisco Pereira de Lima - 2º Secretário  
Flávio Augusto Baptista Leite - Tesoureiro  
Marcos A. Francisco da Silva - 2º Tesoureiro  
Francisco Correia Lima - Diretor de Patrimônio

### **SUPLENTES**

Elson da Silva  
Edson Jesus dos Santos  
Neil Diamond Gomes Ferreira  
Adelson Souza Costa  
José Carlos dos Santos  
Edson Jerônimo Comin  
Adalci Lima Oliveira  
Gicélia Bitencourt  
Antônio Messias de Almeida

### **CONSELHO FISCAL**

Paulo Ambrosino de Lima  
Gilvan Francisco de Azevedo  
Walter Prado Pereira

### **SUPLENTES**

Ricardo Luis Pena Soares  
Robson Sales Pereira  
Adenilton Rodrigues da Silva

### **DELEGADOS À FEDERAÇÃO**

Antonio Lopes de Carvalho  
Arivonaldo Galdino de Almeida

### **SUPLENTES**

Benedito Silva  
Valdir Francisco da Silva

### **CONSELHO CONSULTIVO**

Atenílson Santos Souza  
Brasilino Avelino de Souza  
Carmerindo Fernandes Santana  
Cícero Ricardo da Silva  
Edson Severino dos Santos  
Gabriel da Costa Queiroz  
Iracema Rodrigues dos Santos  
José Ferreira Filho  
José Francisco de Andrade  
José Ramos Soares  
José Mauro Ferreira  
Josemir de Oliveira Silva  
José Roberto dos Santos Nunes  
Leocrísia Lima Perez  
Luiz André Pereira da Silva  
Luzia Mendes da Silva Machado  
Paulo Araújo de França  
Sebastião do Nascimento